

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Tarcísio Moreira Mendes

**Esquizoeducação II aplicada à Educação: performance e contracolonialismo**

Juiz de Fora  
2021

**Tarcísio Moreira Mendes**

**Esquizoeducação II aplicada à Educação: performance e contracolonialismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção de título de Doutor em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Clareto

Juiz de Fora  
2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mendes, Tarcísio Moreira.

Esquizoeducação II aplicada à Educação : performance e contracolonialismo / Tarcísio Moreira Mendes. -- 2021.

328 p. : il.

Orientadora: Sônia Maria Clareto

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Corpoalíngua. 2. Contracolonialismo. 3. Devir-negro do mundo. 4. Esquizoanálise. 5. Involução. I. Clareto, Sônia Maria, orient. II. Título.

**Tarcísio Moreira Mendes**

**Esquizoeducação II aplicada à educação: performance e  
contracolonialismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Aprovada em 29 de março de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Dra. Sônia Mazia Clareto – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Dra. Margareth Aparecida Sacramento Rotondo  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Dr. Rafael Siqueira de Guimarães  
Universidade Federal do Sul da Bahia



---

Dra. Rachel Aguiar Estevam do Carmo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ao senhor Bezerra – pai do companheiro de Travessia, Diogo Bezerra – pessoa que sobreviveu ao totalitarismo do Golpe de 1964, mas que sucumbiu ao fascismo tropical. E mesmo assim, continua a nos inspirar por uma vida não fascista! Assim, estendendo às mais de 430 mil famílias que perderam pessoas queridas vítimas da negligência de pessoas eleitas para cargos públicos. É urgente que inventemos uma nova terra!

P.S.: Este texto foi enviado à banca quando já (ou ainda) havia 251 mil mortes por COVID-19.

## AGRADECIMENTOS

Às pessoas contribuintes brasileiras adimplentes que tornaram possível o financiamento de minhas pesquisas por meio da Bolsa UFJF.

À UFJF e todas as suas servidoras públicas que, mesmo num momento de grave crise e ataques ao serviço público, administram com integridade e eficiência nossa Universidade, nossa FACED, nosso PPGÉ.

Às pessoas trabalhadoras terceirizadas que mesmo diante das incertezas e do agravamento da crise sanitária, política e econômica, mantiveram a qualidade de seus serviços.

À cia do Prof. Renato Noguera que intensificou o devir-negro e o devir-índio, tantos outros devires minoritários desta tese.

À Profa. Fernanda Thomaz que desbancou desde a primeira vez os clichês da branquitude da tese.

À Profa., corpoalíngua, performática, amada Clarissa Alcântara, que ao longo de mais de 13 anos, vem me trazendo à Vida com seu corpoalíngua e muito mais.

À ancestralidade quilombola e kilombola e índia e contracolonialista que esta terra afro-pindorâmica já sentiu e que sinto!

À Sônia, pura potência, pura energia, ritmo e movimento, merecedora de todas as possíveis Odes à minha orientadora que ainda ei de escrever – parteira dessemelhante.

À Margareth, outra parteira dessemelhante, que tem aprendido como desafiar sua branquitude se tornando uma grande aliada para a luta antirracismo.

Ao Prof. Francione Carvalho, por me acolher em seu território no Estágio Docência e por sua singular atenção à tese esquizita.

A todas companheiras e companheiros em Travessia Grupo de Pesquisa, pelas caminhadas no mesmo lugar, nas serras de Tiradentes ou nos afetos embriagados ou sóbrios de inícios ou términos de semestres e nos meios também.

À Giane Elisa Almeida que me apresentou Rita Félix, a quem também agradeço, pelo brilhante trabalho acadêmico que não se separa da vida cotidiana e da política de enfrentamento ao racismo. Agradeço a elas que, com seus trabalhos de vida, dentro e fora da academia, nos dão novas armas para combater o racismo da Princesa de Minas.

Ao amigo Artur Nascimento da terra de Dandara, de Alquatune e de Akotirene (também de Zumbi e de Ganga-Zumba) que se tornou um companheiro indispensável na Academia e na Vida.

À querida amiga Tatiane de Menezes, que se fez presente com suas trabalhadoras domésticas remuneradas negras, nos ajudando a aprender lutas para além dos feminismos brancos e negros.

Ao Marcelo, pela cia plena de vida, por aumentar minha potência nestes últimos anos, pela libido desejosa de mais desejo.

Ao meu pai, Sebastião Mendes, com quem aprendi os primeiros passos de uma pesquisa e de uma vida para enfrentar o racismo.

À minha mãe, Maria de Fátima de Sá, a primeira com quem aprendi a rir das convenções educadas.

Ao meu irmão, Valmir, com quem aprendo a ser irmão, sem idealidades familistas.

A todes que virão e me ajudarão a nascer a cada linha.

Como instalar o silêncio, extrair excessos, até que de um neutro transborde o horizonte absoluto sobre a superfície? Independente de tudo observando, a fina película da vida escorre livre sobre esta superfície, esse plano de imanência. Só ela é quem sabe nadar nesse mar sem significante. A fina película da vida sabe. Este saber é todo o não saber. Fluxo ativo do desconhecido em erupção. Tudo besteira. Você deve escrever, falar, se comportar de forma mais simples, direta e clara. O que está falando? Qual a mensagem desse anjo de sorriso besta? O que faz aqui? Não sei e não devo. Não tenho lembrança suficiente para isso. Se escrevo e leio, o que escrevo é porque já total silêncio. Quando escrevo é porque já nenhum rosto. O que há então? Um dia, uma tarde, uma noite. Uma vida em avalanche, singular, descontínua, instável, inconstante que carrega os ossos e todo o organismo para o improvável de um corpo sem mais controle, sem a tirania do organismo sobre seus órgãos esparramados... bom, isso é só um disparate... [inaudível]. Que horas são? Eu vou concluir perguntando para vocês uma questão muito interessante: o que é uma ação sem consequência? (informação verbal)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado por Clarissa Alcântara, na Mesa “Que é a filosofia... ou como funciona?”, II Congresso Internacional de Esquizoanálise e Esquizodrama, Fundação Gregório Barenblitt (BH)/ Instituto Félix Guattari, em setembro de 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-eJB1DfMglA>. Acessado em 08 de fev. de 2020.

## RESUMO

A esquizoeducação é exercício nada educado de mapeamento de linhas revolucionárias que oscilam entre o polo paranoico fascista e o revolucionário nômade. Esquizoeducação é contra-história que legitima a escravização de povos negros e índios, que justifica atrocidades em nome do Humano e do Desenvolvimento Científico. Arrisca-se: involução sem idealidade reconstituída. Afirma que só há aprendizagens, só há partos, embora alguns abortos aconteçam em sala de aula ou na Escola. Esquizoeducação é aliança Rainha Nzinga e povos imbangalas e Cunhadismo e (k)quilombo e performance corpoalíngua de Clarissa Alcântara. Está em devir-negro, devir-índio, devir-trans. É composição de fluxos que não possuem identidade, gênero, raça..., mas não nega existência de estratos de raça, de gênero, de classe grudados à pele da terra. É hecceidades contra as identidades do colonialismo. É contracolonialismo. Esquizoeducação é atividade maldosa: desfamiliarizar, desedipianizar, descastrar, desfalocizar, destruir teatro, sonho e fantasma, descodificar, desterritorializar, com Guattari e Deleuze e Mbembe e Gonzalez e Souza e Preciado e Akotirene e Foucault e Oyèrónké e Fanon e Nego Bispo. Uma espantosa curetagem na formação de professoras, no Currículo, na economia do desejo, na política de identidade, na Escola, no Mundo. A esquizoeducação é maquinaria do desejo coletivo no combate aos interesses de classe do Capitalismo Mundial Integrado, da escravidão de si. Lance de dados de biopolíticas grávidas de biopotências. Na diferença à oposição clássica entre Estado e Mercado, a esquizoeducação é processo de mapeamento das linhas de coengendramento entre Capitalismo e Estado, entre Democracia e Autoritarismo, entre Fascismo e Liberdade de Expressão. A esquizoeducação aplicada à Educação é uma aliança entre a pragmática deleuze-guattariana, na investigação dos Territórios Existenciais. Um roubo dos componentes Gerativo, Transformacional, Diagramático e Maquínico da esquizoanálise; roubo da performance corpoalíngua de Clarissa Alcântara. Esquizoeducação é posta em movimento devir-negro do mundo junto a Mbembe e Oyèrònké e Nego Bispo, em devir-trans junto a Preciado e Indianare Siqueira e Linn da Quebrada, em devir-índio junto a Ailton Krenak e Sandra Benides e tantas mais – devires minoritários. Como componente gerativo, se dedica a mapear os regimes semióticos significante, pré-significante, pós-significante e contra-significante. Bem como, as semióticas econômicas, jurídicas, técnico-científicas e de subjetivação, entendendo que a subjetivação capitalística ou o Plano Capital é inseparável do processo

de racialização, de generificação do modelo cisheteronormativo macho ocidental – por isso interseccional. Como componente transformacional, mapeia movimentos de tradução simbólicas (semiótica significante), analógicas (semiótica pré-significante), miméticas ou conscienciosas (semiótica pós-significante) ou estratégicas e polêmicas (semiótica contra-significante). Como componente diagramático, investiga máquinas abstratas datadas e com nomes próprios, em relação a matérias semiótica e fisicamente não formadas, potências. Por fim, como componente maquínico, investiga os agenciamentos que efetuam as máquinas abstratas, semiotizando as matérias de expressão e fisicalizam as matérias de conteúdo. Esquizoedução é investigação de linhas de desterritorialização ora relativas, ora absolutas; ora negativas, ora positivas. Entre estratos e linhas de fuga; entre agenciamentos maquínicos de conteúdo e de expressão, entre máquinas abstratas que engendram possíveis diagramáticos da vida se fazer, a esquizoeducação se move, é movente e faz mover. De volta, a terra; Megamáquina, mecanosfera.

**Palavras-chaves:** Corpoalíngua. Contracolonialismo. Devir-negro do mundo. Esquizoanálise. Involução.

## ABSTRACT

Schizoeducation is the uneducated exercise of mapping revolutionary lines that oscillate between the paranoid fascist pole and the nomadic revolutionary one. Schizoeducation is counter-history that legitimizes the enslavement of black and indigenous people, that justifies atrocities in the name of the Human and of Scientific Development. It is risky: it is involution without reconstituted ideality. It claims that there is only learning, only childbirth, although some abortions happen in the classroom or in the School. Schizoeducation is Queen Nzinga alliance and imbangalas people and Clarissa Alcântara's Cunhadism and (k)quilombo and body-language performance. It is in becoming-black, becoming-Indian, becoming-trans. It is composition of flows that do not have identity, gender, race..., but does not deny the existence of strata of race, gender, class stuck to the skin of the land. It is hecceities against the identities of colonialism. It is countercolonialism. Schizoeducation is evil activity: defamiliarize, de-dipianize, de-castrate, defalocize, destroy theater, dream and ghost, decode, deterritorialize, with Guattari and Deleuze and Mbembe and Gonzalez and Souza and Preciado and Akotirene and Foucault and Oyèrónke and Fanon and Nego Bispo. An amazing curettage in teacher education, in the Curriculum, in the economy of desire, in identity politics, in the School, in the World. Schizoeducation is machinery of collective desire in the fight against the class interests of Integrated World Capitalism, of the slavery of the self. It is a roll of the dice of biopolitics pregnant with biopower. In contrast to the classical opposition between State and Market, schizoeducation is a process of mapping the lines of co-engagement between Capitalism and State, between Democracy and Authoritarianism, between Fascism and Freedom of Expression. Schizoeducation applied to Education is an alliance between Deleuze-Guattarian pragmatics, in the investigation of Existential Territories. A theft of the Generative, Transformational, Diagrammatic, and Machinic components of schizoanalysis; theft of Clarissa Alcantara's body-language performance. Schizoeducation is set in motion in to become-black in the world alongside Mbembe and Oyèrónké and Nego Bispo, in to become-trans alongside Preciado and Indianare Siqueira and Linn da Quebrada, in to become-indian alongside Ailton Krenak and Sandra Benides and many more - minority becomes. As a generative component, it is dedicated to mapping the semiotic regimes of the signifier, pre-signifier, post-signifier, and counter-signifier. As well as, the economic, legal, techno-scientific and subjectivation semiotics, understanding that

capitalist subjectivation or the Capital Plan is inseparable from the process of racialization, of generification of the cisheteronormative Western male model - therefore intersectional. As a transformational component, it maps symbolic (signifying semiotics), analogical (pre-signifying semiotics), mimetic or conscientious (post-signifying semiotics) or strategic and polemical (counter-signifying semiotics) translation movements. As a diagrammatic component, it investigates dated and named abstract machines in relation to semiotically and physically unformed matter, potencies. Finally, as a machinic component, it investigates the agency that abstract machines effect, semiotizing the matters of expression and physicalizing the matters of content. Schizoeducation is the investigation of lines of deterritorialization that are sometimes relative, sometimes absolute; sometimes negative, sometimes positive. Between strata and vanishing lines; between machinic agencements of content and expression, between abstract machines that engender diagrammatic possibilities of life in the making, schizoeducation moves, is moving, and makes move. Back, the earth; Megamachine, mechanosphere.

**Keywords:** Body-language. Countercolonialism. To become-black of the world. Schizoanalysis. Involution.

## RESUMEN

La esquizoeducación es un ejercicio inculto de mapeo de líneas revolucionarias que oscilan entre el polo paranoico fascista y el revolucionario nómada. Esquizoeducación es una contra-historia que legitima la esclavitud de los pueblos negros e indígenas, que justifica atrocidades en nombre del Humano y del Desarrollo Científico. Arriesgarse: es involución sin idealidad reconstituida. Afirma que solo hay aprendizajes, solo hay partos, aunque algunos abortos ocurren en el aula o en la escuela. Esquizoeducação es la alianza de la Reina Nzinga y los pueblos imbangala y Cunhadismo y (k)quilombo y la performance del lenguaje corporal de Clarissa Alcântara. Está en devenir-negro, devenir-indio, devenir- trans. Es una composición de flujos que no tienen identidad, género, raza ..., pero no niega la existencia de estratos de raza, género, clase pegados a la piel de la tierra. Son hecesidades contra las identidades del colonialismo. Es contracolonialismo. Esquizoeducación es una actividad maliciosa: desfamiliarizar, desedipianizar, descastrar, desfalocizar desasignar, destruir teatro, sueño y fantasma, decodificar, desterritorializar, con Guattari y Deleuze y Mbembe y González y Souza y Preciado y Akotirene y Foucault y Oyèrónké y Fanon y Nego Bispo. Un asombroso legrado en la formación de profesores, en el Currículum, en la economía del deseo, en la política de la identidad, en la Escuela, en el Mundo. La esquizoeducación es la maquinaria del deseo colectivo en el combate a los intereses de clase del Capitalismo Mundial Integrado, de la autoesclavitud. Lanzamiento de datos de biopolíticas embarazadas de biopotencias. En contraste con la clásica oposición entre Estado y Mercado, la esquizoeducación es un proceso de mapeo de las líneas de coengendramiento entre Capitalismo y Estado, entre Democracia y Autoritarismo, entre Fascismo y Libertad de Expresión. La esquizoeducación aplicada a la Educación es una alianza entre la pragmática deleuze-guattariana, en la investigación de los territorios existenciales. Robo de los componentes Generativo, Transformacional, Diagramático y Maquínico del esquizoanálisis; robo de la performance del lenguaje corporal de Clarissa Alcântara. Esquizoeducación se pone en movimiento devenir-negro del mundo junto a Mbembe y Oyèrónké y Nego Bispo, en devenir- trans junto a Preciado e Indianare Siqueira y Linn da Quebrada, devenir-indio junto con Ailton Krenak y Sandra Benides y muchos más – devenires-minoritarios. Como componente generativo, se dedica a mapear los regímenes semióticos significante, pre-significante, post-significante y contra-significante. Así como las semióticas económicas, jurídicas, técnico-científicas y

de subjetivación, entendiendo que la subjetivación capitalista o Plan Capital es inseparable del proceso de racialización, de genificación del modelo cisheteronormativo masculino occidental, por tanto, interseccional. Como componente transformacional, mapea movimientos de traducción simbólica (semiótica significativa), análogos (semiótica pre-significante), miméticos o concienzudos (semiótica post-significante) o estratégicos y controvertidos (semiótica contra-significante). Como componente diagramático, investiga máquinas abstractas fechadas con nombres propios, en relación con materias semióticas y físicamente deformadas, potencias. Finalmente, como componente maquínico, investiga los agenciamientos que componen las máquinas abstractas, semiotizando las materias semióticas y fisicalizando las materias de contenido. Esquizoeducación es una investigación de líneas de desterritorialización, a veces relativas, a veces absolutas; a veces negativas, a veces positivas. Entre estratos y líneas de escape; entre agenciamientos maquínicos de contenido y expresión, entre máquinas abstractas que engendran una posible diagramación de la vida por hacer, la esquizoeducación se mueve, es movimiento y hace mover. De vuelta, la tierra; Megamáquina, mecanosfera.

**Palabras clave:** Lenguajecorporal. Contracolonialismo. Devenir-negro del mundo. Esquizoanálisis. Involución.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>FAZER VARIAR: DESTINO DE UM PERFORMER EM PESQUISA NA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>SOBRE ESTUDO E APRENDIZAGEM E DELEUZE E MUITO MAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À EVOLUÇÃO HISTÓRICA – INVOLUÇÃO.....</b>	<b>38</b>
3.1	<i>Rainha Nzinga, povos Jaga e a resistência à escravidão da África a partir do século XV.....</i>	46
3.2	<i>A invenção de uma resistência negra – do Kilombo de África ao Quilombo dos Palmares.....</i>	58
3.3	<i>A negligência historiográfica acerca dos povos nômades, os “jagas” – a racialização de negros.....</i>	62
3.4	<i>Racialização da religião: do fetichismo africano ao fetichismo europeu e neopentecostal.....</i>	71
3.5	<i>Nativos pindorâmicos: “negros da terra”.....</i>	80
3.6	<i>Colonização do gênero e da sexualidade: uma violenta colonização do corpo.....</i>	85
3.7	<i>Movimento contracolonialismo de nativos pindorâmicos.....</i>	87
3.8	<i>“Negros da terra”, negros de África: o genocídio como sintoma da Modernidade. Precisamos involuir!.....</i>	92
3.9	<i>A questão do Branco: racialização do modelo opressor.....</i>	99
3.10	<i>Não se trata de pós-modernidade, a questão é contramodernidade e contracolonialismo.....</i>	102
3.11	<i>Que involução tem a ver com racialização: esquizoeducação aplicada às políticas de identidade no Brasil e na Terra inteira.....</i>	113
<b>4</b>	<b>ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À IDENTIDADE – DEVIR MINORITÁRIO.....</b>	<b>128</b>
<b>5</b>	<b>ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À FORMAÇÃO DE PROFESSORAS – PARTOS POR VIR.....</b>	<b>163</b>
<b>6</b>	<b>ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA AO CURRÍCULO – PLANO DE COMPOSIÇÃO.....</b>	<b>180</b>
<b>7</b>	<b>ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À ECONOMIA DO DESEJO – UMA LUTA ANTIFASCISMO.....</b>	<b>191</b>

7.1	<i>Esquizofrenizando a luta de classes – o escravo liberto, terceiro excluído e movimento esquizo.....</i>	191
7.2	<i>O que é o Público – questão urgente.....</i>	204
7.3	<i>Devir negro do mundo – o capitalismo devém possível.....</i>	219
7.4	<i>Desejo anticolonialismo – desterritorialização de categorias coloniais.....</i>	229
7.5	<i>Feitiçaria anticolonialismo contra a perversão monoteísta.....</i>	234
<b>8</b>	<b>INTRODUÇÃO À ESQUIZOEDUCAÇÃO OU ESQUIZOEDUCAÇÃO II APLICADA À EDUCAÇÃO.....</b>	<b>248</b>
8.1	<i>Estudo do componente Gerativo aplicado à esquizoeducação.....</i>	251
8.2	<i>Estudo do componente transformacional aplicado à esquizoeducação..</i>	260
8.3	<i>Performance contracolonialismo contra o teatro edipiano colonizador.....</i>	264
8.4	<i>Estudo do componente diagramático e do maquínico aplicado à esquizoeducação – agenciamento de corpo (conteúdo) e de expressão...</i>	271
8.5	<i>Esquizoeducação em devir-revolucionário: como conjurar a produção de um aparelho de Estado sem que a máquina de guerra devenha louca.....</i>	284
<b>9</b>	<b>ESQUIZOEDUCAÇÃO – thésis para experimentar esquizoeducações.....</b>	<b>304</b>
9.1	<i>Tarefa positiva da esquizoeducação.....</i>	304
9.2	<i>Tarefa negativa da esquizoeducação – atividade maldosa.....</i>	305
	<b>COISAS QUE insPIRARAM E CONTINUAM A insPIRAR.....</b>	<b>307</b>
	<b>HASTE - ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À POLÍTICA – (K)QUILOMBO CONTRA A DEMOCRÁTICA OPINIÃO.....</b>	<b>315</b>

# Síntese conjunta

## Módelo

ca despista

pesquisa

ctando

Máquina despista

Comprova os dados

solução

de acordo

de implementação



**SCAN ME**

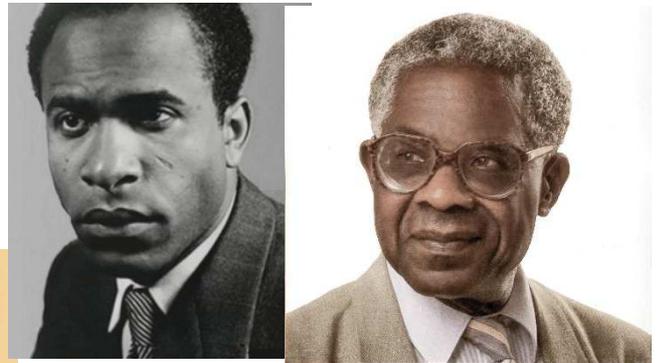
## Máquinas de desrostificação estrangeiras



Oyèrònké Oyèwùmí, nigerina (1957). Fonte: internet.



Achille Mbembe (1957), camaronês. Fonte:



Frantz Fanon (1925-1961) e Aimé Césaire (1913-2008), martinicanos. Fonte: internet.



Sobonfu Somé, burquinesa (-2017). Fonte: internet.



Paul B. Preciado (1970), espanhol. Fonte: internet.

## Máquinas de desrostificação afro-pindorâmicas



Indianare Siqueira (1971), paranaense, brasileira, de coração carioca. Fonte: Instagram pessoal.



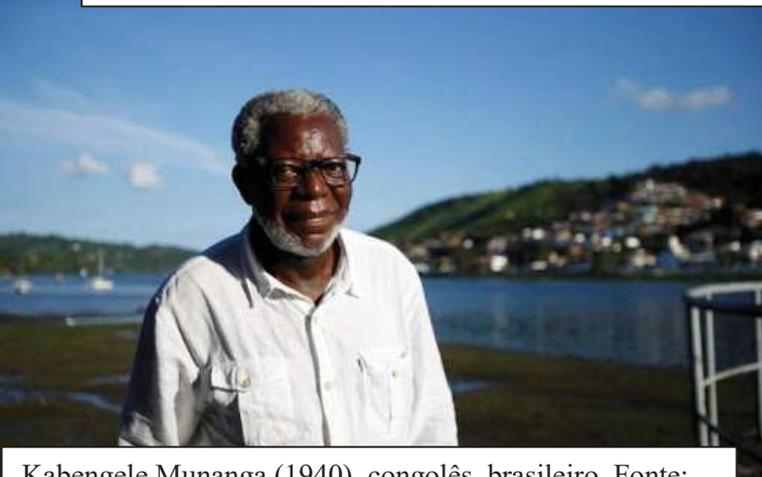
Antônio Bispo dos Santos (1959), o Nego Bispo, piauiense, brasileiro. Fonte: Internet.



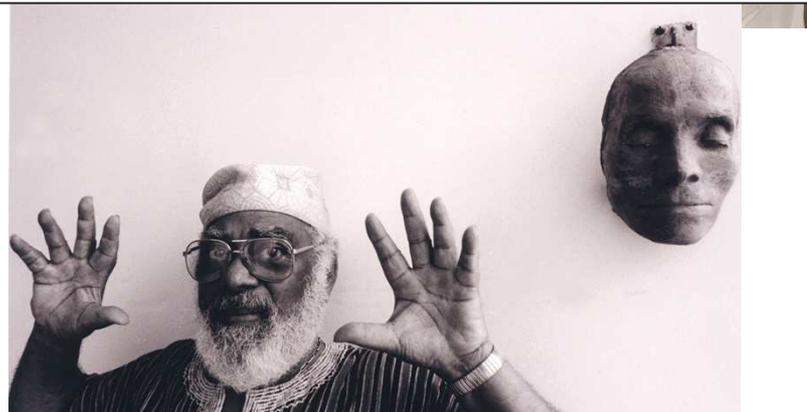
Ailton Krenak (1953), do povo Krenak, mineiro, brasileiro. Fonte: internet.



Linn da Quebrada (1990), paulistane, brasileira. Fonte: Facebook pessoal.



Kabengele Munanga (1940), congolês, brasileiro. Fonte: internet.



Abdias Nascimento (1914-2011), paulista, brasileiro. Fonte: internet.



## 1 FAZER VARIAR: DESTINO DE UM PERFORMER EM PESQUISA NA EDUCAÇÃO<sup>2</sup>

Uma questão se avoluma nas pesquisas. Vinda de muitos lugares, uma pergunta sempre se faz: afinal, que um artista, que aqui poderia chamar *performer*, faz no território da Educação? Por que teria trocado o território da pesquisa em Arte pelo da Educação? Inicialmente, quando aportei em terras educadas, minha preocupação era defender aspectos formativos das apresentações artísticas, fossem elas teatrais, performance, balés, óperas, concertos... Com a travessia, isto então pareceu certo<sup>3</sup>. O que era antes uma questão política – afirmação do valor da arte como formação nobre – e, por isso, do artista como um educador ou pedagogo, sem ser necessário nenhum hífen (arte-educador, educador-artista, professor-performer), tornou-se outra questão assustadora. Se a arte também pode servir para formatar, educar, ser pedagógica, produzir ideal como uma arte-educação, o que escaparia deste pressuposto de uma forma capturada?

A Pedagogia, a Escola, a Disciplina, o Currículo, o Cronograma tinham a ver com um ideal formatado para um cidadão de bem, educado. Mérito não só da Escola Moderna, mas do teatro Grego Clássico, descrito inclusive por Aristóteles em sua Poética e, como bem aponta Augusto Boal, de caráter coercitivo<sup>4</sup>, com função de mostrar ao Cidadão Grego os limites da relação entre Estado e Indivíduo. Dramatizava-se a implacável submissão dos indivíduos ao destino trágico que determinava a vida de homens e deuses. A catarse servia para despertar terror e compaixão e tornou-se um eficiente modelo de propagação dos ideais civilizatórios daquela sociedade.

---

<sup>2</sup> Uma versão deste texto foi apresentada ao Ateliê de Performances da UERJ, numa sexta, 13 de novembro de 2015. Um projeto de extensão coordenado pela Professora Doutora Eloísa Brantes, do Departamento de Teatro do Curso de Artes Visuais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, desde 2015 e que vem resistindo e inventando novos fazeres de arte na e da academia.

<sup>3</sup> MENDES, Tarcísio Moreira. **Do Artista ao educador e artista OU Do artista na sala e do educador no palco OU Sobre uma vivência da arte**. Orientadora: Maria Helena Falcão de Vasconcelos. 2011. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teatro e Dança na Educação) - Faculdade Angel Vianna, Juiz de Fora, 2011.

<sup>4</sup> Cf. BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

No entanto, que experimentava na minha vida como performer era um exercício de liberdade assustadora que sempre punha em questão se aquilo era uma cena precisamente ensaiada, um improviso ingênuo ou uma ação espontânea. Não se tratava de uma propaganda de ideais, nem desejava despertar sentimentos trágicos. Mesmo com ensaio havia algo que surgia no improviso da atuação ao vivo e que, às vezes, por ser tão sutil se mostrava ingênuo. Porém, só se mantia enquanto ato porque se sustentava como um acontecimento disposto a compor com o acaso, atento às matérias, ao corpo que se constituía ali, no encontro, *nu* encontro. Curiosamente, esta indefinição no ambiente da arte, que por vezes se mostrava impotente, sucumbia a um exercício elaborado de definição na História da Arte. A própria indefinição da Arte da Performance se transformava em uma segura definição impotente para algo que estava intimamente ligado à produção de vida, de um modo de vida possível para além dos padrões impostos por grupos majoritários, nem sempre numerosos.

A criação na pesquisa se voltou para produção ou percepção de escapes aos padrões que limitavam a vida ou a arte ou a pesquisa. E sendo o território da Educação um disseminador potencial e eficiente da organização e dos ideais hegemônicos, vislumbrei um campo para perceber, propor, inventar e, principalmente, disparar junto de outros tantos, outros possíveis da vida se fazer que não os impostos massivamente e maciçamente. Ainda que não tivesse controle sobre o que era disparado.

Mesmo as pedagogias mais libertárias, os currículos que se desejavam mais rizomáticos, as metodologias mais inventivas resguardam em si uma idealidade letal para uma vida variante. E, neste sentido, um dos maiores desafios enfrentados na pesquisa, sem dúvida, é o de se manter escapando ao desejo do controle de resultados, de proposição de soluções universais, homogeneizantes. Não que não seja possível produzi-las, pois até certo ponto faço o que se faz em qualquer pesquisa: me apoio em algo já feito, por mínimo que seja, graças a algum resultado anterior – aqui o parâmetro é a produção de vida possível – proponho com isso alguma coisa e colho o resultado produzindo e com isso produz-se um registro da pesquisa, no passado uma dissertação, agora, uma tese.

Como podemos perceber, o modo de procedência é quase o mesmo de uma tradicional pesquisa científica. No entanto, algo se diferencia radicalmente no registro em pesquisa. Ou, definitivamente, o modo de pensar pesquisa: há um lance de dados, uma atenção, uma percepção outra, uma composição de energia de produção, de consumo e de registro disparadas ao mesmo tempo e ainda disparadoras de outras

tantas. Se numa pesquisa tradicional a análise de resultado está atenta ao que se mantém, à constância, à eficácia do método para alcançar determinado resultado pressuposto, observando a maior quantidade de repetições, nossas pesquisas se ocupam em perceber e em fazer variar os resultados ou com suas variações. Não que isso seja privilégio nosso, afinal, toda pesquisa faz variar alguma coisa. Aliás, a vida só existe porque faz variações e não constância. Isto a Ciência Clássica quem comprova: homo sapiens é uma variação da constante de homínídeos; a baleia é uma variação da constante dos animais marinhos e mamíferos; a galinha é uma variação da constante das aves, o vírus da Aids é uma variação da constante dos pequenos animais microscópicos; assim como o sars-CoV-2 é uma variação do coronavírus; a Língua Portuguesa é uma variação da constante de linguagens articuladas; as linguagens são uma variação da constante da língua da vida.

Guattari e Deleuze ao pensarem a respeito da máquina abstrata da língua desfoçam a centralidade da observação dos invariantes para apostar em fazer variar toda a cadeia. Dizem do *tensor*, um elemento que é exterior à língua, aquém ou além e que produz variação na língua. Aqui performance é tensor da pesquisa, da máquina abstrata que põe a variar a variação das educações. "Eis porque o tensor não se deixa reduzir nem a uma constante nem a uma variável, mas assegura a variação da variável, subtraindo a cada vez o valor da constante  $(n-1)$ "<sup>5</sup>. Eles lembram que geralmente as variações da língua são reservadas aos poetas, às crianças e aos loucos, e que a máquina abstrata da língua é definida pelas constantes. Assim, como numa máquina abstrata da pesquisa, estas constantes só poderiam ser modificadas secundariamente. Na diferença disso, eles propõem que a máquina abstrata não é Universal ou geral, mas singular; não é atual, mas virtual-real, pura potência. Não possui regras obrigatórias ou invariáveis, mas regras facultativas que variam sem cessar com a própria variação. Desse modo, a máquina abstrata seria marcada não por suas constantes, mas por seus possíveis inexplorados, linhas de fuga. O tensor, no caso, a performance no território da Educação, antes de ser tomada como uma variante em relação às constantes, leva ao estado de variação contínua as formas corretas de pesquisa em educação e em arte, arrancando-as de seu estado de constante. A máquina abstrata de pesquisa desterritorializada pelo tensor performance, traça linhas de variação contínua, enquanto

---

<sup>5</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 20 de novembro de 1923 – Postulados da linguística. In.: \_\_\_\_\_. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia, vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995, p. 47.

o agenciamento concreto trata das variáveis e organiza relações muito diversas de acordo com essas linhas. Por isso, não se trata de se defender dos ataques que julgam que performance não deve ocupar o território de pesquisa em educação, como ocorridos em 2017 contra a Dissertação Esquizita<sup>6</sup>. Nem mesmo de defender a supremacia da arte em relação ao campo tradicional da Educação ou ainda idealização de uma singularidade artística a ser replicada no território da pesquisa acadêmica. Trata-se, sobretudo, de traçar linhas de fuga, perceber agenciamentos funcionando – de corpo e de expressão –, ora produzindo obriedade em ressentimento e perseguição; ora mais inesperados, e mais desejosos, produzindo possíveis outros da vida se fazer. Não há mais sentido em distinguir um método Universal e constante em oposição a metodologias variáveis e individuais. "A máquina abstrata é sempre singular, designada por um nome próprio, de grupo ou de indivíduo, ao passo que o agenciamento de enunciação é sempre coletivo, no indivíduo como no grupo" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 48). A pesquisa Educação Esquizita é uma máquina abstrata singular, pura potencial em variação, funcionando em relação aos agenciamentos coletivos concretos de corpo e produzindo agenciamentos coletivos de expressão. Uma máquina abstrata Esquizeeducação agenciada e agenciando filosofias e arte da performance. "Nenhum primado do indivíduo, mas indissolubilidade de um Abstrato singular e de um Concreto coletivo" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 48). A pesquisa não quer dizer nada. "Performance. Nada a dizer" (ALCANTARA, 2011, p. 11). Mas é pura expressão. A performance no território da educação não é método ou metodologia ideal a ser reproduzida. A performance na educação é pura abstração, produto de agenciamentos de corpo e de expressão que faz diagrama, atinge outros agenciamentos, para, enfim, inventar agenciamentos outros e fazer funcionar outras máquinas que podem ser ora fascistas, ora revolucionárias. Pois não há máquina abstrata independente de agenciamentos; nem agenciamentos que funcionam independentemente de uma

---

<sup>6</sup> Alguns incômodos e ataques surgiram do duplo da dissertação de mestrado "Uma Educação esquizita. Uma Formação *bricoleur* – processo ético e estético e político e econômico" (MENDES, 2015) e a performance com o título "Performance de uma qualificação de mestrado em Educação". Uma performance e um corpo nu na educação (corpo nu na educação pode?); um resumo que não segue os padrões (uma dissertação em Educação fora do padrão pode? Uma Educação fora de padrões pode?); um *abstract* que não é uma simples tradução do resumo (Que linguagem tem a Educação?) A pergunta talvez fosse: o que uma performance pode na Educação? Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k3zOtrWo8R4>. Acessado em 04 de set. de 2018.

máquina abstrata. Eis os riscos.

Não se trata ainda de opor uma variável em relação a uma constante. Trata-se de regras facultativas que produzem um *continuum* de variação, que põe em variação todas as linhas, na diferença de regras obrigatórias que tratam as variáveis de modo a extrair delas constantes e relações constantes<sup>7</sup>. Variar é produção de vida. Pôr a pesquisa para variar. Enlouquecer. "Este pesquisador está variando das ideias!" Teria descrição mais potente que esta? Pôr a Escola, a Arte, a Pesquisa, a História, a Filosofia ou a Matemática para variar, como fazem Clareto e Rotondo (2015)<sup>8</sup>. Pôr o aluno e a aluna para variar. Pôr a professora ou o professor para variar. Pôr uma banca de avaliação para variar. Pôr *si* em variação. Ao ir com a performance para o território da Educação algo variou. Desestabilizou a performance e por conseguinte, meu lugar na performance que estava protegido, por mais frágil que fosse, por uma galeria, festival ou evento de arte. "Não, a barba não..."; "Tarcisio, você tinha só 15 min"; "Isto é lixo, não é pesquisa científica", "Cassem o título de mestre dele!" "A Pró-reitora de Pós-Graduação pede explicações para dissertação tão dessemelhante"<sup>9</sup>. Coisas que se produziram ao longo da performance pesquisa no território da Educação. Mas há algo que escapa e faz escapar arte da performance e pesquisa em educação...

Fazer variar uma aula, fazer variar uma aula de matemática, fazer variar uma aula de arte. Quando algo varia, escapa a uma forma, entra em devir para fazer do Mesmo outra coisa, um bloco de devir. Como um aluno, numa aula sobre folclore, 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais de uma escola Pública que chega a mim com uma folha pautada com milhares de pontos feitos à caneta esferográfica azul. Uma folha completamente tomada por pequenos pingos de tinta azul. Um garoto, branco, magro,

---

<sup>7</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 20 de novembro de 1923 – Postulados da linguística. In.: Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia, vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995.

<sup>8</sup> "Este artigo investiga a pesquisa em educação matemática, colocando em estado de problematização os substantivos: pesquisa, pensamento, conhecimento, sujeito. Os sentidos são torcidos em verbos, que, juntos à poesia de Manoel de Barros, pegam delírio", parte do resumo que convida à leitura do artigo "Pesquisar: inventar mundos com Educações Matemáticas" de CLARETO, Sônia Maria; ROTONDO, Margareth Ap. Sacramento. In.: **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 08, n. 18, 2015, p. 671-686. Disponível em <http://seer.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/1457>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

<sup>9</sup> Ao ser interpelada pela Ouvidoria da UFJF, a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFJF, ao não ser capaz de produzir relação de Identidade com outros trabalhos acadêmicos da instituição, em pedido de esclarecimento ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF, classifica o trabalho dissertativo de Mendes (2015) como "tão dessemelhante" (sic).

óculos arredondados, tomado pela obsessão de fazer pontos numa folha. Um colega dele diz "que doido, né professor!?". E ele "já contei mais de cinco mil, assim, assim, assim...." Perco-me na explicação, fico variando das ideias... Que exercício peculiar, que transtorno mais genuíno. Penso perguntar tanta coisa: como começou, por que começou, que motiva a continuação do trabalho... Algumas respostas vêm, mas nem lembro, fico variando. E ele, já parecendo mais tranquilo com a minha reação, diz: "Meu padrasto disse que isso é coisa de doido". Ele varia. Eles variam. E aí então busco regularidade: claro que não, isto é quase um trabalho artístico, quero que continue até preencher a folha toda. Para quê? Não sei. Para parar de variar. Para que possa continuar variando? Tento lembrar o nome de algum artista famoso, de alguma obra reconhecida para justificar aquele ato. Mas não. Aquilo não era a produção apenas de uma obra de arte, nem tampouco de matemática, mas fazia variar Arte e Matemática, fazia variar Aula de Arte e Matemática. "Mas isto pode, professor?". Ignorava a pergunta, pois como professor, teria que dar uma resposta. E me perguntava: "Isto pode professor?". Variava como professor. Avariado. Aquilo podia, ou aquilo se impunha não por um desejo de aluno de arte que quer fazer arte, nem tampouco pelo desejo do professor de arte de fazer arte ou deixar livre, aquilo se fazia porque fazia variar tudo que encontrava, tudo em encontro, não deixando impune qualquer relação preestabelecida ou predeterminada, não deixando constante qualquer território limitado.

Fazer variar, eis o destino de qualquer pesquisa sem Ideal de Pesquisador. Porque quando este existe, vai querer regular, criar constância, objetivá-la. Há mal nisso? Nenhum. Assim como a variação nunca cessará. Senão, já é morte. E é isso que nos faz reconhecidos como Travessia no Nec, no PPGE e agora, no Brasil: a capacidade de variar. De se entregar ao não controle dos resultados não porque não sejamos capazes, mas porque é ineficaz, "idealidade do espaço estriado, mas realismo do espaço liso"<sup>10</sup>. Fazemos variar com fabulações de formigas<sup>11</sup>, quaresmando<sup>12</sup>, cartografando;

---

<sup>10</sup> Numa nota que pode passar quase despercebida, a número 26, do texto "1440 – o liso e o estriado", Guattari e Deleuze discutindo o espaço riemanniano e sua relação com as mônodas, lançam programa de uma "nomadologia", denunciando a idealidade do espaço estriado frente ao realismo do espaço liso. Cf. DELEUZE, G; GUATTARI, F. 1440 – o liso e o estriado. In: \_\_\_\_\_. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, Vol. 5. Trad. de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997/2012.

<sup>11</sup> Referência à dissertação de mestrado da membra do Travessia Grupo de Pesquisa, Leiliane Paixão, que investiga as relações entre produção de Saúde, formação de professoras, fabulações com formigas. Cf. PAIXÃO, Leiliane Aparecida Gonçalves. **Entre delírios e contos: (doces?)**

fazendo da filosofia performance<sup>13</sup> e apagando outra na produção de mais filosofia, na produção que só pode ser arte<sup>14</sup>. Fazemos variar imagens do corpo, do controle sobre o corpo, de saúde e de doença, ao arriscar avariar a regularidade, uma hiperatividade, sem garantia alguma, no entanto, afirmando mais vida<sup>15</sup>. Fazemos variar uma costureira alinhavando conceitos, espelhando formas, na flexão de vidas<sup>16</sup>; fazemos variar uma matemática, uma filosofia, uma arte, uma pedagogia, avariando sempre que possível para que só possa variar! "A questão não é a de se reterritorializar em um dialeto ou um patuá [ou numa metodologia], mas de desterritorializar a língua [a Ciência] maior" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 54). Avariámos territórios fixos para variar

---

**composições em aberturas de possíveis em educações.** Dissertação (mestrado acadêmico) Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2019, 94 p. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10000>. Acessado em 26 de fev. de 2020.

<sup>12</sup> Termo inventado pela pesquisadora e membra do Travessia Grupo de Pesquisa, Fernanda Azevedo para problematizar a formação de professoras de matemática e outras coisas mais. Cf. AZEVEDO, Fernanda de Oliveira. **matemática quaresma formação.** Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2016, 95f. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2245>. Acessado em 17 de novembro de 2017.

<sup>13</sup> Marcos Vinícius Leite se aventura numa investigação viva na relação entre filosofia, Ensino de Filosofia, Educação Básica, produção de subjetividades e arte, estreitando as relações e, por vezes, com-fundindo arte e filosofia. Para ver mais LEITE, Marcos Vinícius. **Como corpo lançado em sala de aula tornou-se patas ao chão, língua ao vento. Cartas, passeios e peles em aulas de filosofia** (tese de doutorado). Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3781>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

<sup>14</sup> Referência à tese de doutorado de Fabrício da Silva Teixeira Carvalho, outro membro do Travessia, que investiga a relação entre Arte e Educação, formação de artista e de docente, e usa como método de pesquisa o apagamento de textos consagrados na academia, para produção de novos textos. Para ver mais CARVALHO, Fabrício da Silva Teixeira. **Educaçãoarteprofessorartista** (tese de doutorado). Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5602>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

<sup>15</sup> Referência à dissertação de mestrado de Cláudio Cabral, membro do Travessia e do GESED, que investiga a relação entre educação e medicalização, com atenção especial ao TDH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). Para ver mais: CABRAL, Cláudio Orlando Gamarano. **Entre xaropes, baleias e TDAHs: a escola e a medicalização** (dissertação de mestrado). Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1631>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

<sup>16</sup> Referência à pesquisa de mestrado de Raphaela Mattos que investigou a relação entre arte, artes manuais e educação, produziu como um de seus materiais de pesquisa, um livro de espelhos. Para ver mais MATTOS, Raphaela Malta. **Entre retalhos e alinhavos: (des)costurando uma professora de artes** (dissertação de mestrado). Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1363>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

territórios, desterritorializar, com riscos de reterritorialização, arriscando variar e inventar uma terra inteira.

Seguindo variando, em variações. Em travessias.

## 2 SOBRE ESTUDO E APRENDIZAGEM E DELEUZE E MUITO MAIS<sup>17</sup>

Um vídeo, “Pensadores e a Educação – Gilles Deleuze” (2009), disponível no YouTube<sup>18</sup>, é iniciado com a seguinte afirmação: “Deleuze foi um filósofo e professor francês que nunca escreveu sobre Educação”. Silvio Gallo, um dos convidados do filme e reconhecido estudioso da vida e obra de Deleuze no Brasil, acrescenta, ao longo da obra, que o convite é pensar a partir da habitação no território da Educação para criar conceitos que ajudem nas respostas aos problemas específicos da Educação. Lança-nos no estudo e, aqui, outro convite: pensar a partir da habitação do território da Educação agenciando, agenciado e sendo agenciamento arte da performance para fugir e fazer fugir um território educado. Para fugir aos problemas da Educação e fazer fugir os problemas de uma educação. Deleuze diz quase inaudível no *P de Professor* de seu abecedário<sup>19</sup>: “A escola é o contrário do movimento”. A questão neste sentido não é esperar pelo futuro da Revolução, na forma revolucionária a ser aplicada à Educação para fazer com que todas e todos e todes sejam educados. A questão é se mover pelos devires revolucionários, que são involutivos, que liberam políticas grávidas de mais biopotências com perigos, ainda de abortos e reterritorializações numa paranoia fascista.

Se Deleuze escrevesse um livro sobre Educação, ele escreveria “Proust e os signos” ...

...Se Deleuze escrevesse um livro a respeito da História da Educação, ele escreveria “O anti-Édipo” e “Mil Platôs” ...

Se Deleuze escrevesse um livro de antropologia, ele escreveria “O anti-Édipo” e “Mil Platôs” ...

---

<sup>17</sup> Uma versão deste texto foi apresentada ao III Seminário Internacional de Filosofia, Poética e Educação: Elogio do Estudo, ocorrido em setembro de 2018, na FAGED/UFJF, na cidade de Juiz de Fora – MG, com título “Deleuze e Educação: problematização do estudo”. Evento foi promovido pelo Núcleo de Estudos de Filosofia, Poética e Educação - NEFPE. Ver mais em <https://elogiodoestudo.wordpress.com/>. Acessado em 26 de fev. de 2020.

<sup>18</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9v6HrC17rVo>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

<sup>19</sup> DELEUZE, Gilles. **O abecedário Gilles Deleuze**. 1995. Disponível em <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>. Acessado em 14 de julho de 2018.

Se Deleuze escreveu um livro sobre economia... ele escreveu “O anti-Édipo” e “Mil Platôs” junto a Félix Guattari.

Se Deleuze escrevesse um livro sobre Educação, Economia, Política, Ciência, Arte... nunca escreveria sozinho. Por isso escreveu “O anti-Édipo” e seus “Mil Platôs” em companhia de Guattari.

Silvio Gallo com Virgínia Kastrup concordam juntos: “o professor é um emissor de signos”, como também disse Deleuze em P de Professor ou junto a Félix, no Platô 2, no 20 de novembro de 1923 – Postulados da linguística. Mas há muito mais coisas que acontecem numa sala de aula. O professor não pode controlar os signos. Ou seu desejo de controle necessariamente não garante a captura, algo sempre escapa. Gallo lembra que Deleuze advogava pelo direito às aulas magistrais nas quais não era desejado que o aluno o interrompesse, gostava de falar até o final... E isto já não seria Palavra de Ordem? – provoca a banca. Claro! “A professora não questiona quando interroga um aluno, assim como não se questiona quando ensina uma regra gramatical ou de cálculo. Ela ‘ensigna’, dá ordens, comanda. Os mandamentos do professor não são exteriores nem se acrescentam ao que ele nos ensina. Não provêm de significações primeiras, não são a consequência de informações: a ordem se apoia sempre, e desde o início, em ordens, por isso é redundância. A máquina do ensino obrigatório não comunica informações, mas impõe à criança coordenadas semióticas com todas as bases duais da gramática (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verbo, sujeito do enunciado-sujeito da enunciação). A unidade de elementos da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, pp. 11-12). Pois, se a Palavra de Ordem é sentença de morte, é marca na pele, “ensigna”, ela é ao mesmo tempo “um grito de alarme, uma mensagem de fuga” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 58). Não venham por aqui! Ou como José Régio responde “Ah que ninguém me dê piedosas intenções/ Ninguém me peça definições/ Ninguém me diga ‘vem por aqui!’ /.../ Não sei por onde vou,/ Não sei para onde vou/ Sei que não vou por aí”<sup>20</sup>. Como o vídeo de uma aula magistral de Deleuze exibido numa aula da pós-graduação em Educação em que ele falou até o fim. Deleuze explicava a relação de redundância do signo, desenhava no quadro círculos e mais círculos e pontos para dar a entender seu estudo, entre a

---

<sup>20</sup> Este poema, Cântico Negro, do português José Régio (1901-1969), faz parte de uma das Hastes do rizoma da Dissertação Esquizita. Cf. MENDES, Tarcísio Moreira. **Uma Educação esquizita. Uma Formação bricoleur – processo ético e estético e político e econômico.** Op. Cit.

frequência e a ressonância, enquanto na sala de aula, outros círculos de signos se faziam, outros pontos se conectavam, ricocheteavam e abriam linhas e mais linhas de composição: latidos de cachorro, pessoa que entra na sala pela janela, zoom da câmera em direção à plateia ao invés de zoom no magistral professor... uma falação, fumaça e um cheiro de cigarro... (DELEUZE, 1975)<sup>21</sup>. Infinitude de signos e de composições que escapam às palavras de ordem do professor! Signos remetendo a signos: significância e frequência! Signo desterritorializando signo e reterritorializando em outro ponto na linearidade, em subjetividade: ressonância. Signos devorando signos, numa fagia ininterrupta: analogia. Signo destruindo símbolos na produção de novos diagramas: estratégia e polêmica! Composições infinitas.

Numa saleta ou num salão, na periferia ou na universidade o que resta ao professor é fazer “O melhor de nós!”, sugerem os professores e as professoras do vídeo sobre Deleuze e educação. Resolvido o problema! Solução de todos os problemas! Problemática! Mas qual é o padrão a ser seguido, o melhor a ser feito? Um golpe. Golpe não produzido pela direita ou pela esquerda. Golpe sofisticado, deixando-nos atordoados, atônitos. Golpe fascista, machista, misógino, lgbtfóbico e, sobretudo, racista! Homem branco é visto com mala de dinheiro, gravado em conversas telefônicas dizendo “tem que ser um que a gente mata antes de delatar” – vira suspeito. Afinal a gravação é ilegal, o dinheiro não tem dono e meia tonelada de cocaína é apenas para o consumo próprio, o terreno do aeroporto foi doado para prefeitura. Um nordestino, em devir negro do mundo, como provoca Achille Mbembe, ou como diz Nilma Lino Gomes, um negro, sem apartamento no seu nome, sem escritura de sítio em Atibaia, não é suspeito, tem-se a convicção de que ele é culpado. Rico roubar já é o sabido... na política institucional, então, é fato. No mercado financeiro com *offshores*, paraísos fiscais garantidos por ações estatais, contas em bancos da Suíça, é o desvio esperado<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Ver DELEUZE, Gilles. **Sobre dois regimes de signos**. (Filme). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-xhk7xLoZeg>. Acessado em 14 de julho de 2018.

<sup>22</sup> Escândalos de crimes financeiros são recorrentes no nosso cotidiano Capitalista com participação de grandes empresários do setor privado e funcionários de Estado. Um dos mais recentes ficou conhecido como Panamá Papers, escândalo no qual aparece a empresa Mossak Fonseca agenciando milhares de contas internacionais para abrigar dinheiro ilícito. Foi revelado o beneficiamento de centenas de políticos importantes e poderosos do mundo inteiro, gerando inúmeras renúncias e demissões. No Brasil, políticos como o ex-deputado Eduardo Cunha, o ex-senador Edison Lobão e o ex-prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (que teve o filho citado) revelaram-se envolvidos. Aparecem ainda empresários de construtoras brasileiras como a Queiroz Galvão e Mendes Junior, investigados pela Operação Lava Jato. Já o atual senador

Mas pobre roubar é impensável! Pobre com bolsa, nem de família. Condenemos antes que se prove o contrário. Fazemos o melhor de nós! Elegemos um analfabeto, depositamos todas as nossas esperanças nele. O sem pecado. Na dúvida, amarramos um mourão em seu pé e lancemos n'água, se não se afogar está possuído, se afogar-se é inocente, como eram condenadas as mulheres acusadas de bruxaria, na Idade Média. Não é preciso provar a Culpa, é necessário que se prove a inocência. É assim desde que Deus morreu por nós. A moral do escravo fazendo escravo do escravo. Fazemos o melhor de nós! Sabemos o que é bom, melhor, do bem, o bom. O bom nunca é corrompido! O bem sempre vence no final, como todas as bruxas que foram mortas na fogueira ou afogadas: todas inocentes. Branco, rico, Minas-Rio é suspeito; negro, pobre, nordestino é certeza de ser delinquente. Porque o pobre sempre é tentado a roubar, é difícil resistir às artimanhas do Poder. Negro então... é coisa da raça, como disse a juíza em sentença irretocável pela branquitude acrítica<sup>23</sup>. Afinal, todo colonizado quer tomar o lugar do colono, nos alertou Frantz Fanon. É sempre preciso realizar a cerimônia de sacrifício, para que sirva de lição: negro, pobre, ladrão, não! A moral cristã que embala a direita brasileira cínica, paranoica-reacionária, adoecida, encontra aliada no moralismo da esquerda, tão perigoso, porque abandonou a cristandade. Não importa mais o interesse de classe direita ou esquerda, o que une é o desejo de destruição de tudo isso aí: fazem o melhor de nós! Sabem o que é o melhor de nós! Impõem o melhor a nós! Deus acima de tudo. A terrificação da moralidade! Isso sim: TERRÍVEL! Fazer o melhor de nós implica, desde 1500, promover o extermínio de muitos de nós! A inflexão da História de Hegel denunciada por Hanna Arendt, o ano I que não significa mais o paraíso por vir fora da Terra, mas o caminho ao paraíso na Terra – *Apocalypse Now*. Aimé Césaire denuncia o quanto incivilizado foi necessário que o europeu se

---

pelo PSDB-SP e ex-candidato à presidência, José Serra, ficou livre da acusação de caixa dois, depois que seu processo iniciado em 2016, pela Operação Lava Jato, prescreveu. Para entender um pouco como o sistema de lavagem de dinheiro funciona num mundo do Capitalismo Mundial Integrado e sua relação com o Estado, veja o filme “A lavanderia” (2019) com direção de Steven Soderberg e que conta com o elenco de Antonio Bandeiras, Gary Oldman, Meryl Streep e Sharon Stone. Misturando drama e comédia, o filme mostra como as operações da Mossack Fonseca e as criações de offshores estão mais próximas da nossa vida do que pensa nossa vã filosofia.

<sup>23</sup> UOL. Juíza diz que homem negro é criminoso “em razão de sua raça” e o condena. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/12/sentenca-de-cunho-racista.htm>. Acessado em 16 de out. de 2020.

tornasse para que civilizasse as novas terras invadidas<sup>24</sup>. Questão de tempo, de História, de Evolução e Progresso. Segundo Achille Mbembe, Heidegger e aqui dizemos a Filosofia Moderna, esposa com a moralidade judaico-cristã ao apostar na destruição da Terra para que a terra devesse um lugar de paz, a catástrofe da humanidade para que uma humanidade melhor seja possível<sup>25</sup>. Que serão daqueles e daquelas que nunca foram humanos? Neste momento, o governo estadunidense pretende rever os parâmetros de Direitos Humanos<sup>26</sup>. Eles fazem o melhor de nós! Terrível! A moralidade cristã reduzida à moral em si mesma, à moralidade do Estado laico. Moral do escravo como denuncia Nietzsche em sua Genealogia da Moral<sup>27</sup>. Do grande significante divino

---

<sup>24</sup> Cf. CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. de Noémia de Sousa. Prefácio de Mário de Andrade. Lisboa, PT: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

<sup>25</sup> Na parte “Consumo do Divino” do livro “Políticas da Inimizade”, Achille Mbembe traça uma interessante relação terrível entre a filosofia de Heidegger e a moralidade judaico-cristã, que justificam a catástrofe generalizada para qual parece caminhar o mundo como parte do desejo do processo evolutivo para criação de um mundo melhor. Achille ainda observa como povos africanos não possuem o mesmo inconsciente e apostam na relação entre diferentes, de composição, típico de regimes pré-significantes, como uma alternativa a esta subjetivação fatalista e suicida da civilidade. Cf. MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa, PT: Antígona, 2017.

<sup>26</sup> Ver “EUA REDEFINIRÃO DIREITOS HUMANOS E BRASIL ENVIA REPRESENTANTE”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/18/eua-redefinirao-direitos-humanos-e-brasil-envia-representante.htm>. Acessado em 26 de fev. de 2020.

<sup>27</sup> Em sua genealogia da moralidade do Homem Moderno, Nietzsche faz uma indispensável análise dos efeitos da transvaloração da moralidade judaico nômade à moralidade do Estado laico, típico dos ideais Ocidentais, efeito da moralidade judaico-cristã secularizada. Do Ódio do Judeu escravizado pelo Estado pagão, passando ao ressentimento cristão expresso no Amor incondicional alimentado pela certeza da vingança do Juízo Final. “Esse Jesus de Nazaré, evangelho vivo do amor, esse ‘redentor’ portador da vitória e da bem-aventurança aos pobres, aos doentes e aos pecadores – não era ele a sedução em sua forma mais inquietante e irresistível, a sedução e a via sinuosa para justamente aqueles valores judeus e inovações judaicas do ideal? Não teria Israel alcançado, por via desse ‘redentor’, desse aparente antagonista e desintegrador de Israel, a derradeira meta de sua sublime ânsia de vingança? Não seria próprio da ciência oculta de uma realmente grande política da vingança, de uma vingança longividente, subterrânea, de passos lentos e pregar na cruz o autêntico instrumento de sua vingança, ante o mundo inteiro, como um inimigo mortal, para que o ‘mundo inteiro’, ou seja, todos os adversários de Israel, pudesse despreocupadamente morder tal isca? E porventura seria possível, usando-se todo refinamento do espírito, conceber uma isca mais perigosa? Algo que em força atrativa, inebriante, estonteante, corruptora, igualasse aquele símbolo da ‘cruz sagrada’, aquele aterrador paradoxo de um ‘Deus na cruz’, aquele mistério de uma inimaginável, última, extrema crueldade e autocrucificação de Deus para salvação do homem?” (NIETZSCHE, 1887/2009, p. 24-25). Mais à frente, Nietzsche vai chamar atenção para cooptação do pensamento judaico-cristão pelo Estado, a “Roma judaizada” expressa também na fundação da “Igreja” e dizer que a Revolução Francesa foi “mais uma vitória” decisiva da Judeia no Ocidente. Cf. NIETZSCHE,

à desterritorialização da linha de fuga negativa que se reterritorializa no ponto de subjetivação da Lei do Estado laico, herdeiro daqueles cristãos que faziam o melhor de nós. Sabemos qual o melhor, somos bons porque fazemos o bem, cidadão de bem. O rico é sempre o mau e o pobre é aquele que não deve ser jamais corrompido pelo mal. O Branco é sempre bom moço e que deve ser perdoado; o índio, um preguiçoso e o negro, um devasso incivilizável. Deve ver suas terras invadidas, seus territórios destruídos, suas famílias exterminadas... deve ficar sem casa, passar fome, mas nunca se rebelar. Deve se resignar como um bom cidadão que sabe que todos fazemos o melhor. “Como diz Reich, o que surpreende não é que uns roubem e outros façam greve, mas que os famintos não roubem sempre e que os explorados não façam greve sempre: por que os homens suportam a exploração há séculos, a humilhação, a escravidão, chegando ao ponto de querer isso não só para os outros, mas para si próprios?” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 47). Que negros e pobres continuem a suportar serem explorados, pois, se alguém suspeitar que fazem como os brancos e ricos, já estarão condenados antes do Juízo Final. Na dúvida e na suspeita: condenação fatal, “mira na cabecinha”!

Talvez, fazer o melhor de nós não seja o suficiente. Porque nunca fazemos o melhor, fazemos e nos fazemos no possível. Fazer o melhor pressupõe que nossas ações desencadearão os efeitos que conscientemente nos interessa, os efeitos que se espera, o Paraíso na Terra. Mas nunca sabemos de antemão onde botamos nossos desejos, o inconsciente: eis 2016, a #vazajato e a oposição democrática que temos em nosso país, liderada pelo príncipe da sociologia que negligenciou o racismo em suas análises e por um apresentador sabático que apagou suas fotos do Instagram com um político mineiro para não ficar mal na foto.

Deleuze não escreveu sobre Educação porque o que ele mais fez, junto ou separado, foi questionar o que produzia padrões tão educados, civilizados. Afinal, todo delírio é antes um investimento de um campo social, econômico, político, cultural, racial ou racista, pedagógico, religioso, em primeiro plano, disse ele junto a Guattari. Só depois aquilo que delira aplica à sua família e ao seu filho ou sua filha um delírio que vaza e escorre por todos os orifícios. É este escape que vai determinar as revoluções nomádicas ou as reterritorializações fascistas. Preferia ele ser um professor de ficções, junto a Guattari e Challenger: “O professor se gabava cinicamente de fazer farol à custa

dos outros quase sempre dava à luz aleijões, degenerescências, coisas sem pé nem cabeça, quando muito vulgarizações idiotas. O professor, aliás, não era nem geólogo, nem biólogo, nem mesmo linguista, etnólogo ou psicanalista; há muito se tinha esquecido qual era sua especialidade. Na realidade, o professor era duplo, articulado duas vezes. Isso não facilitava as coisas, pois nunca se sabia qual deles estava presente. Ele (?) afirmava ter inventado uma disciplina que chamava de diversos nomes: rizomática, estratoanálise, esquizoanálise, nomadologia, micropolítica, pragmática, ciência das multiplicidades. Mas não se viam claramente nem os objetivos, nem o método, nem a razão de tal disciplina” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 74). Seria este um problema genuinamente à altura da Educação: não ter objetivos, métodos, nem razão, nem uma disciplina específica? E mesmo assim, sermos capazes de produzir problematizações e não apenas soluções a problemas que nos são impostos ou que nos são alheios? Desterritorialização absoluta positiva ultrapassando o plano de organização que só pode atingir o Planômeno, nada de reterritorializações no conhecido, nada de o melhor de nós! Antes, desfazer os nós! Abertura à invenção do não saber. Que educação seria capaz de tal movimento nada educado? Que estudo seria capaz de tal exercício nada educado? Que professor ou professora resistiria a este desafio? Que moralidade não seria capaz de resistir? Estudo. Aprendizagem.

Da banca de qualificação, lança uma linha que leva ao estudo, problematização da dicotomia da ação estudar versus aprender. Segundo a solução, aprender se origina de “apreender”, capturar algo, como um gato que captura um rato, por isso é aconselhado não ser desejado. Já o estudo seria da ordem do interesse, do exercício consciente e do empenho no contato com uma substância, uma honra ao mérito daquele que estuda. Na diferença da oposição entre estudar e aprender traça-se com Deleuze, Guattari, Fanon, Mbembe, Kilomba, Preciado, Césaire e tantos outros um plano de consistência, no qual estudo só pode produzir aprendizagem! A Dissertação Dessemelhante inaugura um plano de consistência no enfrentamento ao plano de organização da pesquisa acadêmica. O plano de organização no qual talvez estudar é exercício consciente, estratificado a partir de uma técnica específica que insiste “sobre o mundo”, estratificação, exercício de uma “disciplina particular”<sup>28</sup>. Neurotização do processo: “Estudar implica então, repetir, copiar, memorizar”, marcar no corpo o mundo

---

<sup>28</sup> Referência ao texto publicado na apresentação do evento “Elogio do Estudo”, já citado aqui. Disponível em <https://elogiodoestudo.wordpress.com/>. Acessado em 26 de fev. de 2020.

ou marcar o corpo no mundo, mundo suporte. Pode-se até aprender uma língua na tentativa de comunicar uma ideia. Mas nem a língua é comunicação e nem a aprendizagem é garantida. Nem mesmo a emissão é controlável. No processo de aprendizagem há uma implicação no repetir, no copiar e em produzir memória. Todavia, toda repetição e produção de cópia é antes um exercício de esquecimento fundamental do Mesmo e do Modelo, por isso as técnicas de controle são cada vez mais autoritárias, por isso o regime pós-significante subjetivo é tão fascista. “É como no caso da memória... Os neurólogos, os psicofisiólogos, distinguem uma memória longa e uma memória curta (da ordem de um minuto). Ora, a diferença não é somente quantitativa: a memória curta é de tipo rizoma, diagrama, enquanto a longa é arborescente e centralizada (impressão, engrama, decalque ou foto). A memória curta não é de forma alguma submetida a uma lei de contiguidade ou de imediatidade em relação a seu objeto; ela pode acontecer à distância, vir ou voltar muito tempo depois, mas sempre em condições de descontinuidade, de ruptura e de multiplicidade. Além disto, as duas memórias não se distinguem como dois modos temporais de apreensão da mesma coisa; não é a mesma coisa, não é a mesma recordação, não é também a mesma ideia que elas apreendem. Esplendor de um Ideia curta: escreve-se com a memória curta, logo, com ideias curtas, mesmo que se leia e releia com a longa memória dos longos conceitos. A memória curta compreende o esquecimento como processo; ela não se confunde com o instante, mas com o rizoma coletivo, temporal e nervoso. A memória longa (família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, ‘intempestivamente’, não instantaneamente” (DELEUZE, GUATTARI, 1995/2011, p. 34-35). Não basta que a dissertação Educação Esquizita tenha Resumo, Abstract, Conclusão, uma cópia imperfeita do modelo acadêmico. A questão é que ela não comunica, ela não serve à disciplina alguma em particular – não pode ser Educação porque tem performance nu; não pode ter nu, porque é pesquisa em Educação; não pode ser levada a sério porque é deleuziana e exagerou; não pode ser deleuziana, porque os especialistas em Deleuze não fazem assim. A dissertação Educação Esquizita não insiste sobre o mundo, nem é pressuposto de repetição ou cópia. A dissertação dessemelhante é esquecimento, memória curta, emaranhada numa memória longa, História da Ciência. É memória curta na produção de um mundo outro por vir. Arrasta consigo um mundo, foge do mundo e faz um mundo inteiro fugir.

Reconhecemos o interesse dos promotores do evento ao tentar fazer o melhor de nós: “Se esta distinção entre aprender e estudar nos interessa, ao ponto de tomá-la como tema de um seminário internacional, é porque intuímos que nela está em jogo um modo particular de relação com o mundo, com o tempo e com os outros. Acreditamos que uma consideração paciente e minuciosa da ideia de estudo, suas formas, seus pressupostos, suas condições e sentidos, poderia revelar algo acerca de nossas atuais instituições educativas e permitir pensar sua natureza específica e o modo em que as habitamos cotidianamente”<sup>29</sup>. No entanto, se assim pensam os estudiosos bem intencionados reunidos na eventualidade internacional, dizemos que não nos interessa a distinção entre aprender e estudar, pois se mapeia nesta distinção um mundo, um tempo e uma relação com alteridades que tentam limitar as contaminações. Esta distinção entre estudar e aprender revela um modo como as instituições de um Saber têm se produzido, ao apostar nos movimentos conscientes, afastando-se da natureza do pensar que é inconsciente. E se em última instância considerar-se que aprender é apreender, a questão patente continua a perturbar a ideia: ninguém sabe como alguém aprende, ninguém sabe que paixões despertam a filosofia ou matemática ou arte nos corpos. Ninguém sabe como alguém aprende, assim como ninguém sabe o que alguém aprende quando estuda aquilo que pensa estudar. Porque se é verdade que ninguém sabe como alguém aprende um novo axioma de matemática, ninguém sabe quanto tempo de estudo faz com que alguém se torne bom em filosofia ou em violino. Ninguém sabe quanto tempo é necessário diante da matéria corda, madeira e sonoridade para que dali surja uma execução deliciosa das Bachianas de Villa-Lobos. Pode ser verdade que alguma coisa apreende na aprendizagem – sim, gato-rato, um devir-animal da aprendizagem, isso nos interessa – a questão é que quando se pergunta quem aprende, não se procura por um sujeito ou uma subjetividade, mas clama-se por forças e querereres, ou por desejo. “O desejo não ‘quer’ a revolução, ele é revolucionário por si mesmo, e como que involuntariamente, só por querer aquilo que quer. Desde o começo deste estudo, sustentamos, ao mesmo tempo, que a produção social e a produção desejante são uma só coisa, mas que diferem em regime, de modo que uma forma social de produção exerce uma repressão essencial sobre a produção desejante e, também, que a produção desejante (um ‘verdadeiro’ desejo) pode potencialmente explodir a forma social. Mas o que é um ‘verdadeiro’ desejo, já que também a repressão é desejada? Como distingui-

---

<sup>29</sup> Ibidem.

los? — reclamamos o direito de fazer uma longa análise. Porque, não nos enganemos, mesmo em seus usos opostos são as mesmas sínteses” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 159). Perigo! O desejo é motor inconsciente que move aprender, mas move também o estudar. E se há uma diferença entre aprender filosofia e estudar filosofia, esta diferença não está na obrigação da primeira e no prazer da segunda. A questão se encontra na análise das forças que movem aprender ou estudar. E aqui também uma inversão, pois se a produção desejante e a produção social são uma só coisa, não será a ideia do estudo que produzirá o modo como habitamos o mundo cotidianamente. É o modo como habitamos o mundo que determinará como estudar. E aí, a dicotomia entre aprender e estudar já não fará sentido algum. Movidos pelo desejo de estudar uma matéria, chegasse a outra materialidade, atravessamos o plano das substâncias, chegando ao plano de consistência das matérias não formadas. Esquecimento fundamental do que se desejava de início, porque é desejo agenciando mais desejo, aprendendo um novo modo de conjugar disciplinas tão diversas – eis porque rizomática, estratoanálise, esquizoanálise, nomadologia, micropolítica, pragmática, ciência das multiplicidades ou esquizoeducação. O desejo pelo estudo da filosofia e da arte da performance e da educação não se fez sobre o mundo, move um mundo, alisando espaço, para que outros mundos sejam possíveis. O corpo aqui não é suporte, corpo aqui é mundo e faz mundo – corpo sem órgãos. Ao habitar na diferença a filosofia, a arte da performance e a educação, cotidianamente, inventamos um novo mundo no qual não é necessário fazer o melhor de nós, porque o que é feito de nós, é o possível de nossos desejos. E se não sabemos de antemão onde botamos nossos desejos e, por isso, não sabemos o que é fazer o melhor de nós, a esquizoeducação é exercício nada educado para mapear as linhas revolucionárias que oscilam do polo paranoico fascista ao polo revolucionário nômade. Eis aqui a nossa tarefa para estudo e aprendizagem: não se trata de fazer o melhor de nós, mas desatar nós. Fluxos possíveis para inventar um novo mundo, atingir um corpo sem órgãos do indiscernível entre o que estuda e aprende. Um mundo no qual estudo produza aprendizagem e aprendizagens liberem fluxos de novos estudos.

### 3 ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À EVOLUÇÃO HISTÓRICA - INVOLUÇÃO

A partir da disciplina de estudo da obra “Genealogia da Moral” de Friedrich Nietzsche, coordenada pelo amigo, companheiro de Travessia, professor da Educação Básica e Superior e filósofo, Marcos Vinícius Leite, fui posto a pensar a ocupação do Brasil. Provocada pela imagem evocada por Leite, o quadro “O último Tamoio” (1883), no qual o líder índio Aimberê é amparado pelo Padre José de Anchieta, nasce uma relação com os movimentos de ocupação das escolas secundaristas e universidades públicas, em 2016<sup>30</sup>, tema inicial do doutoramento. Aportando em terras de Pindorama<sup>31</sup>, uma genealogia se desenhava entre o imperialismo português do século XVI, o extermínio de povos originários mundo a fora, as invasões na costa subsaariana de África e o surgimento de uma Nação que se denomina Brasil. Incomodado por um pensamento evolucionista que atravessa todas as áreas do conhecimento surgidas na Modernidade, que pregam o caminho inevitável ao Progresso e ao desenvolvimento, fui posto a pensar a involução e sua relação com a genealogia nietzschiana. Em “Nietzsche, a genealogia e a história”, Michel Foucault diferencia três usos que Nietzsche faz de termos para aquilo que ele chamou de genealogia: origem (*Ursprung*), proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehungsherd*). “O sentido histórico comporta três usos que se opõem, palavra por palavra, às três modalidades platônicas da história. Um é o uso paródico e destruidor da realidade que se opõe ao tema história-reminiscência, reconhecimento; outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade que se opõe à história-continuidade ou tradição; o terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história-conhecimento. De qualquer modo se trata de fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo, metafísico e antropológico da memória. Trata-se de fazer da história uma contramemória e de desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma do tempo” (FOUCAULT, 1979/2010, p. 33).

---

<sup>30</sup> Um texto efeito do início da trajetória desta pesquisa foi apresentado no “VII Seminário Conexões - Deleuze e Cosmopolíticas e Ecologias Radicais e Nova Terra e...”, em 2017. Posteriormente, publicado em outra versão no periódico Revista Linha Mestra. Ver MENDES, Tarcísio Moreira. Uma ocupação estudantil põe a pensar: que pode uma ocupação na academia? In.: Revista Linha Mestra. N. 35, maio/agosto, 2018, pp. 158-162. Disponível em <http://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/41/56>. Acessado em 04 de setembro de 2018.

<sup>31</sup> Nome dado por povos nativos brasileiros, os tupi-guarani, ao território no qual habitavam, em referência ao tipo de vegetação formada por palmeiras.

Estava tudo aí, a história que legitima as atrocidades da escravização de povos negros e índios, a justificativa de toda violência e etnocídio em nome de um desenvolvimento Humano, abusos das mais variadas formas aos mais diversos corpos sobre a terra e ou da própria terra, em nome do Desenvolvimento Científico. Era preciso entrar em contato com uma involução contra a evolução: é preciso involuir. Involuir não é evoluir ou retornar a algo. Involução é mover-se no que há, por dentro e para fora ou, violentado pelo fora, pelo meio; não no centro. Não se sabe o que pode acontecer. É ser lançado ou é lançar-se no acontecimento nu. Uma educação exercitada como uma involução sem forma ideal, sem evolução pretendida ou sem idealidade reconstituída é risco. Uma educação contra uma história-reminiscência, uma história-continuidade, uma história-conhecimento. Uma educação contramemória, produção de tempos outros. Arrisca-se. Devir. Fazer rizoma e não árvore do conhecimento. Ou se mover pelo rizoma, abandonando, se libertando e libertando o modelo arborescente. “Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como a estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 43). Fazer mapa, uma antigenealogia, Guattari e Deleuze forçam um pouco mais, gritam pela urgência de uma história de memória curta, conectável, de múltiplas entradas e saídas. Desafio para uma Educação sistematizada, acostuada, domesticada por processos longos, uma longa História da Humanidade que submete vidas. É preciso involuir! Recorremos às lembranças de um naturalista: “Se o neoevolucionismo afirmou sua originalidade, é em parte em relação a esses fenômenos nos quais a evolução não vai de um menos diferenciado a um mais diferenciado, e cessa de ser uma evolução filiativa hereditária para devir antes comunicativa ou contagiosa. Preferimos então chamar de ‘involução’ essa forma de evolução que se faz entre heterogêneos, sobretudo com a condição de que não se confunda a involução com uma regressão”<sup>32</sup>. Involuir é produzir-se na diferença, na

---

<sup>32</sup> DELEUZE Gilles; GUATTARI, Félix. *Lembranças de um naturalista*; 1730 – devir-intenso, devir animal, devir-imperceptível. In.: \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 4.

imanência do acontecimento, na conexão dos fluxos díspares, no entre formas, nos fluxos que constituem as formas, nos fluxos que só podem ser forma, nos fluxos sem forma. Involuir não é passar de uma forma a outra. Involuir é disformar e continuar no movimento de disforma de outros modos, é contágio às vezes imperceptível. Não se trata de levar o processo ao infinito, “horrrível exasperação, (a produção do esquizofrênico-entidade)” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 95). Prudência! É atenção aos fluxos-esquizas que se efetuam no fim de um processo que apenas poderá ser início de outro. É que involuir não cria apenas forma. Embora ele possa aparecer como resto, não como seu resultado. A efetivação de um processo não é a formação de uma forma. Uma forma não é efetuação de um processo, ela é resto junto a outros tantos restos e fluxos. Involuir é efetuação de processo que só pode criar mais processos, embora algumas formas surjam como restos de processos e não como sua efetuação. Uma tese de doutorado é resto de um processo de doutoramento. Um doutor é um resto de um processo de doutoramento. No entanto, outros fluxos são disparados na efetuação do processo de doutoramento, para além da forma tese e doutor.

O Sujeito não é efetuação de um processo. Ele é apenas parte do processo de involução das individuações e hecceidades. “O terceiro corte da máquina desejante é o corte-resto ou resíduo, que produz um sujeito ao lado da máquina, peça adjacente à máquina. E se este sujeito não tem identidade específica ou pessoal, se percorre o corpo sem órgãos sem lhe quebrar a indiferença, é por ser não apenas uma parte ao lado da máquina, mas uma parte já partilhada, à qual dizem respeito partes correspondentes aos desligamentos da cadeia e às extrações de fluxos operados pela máquina” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 60). Junto dele, outras coisas acontecem. Outro processo é iniciado sem que seja processado no Sujeito. O *Cuidado de Si* de Foucault é involução. É alternativa para pensar um processo que se imaginava evolução de forma. Assim como Guattari e Deleuze, Foucault percebe que na diferença entre máquinas técnicas e máquinas sociais outras coisas acontecem; elas não são deterministas, contudo, são determinantes, no processo de individuação. Neste sentido, não se trata, pois, de impor outra forma ao sujeito, ou adjetivá-lo. É dar-se conta da involução que produz esta forma em meio às técnicas e ao *socius*. O Cuidado de Si é um exercício ético em meio à maquinaria moral. O sujeito aqui só pode ser criação em meio a tudo. Involuído. Ou

parte da involução. Outras coisas se passam que escapam à moral e que produzem a ética de cada um. Que Foucault descobre e ou deixa ver – mais que provar ou impor uma forma nova de produção do sujeito – é que esta produção de Identidade fixa é impossível, pois mesmo quando se pensa tê-la produzido, outras coisas se dão. Não é um sujeito que decide sobre sua forma conscientemente. É alguma coisa que decide em nome de um Cuidado de Si, uma individuação, não o indivíduo.

O Sujeito – Homem Moderno – não evolui ou não tende à evolução porque ele nunca existiu, senão como uma idealidade que, óbvio, produziu muitas formas de morte. Ou a possível existência de um Sujeito moderno que sempre tende à evolução tornou impossível a existência de outras formações. Pois, desde sempre, ele nasce pronto! Muitos genocídios: negros de várias terras, índios africanos, judeus e arianos. A ficção do Homem Moderno é resto de uma involução. Uns que se encontravam perdidos, vagando pelo deserto europeu ricocheteante, esquadrinharam, alongaram e reportaram toda involução a um esquema evolutivo mundial: estava feito o mal maior à Humanidade<sup>33</sup>. Disseram-se resultado de um processo que se iniciava numa Antiguidade Clássica superação de uma Pré-História. Acharam-se parte daquele povo que construiu a Ideia de República com todas as suas perversões possíveis – todos os códigos – no qual Homem tudo podia; Mulher, Estrangeiro e Escravo não. “A categoria cidadão, que tem sido a pedra angular de grande parte da teoria política ocidental, era masculina, apesar das muito aclamadas tradições democráticas ocidentais. Elucidando a categorização dos sexos feita por Aristóteles, Elizabeth Spelman escreve: ‘Uma mulher é uma fêmea livre; um homem é um macho cidadão’. As mulheres foram excluídas da categoria de cidadãos porque ‘a posse do pênis’ era uma das qualificações para a cidadania. Lorna Schiebinger observa, em um estudo sobre as origens da ciência moderna e a exclusão das mulheres das instituições científicas europeias, que ‘as diferenças entre os dois sexos eram reflexos de um conjunto de princípios dualistas que penetravam o cosmos e os corpos de homens e mulheres’” (OYĚWÙMÍ, 1997, p. 10). Depois, as cismas entre cristão e não-cristão se acirravam e produziam como resto a

---

<sup>33</sup> Veja o que diz Nietzsche sobre “um bando de bestas louras” que ocupam a Europa. Cf. NIETZSCHE, Friedrich. Segunda Dissertação – “Culpa”, “má consciência” e coisas afins, §17. In.: \_\_\_\_\_. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Ideia de uma Ciência Moderna, a divinização da ação Humana<sup>34</sup>. Produziu-se a História, a Pré-História, a Antiguidade Clássica, a Idade Média, a Modernidade – tudo de uma vez. Eis as lembranças de um planejador: “É menos ainda uma regressão que remontaria a um princípio. É, ao contrário, uma *involução*, onde a forma não para de ser dissolvida para libertar tempos e velocidades. É um plano fixo, plano fixo sonoro, visual ou escritural, etc. Fixo não quer dizer aqui imóvel: é o estado absoluto do movimento tanto quanto do repouso no qual se desenha todas as velocidades e lentidões relativas e nada além delas”<sup>35</sup>. O mito estava criado. Ou a Verdade. A Moral, a forma moderna perfeita de controle estava erigida com todas as suas imperfeições. Tudo deveria ser reportado à Ideia de Evolução, na qual a Modernidade era sua forma imperfeita mais apurada que tendia ao Progresso, à melhoria, à Perfeição. Estava criada com força sem igual a fórmula de exclusão mais violenta que se tem notícia no globo terrestre. Tudo passava pela modernização. Em nome de uma Modernidade as atrocidades mais elaboradas foram produzidas: a caça às bruxas, o holocausto judeu, o holocausto negro ou a escravidão de povos de África pelos europeus, a dizimação de povos nativos de Pindorama, Oceania... a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki...

O Homem Moderno é ele inventado como medida imperfeita do mundo dos humanos imperfeitos. “Se o rosto é o Cristo, quer dizer o Homem branco médio qualquer, as primeiras desvios, os primeiros desvios padrão são raciais: o homem amarelo, o homem negro, homens de segunda ou terceira categoria. Eles também serão inscritos no muro, distribuídos pelo buraco” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50). O que não é moderno ou europeu é índio, amarelo, selvagem, nativo, negro, subjogado. A ideia de Homem Moderno – e aqui o vocábulo que designa o sexo masculino na espécie humana não pode ser considerado coisa sem importância, já que “A masculinidade da cultura ocidental tem sido difusa e fundamental, tanto nos homens como nas mulheres, afetando todos os aspectos do pensamento ocidental, determinando sua concepção mais elementar do ser humano e de seu papel no mundo. Todos os

---

<sup>34</sup> Na Genealogia da Moral, Nietzsche denuncia, em sua “terceira dissertação – o que significa ideais ascéticos?”, os perigos dos ideais ascéticos secularizados pela Filosofia e pela Ciência Moderna, na busca pela Vontade de Verdade, na imposição da Verdade Absoluta. Cf. NIETZSCHE, op. cit.

<sup>35</sup> DELEUZE Gilles; GUATTARI, Félix. *Lembranças de um planejador*, 1730 – devir-intenso, devir animal, devir-imperceptível. In.: \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997/2012, p. 58.

grandes idiomas sob os quais a tradição ocidental se desenvolveu, do grego e do latim em diante, tenderam a personificar a espécie humana com palavras de gênero masculino: *anthropos, homo, l'homme, el hombre, l'uomo, chelovek, der Mensch, man, homem*” (TARNAS, 2005, p. 467-468)<sup>36</sup> – fez do resto da involução a evolução, uma única forma de vida, branca, masculina, heterossexual... E para isso, inventou seus mecanismos de adequação: Civilização europeia, Medicina, Ciência Moderna, Escola. Quando a evolução começa a fazer mal e produz um Hitler – um europeu que se pensava capaz de fazer bem porque era bom – percebe-se que algo de errado se deu. Este Homem Moderno, bom, educado, capaz de fazer o bem a toda a Humanidade não se produziu. Aimé Césaire, ainda na década de 50, denunciou em seu “Discurso sobre a Colonialismo” (1950) como o racismo de Hitler tinha a ver com a perversão que produziu a escravidão dos povos negros. E como foi apenas com o nazifascismo na Europa, fazendo de suas vítimas os brancos, que europeus se deram conta da dimensão da violência racista. É que a exasperação da evolução só poderia criar Hitlers, George W. Bushs, Salazares, Pinochets, Médices, Ricardos ou “imperialismo humanitário” dos Democratas estadunidenses... Se o holocausto judeu não tivesse acontecido, temo que Gilberto Freyre continuasse a ser disseminado pelo mundo civilizado europeu como mito de redenção da miscigenação, com tendências à purificação de uma raça – atualização da redenção de Cã. O macho branco europeu demoraria ainda mais para questionar suas atrocidades e os genocídios dos povos das terras invadidas após o imperialismo ibérico do século XVI, graças a uma produção colonizada e depois falseada num discurso de descolonização no século XX. É que desde o seu começo, a forma Homem Moderno já funcionava mal. Quando invadem o continente africano e não só dizimam populações, mas os retiram de suas terras, os levam a outros continentes, amontoados, num modelo de escravidão nunca visto antes<sup>37</sup>. O Homem

---

<sup>36</sup> Cf. TARNAS, Richard. **A epopeia do pensamento ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo**. Tradução Beatriz Sidou. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Nota-se, desse modo, que não é por acaso que "homem" é sinônimo de "humano". Este uso ainda está relacionado ao verbete da Bíblia no qual Deus teria chamado o humano de homem, o primeiro antes das mulheres, inclusive.

<sup>37</sup>Antonin Artaud, homem branco, convida a pensar, em plena década de 1930, como a colonização das Américas foi um ato de violência sem igual. Artaud questiona a dita superioridade europeia e a desafia pensar suas atrocidades em nome daquilo que chamaram desenvolvimento. Segundo Artaud, seria a “peste branca”, característica muito bem pontuada por Renato Nogueira, na segunda banca de qualificação. Cf. ARTAUD, Antonin. **O Teatro e seu Duplo**. Trad. Teixeira Coelho; revisão da trad. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

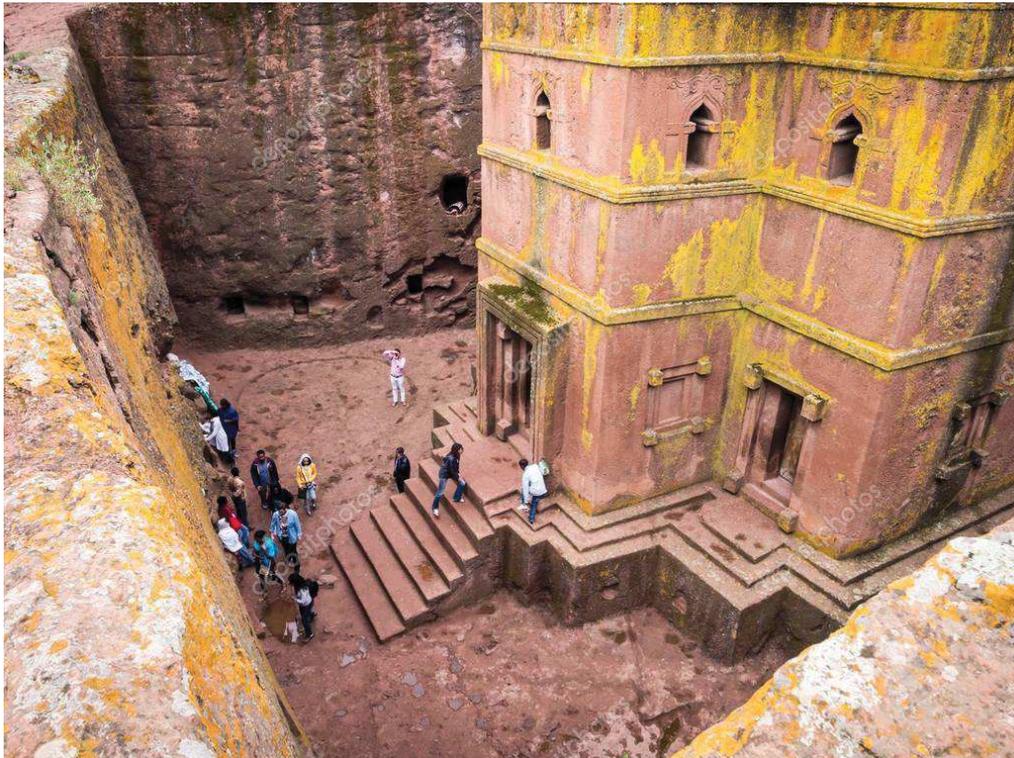
Moderno estava elevado a sua enésima potência: o que uns gregos já faziam há centenas de anos antes de Cristo, agora é exacerbado, herança clássica da retirada da dignidade. Não foi ao acaso que os negros africanos, assim denominados, formatados pelo idealismo europeu, foram os escolhidos para a escravização. Não porque eles eram menos evoluídos em relação aos seus vizinhos do Norte; nem porque eram selvagens à métrica civilizada. Justamente o contrário. Eles eram parte da evolução, eles se enquadravam perfeitamente na imperfeita escala evolutiva europeia. Há milhares de anos, europeus e africanos se comunicavam através de um fluxo comercial intenso desenvolvido ao longo do mediterrâneo e oriente médio. Nietzsche em sua genealogia do “bom e ruim” e do “bom e do mau” mostra como a origem no latim de *malus* está relacionado ao termo negro, “poderia caracterizar o homem comum como homem de pele escura, sobretudo como de cabelos negros” (NIETZSCHE, 1887/2009, p. 20). Isto porque os habitantes pré-arianos da Itália eram bem diferentes da raça loura, ariana, daqueles que se tornaram senhores<sup>38</sup>. Não foi à toa também que o eugenista brasileiro João Baptista de Lacerda se referiu ao atavismo da península itálica – a volta de características dos povos negros desaparecidos daquela região – como um possível contra efeito da política de branqueamento do século XX disseminada e imposta ao Brasil. Relatos bíblicos do Antigo Testamento mostram que um Reino Africano, onde hoje se localiza a Etiópia, se relacionava com povos europeus. A Rainha de Sabá, que teria governado este território no mundo antigo, viajou até o Reino de Judá para conhecer o Rei Salomão, famoso por sua sabedoria. Ela teria levado presentes, se encantado pelo monarca, se apaixonado e voltado grávida para seu reino. Deste encontro, teria surgido a descendência salomônica em terras africanas, o que posteriormente, ajudaria na disseminação do catolicismo por esta região da África, produzindo as famosas igrejas literalmente incrustadas no solo de pedra do Reino de Axum<sup>39</sup>, datadas do século IV.

---

<sup>38</sup> Cf. NIETZSCHE, Friedrich. Primeira dissertação – “Bom e Mau”, “Bom e Ruim”, §5. In.: \_\_\_\_\_. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>39</sup> No episódio dedicado à Etiópia e ao Reino Axum, a série Jornada da Vida – Rio Nilo, veiculada pela Rede Globo de Televisão, do programa semanal Fantástico, é apresentado o complexo de construções de igrejas católicas esculpidas em pedras abaixo do nível do solo. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6219501/>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

Figura 1 – Igreja de Saint George, Lalibela, Etiópia.



As construções religiosas etíopes são esculpidas com tecnologia arquitetônica ímpar, esculpidas literalmente no chão. Fonte: fotografia Editorial de Stock, internet.

Descobertas arqueológicas dão conta de reinos prósperos que datam do período da Antiguidade no interior do continente africano. Povos que conheciam a metalurgia e a agricultura, que possuíam impérios grandiosos. Povos que dominaram inclusive o Egito, geralmente a civilização mais lembrada do continente africano e modelo de desenvolvimento a “la Europa” e que fora branqueado pela historiografia hegemônica. Segundo o arqueólogo britânico Timothy Kendall, faraós negros foram negligenciados pela História por causa do racismo, “Tinha um certo racismo no século passado, mas isto está mudando”<sup>40</sup>. Será? É o caso do Reino Kush ou grafado também como Cuxe, que ficava localizado onde é hoje o Sudão. Não é também ao acaso que apenas no final do século XIX e início do século XX que europeus conseguiram invadir e desorganizar brutalmente as relações étnicas do continente africano com modelos civilizatórios de repúblicas e democracias fajutas ao gosto europeu. Não foi pela inferioridade daqueles que lá vivem, tese sustentada pela Ciência Moderna nos campos de concentração do

---

<sup>40</sup> Fala registrada em vídeo no episódio Jornada da Vida – Rio Nilo, veiculado pela Rede Globo de Televisão, no programa semanal, Fantástico. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6252079/>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

deserto da Namíbia alemã, décadas antes da II Guerra Mundial e que deu origem à eugenia<sup>41</sup>, outra enésima potência do mecanismo identitário do Homem Moderno: a divinização do Homem agora Branco europeu. Um conhecimento produzido na idealidade de uma imparcialidade que só pode ser parcial e que prova que o processo evolutivo é morte, morte de milhares de judeus em holocausto junto a tantos africanos e pindorâmicos. Pois, antes do Holocausto Judeu, outros holocaustos se deram pelo mundo quando ingleses invadiram a dita América do Norte, os espanhóis as Américas Central e do Sul, os portugueses, Pindorama, África e Índia; ingleses, a Nova Zelândia, Índia, Austrália<sup>42</sup>; alemães, a África; franceses, a África; belgas; a África...

### *3.1 Rainha Nzinga, povos Jaga e a resistência à escravidão da África a partir do século XV*

Data de meados do século XV as relações comerciais com o Reino do Kongo, localizado no sudoeste do continente africano e que atualmente corresponde ao noroeste de Angola, estendendo-se até a República do Congo, à parte ocidental da República Democrática do Congo, à parte centro-sul do Gabão<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> “Entre 1904 e 1908, quando a região era conhecida como Sudoeste Africano e estava sob colonização de Berlim, militares realizaram uma campanha implacável de extermínio de duas etnias locais, os herero e os nama. De um total de cerca de 100 mil integrantes dos dois grupos, estima-se que pelo menos 80 mil homens, mulheres e crianças foram mortos por balas, canhões, fome ou sede. O estupro em massa de mulheres foi sistemático.” In.: BBC. Porque a Alemanha ainda não se desculpou pelo primeiro genocídio do século XX. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38554223>. Acessado em 11 de fev. de 2020.

<sup>42</sup> Sobre o criminoso genocídio ocorrido na Austrália, veja o filme “Gerações Roubadas” (2003), direção de Phillip Noyce, indicado pelo querido membro do Travessia e companheiro de doutoramento, Diogo Bezerra. O filme conta a história real de duas irmãs que, em 1931, são separadas da família pela lei colonial da Austrália. Elas se lançam pelo deserto australiano na fuga para voltar para casa. O filme foi baseado na obra da escritora australiana Doris Pilkington Garimara, que narrou a história de resistência de sua mãe, Molly Craig e sua tia Dayse.

<sup>43</sup> O jornalista Laurentino Gomes, depois de realizar uma trilogia acerca de movimentos históricos oficiais do Brasil, como a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808; a Independência, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889; sentiu necessidade de realizar um trabalho para reunir informações acerca das atrocidades da escravização das pessoas negras e sua relação com a formação do Brasil. Seu novo trabalho “Escravidão” (2019) reúne informações importantes sobre este período da triste história da Humanidade, mostrando como a relação com o continente e os povos africanos é anterior à escravização transatlântica de pessoas negras. A narrativa produz-se a partir da cosmopercepção do Branco (embora ele refute isso,

O Reino do Congo ou Kongo fazia divisa com outros Reinos: ao leste, Songo e Reino de Loango; ao norte, Reino do Macoco/Anzico; a oeste, Ambulaça, Ambuila e Reino de Matamba; ao sul, Reino de Ndongo. Este último reino ficou famoso por ser governado por Nzinga Ndongo (lê-se “inzinga indongo”) ou Rainha Ginga, reconhecida como importante líder da resistência africana à invasão portuguesa a partir do século XVI. *Ngola* era título de realeza do povo que governou o Reino de Ndongo e que lutou pela autonomia em relação ao Reino do Kongo, do qual deriva o nome Angola. O Reino de Ndongo fez fronteira ao sul com o Reino de Benguela e ao oeste, com o Reino de Cassange (ou Kasanje). Os reinos africanos, segundo os registros, se organizavam em torno de um governo central a partir de uma relação de vassalagem – territórios denominados sogas. Os governos locais, os sogas, dedicavam ao governo central suas terras, guerreiros e impostos regulares<sup>44</sup>.

Os portugueses que ocuparam a região denominada como Ilha de São Paulo de Luanda, frustrados na busca de prata em Cambambe e com interesse nas minas de sal e

---

dizendo que seu olhar não é do negro e nem do branco, mas “atento”). Mesmo assim, se constitui um trabalho de relevância nacional, já que alcança grande destaque midiático para a temática muito negligenciada nos circuitos históricos oficiais. Cf. GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

<sup>44</sup> O historiador Jan Vansina, no livro “História Geral da África”, interessado em mostrar a complexa organização de estados africanos, faz uma descrição da composição do Reino do Kongo em tempo de invasão dos portugueses na região de Angola: “O rei era assistido por um corpo administrativo central, cujos membros ele podia demitir. Na capital, esse órgão incluía o chefe do palácio, que tinha os encargos de vice-rei, um juiz supremo, um coletor de impostos com os seus tesoureiros, um chefe de polícia, um chefe dos mensageiros, e ainda outra alta personagem, conhecida como *punzo*, de cujas funções nada sabemos. Isso deve, aliás, fazer-nos lembrar que os manuscritos só nos falam das funções que eram facilmente compreensíveis para os europeus que os redigiam. Fora desse corpo ainda havia o senhor *kabungwa*, que desempenhava as funções de sumo sacerdote e cujo antepassado fora senhor de terra na área da capital, antes de Nimi Lukeni (...)”

O poder era sagrado, mas não a pessoa do rei, embora lhe dessem o nome de *nzambi mbungu*, ‘espírito superior’. O rei não era como o comum dos mortais. Cometendo incesto com a irmã, tornava-se ‘sem família’ – o que o capacitava, e somente a ele, a governar todas as famílias com justiça e imparcialidade. Esse ato e sua iniciação lhe conferiam formidável poder sobre os encantamentos, que era comparável ao dos feiticeiros. Suas insígnias incluíam, entre outras coisas, um chapéu, um tambor, um bracelete de cobre ou marfim, a bolsa dos impostos e um trono em forma de banquinho quadrado – objetos que simbolizavam sua posição de primeiro senhor do reino e detentor de um poder supremo que o separava dos demais homens. Uma etiqueta complexa salientava a preeminência e o caráter singular do soberano” (VANSINA, 2010, p. 650-651). Mais adiante, Vansina ainda apresenta observações acerca de relações de trabalho no reino: “O pagamento de ‘salários’ aos funcionários comprova que a produção era comercializada, e que o Estado a controlava, assim como também supervisionava a oferta de conchas *nzimbu* [a moeda local]” (VANSINA, 2010, p. 252, grifo do autor original).

cobre, não conseguiam acessar o interior do continente. Com a intensificação das invasões das terras do Novo Mundo e o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar em outras ilhas invadidas na costa de África, criou-se uma necessidade de mão-de-obra barata e qualificada para agricultura e garimpo, e a escravização dos povos negros de África foi vista como alternativa lucrativa. No entanto, o comércio de escravizados no continente africano era rigorosamente regulado e dominado pelos seus habitantes. A escravidão fazia parte do cotidiano de muitas sociedades africanas, porém nada comparável ao sistema ao qual os negros africanos foram submetidos a partir do século XV. Diz-se, por exemplo, que Nzinga Ndongo, rainha de Ndongo, fora filha de uma escravizada e um homem livre e tornou-se princesa. Até então, não se tinha notícia, na África, de regime escravista que retirava a dignidade humana de um escravizado, comparando-o a um animal feroz ou objeto de posse vitalícia, como foi feito pelos europeus. Aliás, o termo “escravo” nos dá outras pistas acerca das políticas de escravização no Ocidente. Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, fonte super citada na obra de Laurentino Gomes<sup>45</sup>, o termo escravo deriva de “slavus”, povos da região leste da Europa. O pesquisador, professor de Educação Básica, especialista em ensino para promoção das relações étnico-raciais, doutorando em Educação no PPGÉ, o querido amigo José Artur do Nascimento Silva, ao me convidar para uma conversa sobre a relação entre o quilombo de África e os Quilombos de Palmares, chama atenção para o episódio “Guerra de Palmares” da série da Netflix, “Guerras do Brasil.doc”<sup>46</sup>. Nela, Alencastro além de apresentar seu estudo etimológico da palavra escravo como designo de um povo europeu subjugado por outros povos europeus, para explicar a escravização em África, afirma, junto a outros historiadores, com exceção de Zezito

---

<sup>45</sup> Cf. GOMES, Laurentino. 3. As origens. In.: \_\_\_\_\_. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 63-76.

<sup>46</sup> O historiador Luiz Felipe de Alencastro apresenta na série “Guerras do Brasil.doc (2018), a etimologia da palavra escravo como derivada do vocábulo “eslavo”. Além disso, põe em questão, assim como o jornalista Gomes, a existência do sujeito histórico Zumbi de Palmares. Alega que “zumbi” poderia ter sido uma entidade ancestral na qual aqueles povos aquilombados acreditavam ser seu líder espiritual e de guerra. Dito isso, se outras pessoas assumiram ou assumiam a identidade de Zumbi ou se usaram isso para inaugurar uma nova linhagem nobre e guerreira – passagem de um regime pré-significante para um regime significativo – o certo é que em 20 de novembro de 1695, um homem chamado Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi morto, esquartejado e teve sua cabeça exposta num poste, no centro da cidade de Recife – PB, como forma de terrorismo de Estado e mecanismo de repressão de revoltas contra o sistema escravagista. Cf. Episódio 2, As Guerras de Palmares, da série da Netflix “Guerras do Brasil.doc” (2018), direção de Luiz Bolognesi

Araújo, que é de UFAL, que Zumbi não foi uma pessoa, mas uma “entidade” que os povos quilombolas incorporavam para lutar e ou ocupar posição de liderança. José Artur Silva denuncia aí a desumanização do sujeito Zumbi e o racismo historiográfico brasileiro. Problematiza as falas do historiador que põe em dúvida a existência de um povo no continente ao afirmar que, no momento que os europeus chegaram em África, não havia um povo, mas “tribos guerreando entre si” (sic). Vale ainda ressaltar que além de acadêmico, meu amigo Artur é de União de Palmares – AL, terra de Dandara, Aqaltune e Akotirene e, óbvio, Zumbi e Gamba-Zumba. Alencastro defende a semelhança entre regimes escravistas no território africano e no europeu. No entanto, ao justificar o surgimento da palavra escravo como desígnio de um povo, ele aponta que, na Europa, para além de um sujeito subalternizado numa relação atual, a escravidão produzia-se numa relação de dívida recalcada, de subjetivação. O escravo era proveniente de um povo que nasceu para ser escravizado. O regime significante dos povos louros, arianos europeus, produzem uma interioridade de um povo escolhido e, por isso, com o direito de subjugar qualquer um que não o seja. Ou pior: pensam ter o direito de subjugar qualquer um que não seja nascido como eles. Desse modo, não parece caso à toa, como o jornalista Gomes diz ser, negligenciar o uso do termo “escravo”, que é um substantivo ao invés do particípio “escravizado” usado como adjetivo e preferido pelos movimentos de luta antirracismo<sup>47</sup>. No momento em que se faz as traduções de sentidos de um regime semiótico para outro, é necessário por em questão quais os valores que se relacionam a determinado valor estudado, em determinada sociabilidade. Ao fazer uma tradução simbólica (típica de um regime significante) ou conscienciosa e mimética (típica do regime pós-significante), Alencastro não percebe outras relações e justifica, assim, as atrocidades praticadas por estes regimes europeus em terras estrangeiras (e inclusive na própria Europa) como parte da evolução inevitável. Assim, aqui usaremos escravizados para designar povos, pessoas ou corpos submetidos ao regime significante e ou pós-significante da escravização europeia.

A escravização africana antes da invasão europeia era fruto de excedentes de guerra ou resultado de pagamento de dívida. E sua descendência não era naturalmente escravizada e, caso a dívida fosse paga, a liberdade era recobrada. Era possível, por

---

<sup>47</sup> Cf. GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 39-40.

exemplo, que pessoas escravizadas submetessem outras pessoas a escravização como forma de pagamento de dívidas contraídas<sup>48</sup>.

Por volta de 1600, a Coroa Portuguesa, diante dos altos custos das sucessivas guerras contra os povos nativos africanos, se interessa mais pelo controle do mercado de escravizados, através do pagamento de tributos, que pelo aprisionamento. Isso acaba intensificando um lucrativo e ganancioso tráfico de pessoas africanas escravizadas. Em 1611, o governo local português, em Angola, de Banha Cardoso, alia-se formalmente pela primeira vez a um grupo local conhecido como *imbangalas*. A Coroa descobre que Banha Cardoso continua a empreitada bélica de captura de pessoas para escravização, afastando-o temporariamente do cargo. E, ao mesmo tempo, contente com os resultados comerciais, volta a apoiar as invasões. Banha Cardoso invade inclusive povoados africanos vassallos de Portugal em busca de homens e mulheres para escravizar, com a falsa justificativa que estes teriam se tornado rebeldes, ajudando estes territórios a se revoltarem contra a presença portuguesa em África. A aliança firmada era a seguinte: os imbangalas saqueavam os povoados e aliciavam os jovens de 13 e 14 anos para a sociedade deles; enquanto os portugueses absorviam as mulheres e homens adultos capturados para escravizá-las no Novo Mundo.

Os imbangalas se organizavam majoritariamente de modo típico do regime *contra-significante*, afirmando a disputa e impedindo a formação de um governo centralizador ou de um sobrecodificador. Para impedir a formação de sucessão por linhagem (típica do regime pré-significante) em sua organização social, os imbangalas

---

<sup>48</sup> O escritor angolano Agualusa, em seu belíssimo livro “A rainha Ginga” (2005), descreve através de seu narrador, o personagem Domingos Vaz, outras relações possíveis nos sistemas escravocratas africanos: “Aos quinze anos o seu senhor o trouxe de novo para Angola, encantado com sua inteligência e boa catadura, para que lhe servisse em casa. Pouco depois já ele comandava a restante criadagem. O dito senhor, um homem pardo, natural de Luanda, de muita fortuna, com engenhos em Pernambuco e palácios na cidade de São Salvador da Bahia e em Lisboa, o vendeu depois à Ginga, como língua. Domingos Vaz aprendera em criança o quimbundo, o tupi e o português e, mais tarde, já em Luanda, o congo, o francês e o holandês, usando todos estes idiomas com admirável acerto e desenvoltura. Em gratificação dos seus serviços, a Ginga lhe concedera algumas léguas de boa terra, servida de abundosa água, e ali erguera ele a sua casa e plantara os seus arrimos e lavouras. Em 1618, porém, após a derrota das forças de Ngola Mbandi, os portugueses assaltaram o Reino do Dongo, como quissondes, pilhando, incendiando e recolhendo escravaria. Domingos Vaz perdeu uma trintena de escravos, a casa e tudo o que cultivara. Pode parecer coisa rara, esta de um escravo possuir também ele homens cativos, mas em Angola, como entre os mouros ou mesmo no Brasil, isso é algo muito comum”. Cf. AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Ginga** – e de como os africanos inventaram o mundo. Lisboa: Quetzal, 2005. Disponível para fins não comerciais em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359038/mod\\_resource/content/1/A%20Rainha%20Ginga%20-%20Jose%20Eduardo%20Agualusa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359038/mod_resource/content/1/A%20Rainha%20Ginga%20-%20Jose%20Eduardo%20Agualusa.pdf). Acessado em 18 de novembro de 2018.

impediam nascimentos de crianças gerados em seu grupo. Ao mesmo tempo, para garantir sua expansão, jovens de territórios invadidos eram assimilados ao grupo através da prática ritualística chamada *Kilombo*. Os imbangalas são incluídos ao dito povo *jaga*, que alguns historiadores nem consideram como uma etnia e sim um grupo de guerreiros nômades que cooptavam integrantes de etnias diferentes a partir de invasões territoriais. Macedo (2013), cruzando inúmeras fontes e escritos históricos, atenta que o termo “jaga” era utilizado por povos africanos sedentários para designar nômades guerreiros invasores e violentos antes da chegada dos portugueses. “O debate teve continuidade com as pesquisas de Anne Hilton, para quem a invasão *jaga* deveria ser reintroduzida no contexto histórico africano. Em suas palavras, *jaga* era um designativo cuja acepção não se vinculava a uma identidade étnica particular, mas tinha sua raiz etimológica no vocábulo *aka*, que designava simplesmente o ‘outro’, isto é, o ‘estrangeiro’, o ‘atacante’, o ‘salteador’” (MACEDO, 2013, p. 60). Pinto (1999/2000) acrescenta, a partir das pesquisas de Anne Hilton, mais três designações para “jaga”: “povos Tio do norte do Zaire; os Imbangalas; os ‘Majacas’ de que fala Codornega [militar português e cujos relatos são usados como fontes historiográficas acerca da invasão de Angola], a leste do Congo, tendo sido provavelmente estes, segundo a autora, que atacaram Banza Congo através de Bata, em 1568” (PINTO, 1999/2000, p. 206-207). Esta invasão foi importante para justificar uma relação de vassalagem do Reino do Kongo ao Reino de Portugal através da doação do território da Ilha de Luanda (fato que até hoje não foi provado por documentos), agravando as crises políticas internas entre os reinos africanos e facilitando a permanência dos portugueses na região. O certo é que povos sedentários próximos à costa de África equatorial, no século XV, conviviam com o terror provocado por povos nômades pastores invasores que saqueavam e aliciavam jovens. Estes povos nômades foram acusados de praticar rituais de canibalismo e de infanticídio. Os Imbangalas, Majacas, Benguelas, Kasange nem podem ser classificados como povos homogêneos como entendido à métrica europeia, mas grupos heterogêneos de origem nômade. “Razão a mais para assinalar, nesse exemplo, as dificuldades que encontram os arqueólogos e os historiadores modernos. Um certo ódio ou desprezo aos nômades não poupa nem sequer os arqueólogos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 91). Os registros históricos considerados a que temos acesso hoje acerca desses grupos, não por acaso, estão ligados ao movimento que os tornaram sedentários.

Figura 2 – Reinos vizinhos ao Reino Ndongo, mostrando a extensão da influência do Reino do Kongo



Fonte: internet.

Mariana Fonseca (2010), citando os estudos do belga Jan Vansina, defende que os imbagalas era um grupo vindo da região do rio Alto-Kwango que incorporava outros povos, “chamando a si próprios de Mbangala ou Mbongola” (FONSECA, 2010, p. 395) e por isso foram confundidos erroneamente por “jaga”. Fonseca salienta que os europeus, influenciados pelos africanos sedentários, disseminaram o termo “jaga” para todos os povos não sedentários que adotaram o costume do Kilombo. “Os europeus enxergavam a crueldade, canibalismo e barbárie em vários povos africanos e acabaram dando a todos o nome de ‘Jaga’, somando-se a noções imprecisas da geografia africana nos séculos XVI e XVII... As características físicas dos Jagas e seus comportamentos, como foi descrito, reverteu todas as coisas que eram familiares aos europeus: eram negros, monstruosos, canibais e destruíam toda e qualquer forma de civilização, assim desempenharam a mesma função que as Amazonas na mitologia europeia, como uma oposição aos valores ‘civilizados’. Alguns detalhes da aparência e armamento dos Jagas

derivavam do generalizado estereótipo do selvagem africano” (FONSECA, 2010, p. 396). Mais uma vez, o regime significante age por tradução simbólica e aliada ao regime pós-significante, produz traduções miméticas ou conscienciosas. Assim, o termo *jaga* que já era usado por povos de um misto significante e pré-significante de África, é então usado pelos europeus para designar toda uma subjetividade africana (regime pós-significante) que nada tinha a ver com aquela violência e barbárie que dominava todas as terras de África vítimas dos colonos e colonizadores europeus. A relação conturbada e as alianças frágeis entre os ditos imbangalas e portugueses e o estereótipo criado acerca de um povo “*jaga*” ajudou a inventar o mito do negro selvagem, violento, sem alma e que merecia a salvação divina através da escravização (MACEDO, 2013). “É verdade que os nômades não têm história, só têm uma geografia. E a derrota dos nômades foi tal, tão completa, que a história se identifica com o triunfo dos Estados. Assistiu-se, então, a uma crítica generalizada que negava aos nômades toda inovação, tecnológica ou metalúrgica, política, metafísica. Burgueses ou soviéticos (Grousset ou Vladimirtsov), os historiadores consideram os nômades como uma pobre humanidade que nada compreende, nem as técnicas às quais permaneceria indiferente, nem a agricultura, nem as cidades e os Estados que ela destrói ou conquista. Dificilmente se entende, contudo, como os nômades teriam triunfado na guerra se não tivessem tido uma forte metalurgia: a ideia de que o nômade recebe suas armas técnicas, e seus conselhos políticos, de transfugas de um Estado imperial, é, apesar de tudo, inverossímil. Dificilmente se entende como os nômades teriam tentado destruir as cidades e os Estados, não fosse em nome de uma organização nômade e de uma máquina de guerra que não se definem pela ignorância, mas por suas características positivas, seu espaço específico, sua composição própria que rompia com as linhagens e conjurava a forma-Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 75). Africanos e europeus estatizados produziram o mesmo estereótipo dos povos nômades considerando-os selvagens e ignorantes das regras das organizações estatais, vistos apenas como conquistadores sem escrúpulos. O que os povos africanos estatizados não contavam é que seriam vítimas exatamente de tal estereótipo, pois na métrica da subjetividade europeia não cabe corpo negro africano algum.

Dando continuidade à invasão portuguesa, em 1617, a Coroa designa Manuel Cerveira Pereira para a região de Benguela, ao sul do Ndongo. Expedição que não é muito vitoriosa ao encontrar pelo caminho os imbangalas do sul, grupos Ovimbundos, povoados que, por adotarem a organização do Kilombo, possuíam maior poder de

resistência às investidas invasoras que os povos sedentários ao norte. A partir de 1618, os imbangalas do norte, liderados por “Kulaxingo, chefe Imbangala chamado pelos portugueses de Jaga Kasanje” (FONSECA, 2010, p. 401), mostram-se insatisfeitos com as relações de dependência com os governadores portugueses e se negam a sair de terras ocupadas de Ndongo em favor dos europeus. “O guerreiro está na situação de trair tudo, inclusive a função militar, ou de nada compreender. Ocorre a historiadores, burgueses ou soviéticos, seguir essa tradição negativa, e explicar que Gêngis Khan nada compreende: ele ‘não compreende’ o fenômeno estatal, ‘não compreende’ o fenômeno urbano. Fácil de dizer. É que a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado revela-se por toda parte, mas continua sendo difícil de pensar. Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar” (DELEUZE, GUATTARI, 2012, p. 15). Certamente, o acordo com portugueses não estava à altura dos desejos da organização dos seguidores de Jaga Kasanje. Os europeus ignoraram este aspecto de uma máquina de guerra que é exterior ao Estado e que não funciona como um aparelho do Estado e, por isso, é incontrolável. Ou ainda, os imbangalas liderados por Kasanje compreenderam que a máquina de captura do Estado português não ficaria satisfeita em apenas usá-los, mas faria deles também, ao fim, prisioneiros. É neste período também que começam as acusações de que povos jagas desviam o tráfico de escravizados negros do porto de Luanda para escaparem à alfândega portuguesa. Este argumento será usado por muitos traficantes europeus para fugir aos impostos da Coroa e desviar grandes números de pessoas traficadas, acusando os africanos de traição ou de selvageria em busca de carne humana.

Os ngolas, governantes do Reino de Ndongo, que haviam deixado de seguir as influências do Reino do Kongo pouco antes deste se aliar a Portugal, impunham severas punições aos traficantes, como confisco da mercadoria, prisão, expulsão, açoites e até morte a quem desrespeitasse as regras e os costumes locais. Eles não permitiam que fossem escolhidos os escravizados e comercializavam apenas através de “lotes” que muitas vezes continham velhos, doentes e pessoas com deficiência. Naquele momento, o governo português se via insatisfeito com as restrições ao comércio de escravizados e incapaz de reagir às adversidades políticas causadas pelas inúmeras guerras de resistência à invasão portuguesa e guerras entre os próprios povos locais, chamadas

“Guerras Pretas”. Estas guerras eram fruto do descontentamento de povos africanos contrários às alianças com os portugueses ou fruto da invasão dos imbangalas. Junta-se a isso o conflito com outros grupos jaga e adversidades ambientais, que vitimaram centenas de europeus com malária e outras doenças tropicais. Neste sentido, o governo português não vê outra saída senão um acordo de paz com o Reino de Ndongo.

Nzinga Mbandi, durante o governo de seu irmão, Ngola Mbandi (1617-1623), do grupo ambundo e que depois se tornaria rainha de Ndongo e Matamba, é então enviada em missão diplomática à Ilha de Luanda, em 1622, para tratar um acordo com o representante local de Portugal, João Correia de Sousa. Este episódio é famoso na historiografia angolana e retratado numa gravura na qual, na falta de cadeiras, Nzinga ordena que uma de suas servas lhe sirva de assento e a abandona por lá, argumentando que em seu reino havia muitas outras. A tradição de Angola defende que este acontecimento serviu para demonstrar que o Reino de Ndongo era soberano e não seria vassalado do Reino de Portugal como o Reino do Kongo. É um aspecto interessante acerca das narrativas criadas em torno do nome da futura rainha<sup>49</sup>, já que todos os relatos históricos documentados foram produzidos por europeus. O acordo firmado entre o Reino de Ndongo e Portugal determinava a saída dos portugueses das terras ocupadas no continente, incluindo o fechamento da prisão de Ambaca, próxima à sede deste governo africano e a libertação de líderes locais, bem como a disponibilização de armas de fogo. Em contrapartida, Nzinga aceita o batismo cristão e recebe o nome de Anna de Sousa, mecanismo que será usado por ela posteriormente em outros acordos de paz, marcando sua capacidade diplomática inigualável.

---

<sup>49</sup> Nzinga, a rainha negra que combateu os traficantes portugueses. **Portal Geledés**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/nzinga-a-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/>. Acessado em 24 de outubro de 2017.

Figura 3 – Rainha Nzinga, em seu tempo de Princesa, em missão diplomática em Luanda, em 1622, na famosa cena com o governador português local.



Fonte: ilustração do frei capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi Montecuccolo, que conviveu com Rainha Nzinga, imagem da internet.

Alguns acusam Nzinga Mbandi Ngola Kiluanji de matar seu irmão envenenado para assumir o trono de Ndongo. Outros dizem que o antigo rei (irmão dela) se suicidou por conselho dos grandes chefes. Outros dizem ainda que Nzinga matou também seu sobrinho, o príncipe regente, ou que ele se afogou no rio Kwanza e que depois ela se casou com Jaga kasanje, que fora tutor do garoto. Esta fama de traidora ou conspiradora foi usada pelos portugueses em muitas ocasiões para tentar deslegitimar o título de governadora do Ndongo, inclusive no golpe político que se seguiu. O mais certo é que ela se tornou rainha em 1624, do Reino de Ndongo. A historiadora afro-estadunidense Linda M. Heywood produziu um trabalho primoroso no qual reconstruiu a trajetória da Rainha Nzinga no livro “Jinga de Angola: a rainha guerreira da África” (2019) cruzando inúmeros documentos, cartas, jornais e os três relatos mais famosos da época – o do Monge italiano Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo, o Monge Antonio da Gaeta (estes dois foram sacerdotes no reino dela) e do oficial português Antônio de Oliveira Cadornega<sup>50</sup>. Portugal, óbvio, não cumpriu sua parte do acordo firmado na

---

<sup>50</sup> Cf. HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola: A rainha guerreira da África**. Trad. Pedro Maia Soares. Posfácio Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Todavia, 1ª edição, 2019.

missão diplomática<sup>51</sup>. O governador português, à época Fernão de Souza, aliando-se a sobas descontentes com a nova rainha e que clamavam por legitimidade de linhagem na sucessão ao trono, estimulado pela fama de conspiradora, auxilia num golpe político que leva ao poder um governante africano visto como um “rei fantoche”, Hari a Kiluaji (qualquer semelhança com a vida política brasileira em 2016 não é obra do acaso). Em resistência a isso, Nzinga une-se aos Ndembus (do norte do Ndongo, fronteira com o Congo), aos sobas da Quissama e outros poderosos ao longo do rio Kwanza e forma uma confederação contrária à presença dos portugueses na região<sup>52</sup>. Alia-se ainda aos Imbangalas, assumindo a estrutura de guerrilha típica dos Kilombos, conquistando o Reino de Matamba (1630) – reino governado por mulheres e que estava sob domínio português há anos – unindo-se pontualmente aos holandeses na luta contra os portugueses no continente. Mais que afirmar uma linhagem guerreira e de resistência, o trabalho documental de Fonseca e Heywood prova que os primeiros contatos entre europeus e povos da região de África subsaariana foi determinado por acordos diplomáticos e reconhecimento de organizações estatais soberanas da região. Ajuda, neste sentido, a desconstruir a ideia que se produziu de uma África essencialmente selvagem, primitiva, de povos bárbaros que não dispunham de leis ou códigos minimamente civilizados equivalentes aos códigos europeus. Mais que isso, mostra como foi graças a alianças com povos nômades guerreiros que portugueses conseguiram suas maiores conquistas, e que foram estes povos também que permitiram que a empreitada de Nzinga contra a invasão europeia fosse vitoriosa. Tanto em África como na Europa, Estado e povos nômades disputavam a terra e territórios, desterritorializavam relações e inventavam novas alianças, certo de que com movimentos políticos distintos.

---

<sup>51</sup> O belo trabalho do escritor angolano José Eduardo Agualusa, já citado aqui, junto às bibliografias mais historiográficas, oferece uma ótima oportunidade para conhecer outras nuances dessa fascinante governadora e personagem da história angolana. História que tem muita importância para a história do Brasil, que foi constituído com muita gente vinda de Angola. Cf. AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Ginga** – e de como os africanos inventaram o mundo. Lisboa: Quetzal, 2005. Disponível para fins não comerciais em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359038/mod\\_resource/content/1/A%20Rainha%20Ginga%20-%20Jose%20Eduardo%20Agualusa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359038/mod_resource/content/1/A%20Rainha%20Ginga%20-%20Jose%20Eduardo%20Agualusa.pdf). Acessado em 18 de novembro de 2018.

<sup>52</sup> Cf. FONSECA, Mariana Bracks. Rainha Nzinga Mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII. **Caderno de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/7657/7149>. Acessado em 24 de outubro de 2017.

### 3.2 A invenção de uma resistência negra – do Kilombo de África ao Quilombo dos Palmares

O mais interessante, guardadas todas as contradições favoráveis aos invasores portugueses a respeito da Rainha Nzinga, é que a resistência liderada por ela e muitas das incompreensões históricas a respeito de sua vida, estão relacionadas a sua aliança político-militar com o povo denominado “jaga”. Em artigo “Rainha Nzinga Mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII”, a pesquisadora Mariana Bracks Fonseca que recentemente defendeu sua tese de doutorado sobre Nzinga, apresenta algumas relações valiosas acerca dos mistérios que envolvem este período importante de resistência de povos africanos da costa do Atlântico. Mariana Fonseca assinala o acordo dos imbangalas com o governo português no início do século XVII, o que garantiu aos europeus acesso a muita gente africana para escravização. Mas pontua, principalmente, as desconfianças e a dificuldade do governo lusitano de manter relações com os imbangalas, o que posteriormente, se tornara impossível com aliança destes com Nzinga. “O certo é que a participação dos jagas não era vista com bons olhos por todos os europeus, de modo que, num relatório anônimo a respeito das guerras de Angola escrito em agosto de 1630, propõe-se como legítima a guerra contra aquela gente ímpia, feroz e diabólica, que não lavrava ou semeava, entregue à guerra, ao aprisionamento dos vencidos para parcialmente comê-los em verdadeiros ‘açougues públicos de carne humana’ e parcialmente vendê-los como escravos. Vagantes, destruidores e sem palavra, os jagas seriam, em última instância, bandos de perfeitos traidores” (HEINTZE, 1985, p. 212 apud MACEDO, 2013, p. 65). Depois de uma curta aliança com os portugueses, o líder imbangala Jaga Kasanje teria se casado com Nzinga que, por isso, recebera o título de “Tembanza (primeira mulher) do chefe do Kilombo” (FONSECA, 2010, p. 407), informação confirmada no trabalho de Heywood (2019). Assumiu a liderança de um bando Imbangala do Kiluaxingo, enquanto Jaga Kasanje se deslocou com outro bando em direção ao Baixa do Kassange, no qual ajudaria a criar o Estado do Kasanje.

Com o título de Tembaza, Nzinga passou a desempenhar papel de preparadora no kilombo do *Magi a Samba*, estratégia político-militar e ritual de iniciação, ao qual todos os membros do grupo eram submetidos. O *Magi a samba* é descrito como um

processo no qual um recém-nascido era esmagado para a produção de uma pasta misturada a raízes e ervas para que fosse aplicada sobre o corpo de cada guerreiro. Acreditava-se que isto dava aos combatentes poderes sobrenaturais durante as batalhas: “...o que se pode inferir a partir do mito sacrificial é a caracterização do infanticídio como uma forma de acumulação do poder que seria, de outra forma, transmitido à linhagem, num ritual de ‘fechamento de corpo’. A energia da criança, retida no unguento denominado maji-a-samba [também grafado assim], era transferida ao que fosse por ele ungido, tornando-se uma fonte de poder sobrenatural” (MACEDO, 2013, p. 68). Sabe-se, também, que isto era uma estratégia política para impedir que a sucessão do bando fosse produzida por linhagem consanguínea, já que o aumento do grupo se dava por aliciação de jovens de diferentes povoados invadidos de distintas etnias. Prática de um regime semiótico *contra-significante*, já que o ritual impedia que uma linhagem se destacasse sobre as outras, sobrecodificando a diversidade de linhagens que eram aliciadas. Além do magi a samba contar com emplastos, também envolvia extrações de dentes. Um agenciamento concreto de corpo no rompimento de um corpo linhagem. Ou inauguração de um novo agenciamento de expressão no corte da antiga palavra de ordem. O historiador Joseph Miller (1995) questionou a existência de infanticídio que, para ele, tratava-se de um sacrifício simbólico e não necessariamente realizado em ato.

Outra estratégia que garantiu sucesso nas empreitadas de resistência de Nzinga Mbandi Mbangala a Kiluaji contra a invasão dos portugueses foi a estratégia de guerrilha, típica do kilombo. Isto mostra também que os imbangalas moviam-se como máquinas de guerra, alisando o espaço segmentado pelas linhagens e territórios, tanto abundos – linhagem dos povos de Ndongo; kicongos – linhagem dos povos do Reino do Congo; ou mesmo portugueses. Ataques surpresas a alojamentos portugueses, junto a incêndios e derivas de lanchas do rio Kwanza eram comuns. Já os ataques portugueses, embora não se tornassem triunfos de ocupação territorial, produziam inúmeros prisioneiros que acabaram escravizados no tráfico transatlântico de pessoas, principalmente enviados a recém invadida América do Sul. Não é por acaso que data do início do século XVII o registro da primeira expedição ao que conhecemos como Quilombo dos Palmares, na região onde atualmente se localiza o estado de Alagoas, no nordeste do Brasil. Símbolo da resistência do povo negro à escravidão em terras brasileiras, sabe-se, através de escavações arqueológicas, que lá era local de refúgio de escravizados fugidos, mouros, índios e judeus. “Em meados da década de 1640,

Palmares já compreendia nove aldeias: Andalaquituche, Macaco, Subupira, Aqualtene, Dambrabanga, Zumbi, Tabocas, Arotirene e Amaro. Dois topônimos são ameríndios (Subupira e Tabocas), um é português (Amaro) e os outros seis são bantos [matriz linguística dos povos da região centro-sul da África, inclusive Angola]. Macaco, a capital, ficou conhecida como Oiteiro ou Serra da Barriga” (FUNARI, 2001, p. 17). Além de guardar semelhanças geográficas com os quilombos africanos, que se fixavam próximo a escarpadas para ter maior visibilidade do território, uma de suas fundadoras, Aqualtene ou Aqualtune, avó do famoso líder Zumbi, era uma princesa do Reino do Kongo. Joelza Ester Domingues destaca, inclusive, que Câmara Cascudo declara: “os escravos angolanos trouxeram consigo a odisseia guerreira da rainha negra de Matamba” (CASCUDO, S/d, p. 32 apud DOMINGUES)<sup>53</sup>.

O Quilombo dos Palmares adotava também a estratégia de guerrilha, típica das organizações sociais relacionadas ao quilombo de África e que consistia em ataques surpresas às fazendas escravistas de colonos europeus. O historiador Roy Arthur Glasgow, que escreveu o livro “Nzinga”, atenta que muitos bantos foram embarcados para o Brasil e por isso, ou poderiam ter feito parte das tropas de Nzinga ou conheciam a fama da líder angolana: “Sabendo que muitos dos Bantos eram embarcados para Pernambuco durante o início do século XVII, parece ser razoável supor que muitos deles pudessem ter sido aliados ou partidários de Nzinga, ou que, esporadicamente tivessem ouvido falar de sua fama. Se tal fosse o caso, isso nos forneceria uma importante explicação para a persistência da imagem de Nzinga no Nordeste do Brasil e, possivelmente, para parte da resistência afro-brasileira em certas regiões” (GLASGOW, 1982, p. 141 apud DOMINGUES)<sup>54</sup>. Até hoje o nome da Rainha Ginga é reverenciado nas festividades das Folias de Reis ou em Congadas pelo Brasil, relação que foi inclusive investigada na tese de Mariana Fonseca<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> DOMINGUES, Joelsa Ester. NZINGA ABRE GUERRA CONTRA OS PORTUGUESES (PARTE 2). Disponível em <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/nzinga-guerra-portugueses/>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> A tese de Mariana Fonseca traz um capítulo mostrando como a história da Rainha Nzinga hoje vive no Congado de Visconde de Rio Branco (MG). Cf. FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola**: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2018.tde-31072018-172020.

A historiadora brasileira negra Beatriz Nascimento, pesquisadora da UFRJ e militante do movimento negro, na década de 1980, produziu uma interessante relação entre os Kilombos de África e os quilombos brasileiros, interessada em pensar a resistência do povo negro no Brasil em sua atualidade. Segundo Beatriz Nascimento, a primeira referência em documentos oficiais sobre quilombos no Brasil data de 1559. Lá, quilombo passou a designar qualquer ocupação territorial de mais de 5 cinco pessoas negras que fugiam ao regime escravista. Chama atenção para o título do povo imbangala – Gaga – que teria relação com o de Ganga-Zumba, outro líder famoso dos quilombos brasileiro, tio de Zumbi. Atenta para o nome que fora conhecida a ocupação de Palmares, na época chamada de “Angola-jaga”, fazendo referência à designação jaga do território angolano<sup>56</sup>. Nascimento mapeou o conceito de quilombo ocupada em dar a ver como esta organização de pessoas negras no Brasil fora muito mais que acampamento de pessoas fugidas, assim como em Angola. Quilombo ou kilombo instituiu-se como uma organização social, política, econômica e de guerra, singular ao que era imposto pelo modelo eurocentrado, colonialista. Como aponta o trabalho de Nego Bispo (SANTOS, 2015), o Quilombo dos Palmares, desde seu surgimento, foi uma organização contra-colonialismo.

Voltando à África, durante toda a vida, Nzinga consegue resistir e impedir que portugueses avancem em direção ao centro do continente africano. Já com 74 anos de idade, sela mais um acordo de paz com o governo português, em mais uma demonstração de habilidade diplomática, em troca da liberdade de sua irmã, Mocambo, em 1656. Seu reino continua independente da Coroa Portuguesa, outra condição decisiva para o acordo. Converte-se novamente ao catolicismo e confessa ao padre Gaeta o desassossego que a invasão portuguesa causou na vida de seu reino, impedindo-a de abandonar as armas (FONSECA, 2010, p. 411). Nzinga morre em 1663, enterrada

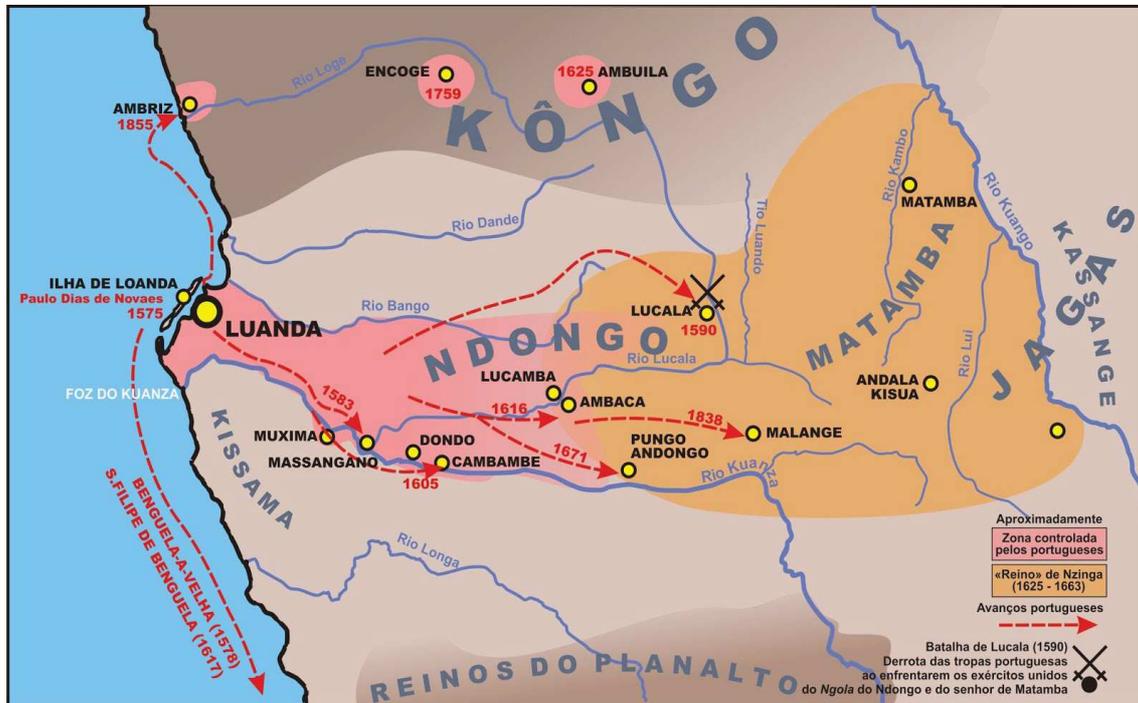
---

Acesso em: 2020-02-11. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31072018-172020/pt-br.php>. Acessado em 11 de fev. de 2020.

<sup>56</sup> Cf. NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra*, Ano 3, nº 6 e 7, 1985. In.: RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007. Disponível em <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acessado em 11 de fev. de 2020.

em cerimônia católica como Rainha Anna de Souza de Ndongo e Matamba, também seguindo os ritos abundos<sup>57</sup>.

Figura 4 – Resistência de Nzinga à invasão portuguesa e expansão do Reino de Ndongo e Matamba.



Fonte: internet.

### 3.3 A negligência historiográfica acerca dos povos nômades, os “jagas” – a racialização de negros

A história de resistência de Ndongo e Matamba em África, liderada pela Rainha Nzinga aliada aos conhecidos jagas ou imbangalas, provoca a pensar outros modos de composição da historiografia. Põem a pensar uma produção e, principalmente, uma disputa por uma narrativa oficial da intensa invasão que ocorreu em África Subsaariana e equatorial a partir do século XV, uma sobrecodificação e, por vezes, uma descodificação sem limites. Não é ao acaso que muitas incompreensões ainda são produzidas, que existam muitas versões e que a história oficial, disseminada pelos órgãos estatais e ocidentais europeus e ou europeizados, tenham ainda uma referência

<sup>57</sup> Cf. HEYWOOD, Linda M. Competição de tradições e um funeral real. In.: HEYWOOD, Linda M. *Jinga de Angola: A rainha guerreira da África*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Todavia, 2019, p. 240-248.

étnica branca eurocêntrica determinante. O historiador norte-americano Joseph Miller em meados da década de 1970 sustentou em seus estudos a inexistência de um povo Jaga, de um povo estrangeiro ao Reino do Kongo responsável por ataques durante a crise do reino em 1568. Para Miller, os jagas eram, na verdade, uma invenção exagerada de europeus como Filipo Pigafetta que escreveu um relato a partir do encontro com um mercador português Duarte Lopes, em 1591, assustados com os costumes estranhos de africanos<sup>58</sup>. Posição defendida por outra autoridade do assunto, o belga François Bontinck. Enquanto John Thornton, historiador contemporâneo de Miller e amigo de departamento de Linda M. Heywood, defende o estrangeirismo dos invasores jagas (MACEDO, 2013, p. 59). No entanto, Miller chama atenção em sua obra “Poder político e parentesco: os antigos estados mbundu em Angola” (1995) ao designar “o Kilombo como máquina de guerra” (MILLER, 1995, p. 228), observando os mecanismos que repeliam as linhagens consanguíneas através da cooptação de jovens de territórios invadidos ou impedindo, mesmo que simbolicamente, nascimentos dentro deste grupo “jaga”. “O recrutamento de novos membros para o kilombo através de cerimônias de iniciação não relacionadas com o parentesco, deu aos Imbangalas uma capacidade ilimitada para assimilar grandes quantidades de novos guerreiros” (MILLER, 1995, p. 228). Um ritual *contra-significante* totalmente estrangeiro e com capacidade de recrutamento assustador para os futuros órfãos de papai-mamãe *significante* ou pós-*significante* castrador. Daí o poderio militar descrito por Miller<sup>59</sup>. Mas é a historiadora norte-americana, Anne Hilton, e o historiador português, Paulo Souza Pinto, já citados neste trabalho, que apresentam informações que compõem de modo singular, decisiva e quase enigmática a ação de povos designados como jagas. A confusão se dá porque ora aparecem como a designação genérica de “estrangeiros”, ora como povos específicos na narrativa local. Análises documentais desconsideradas em pesquisas historiográficas anteriores, segundo Macedo (2013), mostram que estes grupos tão heterogêneos se organizavam em torno das práticas do kilombo, que eram malvistas tanto por povos sedentários locais, como, sobretudo, pelos europeus.

---

<sup>58</sup> Cf. LOPEZ, Duarte e PIGAFETTA, Filippo. **Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas**. Comentário e transcrição por Alberto Ferronha. Lisboa: Alfa, 1989.

<sup>59</sup> Cf. MILLER, Joseph. **Poder Político e Parentesco – Os antigos estados Mbundu em Angola**. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995. Disponível em <https://documents.tips/documents/miller-1995-poder-politico-e-parentesco-os-antigos-estados-mb.html>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

A dificuldade que se tem para afirmar uma história deste difícil período de exploração de África, provocada por povos ditos civilizados europeus, se deve, por um lado, ao racismo institucional das sociedades eurocêntricas; e, por outro, à dificuldade de encontrar registros ao modo branco – documentos lavrados, cartas, certidões, escritos afins, ou seja, ao racismo institucional dos métodos historiográficos europeus. Estes povos africanos nômades, que dificultaram a vida dos europeus invasores, não só não poderiam ser comparados à organização estatal do “velho continente” – como foi possível fazer com o Reino do Kongo, que à época da chegada dos portugueses estendia sua soberania por uma região aproximadamente do tamanho da Europa ocidental – como não poderiam ser comparados aos outros povos africanos conhecidos, pois eram altamente guerrilheiros e avessos ao sedentarismo de Estados da costa africana. Mesmo as atitudes contemporâneas que tentam exercitar uma política de afirmação da importância e do complexo desenvolvimento social e econômico africanos, esbarram nos preconceitos etnocêntricos. Uma das políticas historiográficas mais importantes em nível mundial foi a elaboração da coleção “História Geral da África”, realizada pela UNESCO junto a uma grande equipe de pesquisadores de diferentes países, composta por dois terços de africanos. Em quase 30 anos de pesquisa, foram produzidas mais de dez mil páginas divididas em oito volumes cronológicos, traduzidos para diferentes idiomas, inclusive para o português, “o desafio de reconstruir a historiografia africana livre de estereótipos e do olhar estrangeiro”<sup>60</sup>. A partir da parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), e desdobra da Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil, o material encontra-se disponível para consulta on-line, e se constitui principal obra de referência acerca da história da África.

Chama atenção o texto inicial da página da UNESCO que diz: “Em 1964, a UNESCO dava início a uma tarefa sem precedentes: contar a história da África **a partir da perspectiva dos próprios africanos**. Mostrar ao mundo, por exemplo, que diversas técnicas e tecnologias hoje utilizadas são originárias do continente, bem como **provar**

---

<sup>60</sup> Texto disponível no site da UNESCO, na aba Educação, com título “História geral da África”, onde é possível baixar todos os oito volumes traduzidos para o Português. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/general-history-of-africa/>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

**que a região era constituída por sociedades organizadas, e não por tribos, como se costuma pensar**” [grifo meu]<sup>61</sup>. É curioso que a publicação tenta atribuir um valor de desenvolvimento superior ou contrastante entre sociedade e tribos. As tribos já não seriam uma forma de organização social humana muito elaborada? “*Tudo não é Estado, justamente porque houve Estado sempre e por toda a parte*. Não é somente a escrita que supõe o Estado, é a palavra, a língua e a linguagem. A autossuficiência, a autarquia, a independência, a preexistência das comunas primitivas é um sonho de etnólogo: não que essas comunas dependam necessariamente de Estados, mas coexistem com eles numa rede complexa” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 128, grifos dos autores originais). Não se trata, pois, de afirmar uma história africana legítima através de organizações estatais, mas perceber que, mesmo as organizações sociais que não possuem essa formação de Estado não negligenciaram sua existência. Sobretudo, que a existência delas coexiste e se compõe com os Estados lá presentes. Oyérònké Oyěwùmí chama atenção para este fato, de como os estudos africanos estão, ou estiveram, reféns da estrutura ou das categorias europeias ou brancas de pesquisa. “Em outros campos, muita tinta foi derramada (e árvores derrubadas) para refutar ou apoiar afirmações sobre se alguns povos africanos têm Estados ou são povos sem Estado” (OYEWUMI, 1997, p. 25). Oyěwùmí está interessada em mostrar os limites dos usos de categorias alienígenas a certas culturas africanas. Ou denuncia como o regime significante europeu e ou Branco tenta sobrecodificar todo o conhecimento da terra, toda a produção, mesmo que esta produção não seja nem branca e nem europeia. Depois de dizer que os Estudos Africanos foram vítimas da necessidade de provar que povos africanos possuíam história, ela atenta que foi necessário provar que em África havia Estados. Ainda segundo a autora, o movimento atual se faz na necessidade de provar que havia filosofia em África antes da chegada de europeus. “Quer a discussão se concentre na história ou em sua ausência, em ter um Estado ou não o ter, é claro que o Ocidente é a norma contra a qual os povos africanos continuam a ser medidos por outros e muitas vezes por si mesmos. As questões que informam a pesquisa são desenvolvidas no Ocidente, e as teorias e conceitos operativos são derivados de experiências ocidentais. As experiências africanas raramente informam a teoria em qualquer campo de estudo; na melhor das hipóteses, essas experiências são excepcionais” (OYEUWMI, 1997, p. 26). Se dizemos que há sociedades que não possuem Estado, é porque tais sociedades possuem

---

<sup>61</sup> Idem.

mecanismos de conjuração de Estado ou do aparelho de captura. Os povos imbangalas não possuem um Estado não porque não conheçam um Estado (até fazem aliança com eles, seja o Estado português ou o Estado de Ndongo), mas porque possuem mecanismo que impedem que a segmentaridade se instale, produzindo um centro de poder que ressoe sobre todo o grupo. Eles possuem líderes ou chefes, mas não poderes fixos. O ritual de magi a samba funciona como uma espécie de conjuração de formação de um aparelho de Estado, já que a partir daquele momento, todos são imbangalas, sem fazer parte de uma linhagem ou descendência da realeza. Isto não quer dizer que não exista um centro de poder. No entanto, quer dizer que o poder é de outra ordem, não age por ressonância, mas por contágio e, sobretudo, por afirmação. O poder se afirmar até o momento que tenha potência para se afirmar, sem metafísica de linhagem ou laço consanguíneo de descendência.

A partir desse breve histórico produzido acima acerca da invasão portuguesa, numa viagem involutiva, podemos perceber coabitação de povos nativos da costa equatorial africana organizados de variados modos sociais. E que se pudermos classificar as organizações grupais e sociais de África como tribais, estas nada terão a ver com o estereótipo produzido por povos estatais eurocêntricos que as ligam a aspectos pueris ou ingênuos, ou de seres incapazes de se relacionarem com diferentes sem violência, sem respeito às leis, entregues a irracionalidade sem medida. “Que os povos se organizem é um universal; que o façam sob a estrutura de um Estado, ou alguma outra forma específica de organização, é um particular” (OYEWUMI, 1997, p. 31). É paradoxal também que o documento da UNESCO afirme a necessidade de protagonismo dos africanos, mas não é raro encontrar nos volumes observações acerca das desconfianças a informações tradicionais que não sejam registradas em fontes escritas, como num subtítulo “O problema das fontes”: “Faltam, portanto, registros escritos. Quanto à arqueologia, mal começa a prospecção. Já as tradições são abundantes, mas suscitam certo número de problemas” (KIPRÉ, 2010, p. 362). Que problemas seriam estes? Os múltiplos grupos que se juntaram? Os inúmeros grupos que foram massacrados? As inúmeras versões possíveis, contadas por filhos da terra invadidos por islamitas, católicos, protestantes e que hoje já são filhos da terra e muitos não comem junto o pão que falta graças à pilhagem de séculos anteriores? É uma história produzida por muitos problemas. É uma história, que se contada, produz ainda outros tantos problemas que ainda não vieram à tona. Pura problematização.

Não é ao acaso que os povos Jaga são quase ignorados no capítulo dedicado à invasão dos portugueses ao Reino do Kongo e ao Reino de Ndongo na História Geral da África, identificados apenas como grupos dissidentes do Reino do Kongo e ou limitados a povo sedentarizado como os Imbangala, “Provavelmente as primeiras formações étnicas regionais já existiam bem antes de 1500. O caso mais bem conhecido é o dos Imbangala, formados pelos Lunda, Luba, Ovimbundu e Ambundu” (VANSINA, 2010, p. 627). Não é ao acaso também que a figura da Rainha Nzinga é quase reduzida a um mito ou personagem do imaginário da cultura popular. E é menos ao acaso, ainda, que o escritor do capítulo 22, do volume IV, seja o historiador belga Jan Vansina, orientador de Joseph Miller, responsável por sustentar a tese de que os jagas, como povos estrangeiros ao Reino do Kongo, nunca existiram.

Na diferença a isso, outro registro interessante encontrado no volume IV da História Geral da África trata de uma denúncia que tem a ver com o momento político de discussão do *apartheid* na República da África do Sul e da feitura do livro. Também não é ao acaso que a denúncia feita é registrada por um africano do Botsuana que conhece de perto perseguição étnico-racial, e deixa claro como o racismo produz violências inimagináveis na produção do conhecimento e por isso, da vida: “Além disso, os historiadores brancos da República da África do Sul recusam o concurso de ciências como a arqueologia, a antropologia e a linguística. Ainda mais sério é o fato de os historiadores oficiais do país do *apartheid* escolherem nos arquivos o material concernente apenas aos brancos, deixando deliberadamente de lado os documentos referentes aos povos africanos. Para finalizar essa caracterização da historiografia da região sob o domínio do *apartheid* [...] Estes historiadores não somente rejeitam a tradição oral como fonte sem valor, como também demonstram, em relação aos registros escritos, uma ‘seletividade inquietante’ e anticientífica” (NGCONGCO, 2010, p. 655-656). Os escritos do Professor Léonard D. Ngcongco deixam ver como o racismo, como instituição da identidade branca, não tem pudor em agir para impedir que vidas negras sejam possíveis, que outros modos de vida possam surgir ou serem apenas registrados. Um outro curioso fato encontrado ao caso durante a pesquisa de textos acerca dos povos Ndongos é uma carta endereçada à UNESCO, escrita por Justes Axel Samba Tomba, intitulada “CARTA ABERTA contra a falsificação da história de Mbanza Kongo e do Reino do Kongo dya Ntôtila”. Tomba, que é graduado em História pela Universidade Marien Ngouabi de Brazzaville (República do Congo) e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação das Ciências Sociais da UFRJ, grau

alcançado em 2019 com a defesa da dissertação “A Vivência e a Reinvenção da África Central Bantu na religião de Matriz Africana em Itapeçerica da Serra (SP) e em Maricá (RJ): Candomblé Congo Angola”. Na carta, apresenta dados que contradizem a fundação da cidade de Mbanza-Kongo, usados para torná-la Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Tomba aponta que a cidade não foi fundada em 1439 (pouco antes da intensificação das relações comerciais com portugueses), mas em meados de 690, período que remonta aos primórdios do surgimento do grande Reino do Kongo, quando a cidade era denominada de *Mongo wa Kaila* (montanha da repartição), depois *NKUMBI A NGUDI* (o Umbigo da Mãe). E foi apenas no momento em que o Reino se tornara ainda maior, a partir do século XIII, que recebe o nome de *MBANZA-KONGO* – Sede, lugar, grande Centro do Povo Kongo inteiro<sup>62</sup>.

Esta breve pesquisa acerca destas regiões africanas em pontuais períodos da história de seus povos, mostra que sociedades sedentárias, estatizadas, foram contemporâneas de grupos nômades guerreiros na África – uma coisa não é evolução ou causa da outra – elas funcionam ora como oponentes, ora como aliadas. “Um evolucionismo econômico é impossível: não se pode crer numa evolução mesmo ramificada ‘coletores — caçadores — criadores — agricultores — industriais’. Não é tampouco aceitável um evolucionismo etológico ‘nômades — seminômades — sedentários’. Nem um evolucionismo ecológico ‘autarquia dispersa de grupos locais — aldeias e pequenos burgos — cidades — Estados’. Basta fazer interferir essas evoluções abstratas para que todo evolucionismo desabe: por exemplo, é a cidade que cria a agricultura, sem passar pelos burgos. Por exemplo ainda, os nômades não precedem os sedentários, mas o nomadismo é um movimento, um devir que afeta os sedentários, assim como a sedentarização é uma parada que fixa os nômades: Gryaznov mostrou a esse respeito como o mais antigo nomadismo só pode ser atribuído exatamente a populações que abandonam seu sedentarismo quase urbano, ou sua itinerância primitiva, para se pôr a nomadizar” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 128). Os nômades, mestres na arte da fundição de metal, conhecedores das terras de África, excelentes estrategistas de guerra com suas armas totalmente adaptadas à realidade de um ambiente múltiplo com florestas, savanas e desertos; adeptos de mecanismo que

---

<sup>62</sup> TOMBA, Justes Axel Samba. CARTA ABERTA contra a falsificação da história de Mbanza Kongo e do Reino do Kongo dya Ntôtila. Disponível em <http://www.mundamba.com/2016/09/carta-aberta-contr-a-falsificacao-da-historiade-mbanza-kongo-e-do-reino-do-kongo-dya-ntotila.html>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

repeliam sucessões políticas por linhagem consanguínea, conheciam modos de registro escritos elaborados de muitos povos vizinhos a eles, línguas de outros grupos que não os seus, organizações sedentárias e mesmo assim, escolhiam viver vagando pelas terras africanas, não como negação a um desenvolvimento ou evolução; mas como afirmação de outras políticas e economias possíveis para produzir vida em terras de muita multiplicidade. É por isso que entender o funcionamento destas máquinas de guerra que chamamos Kilombos ou quilombos parece ter fundamental importância para a resistência dos humanos negros à escravização, seja na África ou em Pindorama invadidas, por meio da organização outra diante à colonização. É importante salientar que, coincidentemente, foi após a morte da Rainha Nzinga e com sua “máquina de guerra” apaziguada, que o tráfico de pessoas negras saídas da África se intensifica no mundo. “Segundo os cálculos de F. Mauro, baseados nestas estimativas e considerados válidos por P. D. Curtin, o número de *escravizados* enviados ao Brasil entre 1575 e 1675 foi da ordem de 400.000 a 450.000, e, no século XVIII, chegou próximo de 2 milhões” (MALOWIST, 2010, p. 17, grifo dos autores originais). O jornalista Laurentino Gomes também apresenta um gráfico que atesta esta escalada de desterrados (GOMES, 2019, p. 271).

Os europeus usaram das organizações sociais estranhas aos seus costumes e, principalmente, contrárias aos seus interesses de domínio comercial na África, para disseminar a ideia de que pessoas negras africanas eram violentas, selvagens e que, se não eram capazes de serem convertidas à fé cristã, mereciam a escravização como forma de se livrarem do sofrimento de sua terra de atraso. Nesta cartografia realizada aqui, ou nesta genealogia produzida na emergência de uma outra história, pode-se notar as linhas, os agenciamentos que foram produzidos ao longo do período da expansão portuguesa que inventaram novos agenciamentos coletivos de expressão e conteúdo para raça, negro e África. Dá a ver também que as características usadas pelos próprios africanos para diferenciar povos nômades alheios ao seu Estado, numa transformação simbólica, é usada para sobrecodificar todo um significante africano ou subjetivar um corpo negro. As características de povos guerreiros e que se movimentam como máquinas de guerra são usadas para designar reinos africanos que resistiam às investidas dessas máquinas. Estas características, numa “alucinação moderna” foram usadas para justificar a selvageria ou a incivilidade com que europeus invadem e pilham a África. Raça, Negro e África são subjetividades inventadas, efeito da expansão devastadora de europeus pelo mundo. As bestas louras de que fala Nietzsche, se movem como uma

máquina de guerra como nunca se viu, apoderam-se de Estados por lá e, enlouquecidas, espalham-se pelo mundo, desterritorializando e descodificando organizações, afirmando um espaço liso, uma nova terra racializada e, ao mesmo tempo, segmenta em metrópoles e colônias, sociedades desenvolvidas e sociedades subdesenvolvidas. O camaronês Achille Mbembe, em seu trabalho “Crítica da Razão Negra” (2018) nos oferece um mapeamento surpreendente deste período da história em que o Estado Português se apropria de máquinas de guerra pelo mundo ou é tomado por ela e, ora sobrecodificando, ora apostando na descodificação, desterritorializando povos inteiros de África; ora reterritorializando em colônias agrícolas, *plantation*. Mbembe dá a ver outras linhas que produziram os desígnios Raça, Negro e África problematizando a alucinação da conceituação da razão, que se tornou um sinônimo de Branco<sup>63</sup>. Sobretudo, ataca a idealidade e a essencialidade destas palavras, dá a ver os agenciamentos e as máquinas abstratas que agiram para que tais expressões e corpos fossem possíveis de se realizarem. Achille faz uma espécie de esquizoeducação aplicada à história da razão, esquizofreniza a neurotização europeia. Ou mostra como a hiperneurotização do velho continente só pode produzir uma perversão sem igual mundo a fora e na própria Europa.

Os europeus, aproveitando-se das disputas dos povos locais de África, de delicadas alianças, unem-se, de acordo com seus interesses de invasores e comerciantes de gente escravizada, ora a povos sedentários, ora a nômades e, sempre que possível, trapaceando. E na desdobra, povos originários de Angola e do Brasil também se aproveitam das disputas no território europeu daquela época para produzir alianças e resistir às invasões portuguesas. Foi o que aconteceu na Confederação dos Tamoios no Brasil e na expansão do Reino de Ndongo até Matamba, em Angola, como veremos mais adiante. É preciso também mapear a importância da Igreja Católica e dos Protestantes nesta disputa territorial ou pelo Paraíso na Terra. Não foi menos violenta a participação da Igreja Cristã que, aproveitando-se das crises europeias provocadas pela Reforma e Contrarreforma e pela disputa de influência diante à expansão do Islã pelo mundo conhecido, viu na invasão dos portugueses na África equatorial e em Pindorama, um modo de também expandir suas influências políticas pelo mundo. E crentes que o Apocalipse estava próximo, foram capazes de antecipar o Inferno na Terra. Fato que

---

<sup>63</sup> Cf. MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ajudou a estigmatizar as práticas religiosas africanas como cultos pagãos, sobrenaturais e demoníacos. E isso foi e ainda é usado para justificar toda a violência incivilizada, irracional contra povos não cristãos, produzindo a destruição de povos nativos africanos e brasileiros, ou afro-pindorâmicos. Hoje, este ideal ascético parece surgir como uma fênix colonial atualizada nos ataques aos terreiros e espaços de culto de religiões de matriz africana no nosso país. Tornou-se um fetiche perverso de intolerância cristã.

### *3.4 Racialização da religião: do fetichismo africano ao fetichismo europeu e neopentecostal*

Um exemplo de discriminação religiosa que invadiu as terras africanas e desdobrou-se em práticas altamente elaboradas de racismo é a cunhagem do termo “fetiche”. O termo tem origem etimológica ligada ao latim *facticius* e significa “feito”; e ligado a ideia de “manufaturado”, segundo Pires (2011). Aproximadamente no ano de 429 d.C., fetiche é incluído em discussões religiosas dando nome a objetos que ligariam ao divino, como o pão ou vinho para os cristãos. “Em continuidade com tal discurso, nos códigos que regulavam práticas mágicas e religiosas nas nações ibéricas, a palavra *facticius* e suas derivações passam a ser, desde aproximadamente 1146 d.C., usadas para referir objetos mágicos manufaturados, usados na busca de fins concretos. Surge a ideia de feitiço, porém ainda na sombra da lógica da idolatria: o pecado mais sórdido era adorar a imagem de um falso deus, já que seria da semelhança que surgiria o poder divino” (PIRES, 2011, p. 64), coisa típica do regime signifiante ou pós-signifiante. Os cristãos europeus mais radicais crentes na impossibilidade de produzir um objeto qualquer semelhante ao seu deus, produzem a neurotização suprema do regime pós-signifiante. Creem que tudo no mundo está criado, assim como o ser humano, semelhante ao deus deles e, por isso, qualquer objeto produzido pelo humano seria a cópia da cópia. Confiando cada vez mais na interpretação autoritária das palavras bíblicas – “*O livro deveio o corpo e a paixão*, como o rosto era o corpo do signifiante. É agora o livro, o mais desterritorializado, que fixa os territórios e as genealogias” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 85)<sup>64</sup>. Neste trecho do texto “587 – a.C.-70 d.C. –

---

<sup>64</sup> E continuam: “Estas são o que diz o livro, e aqueles o lugar onde o livro se diz. De forma que a interpretação muda completamente de função. Ou desaparece completamente, em benefício de uma pura recitação da letra que interdita a mínima mudança, o mínimo acréscimo, o mínimo

Sobre alguns regimes de signos”, Guattari e Deleuze chamam atenção para a mudança de agenciamento promovida pela interpretação na passagem de um regime signifiante para um pós-signifiante, baseado na interpretação do Livro que já é anterior a própria leitura do escrito, imposição de uma interpretação, autoritarismo sem limite. Após a Reforma, cristãos passam a perseguir severamente quaisquer cultos que usassem objetos que estivessem relacionados a poderes mágicos ou sobrenaturais, sobretudo objetos sagrados não-cristãos. Com a chegada dos europeus ao solo africano da costa do Atlântico, o termo feitiço ganhou outros usos, incluindo a relação com elementos da natureza, como rios e plantas.

É com o desembarque dos holandeses, filhos do Protestantismo Calvinista, que o fetiche é relacionado a um aspecto menos evoluído no desenvolvimento de Humanidade. Estes já condenavam a relação iconoclasta dos católicos tradicionais e enxergavam os cultos que delegavam poderes sobrenaturais a objetos, fossem eles cruzes, amuletos, imagens de santos ou pedaços de madeira ou pedra, a aspecto de subdesenvolvimento da inteligência humana. “Mais que forma prática e material de magia, o fetiche vai se tornando sinônimo de religião rudimentar, pois pouco espiritualizada, demasiado presa à matéria bruta” (PIRES, 2011, p. 65). Pieter De Marees (1987) e Willem Bosman (1705) mercadores holandeses e não missionários, produziram os primeiros escritos a respeito do que eles chamaram de fetichismo na África. Relacionaram as práticas fetichistas à ignorância e à superstição, resultado de atraso tecnológico, científico e falta de racionalidade. Aspecto que, na opinião deles, deixavam os africanos mais suscetíveis a cobiça de missionários mercenários ou a mercê de chefes locais que trocavam mercadorias como ouro por objetos sem valor, por

---

comentário (o famoso ‘embrutecei-vos’ cristão faz parte dessa linha passional, e o Corão é o que vai mais longe nessa direção). Ou a interpretação subsiste, mas se torna interior ao próprio livro, que perde sua função circulatória entre elementos de fora: por exemplo, é segundo esses eixos interiores aos livros que são fixados os diferentes tipos de interpretação codificados; é segundo as correspondências entre dois livros, assim como o Antigo e o Novo Testamento, que a interpretação se organiza, podendo induzir ainda a um terceiro livro que está imerso no mesmo elemento de interioridade.

Ou enfim a interpretação recusa qualquer intermediário bem como qualquer especialista, torna-se imediata, porque o livro é, ao mesmo tempo, escrito nele mesmo e no coração, uma vez como ponto de subjetivação, uma vez no sujeito (concepção reformista do livro). Em todo caso, a paixão delirante do livro, como origem e finalidade do mundo, encontra aqui seu ponto de partida. O livro único, a obra total, todas as combinações possíveis no interior do livro, o livro-árvore, o livro-cosmos, todas essas reapropriações caras às vanguardas, que separam o livro de suas relações com o fora, são ainda piores do que o canto do signifiante” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 85-86).

mero *capricho* (PIRES, 2011, grifo do autor original). Segundo os holandeses, os praticantes do fetichismo “Ignorantes da verdadeira fé, das leis naturais e do mercado, os africanos construiriam seus deuses pessoais, estátuas e amuletos, com materiais achados ao acaso, ou mesmo adorariam quaisquer seres e coisas encontradas no mundo. Neles então se imaginaria poderes e neles seriam depositados desejos interessados e interesseiros” (PIRES, 2011, p. 66-67). Bosman vai criar a “teoria do primeiro encontro”, na qual a ação do humano, consciente, não determinaria a relação de importância, o que seria determinado ao acaso do primeiro encontro. É a partir de então que fetiche vai designar além de algo relacionado ao sobrenatural, algo relacionado a um encontro fundador de valor ao acaso, não racional e primário que posteriormente será retomado por Freud.

Charles De Brosses, em sua obra *Du Culte des Dieux Fétiches* (1760) é um dos primeiros a relacionar fetiche à evolução religiosa, impondo o modelo europeu monoteísta ao mundo inteiro com força sem igual. Para De Brosses, o fetichismo não seria apenas aspecto das culturas africanas tradicionais, mas fruto de uma religiosidade rudimentar universal. Numa escala evolutiva, o fetichismo seria o estágio menos evoluído de todas as práticas religiosas pagãs. “De Brosses opera uma classificação, diz o que está antes e o que está depois na história das religiões, em termos de grau de sofisticação. O fetichismo, adoração de divindades terrestres inanimadas, seria inferior ao sabeísmo, a adoração do sol e dos astros, que por sua vez viria antes do politeísmo que seria, enfim, anterior ao monoteísmo” (PIRES, 2011, p. 68), a mais evoluída de todas as práticas religiosas. De Brosses defendeu que, diferente de outros povos nativos mundo a fora, os africanos eram mais “selvagens”, pois estavam próximo à “infância” ao adorar a matéria bruta e, por isso, mais sugestionáveis ao medo de eventos irregulares da natureza e mais suscetíveis a charlatães e à dominação. Os africanos fetichistas, desse modo, seriam então desprovidos de razão e incapazes de figuração ou pensamento simbólico ao adotarem a matéria bruta em seus cultos religiosos. Entregues aos eventos irregulares da natureza, incompreendidos, estes seres nada iluminados, incapazes de simbolizar – diferente daqueles que adoram astros distantes como o sol ou a lua, que adoram coisas mais distantes do corpo – seriam incapazes de produzir filosofia ou teologia; incapazes de especulação, de produzir um pensamento científico que permitiria ao humano produzir bens mais apurados da inteligência, enfim, o que diferenciava o humano do animal. Há aí uma sobrecodificação de todos os cultos, elegendando como significante a religião monoteísta e levando ao extremo da produção

alucinada, típica do regime pós-significante, a imposição da Verdadeira Fé religiosa, baseada na Bíblia.

Depois de De Brosses, outros iluministas e pensadores vieram em seu rastro. Em meados do século XX, quando o termo caiu em desuso na antropologia, segundo Pires, os escritos a respeito foram postos sob suspeita na pesquisa acerca das religiões por conter aspectos etnocêntricos segregadores e limitantes, por fim, racistas. No entanto, o mal estava feito. Escritores como este ou filósofos como Hegel (1770-1831) que defendiam que “o único movimento histórico possível na África subsaariana viria de fora, ainda que sob a forma condenável da escravidão: apenas o contato forçado com a Europa ou com outra cultura dinâmica tiraria o ‘espírito não desenvolvido’ dos negros de sua inércia estática” (HEGEL, 2001, p. 109-117; cf. LACONO, 1992, p. 69-70 apud PIRES, 2011, p. 75) foram grandes responsáveis por endossarem a criminosa ação dos europeus em terras africanas. É curioso como o termo fetiche é pouco explorado na publicação do volume IV da “História Geral da África”. Dada a importante proporção que o termo toma historicamente, merece apenas umas poucas alusões e imagens, e uma nota de rodapé pouco contundente, descrita apenas como uma palavra traduzida – “de um livro holandês de viagens, de 1602, de P. de Marees” (DEVISSE, 2010, p. 758).

O termo fetichismo migra para a área da psicologia e psicanálise, e para as teorias econômicas de Karl Marx. Para o pedagogo e psicólogo Alfred Binet (1888) – primeiro a criar métodos de medição da inteligência humana, teste de QI – o comportamento fetichista de adoração religiosa por objetos é substituído por adoração a objetos relacionados ao “apetite sexual” e caracterizaria uma enfermidade psiquiátrica quando se manifesta de modo exagerado. Sigmund Freud, em texto “Fetichismo”, de 1927, além de descrever o fetichismo como Binet, empenha-se em descobrir suas causas. Segundo Freud, o objeto fruto do fetiche seria o último objeto visto pela criança antes de descobrir que sua mãe não possuía falo. Mas, ao mesmo tempo em que a criança conviveria com descoberta de que a mãe não possui falo, ela não abandonaria por completo a ideia de existência do falo materno. “Uma transferência eficaz: o significado do pênis feminino seria deslocado para um novo objeto, que passaria de fato a gerar prazer e desejo para o fetichista, enterrando a ansiedade e o medo da castração” (PIRES, 2009, p. 67). Nota-se a relação científica entre a “teoria do primeiro encontro” de Bosman com a teoria do “último encontro” de Freud. Para além de todas as críticas ao falocentrismo e, por conseguinte, ao machismo – e, sobretudo, ao racismo psicanalítico freudiano que vai classificar organizações africanas tradicionais também

como pré-edípianas, e por isso, menos evoluídas que as edípianas – tanto Freud quanto Marx vão relacionar o fetichismo em suas práticas com “a autoilusão do homem”. “O fetiche freudiano e o marxiano são ilusões materiais baseadas em uma transferência de valores que está longe de ser insignificante ou inoperante” (PIRES, 2009, p. 69). Pires considera que os estudos de Freud e Marx combateram não só as crenças religiosas africanas, mas as crenças religiosas em geral, inclusive as europeias. Todavia, ao denunciarem que a crença, seja ela africana, seja europeia, produzia mais ilusões a respeito da vida, eles advogaram a favor da cientificidade, da explicação incondicional que a racionalidade humana alcançara. O que, em certa medida, está de acordo com os absurdos produzidos pelo etnocentrismo de De Brosses apontado por Pires. Isto dá a ver como Freud e Marx convivem com a ideia de Evolução ou na crença da Idealidade representativa, simbólica ou mimética. Têm eles também os seus fetiches: para combater um modelo de crença religiosa primitiva tendem a um modelo científico moderno simbólico, abstrato, Ideal. Eles não fazem da abstração potência para outros possíveis de vida se realizar. Pelo contrário, produzem da abstração um sentido indeterminado que opera sempre pelo autoritarismo de aplicação de um Modelo ao inconsciente – complexo de Édipo. Ou, para combater uma sociedade capitalista desigual, de luta de classes, de amor ao Capital, prega a tomada de Poder pela classe subalternizada – Ditadura do Proletariado – com missão de recriar, reterritorializar a comuna perdida, isto depois de se autodestruir – Ideal Comunista. Freud e Marx provam, desse modo, que os modernos europeus não abandonaram seus próprios fetiches, mas foram eles os fetichistas por excelência. O fetichismo não é característica menos evoluída dos africanos, mas parte da constituição da realidade do humano, típico de sociedades pré-significantes que instituem alianças na produção de mais vida. Ou de sociedades *contra-significantes*, que produzem diagramas para combater signos limitantes. O fetichismo ao perder a relação de analogia – típica do regimes pré-significantes – e ser sobrecodificado pelo regime signifiante ou ainda, se tornar consciencioso, produzindo subjetividade, como no caso dos regimes pós-significantes, só pode produzir autoritarismo machista ou burguês fantasiado de neuróticos libertários. Desse modo, o fetiche não é típico ou específico de apenas um regime semiótico, mas funciona de modo distinto em cada regime.

O filósofo alemão Robert Kurz (1943-2012), defende que existem dois tipos de Marx: um “exotérico”, ligado à tradição de se opor ao liberalismo, exigindo que todos se tornem trabalhadores com um justo pagamento da “mais-valia não paga” (sic). E um

outro “esotérico”, que não se põe apenas como oposição à classe dominante ao desejar tomar o poder, mas que critica efetivamente o modo de produção capitalista fetichizado, o próprio valor. Para Kurz, se o Marx “exotérico” enxerga a história como uma luta de classes, o Marx “esotérico” vê a história dos fetiches. Porém, Kurz ainda alinhado ao pensamento freudiano, pensa que o fetiche é produzido a partir de uma relação automática ou fantasmagórica e que sua superação seria através de “um rompimento consciente com a forma comum do interesse, para passar do movimento desvairado do valor e suas categorias (trabalho, dinheiro, mercadoria, mercado, Estado) a uma ‘administração de coisas’ emancipatória e comunal, usando conscientemente as forças produtivas segundo critérios da ‘razão sensível’ em vez de abandoná-las ao cego processamento de uma ‘máquina fetichista’” (KURZ, 2017). Embora Kurz siga uma interessante linha de fuga da tradicional luta de classes que segundo ele, mantém as relações capitalísticas fetichizadas no valor do dinheiro, trabalho, mercadoria, mercado e Estado, ele as retém no muro branco da significância no momento que aposta num rompimento consciente ou numa tomada de consciência. Ele ainda diz que o fetichismo produz um “sujeito autônomo” (sic). Nem fantasmas, em sujeito autônomo, talvez pensar uma história como produção de fetiche fosse efetivamente investigar o valor e o sentido que cada coletividade produz. O que ele enxerga como alternativa ao modo tradicional marxiano de ver a História, desvenda um modo, um regime semiótico, de produção de um sujeito autônomo ou talvez, mais ligado a ideia de automático. No entanto, ao reterritorializar-se na produção de uma consciência, Kurz relativiza sua criação. Se a questão é de ultrapassar o interesse consciente de classe, ele poderia avançar ao mapeamento do desejo que é coletivo (sobre a relação entre interesse de classe e desejo coletivo, retornaremos na seção que tratará da Economia do Desejo). E neste sentido, poderia ver que a produção de um fetiche num regime pré-significante, não funciona do mesmo modo que um fetiche produzido por um regime significante ou pós-significante. Kurz diz que não está interessado no modo, no “como”, mas no que é, e desse modo ele se reterritorializa no sentido de fetiche produzido tradicionalmente como algo relativo a atraso numa escala de evolução<sup>65</sup>. Assim, trocar a luta de classe pela história do fetiche, entendido apenas como produção de fantasma, é retornar àquilo que se pensava escapar. Por fim, talvez a questão mais importante, é que Kurz retoma a

---

<sup>65</sup> Cf. KURZ, Robert. **O manifesto invisível** (2017). Disponível em <https://arlindenor.com/2017/02/21/o-manifesto-invisivel-robert-kurz/>. Acessado em 09 de nov. de 2020.

problematização de fetiche que parecia restrito a um passado primitivo ou à uma discussão já superada pela Ciência Moderna, como nos disse Pires e dispara novas linhas para problematizar o fetiche moderno.

Um caso sintomático e interessante deste fetichismo moderno, descendente direto da Ilustração de De Bosses pode ser encontrado na produção do filósofo Edmund Husserl (1859-1938). Jorge Larrosa, no livro “Nietzsche e a Educação” (2004), no capítulo, “A crise ou o envelhecimento da liberdade”, atenta que o entusiasmo juvenil de Husserl pelo Século das Luzes, ao fim da vida, se torna a constatação de uma crise das ciências europeias e, por conseguinte, da própria humanidade europeia de seu tempo, que para Husserl, era sinônimo de Humanidade Universal. “Não cabe imaginar contraste maior que o daquela época [Iluminismo] com a nossa situação atual” (HUSSERL, 1991, p. 10 apud LARROSA, 2004, p. 94). É interessantemente como Husserl – alemão de origem judaica, em pleno 1935 – deu-se conta de que algo não ia bem no processo da Humanidade que, para ele, só poderia ser sinônimo de europeização. Quem sabe se tivesse lido algo de Artaud naquela época o ajudaria a pôr em questão justamente o contrário: como a situação atual vista por ele como decadente só poderia ser efeito daquele Idealismo Iluminista... Mais triste, no entanto, é que ele enxerga como solução para a crise que diagnostica a intensificação da supremacia da cultura europeia, exasperação que culminaria na II Guerra Mundial e na perseguição aos judeus, gays, negros, pessoas com deficiência, ciganos pela Alemanha nazista (não leu também Nietzsche!). Quando Husserl olha para o mundo consegue apenas enxergar Europa, um fetiche quase criminoso, um etnocentrismo alucinado, o pior do “Delírio Moderno”, como disse Mbembe. Em seu delírio, diz Husserl “Os ‘dominions’ ingleses, os Estado Unidos, etc., pertencem claramente, em sentido espiritual, à Europa; mas não os esquimós ou os índios das tendas de campanha das feiras anuais, nem os ciganos que vagabundeiam continuamente pela Europa” (HUSSERL, 1991, p. 328 apud LARROSA, 2004, p. 90). É assustador e, ao mesmo tempo, deixa ver como uma intelectualidade microfascista pode alimentar impossíveis da vida se fazer. E o mais perigoso, mostra como o inconsciente microfascista pode contaminar as formas que ele tende a aniquilar. Husserl deixa claro que povos que tiveram suas terras invadidas por racistas portugueses, espanhóis ou ingleses não possuíam a superioridade do “espírito europeu”. Ou que estas nações devem graças ao seu Desenvolvimento de Humanidade à presença destas bestas louras. “Há na Europa algo singular, único, com relação ao qual todos os outros grupos humanos são também sensíveis, enquanto algo que, independentemente

de toda consideração de utilidade, se converte para eles, por grande que seja sua vontade indomável de autoconservação espiritual, uma incitação a europeizar-se, de tal modo que de nossa parte, se temos uma compreensão cabal de nós mesmos, nunca optaremos, por exemplo, por nos indianizar” (HUSSERL, 1991, 329 apud LARROSA, 2004, p. 92). Pois sim. Há algo único na Europa e na produção da subjetividade europeia: é o desejo de extermínio de tudo que não é europeu. O regime pós-significante que produz a subjetividade, esta exasperação da interioridade que se precipita num buraco negro que suga tudo. O deslocamento central do signo para devir apenas um ponto de significância não suporta alteridade alguma, não suporta indianizar-se, assim como não suporta judiar-se, é o máximo da abstração enlouquecida ou melhor, da fetichização indiferenciada. E o que viria após estes escritos seria o holocausto dos judeus na Alemanha, lembrando que este “nós” não era tão dele assim. Mesmo sendo proibido de frequentar a Universidade de Friburgo (ALE), justamente por sua ascendência judaica, onde lecionou durante sua vida inteira e demitido pelo então reitor, seu ex-aluno e quase pupilo, Martin Heidegger (1889-1976), Husserl não pôs sob suspeita esta política identitária, esta subjetivação que só pode ser adoecida, a supremacia de uma raça inventada e vazia, a cultura europeia como medida para o Mundo. Ele não se europeizou o suficiente para desjudializar-se. Quem sabe tivesse se indianizado ou se dado conta de que, foi apenas quando o europeu se aproximou do que ele mais dizia abominar – a violência, a selvageria, a incivilidade, a destruição indiferenciável do outro – que a europeização do mundo se deu. Ou poderia ter ele descoberto que, indianizar-se como os índios ou aquilombar-se como negros de África ou do Brasil, seria uma estratégia para impedir uma homogeneização alucinada, uma abstração fantasmagórica do Humano. Diferente disso, aconteceu uma sobrecodificação racial a priori do Negro que levou a desterritorialização reacionária da Raça Branca, em última instância, a perseguição de judeus ou não arianos. Larrosa termina o capítulo dizendo que a mensagem póstuma de Husserl poderia ser reduzida a alternativa de encontrar “em nosso interior uma fé que nos sustente nestes momentos difíceis” de crise ou estaríamos perdidos. Na diferença a Isso (que besteira ter tido o Isso!), esta interiorização, esta busca por uma essencialidade do ser “espírito europeu”, civilizado, racional, produziu as atrocidades daquele tempo e de tempos do agora em África, na América, na Ásia, na Oceania e, claro, na Europa. Ironicamente triste, foi porque o governo nazista alemão levou ao extremo seu desejo de ser Europa – interiorização da fé – que Husserl foi impedido de seguir investigando na universidade tão idealizada e fetichista,

europizada. O que os fetichistas originários, aqueles que foram perseguidos pelos holandeses fetichistas do corpo negro, nos provoca a pensar é que a fé que produz variação de vida não está no interior, numa interioridade qualquer, ela está na relação com o fora, com o Mundo, no mundo e produtor de mundos. Talvez possamos fazer como provoca Nego Bispo, assumirmo-nos feiticeiros, agenciando materiais heterogêneos encontrados no mundo com aqueles produzidos por isso que se chamou humano. Uma mistura que não busca a interioridade, não busca reconstruir uma subjetividade moderna ou pós-moderna perdidas, nem mesmo *transmoderna*. Uma heterogênese, um feitiço contra-significante, quem sabe contramoderno e, por fim, contracolonialismo, na psicologia, na psiquiatria, na política ou na economia.

Curioso como protestantes que insistiram na conceituação do fetiche, serviram como pontos de dessubjetivação para que igrejas neopentecostais utilizassem artifícios fetichistas em seus cultos do Verdadeiro Deus, do Único Deus. São unguidas vassouras, lenços, toalhas... vende-se pequenas porções da Terra Prometida de Israel ou a chave do Paraíso. O regime subjetivo neopentecostal, efeito do regime significante do deus único, através da transformação e tradução mimética do culto primitivo, produz uma relação mais direta com este mundo, ao passo que nega tudo o que nele se encontra e se produz. Eleva à enésima potência a Abstração monoteísta. Por seu caráter mimético (copiam muitas práticas de culto afro-brasileiros, como possessão e danças de orixás), sua ação contra cultos chamados pagãos são mais violentas e autoritárias, mais próximas à atuação da Igreja no período da colonização transatlântica do século XVI e do período da Santa Inquisição.

É preciso, desse modo, perceber como a religiosidade ou os cultos a divindades ao longo da História da Humanidade sempre foram usados como modos para justificar as mais diversas violências. Não se trata de mera ideologia ou prática privada e, embora vivamos no Ocidente Moderno com Estados que se autodesignam como laicos, o inconsciente monoteísta tem, desde o advento disso que chamamos modernidade, determinado as ações políticas e econômicas. Seja de modo menos declarado e aparentemente contrário, como denuncia Nietzsche em sua terceira dissertação, no livro “Genealogia da Moral”(2009), seja em casos em que um governo, de um Estado laico, vence a eleição com lema “Deus acima de todos”. Mais do que uma visão de mundo ou defesa de crença, o que está posto em disputa é a produção de um Mundo possível ou, sobretudo, a negação de outros mundos ou desse Mundo de coisas humanas e não humanas. A religiosidade ou os cultos a divindades sempre foram usados como parte da

política de governos de humanos e em muitos casos, para subjugar humanos e não humanos, ou para negar a Humanidade de humanos e para dominar os não-humanos. É preciso, para além de uma formalização Constitucional, mapear como o inconsciente opera nas formações coletivas humanas e, talvez, ao invés de determinar quais sociedades são fetichistas ou não, seguindo algumas linhas de Kurz, investigar que fetiche cada *socius* tem produzido. Investigar como cada sociedade trata os signos de suas crenças, mesmo aquelas que anunciaram a morte de um deus, mas que o ressuscita em pequenas garagens de periferias de grandes cidades ou em laboratórios *hightech* mundo a fora.

### 3.5 Nativos pindorâmicos: “negros da terra”

Alguns aspectos importantes fora da África também impingiram a escravidão às pessoas negras. No Brasil, a resistência à escravidão do índio brasileiro, a sua não adaptação ao trabalho de cultivo de grandes lavouras, sua agricultura de subsistência totalmente relacionada à vida social e, ao mesmo tempo, seu conhecimento do território natal que facilitava a fuga, tornou a fixação de pessoas negras cativas por aqui um negócio muito lucrativo<sup>66</sup>. A pouca relevância inicial à ocupação da terra *brasilis* logo tomou outro rumo com a chegada de Martin Afonso de Souza (1490-1564) responsável pela divisão da terra em Capitânicas Hereditárias em 1534. Isto levou a intensificação das tentativas de escravização dos nativos brasileiros, chamados também de “negros da terra”<sup>67</sup>. Nota-se nesta designação que o regime significativo impôs aos índios brasileiros

---

<sup>66</sup> Cf. GOMES, Laurentino. 6. Mar infinito. In.: \_\_\_\_\_. GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**, volume I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 109.

<sup>67</sup> A pesquisadora Juliana Fujimoto realiza em sua tese um interessante mapeamento das relações que se produziram no encontro entre índios de Pindorama e europeus, durante os dois primeiros séculos de invasão europeia no Brasil. Ela faz uma revisão bibliográfica interessantíssima passando pela discussão da obra “Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (1994) de Jonh Monteiro. Problematiza que a atuação de índios brasileiros nas empreitadas colonialistas europeias vai muito além de questões comerciais e mostra como disputas locais se tornaram guerras coloniais. Cf. FUJIMOTO, Juliana. **A guerra indígena como guerra colonial** – as representações e o lugar da belicosidade indígena e da antropofagia no Brasil Colonial (Séculos XVI e XVII); orientador Adone Agnoli. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2016, 270 f. Disponível em

o signo da escravidão. Aqueles corpos que possivelmente não tinham ascendência de povos eslavos, nem mesmo dos povos africanos de pele negra, submetidos ao mesmo regime de exploração e de subjetivação. Laurentino Gomes chama atenção para o fato de que Pero Vaz de Caminha usar o vocábulo “inhame” para descrever o tipo de alimento consumido pelos nativos de Pindorama, além de dizer que não lavravam e nem possuíam pecuária<sup>68</sup>. Desde o primeiro contato, os nativos brasileiros foram vítimas da política de mimetização, comparados aos nativos africanos, seja por suas características corporais, seja pelo tipo de organização sociopolítica, cultural e econômica.

A influência dos Jesuítas da Igreja Católica que, a priori, não consideraram os selvagens daqui tão endemoniados como os selvagens africanos, também auxiliou em certa medida a disputa. Desde meados de 1550, de acordo com o governo português, existiam ações jesuítas para impedir a escravização do nativo brasileiro<sup>69</sup>. Efeito também da disputa política interna entre as ordens religiosas da própria Igreja. É de se observar que enquanto os monges capuchinhos mantiveram influência no Reino de Ndongo e Matamba, os Jesuítas, da Companhia de Jesus, se consolidaram no Brasil. Os Jesuítas em certos processos historiográficos caracterizados como defensores da abolição dos indígenas estavam, também, interessados no controle da força de trabalho destes, para gerar recursos para financiar as atividades da Companhia de Jesus. Por isso, Padre Antônio Vieira (1608-1697) foi entusiasta da lei de 1º de abril de 1680 que não chegou a entrar em vigor, mas impedia a escravização de novos índios, embora não determinasse a libertação dos antigos cativos. A escravização do índio brasileiro foi apenas proibida oficialmente em 06 de junho de 1755 no Estado Grão-Pará e Maranhão, governado por Marquês de Pombal (1699-1782) e estendido para todo o Brasil em 1758<sup>70</sup>. Mas esta ação de Marquês de Pombal nada tem de humanística. Foi apenas uma manobra portuguesa para garantir soberania das terras ocupadas na região amazônica que sofria com a baixa densidade demográfica de portugueses, após a assinatura do

---

[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10042017-123359/publico/2016\\_JulianaFujimoto\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10042017-123359/publico/2016_JulianaFujimoto_VOrig.pdf). Acessado em 12 de fev. de 2020.

<sup>68</sup> Cf. GOMES, Laurentino. 7. Terra dos Papagaios. Op. cit., p. 112.

<sup>69</sup> Cf. GOMES, Laurentino. 8. O massacre. Op. cit., p. 130-134.

<sup>70</sup> TORTUCE, Terezinha. 01 de abril – Dia da abolição da escravidão indígena. Disponível em <http://www.unice.br/index.php/cpa/8-noticias/75-01-de-abril-dia-da-abolicao-da-escravidao-indigena>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

Tratado de Madri (1750) que alterava o Tratado de Tordesilhas (1464) e que tinha como um dos critérios de nova demarcação de terras entre portugueses e espanhóis, a presença de falantes de línguas oficiais. Nesta época, os indígenas daquela região falavam uma “língua geral” fruto de uma sistematização do tupi feita pelos jesuítas<sup>71</sup>.

O primeiro contato considerado pela historiografia oficial brasileira, entre invasores e nativos, parece selar um amistoso encontro ingênuo e curioso de ambos os povos. *A Carta de Caminha* alimenta um imaginário de povos nativos de Pindorama hospitaleiros. Este aspecto se tornou tão forte na cultura brasileira que culminaria em obras nacionalistas do período do Romantismo artístico como “Iracema” (1865) e “O Guarani” (1857) de José de Alencar, na forma do mito do “bom selvagem”<sup>72</sup>. “A ideia de que os indígenas do Brasil no período colonial desapareceram e/ou perderam sua identidade, baseada na História tradicional, é debatida e combatida na historiografia

---

<sup>71</sup> SILVA, Leonardo Soares Quirino da. Abolição da Escravidão Indígena: 1680 ou 1755? Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0036.html>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

<sup>72</sup> No interessante livro que trata das primeiras três décadas de invasão europeia no Brasil, “Náufragos, Traficantes e Degradados”, o jornalista Eduardo Bueno descreve um curioso encontro entre a frota do navegador português Gonçalo Coelho e do navegador italiano Américo Vespúcio com nativos, no nordeste brasileiro, em 1501. Para isso, Bueno faz um recorte de um trecho da famosa *Lettera a soderini*, escrita em Lisboa em 04 de setembro de 1504, ao amigo de infância de Vespúcio, Piero Soderini: “Ao desembarcar nessa praia de ondas fortes e areia fofa, os portugueses não viram ninguém. Mas, na manhã seguinte, enquanto os marinheiros enchiam os tonéis de água fresca, colhiam palmitos e cortavam lenha, um grupo de indígenas surgiu no alto de um pequeno morro, próximo à praia. Embora os marujos lhe oferecessem guizos e espelhos, os nativos se recusaram a fazer qualquer contato – exatamente como haviam feito os Potiguar encontrados por Pinzón. No dia 19 de agosto, dois marinheiros obtiveram permissão para descer à terra, penetrar na mata e negociar com os nativos. Gonçalo Coelho se comprometeu a aguardá-los por cinco dias. Seis dias se passaram e nenhum dos homens retornou aos navios. Então, na manhã de 24 de agosto – quando a frota já se encontrava ancorada há uma semana – a praia se encheu de mulheres. Gonçalo Coelho enviou à terra dois batéis com alguns homens a bordo. Um grumete desembarcou e logo foi cercado pelas nativas, que ‘o apalpavam e o examinavam com grande curiosidade’. Quando ele estava no meio delas, uma mulher desceu do monte com um tacapec nas mãos, aproximou-se do jovem marinheiro e, pelas costas, lhe desferiu um golpe na nuca. ‘Então’, diz Vespúcio, ‘as outras mulheres imediatamente o arrastaram pelos pés para o monte, ao mesmo tempo em que os homens, que estavam escondidos, se precipitavam para a praia armados de arcos, crivando-nos de setas, pondo em tal confusão a nossa gente, que estava com os batéis encalhados na areia, que ninguém acertava lançar mão das armas, devido às flechas que choviam sobre os barcos. Disparamos quatro tiros de bombarda, que não acertaram, mas cujo estrondo os fez fugir para o monte, onde já estavam as mulheres despedaçando o cristão e, enquanto o assavam numa grande fogueira, mostravam-nos seus membros decepados, devorando-os, enquanto os homens faziam sinais, dando a entender que tinham morto e devorado os outros dois cristãos”. In.: BUENO, E. **Náufragos, Traficantes, Degradados**: as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, p. 54.

recente. Os nativos não podem ser reduzidos a meras vítimas da conquista, isso exclui a ideia de que os próprios tomavam a iniciativa para resistir em uma luta pela sobrevivência”<sup>73</sup>. Na carta de Caminha também fica nítido o desejo dos portugueses aventureiros de provar à Coroa Portuguesa que ocupar o Brasil era um grande negócio: diziam que os nativos daqui apontavam para terra afirmando que havia ouro e prata, o que dificilmente seria possível, já que os nativos de Pindorama não fundiam metais. Lembrando também que as primeiras minas de ouro no Brasil foram descobertas a partir do século XVII, no interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Isto parece ter sido uma estratégia adotada por portugueses mercenários navegantes, ávidos por explorar metais preciosos por terras além-mar e sabidos das descobertas de metais preciosos na América Espanhola. Basta lembrar que a existência de minas de prata foi a primeira justificativa para financiamento das empreitadas portuguesas pela África equatorial, sem sucesso, no final do século XV, aqui já apresentadas.

A carta também descreve os nativos de Vera Cruz como seres ingênuos, puros, quase descendentes diretos de Adão e Eva e sem aparente culto religioso, o que tornaria fácil a profissão da fé cristã pela nova terra invadida. No entanto, o trabalho que parecia fácil na descrição de Caminha, logo se mostra uma tarefa quase impossível. Os Jesuítas logo descobrem que além de possuírem uma religião, os nativos brasileiros praticavam rituais elaborados e que eram capazes de questionar as práticas cristãs que pregavam a liberdade em forma de trabalho forçado, impondo ao índio livre a escravidão. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, Padre Manoel da Nóbrega, em 1549, descreve um ritual *Caraimonhaga* – por ele chamado “Santidade” – no qual um Pajé Tupinambá ensinava ao seu grupo e falava de uma “Terra sem mal”, um “paraíso tupi”. “Para os índios esta santidade era a constante procura da Terra sem Mal, um espaço sagrado, o tempo sagrado, que se renova eternamente, sem conhecimento de sua origem e fim”<sup>74</sup>. Este ritual firmou-se como um ato de resistência aos invasores portugueses, à escravidão dos nativos e à determinação de um inimigo comum: o português. Os nativos ameaçavam transformar os índios traidores em paus e pedras. Zombavam das práticas cristãs jesuítas

---

<sup>73</sup> LEAH (Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História/UFU). Resistência Indígena. Disponível em <http://www.leah.inhis.ufu.br/node/60>. Acessado em 14 de novembro de 2017.

<sup>74</sup> CANTARIN, Cristiano. Resistência Indígena. Disponível em <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=589>. Acessado em 14 de novembro de 2017.

e, ao mesmo tempo, assimilaram alguns aspectos da cultura cristã. Uma bela expressão do regime pré-significante que opera por analogia, por aliança como potência de mudança, sentido plurívoco. “O mito da Terra sem Mal, conta o autor [Vainfas], revela o maior inimigo do índio: o homem branco, os portugueses, o cativo, sua Igreja dos padres, a lei dos cristãos..., temos, portanto, um sentido anticolonialista”<sup>75</sup>. Os índios brasileiros produzem desse modo uma tradução, uma analogia para resistir a empreitar da escravização. “O autor [ainda Vainfas] diz também que, paradoxalmente, algumas dimensões do catolicismo também foram absorvidas pela santidade, dizendo, por exemplo, da semelhança que havia entre a Terra sem Mal e o paraíso celestial cristão”<sup>76</sup>. Na diferença de um regime significante, que só é capaz de assimilar o outro como diferente para destruí-lo, o regime pré-significante, típico de grupos de índios no Brasil, torna capaz alianças e assimilações de práticas estrangeiras. O regime significante identifica o diferente para eliminá-lo enquanto o regime pré-significante, graças a sua desterritorialização relativa positiva, identifica a alteridade no possível de tornar-se outro, em aliança. Foi isso que alguns grupos de índios fizeram ao assimilarem as práticas do catolicismo ou que alguns cultos afro-brasileiros fazem ao produzir analogias entre orixás e santos católicos. O ritual que ficou conhecido como Santidade do Jaguaripe, realizado na região do recôncavo baiano, tomou fama no início da incursão colonial da Capitania de Pernambuco e se espalhou pelas outras capitanias. Isto mostra como a conversão dos nativos brasileiros não foi uma tarefa tranquila, nem tampouco amena para índios e jesuítas e outros invasores europeus. A fé foi usada por todos como estratégia política de invasão e de resistência e de invenção de um novo mundo. Outro aspecto importante é atuação do Tribunal da Santa Inquisição através do Santo Ofício de Lisboa, que aportou nos trópicos com a figura de Heitor Furtado de Mendonça, em 1591, na Bahia e Pernambuco. Este censor foi responsável por investigar práticas que contrariavam os interesses da Igreja Católica. Isto representou um problema para os “cristãos novos” – judeus condenados ao degredo ou fugidos da metrópole europeia, como alternativa à perseguição da Inquisição no Velho Continente – e para europeus colonos simpáticos às práticas indígenas mais condizentes com a realidade daquele momento.

---

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Idem.

### 3.6 Colonização do gênero e da sexualidade: uma violenta colonização do corpo

A atuação da Inquisição tornou-se mais um instrumento de repressão política aos nativos acusados de heresia. Um caso emblemático foi a condenação de um índio, em 1614, por sodomia. A etnia Tupinambá convivia com comportamento que no regime heterossexual é considerado um desvio homossexual. Tibira, como ficou conhecido o índio esfaqueado por um tiro de canhão, foi morto para servir de exemplo e mostrar que comportamentos como aquele seriam severamente punidos. O historiador Amílcar Torrão Filho em seu livro "Tríbadés galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história" (2000) diz das "çacoimbeguiras", mulheres índias que assumiam posições masculinas nas tribos<sup>77</sup>. Vemos como o regime colonial desde muito cedo, como efeito do regime judaico-cristão, perseguiu e condenou práticas que considerava pecaminosas de modo violento e muito cruel. A colonialidade inventa novas expressões e novos agenciamentos de corpo que submetem os colonizados<sup>78</sup>.

Este não é um caso isolado que relaciona religião, gênero, sexualidade que culmina em violência e perseguição de colonizados. A historiadora Linda M. Heywood cita um caso de um ganga (líder religioso do povo ambundo, do Reino de Ndongo, no qual reinou Nzinga) que foi violentamente reprimido por um padre jesuíta. "Em 1582, o padre Barreira entrevistou um funcionário religioso muito antigo e importante, que era autoridade espiritual de uma província aliada dos portugueses. Acreditava-se que este homem tinha o poder de controlar o clima, garantir a saúde da população e fornecer outros serviços importantes. Barreira ficou alarmado com a aparência do ganga,

---

<sup>77</sup> Veja mais em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/01/indio-tupinamba-lgbt-foi-a-primeira-vitima-de-homofobia-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em 28 de fev. de 2020.

<sup>78</sup> O pesquisador, antropólogo Estevão Rafael Fernandes nos oferece uma valiosa pesquisa acerca do que ocidentalmente chamamos de comportamento ou sexualidade homossexual. Com cuidado, ele mapeia políticas de gênero e de sexualidade entre pessoas índias do Brasil e dos EUA, mostrando ao mesmo tempo, as violências coloniais, as resistências e as invenções de outros corpos não-brancos. Para mais ver FERNANDES, Estevão Rafael. Ser índio e ser gay: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil. Disponível <https://cimi.org.br/2018/06/ser-indio-e-ser-gay-tecendo-uma-tese-sobre-homossexualidade-indigena-no-brasil/>. Acessado em 28 de fev. de 2020. Cf. FERNANDES, Estevão R. **Existe índio gay?**: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

observando que ele parecia estar vivendo como uma mulher, e ele se vestia com um longo manto ‘feito de seu cabelo’, envolto em muitas camadas de panos normalmente usados somente por mulheres. Questionado por Barreira, o ganga revelou que havia nascido homem, mas o ‘demônio’ dissera à sua mãe que ele morreria imediatamente se não ‘se tornasse uma mulher’. Barreira obrigou-o a cortar o cabelo e confiscou sua parafernália religiosa ‘supersticiosa’. E foi ainda mais longe: cravou uma cruz onde o ganga executava suas funções e começou imediatamente a construir uma igreja no próprio local onde ficava o santuário dele” (WEYHOOD, 2019, p. 39). Por se tratar de um registro histórico baseado num relato branco, onde se lê “demônio” provavelmente o ganga teria dito que eram seus ancestrais, assim como o fato de ele “tornar-se mulher” poderia ter a ver mais com a posição ou indumentária que o padre julgou ser relacionado ao gênero feminino que a autoidentificação do ganga com um corpo ou com a categoria ocidental mulher. O fato de o jesuíta erguer no local do culto ambundo uma igreja mostra ainda a política típica do regime signifiante que trata de sobrecodificar, colonizar, todos os signos exteriores ao seu círculo de significado. Ou ainda a exasperação do regime pós-signifiante que age por eliminação de qualquer possível de alteridade de modo autoritário.

A pensadora e escritora de Burquina-Faso, Sobonfu Somé, dedicou-se a registrar a organização sociopolítica de seu povo, os Dagara. No livro “O Espírito da Intimidade – ensinamentos ancestrais africanos sobre as maneiras de se relacionar” (2009), Somé descreve a função dos Guardiões. “As palavras ‘gay’ e ‘lésbica’ não existem na aldeia. Temos sim a palavras ‘guardião’. Os guardiões são pessoas que vivem no limite entre dois mundos – o mundo da aldeia e o mundo do espírito... Os guardiões estão na divisa entre os dois sexos. São mediadores entre os dois. Eles garantem que haja paz e harmonia entre mulheres e homens. Se os dois sexos estão em conflito e toda aldeia se envolve, os guardiões trarão a paz. Eles não tomam partido. Simplesmente agem como a espada da verdade e da integridade” (SOMÉ, 2007, p. 139). Para os Dagara, como para os ambundos, a sexualidade e o gênero ou o tipo de corpo que desenvolvem não os tornam indignos. Pelo contrário, como podemos ver com os Dagara, há um lugar reservado de destaque na sociedade, realizando a função que outros corpos não o fariam. O livro Somé é outro trabalho indispensável para quem se interessa por políticas de descolonização apresentando uma complexa organização social bem diferente das que vemos e classificamos como ocidentais. Como chama atenção o Professor do departamento de Filosofia e pesquisador da UFRRJ, Renato Noguera, e quem indicou a

leitura deste texto, o trabalho de Somé nos oferece um registro único acerca de uma sociedade que agencia seus relacionamentos conjugais com uma missão espiritual, possuindo, ainda, mecanismo de conjuração da paixão, dessa idealização exacerbada, da neurotização obsessiva, da fetichização da relação amorosa. Somé ao sugerir que ocidentais passassem a praticar alguns rituais de intimidade como forma de garantir a resolução dos problemas conjugais, no entanto, não percebe que não faltam aos ocidentais símbolos de seus compromissos – a aliança usada no dedo médio esquerdo é um deles. O que falta, ou melhor, o que diferencia a política hegemônica de relacionamentos ocidentais e o povo Dagara é que quando um Dagara se une, ele e ela não unem interioridades, na produção de mais interioridade, como se faz no ocidente. Na diferença disso, dois Dagara quando se unem já são uma multiplicidade. Ele e ela quando unides, unem coletivos inteiros. Um coletivo que ao se casar produz mais coletivo. Entre outras tantas coisas que podem ser ditas e precisam ser ditas acerca do trabalho de Somé, talvez o mais interessante aqui seja apontar que, para além de resistir aos processos de colonização que a região de Burquina-Faso sofreu, os Dagara continuam a produzir um mundo outro, que na diferença de ser descolonial ou decolonial, se afirma como contracoloniais ou se movem contracolonialismo. Eles não negam a relação com o ocidente e, ao mesmo tempo, não vivem sob as premissas ocidentais. Percebem a alteridade ocidental, se relacionam com este modo de produção de vida, quando por exemplo enviam jovens para estudar em países como EUA e Inglaterra. No entanto, na espera pelo retorno destes jovens, convivem também com o risco de que não voltem jamais ao território natal. E mesmo voltando, estas jovens pessoas provocam na comunidade Dagara novas relações. Assim como Somé, que depois de anos morando fora para estudo, retornar à comunidade Dagara e escreve um livro com registros da singularidade de seu povo em relação aos ocidentais.

### *3.7 Movimento contracolonialismo de nativos pindorâmicos*

De formas variadas nativos brasileiros resistiram às investidas europeias. “A resistência indígena se dava pelas fugas dos aldeamentos missionários e de outros tipos de cativeiro, pela defesa das aldeias contra os Bandeirantes, por ataques a vilas e fazendas, pela colaboração com o europeu, bem como pelo suicídio quando presos. A resistência intensificava-se, sobretudo, a partir da penetração do conquistador no interior do país pela busca de metais preciosos ou na expansão das fazendas, onde estes faziam,

na maioria das vezes, o uso da violência”<sup>79</sup>. A resistência nativa em terra de Vera Cruz é marcada desde o início da invasão dos portugueses por grandes conflitos, como a Confederação dos Tamoios (1554-1567). Tamoio tanto pode ser a designação genérica para os índios que habitaram a região litoral do Brasil, como remeter, na língua tupi, ao significado de “ancião” ou “mais antigos da terra”, termo que teria mais relação com o movimento, já que nem todos os grupos indígenas que fizeram parte da resistência aos portugueses eram de origem étnica tupinambá. Neste período, portugueses usavam o costume da cunhadismo índio – casar-se com um membro do grupo índio e, por conseguinte, tornar-se parte do grupo – para invadir aldeias rivais e capturar nativos para escravização. João Ramalho Maldonado (1493-1580), um mercenário conquistador português, parceiro do governador da Capitania de São Vicente, Brás Cubas, casou-se com a índia Bartira, filha do tupiniquim Tibiriçá que, convertido à fé cristã, passa a se chamar Martin Afonso Tibiriçá, em homenagem ao antigo governador português da Capitania de São Vicente. Ramalho numa sucursal em busca de pessoas para escravizar invade um território tupinambá, captura o líder Cairuçu que acaba morrendo em cativeiro. O filho deste – Aimberê de Uwa-ttybi – alia-se a tupinambás Pindobuçu, de Iperoig (atual Ubatuba); alia-se ao líder Cunhambebe, que habitava a região onde hoje se localiza Angra dos Reis. Conseguir também apoio de tribos goitacás (ao norte do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santo), dos Krenak, chamados pejorativamente no passado de botocudos por usarem um adorno em suas bocas – referência a botoque, rolha de fechar barril – que se movimentavam pelo nordeste de Minas Gerais, sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Declaram guerra aos invasores portugueses e aos nativos Tupiniquins de Piratininga, aliados dos portugueses. Neste mesmo período, aportam no litoral brasileiro franceses interessados em se fixarem na área, oferecendo aos tupinambás apoio e armas. No entanto, trazem também uma doença que acaba vitimando muitos nativos, inclusive o líder Cunhambebe.

Após a morte do antigo líder, Aimberê assume a liderança da confederação. Num conflito conhecido como Cerco de Piratininga (1562) – Vila de São Paulo de Piratininga, hoje a cidade de São Paulo. Os tamoios tentam uma aliança com o líder tupiniquim Tibiriçá que aceita um encontro com o sobrinho Jaguaranho, filho de seu irmão Piquerobi. Porém, Tibiriçá acaba declarando fidelidade aos portugueses

---

<sup>79</sup> Resistência Indígena. Disponível em <http://www.leah.inhis.ufu.br/node/60>. Acessado em 14 de novembro de 2017.

defendendo a vila, matando seu irmão e seu sobrinho. Insatisfeitos com o conflito que durava anos, Padre Manoel da Nóbrega e José de Anchieta no episódio conhecido como Armistício do Iperoig (1563) intercedem junto aos portugueses por um acordo de paz, o primeiro das Américas, quando estes libertam índios escravizados. Contudo, os portugueses continuam sua ação contra os grupos nativos e contra os franceses que criam a colônia da França Antártica, na Baía de Guanabara. Em 1567, com a chegada de Mem de Sá e seu sobrinho Estácio de Sá, que fundara a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565, são recrutados reforços em outras capitânicas, o que os torna capazes de expulsar os franceses da costa brasileira. Mais tamoios são dizimados. Os que conseguem fugir vão para outras regiões ao sul do Rio de Janeiro e litoral de São Paulo, fazendo parte da constituição dos povos caiçaras do litoral paulista. Mas não são apenas os índios que sofrem grandes perdas. Mem de Sá morre vítima, provavelmente, de uma infecção contraída de um ferimento no olho causado por uma flecha envenenada lançada em batalha contra os tamoios.

Vemos como a política de alianças, baseada no cunhadismo, torna mais possível a fixação de portugueses no Brasil. Como estratégia típica de povos de regime pré-significante, o cunhadismo assimila aquele membro externo à linhagem por meio da nova aliança. Foi assim que João Ramalho se tornou “parente” dos tupiniquins – o que foi determinante para a fundação da Vila de São Paulo de Piratininga dando início a formação do que se tornaria a maior cidade da América do Sul. Foi pela política de alianças com os povos nativos que a ocupação daquilo que se transformou no Brasil foi possível. Isto porque a resistência à invasão europeia foi desde sempre constante e intensa. Não se tratou de uma ocupação pacífica. Nem mesmo foi graças às tecnologias puramente europeias. Menos ainda, não se tratou de uma invasão sem resistência. Tratou-se de uma composição estratégica e polêmica – típica das máquinas de guerras – fruto de muita disputa e correlação de forças entre nativos pindorâmicos e europeus de muitas regiões.

Outras batalhas posteriormente se seguiram entre índios e portugueses: Guerra dos Aimorés (1555-1673), Guerra dos Potiguares (1586-1599), Levante dos Tupinambás (1617-1621), Confederação dos Cariris (1686-1692), Revolta de Mandu Ladino (1712-1719), Guerra dos Manaus (1723-1728), Resistência Guaicuru (1725-1744), Guerrilha dos Muras (todo o século XVIII) e Guerra Guaranítica (1753-1756).

As políticas atuais de demarcação de terras indígenas e parte da historiografia oficial brasileira influenciam a pensar que povos nativos brasileiros sempre foram

majoritariamente sedentários, resilientes e ingênuos. No entanto, vemos que muitos desafios que europeus enfrentaram na sua empreitada de invasão ao se depararem com povos pindorâmicos foi exatamente pela resistência à sedentarização, ao processo chamado de aldeamento. É o que aconteceu em ocasião da Guerrilha dos Muras, durante o século XVIII. Os Muras era um povo que habitava uma grande extensão às margens dos rios Negro, Madeira e o Baixo Purus, na região amazônica. Um povo nômade que alternava suas ocupações em canoas no inverno e pequenas palhoças nas praias, durante o verão. Por sua característica nômade, estendiam sua ocupação ao alto Solimões, chegando à fronteira com Peru. Evitavam todas as formas de contato com os povos europeus, defendendo com muita eficácia a invasão de sua terra e, por isso, atacando todos que transitavam pelo leito de seus rios. O governo local português, pressionado pelos colonos comerciantes que tinham interesse em navegar pelo rio, inicia uma campanha para convencer a todos que era necessário exterminar o povo Muras. Segundo o governo, eles eram um impedimento para o trânsito em “lugares de públicos”, agindo com barbárie e crueldade, de forma tirânica. Este argumento foi usado para dizer que isto impedia o desenvolvimento do Brasil. Justificativa parecida foi também usada para atacar os povos Krenak que vivem também ao longo do Rio Doce, na chamada “Guerra Justa”, determinada por Dom João VI, em 1808, e que durou até 1823. Outras guerras “justas” foram autorizadas ainda na época da União Ibérica<sup>80</sup>. Como podemos perceber, o rompimento criminoso da barragem do Fundão, em 2015, da empresa Samarco, na região de Bento Rodrigues, distrito da cidade mineira de Mariana e que envenenou o Rio Doce ou Watu para os Krenak, é mais um triste episódio de resistência deste povo às investidas do mercado financeiro aliado ao Estado brasileiro nestes últimos séculos<sup>81</sup>. Já no Norte, o conflito perdurou por um século, resultando no extermínio de milhares de Muras e no aldeamento de outros, que resistiram aos ataques portugueses, mesmo quando em desvantagem.

---

<sup>80</sup> Cf. GOMES, Laurentino. 8. O massacre. Op. cit., p. 132.

<sup>81</sup> Veja mais informações sobre a vida do povo Krenak depois da tragédia do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), em 2015. Na série “Krenak – vivos na natureza morta” (2017), disponível em <http://www.futura.org.br/estreia-de-krenak-vivos-na-natureza-morta-no-futura/>. Acessado em 12 de fev. de 2020. E no documentário “Krenak – sobreviventes do vale” (2019), disponível em <http://www.futura.org.br/krenak-sobreviventes-do-vale/>. Acessado em 12 de fev. de 2020. Os dois materiais audiovisuais foram produzidos pelo Canal Futura a partir de registro realizados pelos próprios Krenak.

O etnocentrismo Branco com o qual os povos nativos são caracterizados no Brasil não é muito diferente do que acontece com diferentes povos nativos de África. Assim, como acontecido com os povos de lá, registros de europeus muitas vezes mercenários e interessados com o monopólio do comércio de produtos e de tráfico de pessoas, ajudaram a produzir a ideia de povos selvagens, sanguinários, demoníacos, comedores de carne humana, almas irrecuperáveis, merecedores da liberdade através da escravidão ou do extermínio. Pelo Brasil, passou um mercenário alemão conhecido com Hans Staden (1525-1576), que durante a sua segunda viagem por aqui, após um naufrágio, por volta de 1556, é feito prisioneiro pelos temidos tupinambás. Embora diga em seus relatos (tornados livros famosos reeditados desde 1557) que presenciou rituais de canibalismo, ele viveu durante 9 meses aparentemente muito bem sob o domínio dos bárbaros indígenas. Curioso também que a selvageria nativa tenha permitido a ele não só não morrer de fome, mas lhe dado tempo para pedir ajuda diversas vezes a muitos navios europeus que passaram pelo litoral brasileiro, numa região entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e que se negaram a ajudá-lo. Será que os tupinambás eram tão bem alimentados e sádicos para brincar com comida ou será que Hans Staden não seria bom para dieta? Certo é que estes escritos produzidos por uma estadia muito profícua, que o permitiu conhecer a flora, a fauna e os costumes dos nativos brasileiros, ajudou a inventar a fama de índios canibais que não conheciam o deus cristão e que, por isso, mereceriam ser salvos pela crueldade da escravidão ou pela conversão forçada à fé cristã, que era a própria morte. Não parece difícil imaginar que os povos que aqui viviam antes da chegada e fixação de mercenários brancos, vindos de todos os cantos da Europa, não eram tão cruéis assim. O certo é que a organização social e política dos nativos de Pindorama não era tão autoritária e sanguinária como daqueles europeus malcheirosos que passaram a invadir este território. E mais, os nativos daqui não mataram de pronto aquelas bestas louras porque, diferente do que se popularizou, não os consideravam deuses, mas pessoas como eles, gente ou *burum*, como diz Ailton Krenak. Os nativos brasileiros, principalmente os do litoral, como se viu depois com a descoberta de inúmeros mapas no Velho Mundo, estavam acostumados à presença de estrangeiros. Enquanto a população média europeia vivia as utopias de terras distantes ou pensavam que o mundo se reduzia aos limites dos reinos conhecidos europeus, os nativos de Pindorama tinham em suas cosmopercepções a promessa da chegada de

povos viajantes de terras muito distantes, como atesta Ailton Krenak<sup>82</sup>. Se os que aqui chegaram eram hegemonicamente constituídos como povos de regime significante ou pós-significante, que identificavam um diferente para subjugar-lo e/ou exterminá-lo; os que aqui estavam, povos de cultura hegemonicamente pré-significante ou contra-significante, identificavam os outros para que eles mesmos pudessem se tornar outros. Isto nada tem a ver com um maniqueísmo ou idealismo de povos nativos de pindorama “bonzinhos” e hospitaleiros. Nem se trata de uma xenofilia indiscriminada, que consumia qualquer diferente sem critério algum. Sabe-se, no entanto, que muitas vezes este processo de se tornar outro passava literalmente por devorar o outro (e não o eliminar). Como Ailton Krenak pontua, os povos nativos brasileiros viviam uma política de manutenção do inimigo e não do extermínio dele, logo, mesmo num ritual de antropofagia, comia-se a energia do outro, havia assimilação do outro e não seu desaparecimento total, seu extermínio. Por isso, Guattari e Deleuze chamam atenção e diferenciam os regimes significantes como produtores de nome, enquanto os regimes pré-significantes são afeitos a devorar os nomes.

### 3.8 “Negros da terra”, negros de África: o genocídio como sintoma da Modernidade. *Precisamos involuir!*

Menos numerosos que os africanos negros – estima-se que havia em Pindorama cerca de 5 milhões de nativos (Ailton Krenak estipula em texto publicado no livro *Encontros* (2015) mais de 10 milhões de nativos). Os índios brasileiros estavam espalhados ao longo de toda a costa e interior do continente. Embora conhecessem um regime de escravidão proveniente de capturados em batalhas entre tribos – era motivo de vergonha ser escravizado –, os “negros da terra” não aliavam seus regimes de escravidão ao regime de troca e fluxo comercial, associado ao desejo de intenso acúmulo de riqueza ou de capital, muito menos de produção de sobretrabalho. O pesquisador Julio Cezar Melloti (2007) é ainda mais enfático ao defender que é impossível dizer que entre índios havia escravidão, por sua característica de economia de subsistência<sup>83</sup>. O trabalho dentro das organizações sociais dos nativos estava

---

<sup>82</sup> Cf. KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **Encontros**. Sergio Cohn (org.). Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

<sup>83</sup> Cf. MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 111-112.

totalmente relacionado à sua vida e posições sociais. Não trabalhavam para produzir excedentes de produtos e promoviam pouca troca entre os grupos distintos. O trabalho de cultivo da terra fazia parte da tradição, da vida em comunidade e da relação com as divindades e a religiosidade. Já os negros africanos, nômades ou não, conviviam com organizações políticas e sociais múltiplas: grandes impérios milenares como Egito, Axum, Kush; cidades e Estados desenvolvidos como a região da África mediterrânea, equatorial e subsaariana, enredadas por disputas religiosas entre os cultos locais e as incursões católicas, protestantes e islamitas. Conheciam culturas de grandes plantações, a fundição de metais em fornos de alta temperatura e estavam acostumados com a condição do trabalho escravizado como moeda de troca, embora não conhecessem a dimensão animalésca, irracional e incivilizada a que os europeus os submetiam, confundindo-os com *slavos*. Que perversão! Sobretudo, conheciam as relações complexas comerciais que ligavam os humanos sobre a terra, movendo-os cada vez mais, desterritorializando e reterritorializando pela África e além. N'O anti-Édipo (2010), Guattari e Deleuze salientam que sociedades ditas sem Estado, designadas como selvagens ou nômades, não são sociedades ignorantes em relação à organização estatal. Pelo contrário, são grupos que convivem com o perigo que uma segmentação se instale, que um poder de linhagem qualquer se perpetue e contagie os desejos do coletivo de se manter como centro de poder sobre as segmentariedades outras, sobrecodificando-as. Por isso, produzem mecanismos que repelem a instalação de um Estado ou a produção de um aparelho de captura, como o ritual do magi a samba dos quilombos africanos, que repeliam as sucessões por linhagens. Ou as alianças entre diferentes clãs, segmentadas por linhagens matrilineares ou patrilineares, que potencializaram as disputas pelo trono do Reino de Ndongo quando os portugueses resolveram apoiar um rei fantoche para se opor ao poder da Rainha Nzinga. Até neste sentido é difícil produzir uma semelhança entre os Estados de Ndongo e os Estados europeus do mesmo período. Pois como se sabe, a sucessão dos tronos europeus é muito mais centralizada e segmentada do que a dos tronos de África subsaariana, do mesmo período. Assim como é escassa a presença de lideranças femininas reconhecidas e de rainhas na Europa, enquanto em África, pareciam muito mais comuns, como foi o caso de Nzinga ou do Reino de Matamba antes de Nzinga dominá-lo, já famoso por ser governado por mulheres. Ou ainda o corpo de guerreiras do Reino de Daomé (atual Benin), as Ahosi, guerreiras Fon, muito mais reais que as míticas amazonas dos filmes hollywoodianos. Os povos africanos conviviam com um contato intenso entre múltiplas organizações sociais.

Do mesmo modo, os grupos que experimentaram os meios de troca mais rudimentares não desconheciam os fluxos desterritorializados do capitalismo, da produção de produção. Ao contrário, diante dos fluxos desterritorializados e desterritorializantes das relações de troca, sociedades produziram códigos e sobrecodificações para conter os fluxos capitais. O Capitalismo, neste sentido, não é a evolução do sistema de trocas, ele sempre esteve sobre a Terra coabitando, em devir, com os outros sistemas de troca, provocam Guattari e Deleuze, esquizofrenizando a História Econômica. Não há uma evolução do sistema comercial. Assim, não foi a inferioridade que tornou as populações africanas equatoriais da costa do Atlântico e do Golfo do Benin preferidas à escravização. Os povos nômades que vagavam pela terra africana não eram mais atrasados que os sedentários. Sobretudo, eles conheciam e coabitavam com os sistemas estatais que existiam. Foi justamente o complexo desenvolvimento social africano – no qual estruturas sedentárias centenárias e organizações estatais conviviam com nômades pastores e ferreiros, desbravadores de florestas, desertos, estepes e savanas – que tornou a escravização de pessoas africanas de pele negra tão promissora e lucrativa. Se o argumento inicial usado por mercenários desterritorializados para convencer os aparelhos de Estado a financiar aventuras além-mar rumo à América, no século XV, era a existência de minas de ouro e prata, o primeiro mercado lucrativo que garantiu reservas capitais aos Estados e mercadores europeus foi o tráfico de pessoas vindas de África<sup>84</sup>.

Não foi a preguiça ou a fragilidade dos corpos índios que tornou o nativo brasileiro não adaptado ao trabalho escravo nas lavouras de cana-de-açúcar. Primeiro, foram as doenças que vitimaram muitos deles e delas. Depois, a novidade da relação de trabalho, baseado no sobretrabalho, no trabalho forçado da escravidão, desvinculado da vida social e mística, desvinculado da cosmopercepção dos povos pindorâmicos que não tinham interesse em aprender novas técnicas de cultivo de grandes plantações de monoculturas para se tornarem escravos de si mesmos<sup>85</sup>. Por fim, os nativos foram

---

<sup>84</sup> Cf. MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

<sup>85</sup> O intelectual orgânico Nego Bispo (como ele mesmo se intitula), produziu um interessante trabalho no qual faz um estudo acerca dos diferentes regimes semióticos dos povos colonizadores e dos povos que sofreram e sofrem as violências da colonização. Ele analisa aspectos econômicos, sociais, ambientais, religiosos em sua empreitada, produzindo uma cisão entre o mundo europeu e branco e o mundo dos povos afro-pindorâmicos coloridos que ajuda a pensar as diferenças entre os regimes europeu e não-europeus. Cf. SANTOS, Antonio Bispo dos

submetidos a outros tipos de violência, seja quando resistiam aos portugueses que negavam suas crenças sobre codificando-as; seja quando motivados por conflitos com outros povos vizinhos estimulados pelos invasores europeus. É preciso lembrar que muitos índios foram aliciados por bandeirantes, mercenários que funcionavam como máquinas de guerra a serviço do Estado português. Muitos destes mercenários ficaram famosos e hoje dão nomes a rodovias brasileiras como Raposo Tavares, Fernão Dias, Manoel de Borba Gato, Domingos Jorge Velho. Os três primeiros, além de realizarem incursões pelo interior do país atacando aldeamentos de índios e jesuítas, tornaram-se juizes. Mais uma pista da nefasta herança de nosso sistema jurídico brasileiro. Já Domingos Jorge Velho ficou famoso por ter sido aquele que liderou as incursões portuguesas vitoriosas, depois de quase um século de resistência, ao Quilombo dos Palmares. Fazia parte das bandeiras de Jorge Velho índios, brancos e negros. O próprio Jorge Velho, segundo algumas fontes, tem origem índia e antes de servir à Capitania de Pernambuco, viveu mais de uma década no interior do que hoje é o Estado do Piauí, num território majoritariamente de índios. Segundo outros, ele mal conseguia falar a Língua Portuguesa. Laurentino Gomes dá destaque para a fala do governador de Pernambuco, contemporâneo de Jorge Velho, que não se mostrou muito seguro com a aliança com tamanha gente incivilizada. “Destemidos, briguentos e insubmissos por natureza, os bandeirantes paulistas usavam chapelão de abas largas, barba, camisa e ceroulas, e caminhavam descalços ou, para atravessar os baixios e alagados, usavam botas de cano alto. Era uma estirpe com reservas e preocupação pelas autoridades portuguesas. Mesmo depois da derrota final de Palmares, Caetano de Melo e Castro, governador de Pernambuco entre 1693 e 1699, definia Domingos Jorge Velho e seu bando, responsável pela façanha, como ‘gente bárbara, indômita e que vive do que rouba’. Segundo ele, não deveriam ser autorizados a se fixar na região do antigo quilombo, como reivindicava Jorge Velho, caso contrário ‘experimentarão as capitanias vizinhas maior dano em seus gados e fazendas que aquele que lhe faziam os [...] negros alevantados’. Ou seja, no seu entender, os paulistas era gente ruim, pior e mais indesejáveis do que os próprios quilombolas que haviam derrotado” (GOMES, 2019, p. 416). Parece até que o governador de Pernambuco se referia aos imbangalas de Nzinga e não ao herói que libertou a capitania do pesadelo de Zumbi, não é mesmo? A fama dos

paulistas no tempo da colônia não era das melhores, e pelo Brasil, se tornou sinônimo de barbárie e de criminalidade. Mas, como se observa hoje, parece que a justiça vem, enfim, sendo feita. Nem os plenos poderes que os bandeirantes receberam para aplicar sua violência e nem a nomeação de antigos bandeirantes para cargo de juízes são comparáveis às exortações de governantes hodiernos às conquistas dos “primeiros empreendedores do Brasil”, aspecto que Melo de Castro parece ter negligenciado junto aos seus contemporâneos. Podemos ver como o Estado brasileiro, desde o início de sua consolidação, fez uso de grupos paramilitares, deixando ainda efeitos difíceis de serem combatidos, vide a situação de grandes cidades tomadas por milícias armadas, como São Paulo e Rio de Janeiro.

No primeiro século de invasão portuguesa, estima-se que 1 milhão de índios brasileiros tenham sido exterminados. Uma população estimada em 5 milhões ou 10 milhões, em 1500, hoje não passa de 900 mil pessoas – chegou a menos de 500 mil durante a década de 1950. Estão divididos entre aqueles que vivem em terras demarcadas, ocupações e ou que se autodeclaram índios. Segundo dados do censo 2010 do IBGE, no Brasil, há 305 etnias e 274 línguas nativas, ante a estimativa de 1.300 línguas na época da invasão dos portugueses<sup>86</sup>. Pesquisas atuais das camadas de gelo da Antártida, realizadas por cientistas da University College London (UCL), do Reino Unido, indicam que o impacto da invasão europeia no Novo Mundo foi tão devastador que modificou o clima da Terra, produzindo uma “pequena era do gelo”<sup>87</sup>. O despovoamento e abandono de terras cultivadas fez com que houvesse um reflorestamento de uma área aproximadamente do tamanho da França atual, fazendo com que os níveis de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) na atmosfera diminuíssem drasticamente. Observou-se, por exemplo, naquela época, o congelamento do Rio Tâmisa, em Londres e, por isso, cientistas defendem que o antropoceno – a inauguração da era geológica que teria a ação do humano como determinante para o funcionamento

---

<sup>86</sup> Línguas indígenas no Brasil. [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=832:linguas-indigenas-no-brasil&catid=47:letra-l](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=832:linguas-indigenas-no-brasil&catid=47:letra-l). Acessado em 13 de novembro de 2017.

<sup>87</sup> “Pequena era do gelo”: por que extermínio de indígenas nas Américas causou resfriamento do clima. BBC Brasil. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47069188>. Acessado em 13 de fev. de 2020.

da terra – teria se dado neste momento, e não na década de 1950, com os movimentos de hiperindustrialização pelo mundo.

Foi a superioridade dos africanos do norte que obrigou portugueses a se aventurarem pelo mar Atlântico, quase em deriva, em busca de novas terras para expansão de seu comércio. Foi justamente por não possuírem superioridade militar para combater árabes e africanos que se instalaram no norte, noroeste e nordeste de África que os portugueses e espanhóis foram obrigados a buscar novas rotas comerciais e de exploração de riquezas minerais. E foi graças ao contato com povos nômades do oriente que dominaram durante anos a península ibérica e que possuíam conhecimentos astronômicos avançados para Europa, que portugueses e espanhóis foram capazes de se aventurarem primeiro por além-mar<sup>88</sup>.

É certo que desde a chegada dos portugueses à costa equatorial da África, tudo que se produziu a respeito do povo que lá vivia, foi baseado num discurso desqualificador. Foram desde sempre classificados como subdesenvolvidos, atrasados, desprovidos de tecnologias, selvagens sanguinários e violentos que não conheciam uma organização social elaborada como a europeia, bandos de comedores de gente. Vemos como é difícil produzir pesquisas e novas narrativas acerca das outras histórias a serem contadas do continente africano ou americano que não passem pela produção de corpo etnocêntrico europeu e por isso branco. É o caso da publicação História Geral da África que apresenta dificuldade no exercício exploratório de documentos e registros escritos existentes. Ou que, na falta destes registros, por causa do racismo, às vezes desconfia das fontes orais tradicionais, selecionando ou escondendo informações, mas, sobretudo, por tentar identificar traços civilizatórios que se pensam evoluídos e miméticos aos europeus. Não é ao acaso que os povos Jagas continuem, ainda hoje, excluídos dos escritos oficiais senão presentes de forma quase folclórica. Não é ao acaso que índios brasileiros sejam ainda idealizados com penas e cocares, dançando em volta das fogueiras, nus, em busca de um pequeno espelho para se olhar, ou como retrato

---

<sup>88</sup> Laurentino Gomes chama atenção de aventuras marítimas de reis africanos da costa da Guiné, de África, pelo Atlântico por volta de 1200 e 1300, muito antes das grandes navegações portuguesas. Já Guattari e Deleuze, lembram de povos nômades da costa da Ásia que se punham a estriar o espaço liso por excelência do mar. Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Modelo Marítimo. In.: \_\_\_\_\_. 1440 – O liso e o estriado. In.: \_\_\_\_\_. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: editora 34, 1997/2012.

decadente alcoolizado nos pequenos centros da região norte militarizada. Ou ainda à espera de um missionário cristão para trazer a redenção e salvar suas almas.

Impressiona também como o discurso inventado ao longo de 500 anos de invasão europeia e branca, no continente africano, possa ainda ser sustentado por falácias produzidas por portugueses, holandeses, belgas ou colonos estadunidenses e brasileiros, enfim, estrangeiros do continente africano e americano, invasores, trapaceiros e descontentes com povos locais que resistem anos a fio a sua dizimação. É criminoso como a resistência à escravização de toda essa gente de pele preta ou pele não branca, das Américas ou da África, de resistência à destruição de sua cultura, de seu povo, de suas crenças, de sua vida foi classificada como violenta, selvagem e, sobretudo, desumana. E que esta identificação tenha servido como álibi perverso de um Homem Moderno para deslocar mais de 12.500.000 (doze milhões e quinhentos mil) pessoas, de gente de pele preta, de seres humanos, em nome de uma evolução, de uma redenção bíblica. É adoecedor a desumanidade atribuída às pessoas negras africanas que serviu à Humanidade branca para justificar a escravidão de pessoas negras durante mais de 450 anos. É doente uma Humanidade construída na exploração e subjugação de culturas locais. Assusta como registros preconceituosos e etnocêntricos acerca de práticas religiosas estranhas aos invasores deram origem a trabalhos científicos ou a teorias evolucionistas que continuam a excluir sistematicamente os povos negros de África ou em diáspora.

É triste saber como europeus brancos demoraram a se darem conta de que esta evolução e idealidade de Homem Moderno só pode causar mortes da diferença. É triste saber que isto só foi duramente questionado quando o holocausto migrou das Américas e das Áfricas à Europa, quando o europeu branco foi atacado por sua enésima “impotência” em forma de Hitler. Embora pensadores brancos como Nietzsche e Artaud tenham alertado sobre os perigos do antissemitismo, da subjetividade nacionalista e a importância de povos europeus pensarem as violências coloniais baseadas na racialização de povos estrangeiros, as atrocidades continuam. Mesmo assim, vemos a miopia de pensadores como Husserl e entendemos porquê trabalhos como o da História Geral da África apenas foram possíveis a partir de 1964. Foi apenas no pós-guerra mundial que leis tentaram pôr fim à segregação racial nos EUA, por exemplo. E claro não foi ao acaso que a década de 1960 foi promissora. É deste período a intensificação dos protestos e ações de lideranças negras estadunidenses que, inclusive, tornaram-se vítimas do racismo como Martin Luther King (1929-1968), Malcon X (1925-1965) e

Medgar Evers (1925-1963). É deste período também o destaque para obra do afro-estadunidense James Baldwin (1924-1987)<sup>89</sup>, que após ser agraciado com um prêmio na França, passa a viver por lá. “Mas, ainda aqui, quanta prudência é necessária para que o plano de consistência não devesse ser um puro plano de abolição, ou de morte. Para que a involução não se transforme em regressão ao indiferenciado. Não será preciso guardar um mínimo de estratos, um mínimo de formas e de funções, um mínimo de sujeito para dele extrair materiais, afectos, agenciamentos?” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 63). É preciso manter um mínimo do estrato racial produzido para que os brancos e os branqueados não se esqueçam das atrocidades cometidas séculos passados. É preciso manter-se o mínimo índio e negro para que não se caia num indiferenciado fascista. “Somos todos miscigenados! Todos temos sangue índio e negro correndo nas veias!” Será!? E o que isto implica? E o sangue negro e índio que escorre nas favelas, assentamentos sem-terra, reservas indígenas e terras a serem demarcadas, correm para onde? A racialização em nossa sociedade tem ainda funções, formas e determina a constituição de sujeitos espalhados pelo estrato social de herança do período da colônia portuguesa. Basta olhar TODOS os indicativos de desigualdade nos quais a categoria raça é determinista: suspeito de assalto, vítima de bala perdida, violência doméstica, abuso sexual, baixa escolaridade, morte de jovens, população carcerária, internas de manicômios, preferidas da “batida” da polícia, desempregadas, mortes por covid-19...

### *3.9 A questão do Branco: racialização do modelo opressor*

É triste saber que não foi Hitler quem criou essa idealidade de raça branca, ele é apenas um resto não menos perigoso, nem menos culpado, desse processo evolutivo racista, nascido, talvez na idealidade clássica. Laurentino Gomes recupera uma citação de Aristóteles “A humanidade se divide em duas: os senhores e os escravos; aqueles que têm o direito de mando, e os que nasceram para obedecer” (GOMES, 2019, p. 64). A exasperação do modelo! Nascidos para a desumanidade! Coisa mais perversa, não? Que coisa mais humana, demasiado Humano. Eis o modelo de excelência, a neurotização extrema da forma ideal branco ou a paranoia do reacionário que não mais reconhece

---

<sup>89</sup> O documentário “Eu não sou seu negro” (2017), direção Raoul Peck, realizado a partir de um livro não terminado de Baldwin a respeito do racismo estadunidense, oferece um excelente registro acerca do agenciamento das vidas de Malcom X, Luther King e Baldwin. Um registro sobre a luta antirracista e o desejo de inventar um mundo racial outro.

o europeu como uma massa branca civilizadora husserliana. Elevação ao extremo – ao menos para o próprio europeu – a doença da ideia de Identidade subjetiva, pós-significante: designar o outro, nascido como diferente, a partir da sua própria métrica e, por isso, merecedor da aniquilação em nome da Evolução. O branco não se pergunta nunca como se tornar branco, porque já nasce pronto! Inclusive não reconhece que foi responsável pela autoridade embranquecida, adoecida, assassina de Hitler. A Modernidade só foi duramente questionada pelos movimentos existencialistas quando a morte assolou a Europa. Quando toda a Idealidade e toda a forma europeia foram colocadas em xeque por um europeu. Narciso contra narciso, desejo de abolição que tomou o Branco, o fim de todo regime fascista, adoecimento da subjetividade, máquina de guerra que assalta o Estado ou Estado que se torna mera peça da máquina que devem enlouquecida! Não foram os negros libertos, não foram os índios desterritorializados, não foram os aborígenes perversos que mataram a Humanidade do europeu. Foi o próprio Homem Europeu que se matou, num suicídio coletivo em nome do nada, do vazio. A má consciência que denuncia Nietzsche. A negação suprema do Mundo! O perigo maior que ronda o inconsciente decolonial ou pós-moderno dos Progressistas contemporâneos que temem desfazer isso que já funciona mal há muito tempo, desde o Início!

O Cristianismo foi responsável totalmente pela peregrinação do Homem Moderno saqueador em busca de outras terras além-mar, foi parte fundamental do processo, a moral do escravo que ironicamente deseja escravizar-se a si mesmo. Nietzsche em sua Genealogia da Moral aponta que a aliança, através de uma dívida eterna de um Deus que é tão bom que se sacrifica por seu próprio devedor, dispara um fluxo que despotencializa a Vida da Terra. A recusa inigualável às coisas da terra, um horror a tudo que pulsa, que vive, que tem prazer na terra. A recusa aos fetiches mundanos ou fetichização doentia de figuras abstratas: simbolização ou iconização Moderna. Abstração Divina. O pecado ou o recalque que só podem ser Original (“nasceram para obedecer!”) e de tão original, perdeu-se de si mesmo, impossível de ser acessado, Dívida Infinita. Uma transcendência alucinada para uma Cura inalcançável: a metafísica. Ou não seria a metafísica o fetiche mais assustador e perigoso que o feitiço tupiniquim? Uma explicação das coisas do mundo fora do mundo. Uma exasperação monoteísta saussuriana do processo platônico. Jogo de palavras para fazer rir, mas que tem produzido muita morte. Loucura, não!?

Para Guattari e Deleuze, ao apostar como parte do processo de criação da má consciência a dívida infinita, seguindo as linhas disparadas por Nietzsche, o cristianismo encontra no déspota a sua potência de ação. O povo de Abraão que, após vagar no deserto, passa pelas maiores privações em nome de Deus, e sabe que o reino da terra é passageiro, mas crê que o Reino do Céu é Eterno. Descendentes de Abraão recebem de Deus, seu credor, o Cristo como forma de pagamento de sua própria dívida. Um povo que toma para si o dever de ligar, de ser “Caminho, Verdade e Vida” para o Reino do Céu. O povo de Israel, o povo escolhido por Deus. Já que o mundo é passageiro, já que nada é nosso, já que nada disso importa no Reino do Céu, qualquer atrocidade em nome de Deus é bem-vinda na terra. Ao encontrar o déspota que se torna o próprio Deus na terra, uma civilização estava garantida. Ao despedir-se de deuses e encontrar o cientista e o filósofo na terra, a compreensão de mundo, a forma perfeita de civilidade racional estava garantida. A moral que era religiosa e cristã salta para uma moralidade racionalizada terrena<sup>90</sup>. “A Deus o que é de Deus”, a “César o que é de César”. “Pode-se ir de uma função mágica a uma função racional. O poeta pôde exercer, em relação ao Estado imperial arcaico, a função de domesticador de imagem. Nos Estados modernos, o sociólogo pôde substituir o filósofo (por exemplo, quando Durkheim e seus discípulos quiseram dar à república um modelo laico do pensamento). Hoje mesmo, a psicanálise, num retorno à magia, tem pretensão à função de *Cogitatio universalis* como pensamento da Lei. E sem dúvida há outros rivais e pretendentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 48, grifo dos autores originais). Os moralistas não creem que são perfeitos; pior, creem veementemente que são o único caminho falso e imperfeito à Verdade e à Perfeição. Sabem eles que não conhecem todo o mundo, mas creem que o Mundo o qual conhecem é o único caminho e medida para conhecer todos os mundos possíveis. E se para isso for preciso ser mau, para levar à Bondade, que seja. Se para libertar for preciso escravizar, escraviza. Em nome de Deus e da vida ou em nome da Ciência e da Filosofia, impõem sua crença, catequizam e matam na fogueira; ou lincham nas redes sociais; em nome da Moral, dos Bons Costumes e do Direito, condenam e retiram qualquer dignidade. Em nome do Mercado e do Capitalismo, apoderam-se do Estado, desejando controlar todos os fluxos; em nome da Civilização e de um Estado, impõem a selvageria e a barbárie. “Eis que os Estados não são mais

---

<sup>90</sup> Cf. NIETZSCHE, Friedrich. Terceira dissertação – O que significa ideais ascéticos. In.: \_\_\_\_\_. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

absolutamente paradigmas transcendentais de uma sobrecodificação, mas modelos de realização imanentes para uma axiomática dos fluxos descodificados (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 165). Sobrecodificação do Estado, desterritorialização capitalista, aliança realizada para violências inimaginadas. Não se trata, pois, de um ataque ao Estado (“Viva o Estado mínimo!”) e aposta num liberalismo ou neoliberalismo se assim preferirem, como a crítica feita aos trabalhos de Deleuze e Guattari por marxianos. Nem mesmo esperança na tomada do aparelho de Estado por revolucionários antimercado, anticapitalistas, que fazem o melhor de nós. É antes, um mapeamento de como o Capitalismo conhecido, sempre precisou da presença do Estado. Ele não se opõe, mas se compõe como um sistema, um estrato, um plano de organização, um organismo em aliança com o Estado Moderno. “Mais geralmente, independente desse exemplo extremo, devemos levar em conta uma determinação ‘materialista’ do Estado moderno ou do Estado-nação: um grupo de produtores em que trabalho e capital circulam livremente, ou seja, em que a homogeneidade e a concorrência do capital se efetuam em princípio sem obstáculos exteriores. O capitalismo sempre teve necessidade de uma nova força e de um novo direito dos Estados para se efetuar, tanto no nível do fluxo de trabalho nu, quanto no nível do fluxo de capital independente” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 164). E se é verdade que vivemos uma “nova crise” do capitalismo mundial, não é à toa que homens de negócios tenham se alçado deliberadamente a cargos de dirigentes estatais, com o discurso de bons gestores, encantando as mais diversas consciências revolucionárias – de Trump nos EUA a João Amoedo e Luciano Huck no Brasil – um movimento unido por um inconsciente reacionário devastador.

### *3.10 Não se trata de pós-modernidade, a questão é contramodernidade e contracolonialismo*

Como caminho para a perfeição é imperfeito, é sempre sabido que alguma coisa não irá dar certo. No entanto, sempre há um lado bom, dizem os moralistas e os cristãos, caminhamos rumo ao Progresso. As atrocidades das I e II Guerras Mundiais foram boas para impedir o avanço de Hitler. Algo de bom em meio a tudo de ruim. Não! Não! Não! Desde o seu nascimento, o Humano Moderno se constituiu como um genocida, as guerras mundiais são o efeito deste processo. A “substância é irrecuperável”, como disse Thomaz Tadeu ao se referir à pedagogia, que não ao acaso, é filha daqueles que

deram origem ao Homem Moderno. Filha univitelina. A origem do termo remete aos escravos que conduziam as crianças gregas ao *pedagogium*<sup>91</sup>. O pedagogo era o escravo condutor. Continuamos como escravos, agora escravos de si mesmos, que conduzem tantos presos à Infância perdida para ainda continuarmos escravos de Ideais de Brosses, Marxs, Freuds e Husserls.

A Modernidade nunca existiu<sup>92</sup>. Ou se existiu, existiu fazendo o que mais idealizou não fazer, como denunciou Aimé Césaire – produzir selvageria e incivilidade. Ou se algo se produziu de potente para a vida, foi o que não evoluiu, foi o que involuiu, o que escapou à forma moderna. “Ora, a noologia entra em choque com contrapensamentos, cujos atos são violentos, cujas aparições são descontínuas, cuja existência através da história é móvel. São os atos de um ‘pensador privado’, por oposição ao professor público... Todavia, ‘pensador privado’ não é uma expressão satisfatória, visto que valoriza uma interioridade, quando se trata de um *pensamento do fora*” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 48, grifos dos autores originais). Um pensamento que não deseja progressão, que não pode ser progressista. O que involuiu da modernidade não pode ser pós-moderno. Como poderia ser Ailton Krenak um pensador pós-moderno? Como Sobonfu Somé poderia ser uma pensadora decolonial? Como Nego Bispo poderia ser pós-estruturalista? Antes, eles e ela só podem ser antimodernos, num combate ao Ideal Modernista ou, como um pensamento fora do Estado, pensadores e pensadora contramodernos e contracoloniais num movimento contracolonialismo. Não é forma para reformas. Talvez deforma para disformar – perder qualquer relação de identidade com uma forma anterior e mesmo assim, ser ainda provocada por ela. Lembremos: os regimes pré-significantes ou contra-significantes se movem não pela ignorância do significante, ingênuos selvagens que não conhecem as delícias da perpetuação do poder. Pelo contrário, eles se movem atualizando a conjuração do significante, já que sua existência virtual é uma realidade. Por isso também Deleuze e

---

<sup>91</sup> Ver MENDES, Tarcísio Moreira. Que isso tem a ver com Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores. Op. cit.

<sup>92</sup> Embora Latour eleja como ponto de inflexão da modernidade a produção do que ele chamou de híbridos e, de certa forma, fazendo uma construção bem palatável ao gosto Moderno (uma Evolução, “vualá”), seu trabalho é mais um que dá a ver as violências do Ideal da Modernidade. Ele encerra seu livro com um tom conciliatório. Neste sentido, a produção de Ailton Krenak é mais contundente, e intensifica outras linhas que Latour mapeia, mas que, no entanto, decalca novamente sobre o mapa Moderno. Cf. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2019.

Foucault nunca se enquadraram no termo Pós-Moderno. Foucault em entrevista a G. Roulet responde quando perguntado a respeito da pós-modernidade: “Sinto-me embaraçado porque não vejo claramente o que isso quer dizer, nem mesmo – pouco importa a palavra, sempre se pode usar uma etiqueta arbitrária – qual o tipo de problema que é visado através desta palavra, ou haveria de comum entre as pessoas chamadas pós-modernas. Enquanto percebo claramente que, atrás do que se chamou de estruturalismo, havia um certo problema, que era em geral o do sujeito e do remanejamento do sujeito, não vejo, nos chamados pós-modernos ou pós-estruturalistas, o que lhes seria comum” (FOUCAULT, 2000, p. 323 apud GALLO, 2010, p. 55). Deleuze, Guattari, Foucault não estiveram ocupados em produzir uma teoria alternativa, menos ainda substitutiva aos Ideais Modernos. Em relação ao Sujeito, por exemplo, Guattari e Deleuze, n’O anti-Édipo não propõem uma forma substituta ao sujeito, uma superação como um sujeito híbrido proposto por Latour, ou inexistência de interioridade falseada na substituição de sujeito por subjetivação. Dizem melhor: que se o sujeito existe, ele existe como peça adjacente da maquinaria inconsciente e não como peça fundamental ou fim do processo de individuação: “O próprio sujeito não está no centro, ocupado pela máquina, mas na borda, sem identidade fixa, sempre descentrado, concluído dos estados pelos quais passa” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 35). Desse modo, eles nunca foram, nunca serão pós-modernos, se for possível dizer isto de alguém. Os que se disseram modernos ficaram a olhar por muito tempo para a produção de sujeito, tentando controlar a formação. Deleuze e Guattari não se ocuparam com a produção de sujeito, tampouco com a proposição de um modelo substituto. Todavia denunciaram que nenhuma forma é determinista, nem determinante, menos ainda determinável, por isso o inevitável totalitarismo do regime signifiante e do autoritarismo do regime pós-signifiante. O sujeito é apenas uma peça adjacente e outras coisas mais importantes se fazem. Guattari e Deleuze são antes antimodernos ou contramodernos, lançando pensamentos do fora que minam, pacientemente, as Certezas modernas. Não no sentido de superar uma Média ou reconstituição de uma Antiguidade perdida, porque a Antiguidade que conhecemos ou Idade Média obscurantista ainda são o caminho essencial para a Ideia de Modernidade. “Colocar o pensamento em relação imediata com o fora, com as forças do fora, em suma, fazer do pensamento uma máquina de guerra... Mas a forma de exterioridade do pensamento — a força sempre exterior a si ou a última força, a enésima potência — não é de modo algum uma *outra imagem* que se oporia à imagem inspirada no aparelho de Estado. Ao contrário, é a

força que destrói a imagem e suas cópias, o modelo e suas reproduções, toda possibilidade de subordinar o pensamento a um modelo do Verdadeiro, do Justo ou do Direito (o verdadeiro cartesiano, o justo kantiano, o direito hegeliano, etc) (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 49, grifo dos autores originais). Eles são, antes de mais nada, dessemelhantes a qualquer ideia de modernidade. Contramodernos ou contracolonialismo, nem desejo decolonial ou transmoderno<sup>93</sup> (fatalismo político diante de uma subjetivação pós-colonial ou medo da perda de avanços tecnológico já produzidos pelas atrocidades da Modernidade). São contramodernos como os nômades contra-significantes. São contramodernos não por serem na produção de um Significante ou na produção de uma História linear e progressista. São contramodernos por realizarem junto aos Ndembu rituais de esquizoanálise que não buscam a produção de uma consciência ou racionalidade<sup>94</sup>. Povo, inclusive, com o qual Rainha Nzinga uniu-se na resistência e criação à invasão portuguesa. São contramodernos porque estão ocupados em dar vazão a um inconsciente vivo que seja capaz de produzir mais vida diante de tanto desejo de morte, suicida. Ademais, não podem ser pós-modernos pois, desde que essa tal modernidade se inventou ela funciona muito mal. Desde os gregos platônicos que ela vai mal, passando por Iluministas, Modernos – Liberais ou Marxistas.

Laurentino Gomes, na sua genealogia da escravidão, argumenta que tal relação escravista está presente em toda produção humana e negligencia os diferentes regimes que povos distintos impunham aos seus escravizados. Ao listar os fatos que justificaram (e ainda justificam) os abusos cometidos pelos modelos de escravização, ele não segue as linhas de fuga dos efeitos e sobrecodifica. Ele homogeneiza, buscando semelhança e mimesis entre a escravidão do povo negro submetido à subjetividade branca e os outros regimes existentes mundo a fora. A escravização por dívida não produz os mesmos efeitos (e nem mesmo é efeito) da escravização por conflitos de guerra. Assim como é totalmente diversa da escravização feita para garantir corpos humanos para tráfico internacional de pessoas e acúmulo de capital. Interessante também que Gomes recupere o racismo daqueles que se tornaram os pilares da Modernidade, como David Hume, Voltaire, Kant. E ao destacar a preferência dos ideólogos racistas por Georg W.

---

<sup>93</sup> Cf. DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da liberdade. **Sociedade e Estado**, vol.31, no.1, Brasília, jan./Apr. 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100051](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051). Acessado em 14 de fev. de 2020.

<sup>94</sup> Cf. “Um processo de cura na África” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 222).

Friedrich Hegel, mostra displicência, mais uma vez, já que Hegel não fora apenas o preferido de um grupo seletivo de brancos, mas é pilar do regime Branco. Hegel é aquele considerado o Pai da História Moderna, essa que parece não ter cor e nem raça e que se diz Universal. Na conclusão do capítulo “As origens”, Gomes volta-se para a função da estética e da psicologia na produção do racismo branco responsabilizando a religião, ou melhor, a tradição judaico-cristã, destacando o que ele chama de “outras motivações mais profundas”, neurotizando e invisibilizando assim a relação entre o Ideal ascético religioso e o ideal ascético da Filosofia Moderna. Termina, enfim, fazendo uso da citação do historiador Eric Williams “A escravidão não nasceu do racismo; mas o racismo foi a consequência da escravidão”. Se o historiador negro de Trindade e Tobago está correto em certo sentido da Modernidade, é preciso, em outros, seguir outras linhas disparadas pela genealogia ou esquizoeducação das religiões, das sociedades, das moralidades, das pedagogias, da produção inconsciente que agenciam corpo e expressão, que põem a pensar os mecanismos de produção de um regime de exploração possível apenas pela produção de um racismo singular.

Se Deleuze, Guattari, Foucault não podem ser chamados de pós-modernos é porque eles não propõem formas substitutas, Ideal, Sujeito ou falta de sujeito, Estrutura ou falta de estrutura, superação da Forma mal feita. Por isso também não são pós-estruturalistas, não pregam uma forma de desordem em oposição a uma forma estrutural, nem mesmo uma falha da estruturação a ser corrigida ou uma indistinção paranoica. Aliás, Foucault também teve mais a dizer ao ser chamado de pós-estruturalista, “Faço um parêntese para lembrar que tudo que tento dizer, tudo que Deleuze [e Guattari], com mais profundidade, mostrou em seu seu *L’Anti-Édipe* faz parte de um conjunto de pesquisas que não dizem respeito, ao contrário do que se diz nos jornais, ao que tradicionalmente se chama de estrutura. Nem Deleuze, nem Lyotard, nem Guattari, nem eu, nunca fazemos análise de estrutura, não somos absolutamente estruturalistas. Se me perguntassem o que faço e o que outros fazem melhor do que eu, diria que não fazemos pesquisa de estrutura. Faria um jogo de palavras e diria que fazemos pesquisa de dinastia. Diria, jogando com as palavras gregas *δυναμις* *δυναστεία*, que procuramos fazer aparecer o que na história de nossa cultura permaneceu até agora escondido, mais oculto, mais profundamente investido; as relações de poder” (FOUCAULT, 1996, p. 30 apud GALLO, 2010, p. 55, grifo dos autores originais). Nisso que chamamos cultura ocidental europeizada está contido o jogo de imposição de uma forma que é muito bem datada, que remonta aos gregos

platônicos e saltam aos europeus da Ilustração. Todos os que vieram e que foram chamados de estruturalista – Ferdinand Saussure, Claude Lévi-Strauss, Freud, Lacan – descendentes de De Brosses, mostraram como o desejo de impor uma forma europeizada – homem, branco, cisheteronormativo, morador de cidade – tornar impossível ver outras formas senão como Erro, Falta, Selvageria, Doença... Mais que estudiosos de uma estrutura, todos estes foram especialista em impor uma Forma correta, mesmo quando viam que era Impossível, como foi o caso da psicanálise ao tratar muito mal os esquizofrênicos. Eles mostram como uma estrutura ou estruturação na qual a Modernidade se assenta produz mais do que ela idealiza, produz mais do que ela abomina e idealmente tenta combater, a Modernidade produz a exclusão, a incompreensão, a doença, a morte.

Deleuze, Guattari e Foucault, mesmo que Foucault negue, são mais estruturalistas que qualquer outro estruturalista que já existiu, que qualquer Saussure ou Lévi-Strauss. Mostram como as relações de forças em seus trabalhos produzem formas na diferença da imposição de uma forma ou estrutura que ora potencializa a vida, ora a torna impossível. Por sugestão da querida parceira, na segunda banca de qualificação deste trabalho, Clarissa Alcântara, faço uma parada com o texto indicado por ela, “Em que se pode reconhecer o estruturalismo?”, do livro “A ilha deserta e outros textos” (2002). Neste, Deleuze delinea o Estruturalismo, mapeando o regime semiótico simbólico ou significante e dando a ver um inconsciente estrutural, mostrando velocidades onde se pensava apenas paradas: “Em tudo isso, problemas e questões não designam um momento provisório e subjetivo na elaboração de nosso saber, mas, ao contrário, uma categoria perfeitamente objetiva, ‘objetidades’ plenas e inteiras que são as da estrutura. O inconsciente estrutural é ao mesmo tempo diferencial, problematizante, questionante”<sup>95</sup>. Já Guattari enfatiza o exercício singular da esquizoanálise para além de estruturas pré-definidas. Lida-se com estruturas, modos de investigar estruturas, embora não se deseje impor uma estrutura, nem tampouco produzir uma estrutura universal: “Para mim, estas ambições deveriam ser, mais modestas e maiores. Mais modestas porque, se a esquizoanálise deverá existir algum dia, será, na medida em que *já existe um pouco por todos os lados*, de maneira embrionária, com diversas modalidades; no entanto, ela não tem nenhuma necessidade

---

<sup>95</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo?. In.: \_\_\_\_\_, A ilha deserta e outros textos. (Org) Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005, p. 230.

de uma fundação institucional em boa e devida forma. Maiores, na medida em que tem, do meu ponto de vista, uma vocação para tornar-se uma disciplina de *leitura de outros sistemas de modelização*. Não a título de modelo geral, mas como instrumento de deciframento de sistemas de modelização em diversos domínios, dito de outro modo: a título de meta-modelo. Poder-se-ia objetar que o limite entre um modelo e um meta-modelo não se apresenta como uma fronteira estável. E que, em certo sentido, a subjetividade é sempre mais ou menos atividade de meta-modelização (na perspectiva proposta aqui: *transferência de modelização*, passagens transversais entre problemas de diferentes naturezas). Mas o que precisamente me importa é um deslocamento da problemática analítica que consiste em fazê-la derivar de sistemas de *enunciado* e de *estruturas* subjetivas pré-formadas para *Agenciamentos de enunciação* capazes de forjar novas coordenadas de leitura e de ‘pôr em existência’ representações e proposições inéditas. Portanto, a esquizoanálise será, essencialmente excêntrica em relação às práticas ‘psi’ profissionalizadas, com suas corporações, sociedades, escolas, iniciações didáticas, ‘passe’, etc. Sua definição provisória poderia ser: *a análise da incidência dos Agenciamentos de enunciação sobre as produções semióticas e subjetivas, em um dado contexto problemático.*<sup>96</sup>. Nesta afirmação de Guattari, podemos ver que a questão já não é apenas análise de uma estrutura ou a imposição de uma nova. Nem mesmo a negação da existência de uma estruturação ou modelo. É antes uma análise de estrutura ou de modelo para deles extraírem mais movimentos de desestruturação ou de meta-modelização. Quer mais estruturalista que isso?

A invasão dos europeus nas Américas e na África deixa ver a capacidade animalesca que o humano tem de atacar e resistir; o quão a imposição de uma Forma ideal abala estruturas, descodifica; como estruturas já possuem movimentos de abalos genuínos, desterritorialização como certeza. Como toda investigação sempre parte de uma estrutura, “sempre começamos pelo meio”, há que se ter cuidado para não aniquilar a diferença, e sim ficar atento à produção de composição na diferença – multiplicidade. O racismo tem sido uma estrutura política de muita eficácia durante séculos – uma empreitada religiosa, filosófica, econômica, social, de gênero e de sexualidade... Os seres racializados hoje não têm escolha de aceitar ou não, pois como disse Foucault, trata-se de um estudo de dinastias de proporção planetária, uma emergência, diríamos

---

<sup>96</sup> GUATTARI, Félix. Cartografias esquizoanalíticas. Trad. Dardo Scavino Buenos Aires (Arg.): Ediciones Manantial SRL, 2000, pp. 31-32, grifos do autor original.

com Nietzsche – o Capitalismo Mundial Integrado, para ficar na designação de Félix Guattari. No entanto, ser racializado na minoria – ser uma negra, uma trans, uma mulher branca – pode ainda ser uma escolha possível, um mínimo de estrato, de forma, de sujeito para daí extrair matérias não formadas efeitos de afectos e perceptos. Não foram os negros e índios que se racializaram. Quem criou o conceito que vingou em nossa sociedade para raça foram os brancos, fruto do regime significante e pós-significante que aponta o Outro, determina o Diferente, dentro de uma escala evolutiva, dolorosa, violenta, autoritária que só pode ser genocida.

Olhando esta estrutura de dinastia nos trópicos brasileiros, podemos começar a entender que a legislação e as reparações institucionais internacionais ocorridas apenas a partir da década de 1960 e, no Brasil, a partir da década de 1980 são poucas para reparar danos incalculáveis e seculares. Sabe-se hoje que não há nenhum aspecto genético-científico que justifique a injustificável violência a que povos nativos fora da Europa foram submetidos com a invasão de suas terras. Mas o reconhecimento deste crime secular de um grupo adoecido não é suficiente para desfazer todas as atrocidades. O reconhecimento do crime de um que denominou o outro como Negro é o medo atual do chamado Branco. O Branco teme que este reconhecimento abra precedentes para que violências a que a negritude foi e é submetida sejam imputadas à branquitude. Alguns chamam isso de “racismo reverso”. Seria como dar ao negro e aos povos originários o direito ao açoite, ao revide, à vingança; o direito à exploração do branco, à humilhação, à subjugação, à desumanização por completo, à regressão ao indiferenciado, à abolição total, à morte. Medo branco atual frente às cotas para negros e negras nos espaços públicos historicamente segregados no Brasil, ocupados majoritariamente por brancos, sem necessidade de nenhuma lei do *apartheid* estadunidense e que sempre garantiu privilégios aos nascidos da raça branca.

Embora se faça um esforço para dizer que somos todos iguais e que só existe uma raça, a raça humana, e que daí, políticas de reparação às atrocidades da escravidão e do racismo não fariam sentido, Laurentino Gomes apresenta um estudo que reuniu 150 afrodescendentes, em 2013. Neste estudo, a saliva de pesquisados foi enviada para o African Ancestry, em Washington, nos EUA, no qual há um banco de dados que reúne o registro de DNA de 220 etnias africanas. Um dos pesquisados de Salvador, cidade mais negra do Brasil e que historicamente recebeu grande fluxo de gente traficada originária de povos de matriz linguística Iorubá, que vivem entre a Nigéria, Benin e Togo, descobriu que, diferente do que fora criado, não fazia parte dos povos iorubanos.

Sua carga genética revelou sua ancestralidade vinda de uma pequena comunidade ticar no interior do Camarões. Gomes lembra que Zulu Araújo, o pesquisado soteropolitano, poderia ter sim herança genética compatível com povos iorubanos, já que ele seria efeito de consecutivas uniões de pessoas de distintas etnias e que, na investigação científica do instituto African há o privilégio de uma linhagem que julgam, sabe-se lá como, mais determinante. Que linhagem produziria esse ancestral africano institucionalizado nos EUA de um descendente do Quilombo dos Palmares? Ou de um Kilombo de Kassanje, que invadia terras ao largo do Reino do Congo e de Ndongo? A modernidade sofre dessa neurotização da origem que só pode produzir como forma uma entidade esquizofrênica. Quantos rituais de magi a samba não se deram para que misturas e rompimentos de linhagem pusessem a perder o desejo da pesquisa genética da Origem étnica. Paranoia perigosa e cínica que faz um descendente de um desterritorializado de África, reterritorializado em Iorubá, desterritorializado e reterritorializado no Camarões. Só mesmo uma pesquisa por Origens ao modo Moderno, ao modelo de subjetivação enlouquecida, faria com que as vítimas ficassem frente a frente, e se desculpassem pelas atrocidades cometidas por seus algozes. Parece que este desejo de autocritica dos oprimidos não contamina apenas a vida partidária brasileira. O rei Gah Ibrahim, da etnia ticar, que vive em Bankim, no Camarões, constrangido com a Culpa imposta a ele pelas atrocidades da escravidão em terras além-mar, demora um dia para responder ao novo membro da comunidade aquilo que se deveria saber: o racismo Moderno não foi inventado pela África. E se os povos africanos agiram por ignorância às práticas dos europeus, envolvidos pela analogia dos mecanismos sociais locais, que submetiam as pessoas à escravidão por práticas específicas daquela comunidade, o inconsciente racista europeu, ocidental, branco, já alimentava a desumanização e animalização do negro pelo mundo. Ao fim do capítulo de seu livro, Gomes com olhar que ele diz ser muito atento, endossa o argumento de Araújo – que inclusive já fora presidente da Fundação Palmares e hoje preside a Fundação Pedro Calmon, na Bahia, duas das instituições culturais brasileiras mais importantes na área de política do negro. Ele diz que o “tema da escravidão é um tabu no continente africano” pois, a escravidão do povo negro só seria possível nas proporções temporais e de impacto humano, com a participação “da elite africana”<sup>97</sup>. Se é em parte correta a afirmação de Araújo, é necessário um pouco mais de atenção para mapear esta “elite” africana da época. Não

---

<sup>97</sup> Cf. GOMES, Laurentino. 11. Reconciliação. Op. cit., p. 174-175.

são raras as histórias e mais histórias de princesas, reis, nobres, sacerdotes traficados pelo mundo como objetos de uso, feito escravos, desumanizados. Ou trapaças e descumprimentos de acordos entre líderes africanos e líderes europeus, como se vê na vida da Rainha Nzinga e do Reino de Ndongo e Matamba. Que dizer ainda sobre a tentativa de impor aos nativos de Pindorama o regime de escravidão? Laurentino Gomes, inclusive, no capítulo “O massacre” registra que desde a chegada do primeiro português por aqui, índios foram escravizados e vendidos em mercados de pessoas na Europa “... 85 índios foram vendidos como escravos em Valência, na Espanha. Em 1545, a capitania de São Vicente, no litoral paulista, comandada por Martin Afonso de Sousa, tinha cerca de 3 mil nativos escravos, que trabalhavam em engenhos de açúcar e nas lavouras” (GOMES, 2019, p. 123). As bandeiras de Raposo Tavares, herói de alguns que se dizem descendentes de índio, mas que reproduzem o modelo branco de vice governo, foram responsáveis por atacar aldeias, mesmo aldeias nas quais viviam padres jesuítas, e capturar milhares de pessoas. Estima-se que entre 1628 e 1630, entre 40 mil e 60 mil índios guaranis tenham sido capturados, na região que fica hoje o Estado do Paraná. Será também que foram as elites de índios as responsáveis pelo sucesso das bandeiras? Ou pelo extermínio daqueles e daquelas não escravizáveis? Suspeito que não. Não podemos investigar as relações daquele período com os dispositivos ou com os mesmos agenciamentos de nossa época. O que talvez algumas elites negras africanas, de várias e de variadas organizações política, social e econômica, daquela época, não tenham percebido é que para o regime semiótico dos europeus, os africanos negros nasceram para servi-los, sejam eles reis, rainhas, nobres ou plebeus. O campo que se desenha, deste modo, com tentativas “pós-modernas” de subjetivação de um povo ou etnia por teste de DNA, reterritorializa a racialização na desterritorialização da violência colonial, com risco de reeditar um racismo *hightech* como alerta Achille Mbembe. Ou de produção de Culpa em povos que continuam a sofrer violências, efeito do racismo nascido na Modernidade europeia universalizante.

Na diferença disso, há um movimento de involução que começou desde a chegada do primeiro europeu em terras invadidas que gerou Nzingas e Aimberês, Zumbis e Krenaks. Um plano fixo de composição com a escravidão que fez muitas vítimas – continua a fazer em periferias de todas as cidades brasileiras, como nas de Juiz de Fora, MG, que em 2017 teve mais de 140 jovens negros mortos – mas que tem produzido muita vida de Malcons X, Lélías Gonzalez, Gíanes Elisias de Almeida, Adenildes Petrinhas, Angelas Davis, Negos Bispos, Beatrizes Nascimento, Achilles

Mbembes... Não se trata de regressão ao indiferenciado, de simples expulsão dos que aqui já estão há anos e que de algum modo perderam as relações com as opressões coloniais passadas – e que hoje podem até dividir algumas violências históricas, enquanto pobres marginalizados brancos. Antes, é dissolver ainda formas coloniais invasoras que continuam a perpetuar a escravidão e o racismo em nossas relações atuais de uberização e “aifudização” da vida e das relações de trabalho. Liberação de outros tempos e velocidades, nas quais a música, o cabelo, o olho, o corpo não sejam mais perseguidos e mortos por serem negros ou negras de África ou da terra. Um cunhadismo para indianizar-se. Um kilombo para denegrir toda a mestiçagem. Um estruturalismo para desestruturar opressões. Não se trata, pois, de retorno ao momento primeiro das atrocidades e dos genocídios que aconteceram nestes últimos 521 anos, genocídios que não se restringe aos dos judeus europeus. Mas uma involução que não para de dissolver formas liberando mais fluxos, matéria-força. Fluxos que uniram por breves instantes tupinambás e franceses; ambundos e holandeses. Que produziram a santidade do recôncavo baiano, que provou que índio brasileiro é capaz de comer muito mais que carne humana para celebrar a vida e se fortalecer para guerra. Involuir é estar à altura de seu tempo sem perder de vista os tempos outros que se atualizam neste instante, produzindo passado futuro no presente. A involução aplicada à estrutura da racialização está a serviço da dissolução do racismo pela raça, e não do racista na destruição do racializado. Produção de uma nova terra para se libertar do fardo da raça, como propõe Achille Mbembe, na certeza de que dividimos um mundo comum, embora ele seja composto por uma multiplicidade de mundos possíveis ou desejo de um mundo exclusivo. A involução é cunhadismo por todos os lados; é kilombo assimilando guerreiros de todas as idades e linhagens. Involução é máquina de guerra contra a fixação do racismo aparelho de Estado, do significante Moderno ou da subjetivação da branquitude ou da negritude. Deleuze, Guattari e Foucault mostram que a Modernidade, ela mesma, a toda poderosa, só pode ser, só foi e só é antimodernidade ou pós-moderna – dissolve-se no ar, mas não sem antes matar todos juntos. Mbembe em aliança com Krenak e os filósofos franceses denuncia que a Modernidade não pode ser parâmetro naturalizado da produção da terra. Ela, a Modernidade, é apenas um resto da involução, uma quinquilharia, máquina ou peça que funciona muito mal acoplada à maquinaria da Terra viva, a desterritorializada por excelência, o corpo sem órgãos. Sejamos isso: contramodernos, entre alianças com povos originários do mundo todo; contramoderno e pré-moderno, para impedir que fluxos se petrifiquem e produzam novamente a

coagulação cancerosa da reedição de um fascismo branqueador fantasiado de pós-modernidade!

### *3.11 Que involução tem a ver com racialização: esquizoeducação aplicada às políticas de identidade no Brasil e na Terra inteira*

Não é difícil encontrar atualmente argumento contra a ação de movimentos chamados “identitários”. De esquerda a direita, um Ideal de neutralidade, um discurso pelo Universal contamina as lutas sociais e as discussões políticas no país. Na introdução de seu livro, o jornalista Laurentino Gomes diz que existem três tipos de olhares: um negro, um branco e um atento (que diríamos dos amarelos, dos vermelhos?). Mesmo ele se reconhecendo como um homem branco, ele se põe num lugar neutro, de “olhar atento”, como se a racialização não fosse desejada, ou como se a racialização não tivesse nada a ver com a produção do Universal. Desse modo, há o desejo de superação da raça e de produção de algo que sobrecodifique todo o conhecimento. Teria ideal mais branco que este? Os movimentos ditos “identitários” às vezes são classificados como violentos, raivosos e ressentidos. São associados ao termo militante, com uma conotação pejorativa e, segundo seus críticos, são segregadores. Alguns racistas contemporâneos utilizam o termo "neonegros" (os órfãos da Modernidade adoram juntar um neo às suas velhas substâncias) para atacar movimentos de pessoas que lutam pelos direitos da população negra no país, dizendo que eles repetem a lógica do racismo científico, claro, a lógica reversa. Não é difícil encontrar quem advogue, mesmo entre intelectuais e acadêmicos que se aliam em alguns aspectos à luta antirracismo, a favor de uma política de mestiçagem para pôr “fim” às disputas descabidas entre raças\etnias\cores no Brasil. Afinal, somos todos brasileiros de muitas cores ou sem cor definida, não é mesmo? Ou quem sabe, somos uma nova raça, a raça do futuro do mundo, a brasileira, frutos da Democracia Racial. Porém, se olharmos “atentos” a todas as estatísticas de desigualdades sociais veremos que não é para isso que elas apontam, que não há um indiferenciável racial quando se trata das mazelas brasileiras.

Talvez por ainda estarmos reféns no Brasil de um ideal miscigenado seria importante iniciar esta parte do texto com alguns trechos redigidos pelo doutor eugenista João Baptista de Lacerda, delegado representante do Brasil no Congresso

Universal das Raças em Londres (note que não se trata de um evento mundial, mas do Universo), ocorrido em 1911:

Afirmando, pois, como fiz em meu trabalho apresentado ao Congresso, que no Brasil o longo contato com o negro prejudicou os dotes morais do branco, não disse uma inverdade nem cometi uma insensatez

[...]

A população branca tende a aumentar em proporções crescentes, por levadas sucessivas de imigrantes que entram anualmente nos portos do Brasil e ficam pela maior parte estabelecidos no país.

[...]

Entretanto, visto que o crescimento da população indígena, durante 40 anos, conforme registram os diagramas, deve ser considerado ilusório, por não significar um crescimento real numérico da população indígena, mas simplesmente uma incorporação a parte civilizada da população, de levadas crescentes de indígenas, vindas do interior do país, essa proporção de 17:100, calculada segundo os algoritmos dos três diagramas, não deve corresponder à realidade. O indígena semicivilizado não cruza com a população branca, e muito dificilmente se adapta ele às condições do meio civilizado. Quanto mais se difundir a civilização no país, tanto mais será a redução da raça indígena, a qual, estou certo, desaparecerá com os negros daqui a um século.

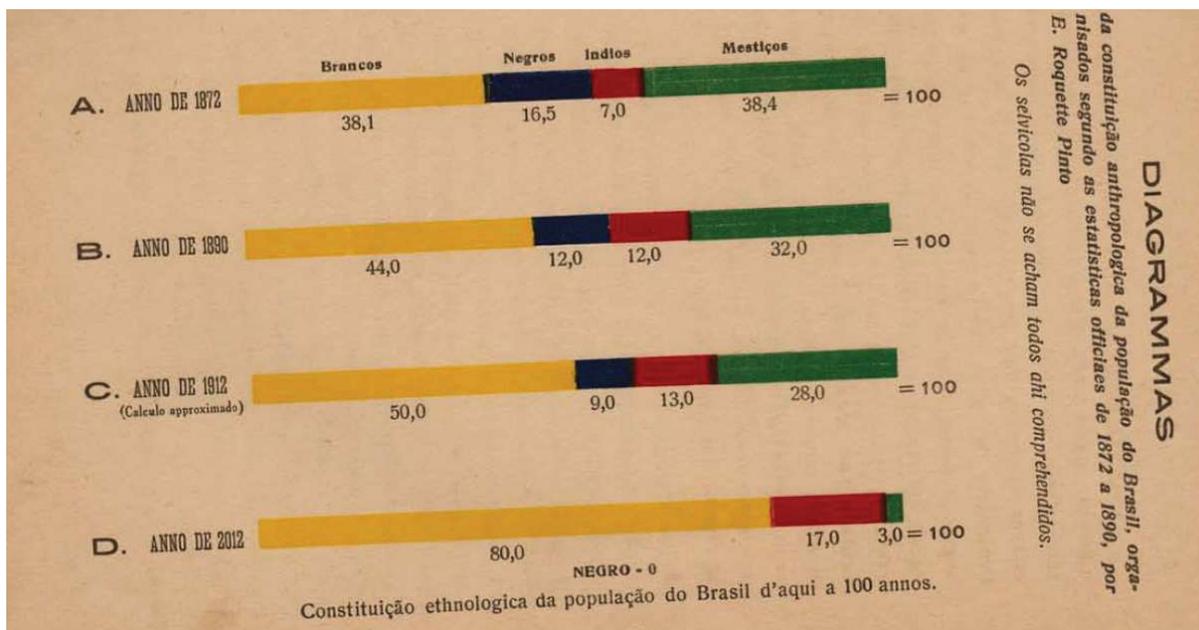
[...]

Essa organização social [estadunidense] forma perfeito contraste com a desorganização da raça negra no Brasil; sem nenhum laço de união entre eles, sem nenhuma espécie de iniciativa, perdidos por ínvios caminhos como os animais extraviados de um rebanho, os negros não puderam achar até hoje no Brasil uma diretriz para se encaminharem a uma organização social qualquer. O abandono, o isolamento, a inação, a incúria a que se entregaram após a abolição da escravidão, tem aumentado de mais em mais a sua decadência e estão correndo para sua extinção. **No Brasil o problema da raça negra se resolve sem esforço e sem dificuldade**, enquanto nos Estados Unidos se afigura ainda hoje aos estadistas daquele país um problema insolúvel, cercado de dificuldades e perigos. Uma vez desaparecida a raça negra no Brasil, é preciso contar ainda com a influência do Atavismo, esse esforço ancestral de retrocesso para denunciar através os séculos uma origem longínqua já apagada. Centenas de anos são passados depois que se extinguiu o domínio árabe nas regiões meridionais da Itália; entretanto os sinais do atavismo árabe aparecem bem patentes em muitos indivíduos nascidos na Sicília e nas regiões meridionais da Itália. Assim sucederá também no Brasil; e ainda daqui a alguns séculos certos sinais negroides hão de aparecer nas populações desses tempos, assinalando uma descendência remota dos negros e dos mestiços.<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> LACERDA, João Baptista. **Réplica a crítica da Memória – Sur les métis au Brésil**. 1912. Museu Nacional. Disponível em <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/0023/0023.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2018.

Figura 5 – Diagrama apresentado por Lacerda na ocasião do Congresso Universal das Raças, mostrando a evolução do extermínio da raça negra no Brasil



Fonte: LACERDA, João Baptista. **Réplica a crítica da Memória – Sur les métis au Brésil.** 1912. Museu Nacional da UFRJ.

É no mínimo estarrecedor. E pensando agora: criminosas são estas afirmações feitas por Dr. Lacerda em nome do Estado brasileiro. Para alguém que na época ocupava o cargo de diretor do Museu Nacional, estas afirmações evidenciam qual era a política estatal pensada para os povos negros e índios brasileiros: o extermínio. Este documento oficial mostra ainda que há desconhecimento acerca das questões de constituição de uma nação brasileira e de como esta ideia de nação está fundamentada pelo discurso produzido por alguns que pensavam fundar a Modernidade e na qual negro e índio, ou nativos de qualquer região do mundo, que não fosse europeu e branco, eram considerados um entrave para a evolução. A saída foi abrir as fronteiras do país aos brancos europeus com o desejo que eles recolonizassem o território brasileiro e com isso fossem suplantados todos os traços negroides e/ou africanos, com a certeza de que os índios (no documento não diz, mas com certeza expulsos de suas terras originárias) morreriam da doença do civilismo, não suportariam a civilização tão selvagem. Estas conclusões, para além de demonstrarem o total desconhecimento ou a negligência em relação as historiografias brasileiras possíveis de um intelectual racista da época, acerca dos movimentos de resistência de negres e índies, é a síntese da política estatal que se seguiu. Num país de quilombos, Confederação dos Tamoios ou da Guerra do Paraguai (que possuiu em suas tropas índios e negros lutando a favor do Império do Brasil) dizer

que negros nunca se organizaram politicamente ou que índios seriam extintos porque não suportariam a vida na civilização é uma violência sem comparação. É uma negligência torpe já que cada caminho para as minas de ouro de Minas Gerais ou do Caminho Novo na região sudeste tinha seu traçado de índio. É uma afirmação paranoica reacionária, pois a maior metrópole do Brasil, São Paulo, tem em cada canto seu, um nome de índio, lembrando quem ajudou a consolidar a Vila de Piratininga. Tal afirmação só poderia vir dos herdeiros da perversidade colonial.

Todas as vezes que ousarmos discutir a racialização e o racismo no Brasil é necessário que “olhemos atentos” este diagrama emblemático de 1911. Olhemos de novo, por alguns segundos, em silêncio. Ouvindo o desejo de silenciamento que ele produz ano após ano, século após século, no Brasil e no Mundo.

Não por acaso, este diagrama junto ao quadro "A redenção de Cam" (1895), de Modesto Brocos, foram apresentados no mesmo Congresso como ilustração da época. Tornaram-se símbolo da política de mestiçagem desejada por todos os países do mundo que participaram da colonização moderna, dando origem ao mito da "democracia racial" brasileira que ganharia expressão na década de 1930, com a obra de Gilberto Freyre. Não ao acaso também que neste mesmo Congresso foram pautadas as vidas de judeus, ciganos, árabes. Não ao acaso ainda, que anos mais tarde, a Alemanha de Hitler produziu o Holocausto dos judeus e de outros brancos homossexuais, pessoas com deficiência, ciganos etc., depois de testar sua eficácia nos desertos da Namíbia.

Não é um diagrama de um *hater* qualquer, de uma página de ódio das redes sociais como o *facebook*, de um perfil anônimo. Este diagrama foi produzido por um alto funcionário do governo brasileiro num evento que se desejou universal. Esta política com desdobras econômicas e éticas e estéticas e raciais determinaram as ações dos governos que se seguiram e alimentam nossas relações sociais até a atualidade. A chegada de novos europeus brancos pobres que fugiam da fome, como os antepassados de Laurentino Gomes, e que foram submetidas a práticas análogas à escravidão, e a população negra recém liberta da escravização, excluída dos novos postos de trabalho livre, produziram uma nova classe explorável no Brasil e que, mesmo após o oficial fim da escravidão, continuaram a ser apropriada, violentada e desumanizada. Esta classe de novos exploráveis, em devir negro do mundo, como diz Achille Mbembe, foi chamada pelo sociólogo brasileiro, Jessé Souza, de “Ralé Brasileira” (2009). Esta classe é herdeira direta da cultura escravista, do racismo culturalista (SOUZA, 2017) que domina o Brasil desde a primeira invasão dos portugueses. O sociólogo Jessé Souza

possui um trabalho que se dispõe a pensar outros modos de compreender a constituição social do Brasil para além da que tem influenciado pensadores à esquerda e à direita. Em suas obras recentes “A elite do atraso – da escravidão à Lava Jato” (2017), “A ralé brasileira – quem é e como vive (2017)” e “A classe média no espelho” (2018), Jessé investiga as implicações que o sistema escravista produziu na sociedade brasileira, que ele chama de racismo culturalista. Souza é contundente em relação às críticas ao pensamento hegemônico sociológico que domina a elite cultural brasileira, seja nos movimentos políticos ditos de esquerda ou de direita. Critica o mito da democracia racial e do brasileiro cordial popularizado por pensadores como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Sérgio Buarque de Hollanda. Aponta que mesmo com o fim oficial da escravidão no Brasil, a negligência e o desamparo estatal em relação às pessoas libertadas junto aos europeus pobres que se deslocaram no início do século XX, criou uma classe propícia a continuar a ser explorada pelas outras, a ralé brasileira, que é tratada como os negros o foram durante o período da escravidão. Atenta também que, no Brasil, o pertencimento a uma classe social não está necessariamente associado à renda, mas aos bens culturais a que se tem acesso. Teríamos uma elite econômica que controla os meios de produção e a mídia, filha dos Senhores de Escravos; uma classe média que não possui a renda da elite econômica, mas controla os bens culturais e por isso, inclusive, acha-se superior à classe que possui "apenas" dinheiro e serve como massa de manobra para as incursões da elite econômica; a classe de trabalhadores, formada por trabalhadores e trabalhadoras formais; e a ralé brasileira, explorada por todas as três, herdeira direta dos maus tratos da escravidão. Sua tese explica as desigualdades brasileiras não como efeito do patrimonialismo nem da corrupção estatal vinda de Portugal nas caravelas e deturpada ainda mais pela “malandragem” negra. Segundo Souza, a estrutura brasileira é fruto do sistema econômico escravista do negro que está, desde a invasão portuguesa, determinando as relações sociais e econômicas e políticas no nosso país. Jesse Souza quer chamar atenção para a forma como o pobre brasileiro é tratado hoje. Numa sociedade fundamentada na neurose cultural racista, como denuncia Lélia Gonzalez, a classe de subalternizados tem como decalque a forma como pessoas negras escravizadas eram tratadas no tempo da colônia portuguesa, demasiado desumanizadas. Jesse Souza, desse modo, ataca a ideia de que o problema é meramente econômico. O pobre branco – os encardidos, segundo a pesquisadora Lia

Vainer Schucman<sup>99</sup> – tem como última estratégia de diferenciação do pobre negro o fenótipo branco. Algo que Mbembe observou que acontecia também na Ilha colônia de Santo Domingo, com os “pequenos brancos”, os primeiros escravizados da ilha. Souza alerta que a forma de desumanização com a qual os pobres em geral são tratados no Brasil é efeito das práticas coloniais destinadas às pessoas escravizadas negras, dado o tipo de relação de trabalho que se habituou a impor a este segmento racial e ao número elevado de pessoas negras nesta faixa populacional. No entanto, se todos pobres – brancos e negros – passam pelo processo de subalternização fruto do modelo de desumanização da escravidão do povo negro – o devir negro do mundo, conceito cunhado por Achille Mbembe, em aliança com Guattari e Deleuze, no livro *Crítica da Razão Negra* (2018) – a Elite do Atraso se constituiu na colônia como herdeira direta de colonos brancos que aportaram no Brasil para ocupar postos de trabalho vagos dos recém libertos negros. Isto para que aqueles libertos do regime escravocrata ficassem livres para morrerem de inanição. Pois, depois de construir cada estrada, lavoura ou casa deste país com seu trabalho explorado, a Elite do Atraso, num delírio racista, esperava provar que a população negra não nascera para o trabalho, não sabia se autogovernar e, por isso, estaria fadada ao seu próprio fim.

---

<sup>99</sup> A pesquisadora Lia Vainer Schucman é doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e desenvolveu um trabalho pioneiro no qual mapeia as relações que se constituem entre a branquitude paulistana. Ela diferencia três modos de subjetivação que relaciona status social, renda e fenótipo: o branquíssimo – classe branca herdeira das famílias tradicionais de colonos quatrocentões de São Paulo; os brancos – classe média paulistana que ascende socialmente tendo acesso aos privilégios socioculturais da norma, como escolarização; e os encardidos, pessoas pobres e/ou miseráveis que conseguem transitar em espaços hegemonicamente brancos simplesmente pelo privilégio do fenótipo branco, coisa impossível para quem é negro. Cf. SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. Apresentação de Leny Sato. Prefácio de Maria Aparecida da Silva Bento. São Paulo: Annablume, 2014.

Figura 6 – A redenção de Cam (1895), de Modesto Brocos.



Fonte: A pintura originalmente tem 199 cm x 166 cm e faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes (RJ), imagem da internet.

A Elite do Atraso, conceito produzido por Jessé de Souza (2017) é descendente direta das ideias eugenistas de Lacerda que relaciona atraso econômico e intelectual ao pertencimento a uma raça, sem levar em consideração qualquer outro aspecto de acesso a capital, bem cultural e/ou serviço público de qualidade. Esta Elite do Atraso não

suportou que o Estado brasileiro, mesmo que timidamente, começasse a promover políticas públicas de reparação a danos históricos a uma população inteira, homogeneizada no termo negro. Ironicamente, foi em 2012 (cem anos depois do absurdo criminoso Universal de doutor Lacerda) que as cotas sociais e raciais nas universidades federais se tornaram lei federal. O projeto estatal de Lacerda não vingou totalmente, pois segundo os dados do IBGE, no Brasil, quase 54% da população é negra. No entanto, continua ainda a produzir feridas profundas no corpo social brasileiro como efeito do racismo institucional e institucionalizante.<sup>100</sup>

É preciso um mínimo de estrato neste momento para não se cair no abismo do indiferenciado, do olhar neutro. É preciso sim um “olhar atento”, mas atento às violências a que os corpos negros estão predispostos e atenção aos privilégios de uma racialização branca. “É menos ainda uma regressão que remontaria a um princípio. É, ao contrário, uma *involução*, onde a forma não para de ser dissolvida para libertar tempos e velocidades. É um plano fixo, plano fixo sonoro, visual ou escritural etc. Fixo não quer dizer aqui imóvel: é o estado absoluto do movimento tanto quanto do repouso no qual se desenha todas as velocidades e lentidões relativas e nada além delas” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 58). É preciso um pouco de território para fugir e fazer fugir um estrato inteiro de racismo. É preciso um pouco de fixidez para pôr em movimento as raças. “Ainda sobre a discriminação, é importante dizer que é possível falar também em *discriminação positiva*, definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela *discriminação negativa* – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de *discriminação positiva*” (ALMEIDA, 2019, posição 241, e-book kindle). Aqui Silvio Almeida lembra das Cotas nas universidades públicas na defesa feita por Joaquim Barbosa, o primeiro

---

<sup>100</sup> O professor, filósofo e pesquisador negro Silvio Almeida em seu livro “Racismo Estrutural” (2019) diferencia três critérios de relações com o racismo: a subjetividade, o Estado e a Economia. A partir destes critérios, ele produz três dimensões, o Racismo Individualista, o Racismo Institucional e o Racismo Estrutural, respectivamente. Aqui optamos por usar o determinante institucional, já que a esquizoanálise, mesmo que se disponha a mapear a subjetividade e as relações de Estado, é sempre uma análise de natureza da economia libidinosa, é sempre uma análise dos desejos, sempre agenciamento coletivo que se desdobra em produção de políticas estatais ou de subjetividades. Já que a esquizoanálise está intimamente relacionada à análise institucional, não como forma fatalista, mas como mapeamento de linhas molares e moleculares que passam pelas formas sociais. Cf. ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

negro presidente STF no Brasil. Silvio Almeida, ao diferenciar discriminação positiva e negativa, dá a ver o modo como cada racialização ou regime semiótico trata as sínteses do inconsciente. Num regime significativo ou pós-significante, a síntese disjuntiva produz uma oposição binária entre negro e branco, para privilegiar o branco. Num regime pré-significante, a síntese disjuntiva produz-se como diferenciação de negro e branco para combater os privilégios racistas. Trata-se das mesmas sínteses, mas com usos muito distintos<sup>101</sup>.

E é preciso também um pouco de identidade para que, no indiscernível da raça humana, faça-se a Diferença. Aqui urge uma política outra. Uma política ao modo do kilombo, dos rituais do magi a samba, ou dos quilombos, do cunhadismo que levou ao fim a Confederação dos Tamoios, mas prova que o índio não tem horror à civilização. Ele mesmo é um ser civilizatório. Embora as histórias canibais de Hans Staden tenham alimentado o imaginário mundial, foi também a cosmogonia dos nativos de Pindorama que aguardavam a vinda de "parentes" de terras distantes, que permitiu que os *burum* europeus, fizessem o primeiro contato fabular com Pero Vaz de Caminha. O índio e o negro são inventores de outros modos civilizados, como lembra Nego Bispo (SANTOS, 2015). Disparam outros possíveis. A política de identidade da raça europeia e branca de Husserl produz o diferente para subjugar-lo, para aniquilá-lo, uma política epistemicida como denuncia Djamilia Ribeiro em seu livro "O que é o lugar de fala?" (2017) junto a Jota Mombaça e Sueli Carneiro. Esta política deseja deslegitimar qualquer modo de vida que não seja aquele imposto pelo hegemônico, pelo autoritarismo Moderno e pós-moderno. Lacerda e sua eugenia são epistemicidas, assim como Dom João VI e Hitler. Ou nas palavras do filósofo que já fora filósofa, Paul Beatriz Preciado, aqui em aliança com Achille Mbembe, ao denunciar as políticas opressoras do binarismo sexual, que lembra que existem políticas que desejam a morte da diferença ou que produzem o diferente para assassiná-lo: necropolíticas<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 4 A síntese disjuntiva de registro. 4.1. Seus dois usos: exclusivo e limitativo; inclusivo e ilimitativo]. In.: \_\_\_\_\_. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010, p. 104-116.

<sup>102</sup> A classe dominante (masculina e hétero) não abandonará seus privilégios por causa de tuítes. **El País**. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/27/cultura/1453910313\\_124066.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/27/cultura/1453910313_124066.html). Acessado em 05 de fev. de 2017.

Não se trata, pois, de um revanchismo à moda europeia ressentida: índios e negros aniquilando brancos europeus assassinos, como teme o antropólogo Antônio Risério. Calma Toninho! Trata-se de afirmação de políticas que potencializem a variação da vida, bioepistemas ou biopolíticas sempre grávidas de biopotências. Neste sentido, seguimos a linha de Michel Foucault no texto “Em defesa da sociedade” (1999). Aqui Foucault mapeia o nascimento do biopoder, uma espécie de biopolítica de controle sobre a vida. Já Peter Pál Pelbart, nas esteiras de Mbembe confluindo com Foucault, lembra da passagem de uma biopolítica da soberania – regime que escolhe quem deve morrer por ameaçar o soberano (faz morrer e deixar viver) – à biopolítica do *biopoder* que passa a determinar quem deve viver (faz viver e deixar morrer). Mas a modernidade reservaria sofisticação perversa inigualável, pois faz viver uma raça (raça Branca) ao mesmo tempo que faz morrer todas as outras raças. Assim, nas políticas de regimes racistas “biopolítica e tanatopolítica constituem verso e reverso da mesma moeda” (PELBART, 2018, p. 20). Em defesa de uma raça específica, mata-se, aniquila-se tudo que é diferença, aliança cínica entre biopoder e necropoder! Pelbart enfatiza a denúncia de Foucault, mais um branco a denunciar o racismo como estrutura de biopoder do Estado e usado para garantir um modo de funcionamento. Embora Foucault não recue na sua genealogia até a escravização dos povos originários da terra inteira pelos europeus, feito deixado ao serviço magistral de Mbembe, Foucault é enfático ao problematizar o racismo como condição necessária para o exercício do biopoder do Estado. “Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos da guerra, os direitos do assassinio e da função da morte, senão passando pelo racismo? Era esse o problema, e eu acho que continua a ser esse o problema” (FOUCAULT, 1999, p. 315). Parece ser ainda nosso problema!

Para Peter Pal Pelbeart, o teatro realizado por seu grupo, a Cia Ueinz, formada majoritariamente por vidas por um triz, é um “laboratório biopolítico” ou “laboratório esquizoanalítico”<sup>103</sup>. E como exercício de combate às biopolíticas limitadoras, ou contra o biopoder ou o necropoder, seu investimento é nas biopotências. Aqui, um laboratório de biopolíticas, investigando biopoder e necropoder. Aqui, um exercício de mapeamento de biopolíticas – fazer viver e multiplicar vida – biopotências! Um

---

<sup>103</sup> Peter Pál Pelbart e La Deleuziana: Conversa sobre Esquizoanálise. Disponível em <http://clinicand.com/peter-pal-pelbart-e-la-deleuziana-conversa-sobre-esquizoanalise/>. Acessado em 13 de out. de 2020.

kilombo sempre em movimento de desterritorialização e que invade territórios, não porque deseja guerra, mas porque ele tem a terra inteira, a Desterritorializada por excelência para se deslocar e ser deslocado; um cunhadismo que não quer fagocitar o branco para torná-lo índio, como um segredinho privado de família husserliana; mas que indianiza todo o familismo europeu branqueado, tornando-os todos parentes, alianças possíveis. No embate entre regimes semióticos, o pré-significante devora o nome próprio na produção de um outro de si! É, pois, urgente perceber que antes de territórios serem destruídos, contágios são produzidos. A ideia de uma única ordem histórica ou de sucessão tem investido neste modelo que centra toda e qualquer possibilidade de vida na Europa branca, seja para afirmá-la, seja para superá-la – transmodernidade ou decolonialidade, Esquerda Progressista. Esquizeeducação é liberação de outros possíveis, liberação de devires, devires históricos no combate ao devir da História.

A atenção a dois pensadores africanos que viveram antes e durante o período Iluminista, período responsável por toda construção do ideário civilizatório europeu e da cientificidade dita Moderna, evidencia aproximações e, inclusive, propostas políticas muito mais liberais ou racionais que as de pensadores brancos, pais do liberalismo moderno como Descartes, Kant, Voltaire e Locke<sup>104</sup>. Um deles é Zera Yacob (1599-1692), etíope que viveu durante alguns anos dentro de uma caverna para se livrar da perseguição do Reino de Axum. Com formação no catolicismo ortodoxo, embora acreditasse numa divindade criadora do mundo, defendia que nenhuma religião era mais verdadeira que outra, que mulheres e homens tinham direitos iguais, que a mulher não deveria ser submissa ao homem, já que possuía o dom de carregar a vida em seu corpo. Usou o argumento da razão para atacar qualquer tipo de escravidão de pessoas, uma crítica da razão negra pré-Mbembe. Já Anton Amo (1703-1755) foi um ganês traficado como escravizado para Amsterdã, onde viveu e frequentou o sistema educacional dos brancos, chegando a lecionar nas grandes Universidades de lá. Um de seus livros, inclusive, foi prefaciado pelo reitor da Universidade de Wittenberg (ALE) que saudava as contribuições dos mouros que se instalaram na Espanha e influenciaram decisivamente o Renascimento da Europa. Amo defendia a existência de outras

---

<sup>104</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Os africanos que propuseram ideias do Iluminismo antes de Locke e Kant.. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1945398-os-africanos-que-propuseram-ideias-do-iluminismo-antes-de-locke-e-kant.shtml>. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

teologias além da cristã, era a favor do sufrágio universal, atacou a escravidão da época, diferente de seus contemporâneos liberais, que defendiam a supremacia da raça branca. Propunha, também, uma radicalização da dicotomia corpo e mente que, diferente da proposta de Descartes, não submetia o corpo à mente. Distinguiu cada campo com sua especificidade não comunicante – o corpo não estava submetido à mente, não havendo sobreposição ou hierarquia. Diferente de Kant, que defendia que nunca conhecemos a coisa em si além da representação mental, Amo propôs que "O aprendizado real é a cognição da coisa em si. E assim tem sua base na certeza da coisa conhecida"<sup>105</sup> anos antes de "Crítica a Razão Pura" ser lançado. Um "pré-materialismo" dialético africano em terras alemãs, talvez.

A existência destes dois pensadores africanos, muito mais que propor uma substituição de uma filosofia europeia Iluminista branca por uma Iluminista africana negra, aponta que a história do pensamento ocidental não é um fio estendido naturalmente e que tende a uma Evolução contínua e Universal. Ou que a História como uma linha estendida do passado ao futuro é uma idealidade segmentada da história, que é sempre um alisamento essencial. "A história tão-somente traduz em sucessão uma coexistência de devires" (DELEUZE; GUATARRI, 1997/2012b, p. 129). A História é antes fruto de uma seleção de produções e ordenamento de produtos que em momentos oportunos são postos como causa-efeito para legitimar epistemicídios e necropolíticas. Yacob e Amo foram muito mais radicais em relação ao direito das mulheres que o consolidado pela raça branca no Universal Humano. Evidenciam a involução que é ato de pensar no pensamento, um pensamento do fora, que fez até com que Yacob tivesse que fugir do Estado Axum. A questão é saber que Evolução não é um modo neutro de produzir uma realidade histórica, mas a produção de um plano organizacional diante a coexistência de devires que sempre põem em variação tudo. A existência dos dois denuncia ainda que a racialização e, por conseguinte, o racismo que liga a inferioridade de um humano ao fato de não ser homem europeu branco foi uma invenção mortal que precisa ser enfrentada. Não é uma designação divina ou da Natureza fruto da Evolução, da seleção natural, explicada racionalmente como fizeram Iluministas brancos ou cientista delirantes unívocos, como desejaram os eugenistas da Modernidade ou desejam os identitários brancos neutros pós-modernos. O surgimento do ideário

---

<sup>105</sup> Idem.

Moderno não está apenas ligado ao pensamento evolutivo. A evolução é que está fundamentada no discurso racializador-racista, de superioridade cognitiva de um povo nascido para o Saber e o Poder e os outros para ignorância e submissão: epistemicídio e necropolítica.

Yacop e Amo são filósofos da feitiçaria epistêmica, implicados com biopolíticas grávidas de mais biopotências. Trabalhos e pesquisas de intelectuais negros contemporâneos como o do professor Dr. Julvan Moreira de Oliveira, pesquisador do PPGE/FACED da UFJF, que se dispõem a pesquisar filósofos, filósofas e filosofias de povos africanos negros, ajudam na empreitada de tornar a academia aquilo que ela tem potência de se tornar: um território de encontro de raças que desterritorializa a raça para produzir uma terra academia de raças por vir. Um pesquisador que faz de sua pesquisa militância. Uma potência outra para militância para além do jargão dos negadores do conflito, que assim o fazem para que o *status quo* que os privilegia se mantenha. “A esquizoanálise, portanto, não esconde ser uma psicanálise política e social, uma análise militante: não porque generalizaria Édipo na cultura, o que se tem feito atualmente de maneira tão ridícula, mas, ao contrário, porque ela se propõe mostrar a existência de um investimento libidinal inconsciente da produção social histórica, distinto dos investimentos conscientes que coexistem com ele” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 135). Militância por um pensamento do fora da academia a perturbar esta interioridade acostuada a não ser incomodada por raças, um fora implicado com dentro. A manutenção de um fora por excelência, com risco do desejo de interiorização ou de subjetivação que só pode gerar esquizofrenia como entidade clínica. Um pensamento do fora como o de Yacob ou de Nego Bispo, que se denomina pensador orgânico, já que a pesquisa científica moderna se dispôs a dissecar e a produzir conhecimento sintético. Não uma desracialização alucinada e artificializada no vazio ao modo hegemônico do branco europeu amedrontado pelo negro consciencioso e mimético (risco possível, cara, gente branca). Neste sentido, parafraseando Deleuze em “Diferença e Repetição”, Identidade só pode ser mais um efeito da diferença e não seu representado. Aqui, Identidade não é oposição à diferença. É que existem Identidades que evoluíram de epistemicídios e necropolíticas: familismo e linhagem. Regimes pós-significantes que produzem paixões e consciência, ícones, subjetividade branca e subjetividade negra. Regimes significantes que produzem símbolos: Branco, Negro, Índio, Mulher, Gay, Esquerda, Direita. E existem identidades que afirmam involuções biopolíticas grávidas de biopotências, que só podem produzir feitiçarias epistêmicas, identidade que só

podem tender a desidentificações: quilombos, quilombos e cunhadismo. Regimes pré-significantes produtores de índices territoriais, Dagaras e Ndembu. Ou regimes contra-significantes produtores de alianças estratégicas e polêmicas: imbangalas e bandeirantes. Esquizoeducação é movimento de investimento em epistemes feiticeiras, de contágio sem sentido pré-determinado, lance de dados em variação. É biopolítica grávida de mais biopotências no combate ao necropoder e às necropolíticas fascistas de uma academia racista. É aposta em epistemologias que possam produzir possíveis outros da vida se fazer. A Academia em involução é academia branca em devir-negro e devir-índio, para que o Negro e o Índio, eles mesmos, se tornem outras coisas, e se livrem de suas agonias, lançando o Branco e Negro à desterritorialização. Esquizoeducação não é território racializado, é movimento de raças, que inflama raças na desterritorialização do Branco hegemônico. Desterritorialização que não deseja reterritorialização perversa na supremacia do Negro ou do Índio ressentido pelo ideal ascético secularizado. Esquizoeducação não é território, não deseja produzir território; esquizoeducação é movimento desterritorialização, diagramático, grávido de uma terra inteira de raças por vir. Faz questão em aliança com o corpoalíngua de Clarissa Alcântara: “‘quefazer’ com este saber?”.

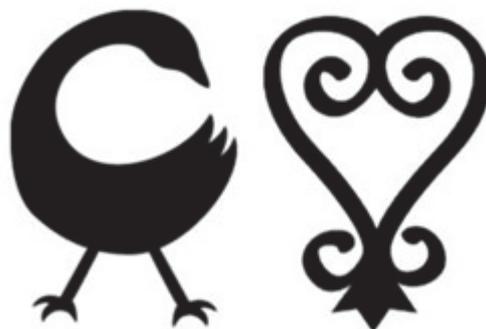
Involução – no-entre a evolução, para todos os lados, devir revolucionário.

Evolução – movimento que tende a um futuro, a um progresso, a um ideal, memória para o futuro.

Revolução – retorno ou revolver a volução no mesmo lugar.

Involução – não é falta de evolução, esta que é seu resto.

Figura 7 – Registro Adinkra - Sankofa (símbolo de resgate ao passado).



Do provérbio: Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi (Língua Axante, de um povo que vive em Gana). Tradução: Nunca é tarde para retornar e retomar o que ficou atrás. Fonte: SANKOFA 2011 (parte 1), com

Prof. Renato Noguera. Disponível em  
<https://www.youtube.com/watch?v=Ftr5VI4vIRs>.  
Acessado em 09 de set. de 2019. Imagem da internet.

#### 4 ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À IDENTIDADE – DEVIR MINORITÁRIO

O “penso, logo existo” disparou um possível que levou o homem a lugares antes inimagináveis. Conhecer o mundo era empreendimento para um Sujeito dotado de uma capacidade nata de pensar. A forma-Homem surgida depois disso internaliza forças do fora homem, na busca de torná-lo medida de tudo que há no mundo. Diferente do pensamento Clássico, que tinha o humano como coisa do mundo, ao qual não caberia criar nada. No mundo clássico, estava tudo criado, o homem diante da forma-Deus era apenas mais uma cópia imperfeita do Mundo Perfeito das Ideias. Com Descartes, a capacidade de conhecer o mundo é dotada de sentido e lhe exigia a criação de um Método que fosse capaz de levá-lo a conhecer a Verdade das coisas, a Essência primeira que ligava o mundo terreno – imperfeito – ao Mundo Perfeito das Ideias – do Céu. Para isso, era necessário que abdicasse de todas as sensações e confiasse apenas na sua Razão. Diferente das sensações, que possuía um caráter subjetivo e animalesco, a razão era a faculdade divina bem distribuída entre todos os humanos, disse Descartes deitado em sua cama com um animal na convalescença<sup>106</sup>. Mas ali, a forma-Deus ainda resistia às investidas do homem, pois já que não se podia provar a não existência de Deus, sua existência era comprovada. A Razão era capaz de ser objetiva, clara, conscientemente possível de ser transmitida de uma alma a outra. Era preciso, no entanto, criar uma medida para as coisas, para que daí partisse toda a referência de conhecimento ou o que seria o próprio Conhecimento. Num golpe, a Modernidade então é erigida diante à finitude do homem, abandonando o infinito da forma-Deus. A Biologia, a Economia e a Linguística se inventam como obra maior da forma-Homem deslumbrado, ao mesmo tempo, com sua capacidade de criação e amedrontado com sua compreensão da própria finitude<sup>107</sup>. O homem abandona a forma-Deus, e produz, enfim, a referência imperfeita para perfeição perdida de Deus. A forma-Homem diviniza o homem e sua ação se torna a determinante e medida para todas as coisas, a inflexão da História de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. A medida criada como referência foi o Branco Humano Homem

---

<sup>106</sup> Cf. DESCARTES, Rene. **Discurso do método**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

<sup>107</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. Sobre a morte do homem e o super-homem. In.: \_\_\_\_\_. **Foucault**. Trad. Claudia Sant’ Anna Martins. Revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Adulto Europeu cis Heterossexual Livre Urbano Monoteísta Escolarizado Ocidental Edipianizado. Guattari e Deleuze chamam atenção para a produção de um padrão que então será usado como medida de todas as coisas, na qual a figura do rosto de Cristo ganha forma branca, impondo como primeira desviança a raça. “Se o rosto é o Cristo, quer dizer o Homem branco médio qualquer, as primeiras desvianças, os primeiros desvios padrão são raciais: o homem amarelo, o homem negro, homens de segunda ou terceira categoria” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50). Tudo que escapava, escapou ou escapa a esse modelo é Falso, Erro ou Besteira e deve ser levado novamente ao modelo, para ser modificado ou destruído. O índio brasileiro, o bom selvagem, mais que virginal, de causar constrangimento a Adão e Eva no Paraíso<sup>108</sup>, era catequizado ou abatido; ou, catequizado e, por isso, exterminado. “Eles também serão inscritos no muro, distribuídos pelo buraco. Devem ser cristianizados, isto é, rostificados” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50). Os negros africanos, condenados pelos Povos Antigos, descendentes de Cã – filho de Noé que zombara do corpo nu de seu pai – desgraçados para a toda Eternidade. Se não podemos dizer que foi o Branco Europeu que inventou o racismo, foi ele quem o levou às últimas consequências produzindo o desejo de sua própria morte, a perseguição nazifascista. Adoecimento da Identidade, Paixão pela interioridade desmedida, desterritorialização absoluta negativa, mergulho no buraco negro.

Como exercício de resistência, aqueles racializados pelo modelo opressor, fazem da Identidade, que é imposta como aparelho de Estado, uma Máquina de Guerra. “Eis que seria necessário, instalar-se sobre um estrato...” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 27). O Orgulho Gay, a Marcha das Vadias, o Feminismo, O Dia da Consciência Negra, A Voz do Morro, *#somosTodosGuaraniKaiowa* miram a Identidade, mas liberam outros devires. “... experimentar as oportunidades que eles nos oferecem, buscar aí um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fugas possíveis... (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 27). Dizer “orgulho hétero”, “dia do branco” não funciona do mesmo modo que afirmar “sou índio negro favelado morto pela polícia a cada minuto”. Mas há outros perigos, Guattari e

---

<sup>108</sup> “Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha”. Assim disse Pero Vaz de Caminha ao escrever ao Rei Dom Manuel a respeito dos nativos encontrados no que viria ser o Brasil. Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA. A carta de Pero Vaz de Caminha, p. 14. Disponível em [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). Acessado em 12 de fev. de 2020.

Deleuze alertam que movimentos conscientes revolucionários podem esconder movimentos com inconsciente reacionário, conformidade com a classe dominante: dizer sou branco e pertença à raça superior; ou sou negro e pertença à raça superior trata-se da mesma política, imposição de um significante ou subjetivação – e isso amedronta os Brancos atuais. Na diferença disso, afirmar-se negro, índio, favelado, animal, mulher, criança, transvestigenero, sem querer se impor como métrica ou modelo de “raça superior” é continuar na relação que denuncia as opressões e que libera linhas de fuga. É investir num movimento revolucionário inconsciente. O movimento consciente é Identidade, responde de acordo com a classe dominante – ou responde à luta de classes imposta pela classe dominante. Opera por Semelhança, Analogia, Igualdade, Mesmo<sup>109</sup>. Assim, a Ditadura do Proletariado para combater a Ditadura da Burguesia ou o sonho de todo colonizado de tomar o lugar do colono, como mapeou Frantz Fanon ou Robert Kurz, é, a priori, o mesmo processo. No entanto, o movimento inconsciente continua revolucionário ao não desejar se impor como raça superior. “Não, não sou dos vossos, sou exterior e o desterritorializado, sou desde sempre de raça inferior...sou um animal, um negro”<sup>110</sup>. Desterritorialização da relação de opressão e disparo de novas linhas de criação.

Afirmar-se negro ou mulher ou índio em nossa sociedade pode não ser apenas produção de um símbolo (significante) ou ícone (subjetivo) para Negro, Mulher ou Índio. Nem tampouco precisa ser o desejo de substituir o modelo Homem Branco cis Heterossexual por Outro e daí derivar outras Identidades. Afirmar-se negro no nosso território racial e racista é antes um devir, um movimento de diáspora, de desterritorialização, vagando pelo mundo desterritorializado, arrastando raças e continentes pela Terra inteira. “Explicou que a Terra – a Desterritorializada, a Glaciária, a Molécula gigante – era um corpo sem órgãos. Esse corpo sem órgãos era atravessado por matérias instáveis não formadas, fluxos em todos os sentidos, intensidades livres ou singularidades nômades, partículas loucas ou transitórias” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 70). Devir negro não é buscar uma origem, uma semelhança com o povo perdido do continente africano 1000, 2000, 3000 anos atrás. Nem se submeter a um teste clínico de análise de DNA. Devir não é imitar, não é se identificar a uma forma, é

---

<sup>109</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição** /.2. ed. São Paulo: Graal, 2006.

<sup>110</sup> Trecho destacado da obra de Rimbaud n'O anti-Édipo (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 144).

“fluxos em todos os sentidos”, “singularidades nômades”; é mover-se, pôr a forma em movimento sobre o corpo sem órgãos da Terra que é produção de mais corpo sem órgãos. Devir negro é fazer variar, por em variação o bloco de raças. Devir negro é pôr na forma Branco “partículas loucas”, “intensidades livres” que lançam a forma Branco em desterritorialização. “O pensador não é acéfalo, afásico, ou analfabeto, mas ele se torna. Ele se torna índio, não para de se tornar, talvez para que o índio que é índio se torne ele mesmo outra coisa e se livre de sua agonia” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 141-142.). O pensador branco não tem uma alternativa senão tornar-se negro, não parar de se tornar, talvez para que o negro que é negro se torne ele mesmo outra coisa e se livre de sua agonia. “De certa maneira, é preciso começar pelo fim: todos os devires já são moleculares. E que devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. Tampouco é proporcionar relações formais. Nenhuma dessas duas figuras de analogia convém ao devir, nem a imitação de um sujeito, nem a proporcionalidade de uma forma. Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2012, p. 67). Devir negro não é, pois, imitar uma forma Negro perdida, escravizado ou divino do continente africano. Nem fazer como a Rainha Nzinga ou Zumbi dos Palmares. Devir-negro é movimento de desforma do Branco-Europeu que se torna negro para que o negro, ele mesmo, se livre de sua agonia. Devir-negro com, fazendo junto de Nzinga, Zumbi, Aqualtune, Dandara, Anastácia, Malcon X, Luther King, Mandela, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Dona Petrina, Giane Almeida, Rita Batista... Reconhecer os lugares e o funcionamento dos privilégios que uma forma Branca tem numa sociedade em que o branco europeu é a medida. Devir-negro, devir-índio, devir-mulher não é impor uma forma; é problematizar e denunciar formas excludentes, mortíferas que nos são impostas. É denunciar o epistemicídio junto a Sueli Carneiro e Djamilia Ribeiro<sup>111</sup>; desemaranhar os fios de atuação das necropolíticas como provocam o filósofo Paul Beatriz Preciado – que já foi mulher lésbica e hoje investiga os possíveis ao abandonar o binarismo de gênero – em aliança com o pesquisador camaronês Achille

---

<sup>111</sup> RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

Mbembe que denuncia as necropolíticas de Estado<sup>112</sup> que decide quem deve viver e quem deve morrer. Um devir-trans do corpo que arrasta heteronormatividade, Homens e Mulheres, para outra terra sexualidade e gênero por vir; um devir-negro que arrasta racialização, Brancos e Negros, para outra terra raça por vir.

É que mais que movimento consciente de imposição de uma forma, há aí um inconsciente revolucionário que é coletivo, um disparar de “fluxos capazes de destruir todas as segregações e todas as suas aplicações edipianas, capazes de alucinar a história, de delirar as raças, de inflamar os continentes” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 144). A discussão das cotas raciais no Brasil fez com que as cotas sociais e de gênero tomassem corpo nos sistemas de seleção de ingresso em vestibulares. Giane Elisa Sales de Almeida convida a novas conexões em mesa de debate com outras mulheres negras<sup>113</sup>, a base da pirâmide da economia brasileira, ao dizer “quando uma sobe puxa outra irmã”. Não se trata de uma ancestralidade familista edipianizada dos negros de África. Irmãs sem sexo definido. Irmãs feitas no entre relações, sem pai, nem mãe; irmãs geradas de *máquinas cronógenas* (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 378)<sup>114</sup>, do devir-negro que devém favelado, que devém escola pública no combate ao embranquecimento violento e histórico do Ensino Superior brasileiro. Alianças fruto do Desejo de produzir novos corpos e novas expressões. Mulher negra que só pode ser irmã da mulher trans, que luta para ter direito ao uso do nome social e do banheiro; irmã do estudante branco morador da favela da Maré que passa quatro horas diárias no transporte coletivo urbano para

---

<sup>112</sup> MBEMBE, Achille. Necropolítica. In.: *Arte e Ensaios*, n. 32, 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acessado em 24/09/2018.

<sup>113</sup> Mesa de debate “Negras Mulheres: Poder, [R]existência Frente a Velhos Ataques” com Suelaine Carneiro, Giane Elisa Sales de Almeida e Fernanda do Nascimento Thomaz, da V Jornada de Ciências Sociais UFJF, acontecido em 15 de setembro de 2017.

<sup>114</sup> “Eis o que são as máquinas desejanter: são máquinas formativas, em que até as próprias falhas são funcionais, e cujo funcionamento é indiscernível da formação; são máquinas cronógenas que se confundem com sua própria montagem, que operam por ligações não localizáveis e por localizações dispersas, fazendo intervir processos de temporalização, formações em fragmentos e peças destacadas, com mais-valia de código, e em que o próprio todo é produzido ao lado das partes, como uma parte à parte, ou, segundo Butler, ‘num outro departamento’ que o assenta nas outras partes; são máquinas propriamente ditas, porque procedem por cortes e fluxos, ondas associadas e partículas, fluxos associativos e objetos parciais, induzindo sempre à distância conexões transversais, disjunções inclusivas, conjunções plurívocas, produzindo assim extrações, desligamentos e restos, com transferência de individualidade numa esquizogênese generalizada cujos elementos são os fluxos-esquizes” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 378).

frequentar como bolsista a PUC-Rio na Gávea, Zona Sul do Rio de Janeiro; alianças fraternas antifamilistas.

É perigo sempre que o movimento em devir se retenha numa Forma. É que o aparelho de Estado de identificação torna as máquinas técnicas de classificação mais apuradas e as máquinas sociais funcionais de gênero aguçadas – brinquedo de menina, brinquedo de menino, “meninas vestem rosa, meninos vestem azul”. Menina trans só pode fazer coisa de Menina; menino trans só pode fazer coisa de Menino. Um movimento que tem forma consciência revolucionária pode guardar em si um movimento inconsciente fascista, reacionário. No filme “Tudo sobre minha mãe”<sup>115</sup>, de Pedro Almodóvar, a personagem principal narra um caso de uma mulher transexual que inicia o processo de transexualização implantando próteses mamárias. Sua esposa, do casamento quando ainda se identificava com o gênero masculino, mantém-se na nova relação conjugal. O casal abre um bar numa região costeira e, enquanto a mulher trans exhibe seu corpo num fio dental e mantém relações sexuais extraconjugais, ela reprime violentamente a sua companheira cis, impedindo-a de vestir qualquer roupa de banho. Um movimento revolucionário de transição de gênero que não deixa escapar a forma mulher submissa à antiga forma de opressão, questão de Desejo e, por isso, de inconsciente. Outro perigo é ainda possível, embora mais raro. Pode acontecer que “um investimento revolucionário no nível do desejo inconsciente, coexista com um investimento reacionário conforme a um interesse consciente” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 144). Lembremos de Sérgio Nascimento Camargo, Presidente da Fundação Palmares, que fora acusado de negro “racista” e “Capitão do Mato”. Em sua defesa, ele apresenta uma foto de Gilberto Gil com a neta, que tem biotipo branco. Na postagem no twitter compartilhada por Nascimento, é possível ver respostas de pessoas negras atacando Gilberto Gil, que também é negro, com expressões do tipo “que nojo, desculpa” ou “muito triste”, por Gil se relacionar com pessoas brancas ou de pele clara como sua neta. Nascimento argumenta que a garota está sendo vítima de racismo dos negros “que na visão doentia e criminosa deles [negros] cometeu o erro de nascer branca” (sic). As publicações que se dispuseram a problematizar o caso argumentaram que o racismo de negros contra brancos não é possível, já que o negro é uma minoria política no Brasil. No entanto, o que Sergio Nascimento dá a ver sem se dar conta,

---

<sup>115</sup> **TUDO SOBRE MINHA MÃE.** Direção de Pedro Almodóvar. Espanha, França: 1999. 1 vídeo (101 min).

inconscientemente, não é o ataque racista de negros contra brancos, mas um dos efeitos do racismo à brasileira que produz uma ação reacionária de alguns grupos de militantes negros que atacam relações inter-raciais. É corriqueiro os ataques sofridos por Gilberto Gil e outras famosas negras que se relacionam com pessoas brancas, usando para isso o conceito de relacionamento afrocentrado. Para os homens negros, em especial, é usado o termo pejorativo “palmitagem”<sup>116</sup>. No entanto, é preciso mapear com atenção o alvo dos ataques na luta antirracismo: o significante Branco que produz o racismo e faz com que mulheres negras sejam preteridas nos relacionamentos afetivo-sexuais, inclusive por homens negros; o significante Branco que produz discriminação, hierarquização familiar ou sofrimento em crianças negras frutos de casamentos inter-raciais. E não pessoas negras que conseguem formar laços afetivos inter-raciais numa sociedade essencial e estruturalmente racista. Sabemos que os gostos são produzidos por arranjos sociais, por uma subjetividade coletiva, por Desejo e, por isso, a esquizoeducação é uma análise de desejos, inclusive aqueles para os quais somos educados. No entanto, a luta antirracismo não terá êxito no combate à criminosa discriminação se continuar a preferir atacar corpos negros, como fazem os racistas, e não a política e o Ideal da branquitude.

Trabalhos como o “Famílias inter-raciais – tensões entre cor e amor” (2018), de Lia Vainer Schucman fazem um mapeamento de relações inter-raciais junto a algumas famílias brasileiras. É verdade que o início da colonização brasileira foi marcado por violências sexuais, estupros cometidos por homens brancos contra mulheres índias e negras, os quais foram romantizados por intelectuais como Gilberto Freyre<sup>117</sup>. Todavia, é verdade também que as relações inter-raciais se tornaram, ao longo da resistência afropindorâmica, potentes alianças de combate à exploração escravista e à discriminação

---

<sup>116</sup> O termo palmitagem está relacionado a discussão cara da “solidão da mulher negra”, aspecto observado pela membra da banca, Dra. Rachel Aguiar. Socialmente, mulheres negras são as mais preteridas nos relacionamentos afetivo-sexuais. São vítimas do racismo produzido por pessoas brancas e do reproduzido por pessoas negras, que as veem como corpos sexualmente atrativos, porém não dignos de afetos socialmente mais nobres, como o amor. Desse modo, homens negros que preferem se relacionar oficialmente com mulheres brancas e reproduzem o racismo do branco, são chamados “palmitinhos”, expressão que faz alusão ao palmito que é branco. Para ver mais: **GELEDÉS**. Como palmitinhos nascem, uma reflexão de quem sempre palmitou. Disponível em <https://www.geledes.org.br/como-palmitinhos-nascem-uma-reflexao-de-quem-sempre-palmitou/>. Acessado em 13 de abr. de 2021.

<sup>117</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Global, 2006.

racista, como no Quilombo dos Palmares. “Os efeitos da ideologia do embranquecimento e o fato de os estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e à raça negra fizeram com que os brasileiros mestiços e grande parte da população com ascendência africana, de maneira geral, não se classificassem como negros, gerando um grande número de denominações para designar as cores dos não brancos, como moreno, pessoas de cor, marrom, escurinho etc. Portanto, essa forma de classificação não raramente eliminou a identificação dos mestiços com a negritude e fez com que estes não se classificassem como negros, bem como contribuiu para que permanecessem intactas todas as estereotípias e representações negativas dos negros” (SCHUCMAN, 2018, p. 43). Schucman percebe em sua pesquisa, assim como Neusa Santos Souza percebeu em seu trabalho “Tornar-se negro” (1983), que a estrutura do racismo age dentro das famílias inter-raciais geralmente como forma de repressão quando, por exemplo, a mãe branca repreende o filho ou a filha usando a racialização negra<sup>118</sup>. Mas ao mesmo tempo, mostra como é através do afeto que se supera em parte o racismo (embora amar, em alguns casos, seja tornar o negro, branco) como expressa o título do capítulo de Lia “Minha mãe pintou meu pai de branco”. Schucman cita o trabalho “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil” do antropólogo brasileiro e congolês, negro, Kabengele Munanga, que teve sua primeira edição lançada em 2006 e que problematiza o território do mestiço no Brasil, seu potencial de desterritorialização. Ora o mestiço é vítima do racismo, dada as relações em que é posto; ora tem vantagens de não ser reconhecido como negro, embora nunca tenha o privilégio de ser confundido com um Branco. Na diferença de alguns movimentos negros que denunciam como privilégio a posição do mestiço, Munanga defende que este “o mesmo e o diferente”, esta indefinição social proposital, diferente do regime de *apartheid* estadunidense declarado, contribui para a perpetuação do racismo à brasileira. “Esta indefinição social... conjugada com o ideário do branqueamento, dificulta tanto a sua identidade

---

<sup>118</sup> Aqui trazemos a contribuição da membra da banca e também cineasta, Dra. Rachel Aguiar, ao citar o longa-metragem “Uma noite em Miami” (2021), dirigido pela premiada atriz negra estadunidense, Regina King. O filme se desenrola numa noite de 1964, quando quatro amigos afro-estadunidenses muito importantes se encontram após a vitória do boxeador Cassius Clay (reconhecido como Mohammad Ali). Além de Ali, estão presentes o ativista Malcom X, o cantor e lenda do Soul Sam Cooke e o jogador de futebol americano, Jim Brown. O enredo oferece uma interessante problematização acerca do tornar-se negro numa sociedade institucionalmente racista.

como mestiço, quanto a sua opção de identidade negra. A sua opção fica hipoteticamente adiada, pois espera, um dia ser ‘branco’, pela ‘miscigenação’ (MUNANGA, 2006, p. 140 apud SCHCMAN, 2018, p. 43). É preciso desse modo pensar que política de branqueamento é esta e como ela opera. Às vezes cooptando homens negros e negras retintas para endossar posições racistas e essencialistas; às vezes fazendo com que negros retintos ataquem outros negros retintos ou negros de pele clara, atualizando a violência colonial de um colonizado contra o outro, como alertou Fanon; ou às vezes ainda promovendo linchamentos virtuais de corpos negros, atualizando os linchamentos históricos permitidos em lei durante a escravidão. Sergio Nascimento, desse modo, ao agir consciente na defesa de um suposto racismo reverso, na verdade, se alia a um inconsciente revolucionário da luta antirracismo, denunciando os efeitos nefastos na psique e na produção de corpo negro na sociedade brasileira. Continuar a atacar corpos negros e sua descendência tem ajudado a manter a supremacia racial no Brasil, na qual colonizado trata de impotencializar colonizado, enquanto a política do branqueamento e, sobretudo, o grande significante Branco se mantém no Poder, seja no corpo social, sejam as mentes das pessoas.

A cartografia singular de Munanga dá a ver as sobrecodificações e as desterritorializações promovidas pelo elemento mestiço no racismo à brasileira. Sergio Nascimento, inclusive, ataca os movimentos de “esquerda” dizendo que, no Brasil, não há racismo como nos EUA, baseado numa política de pureza racial, fundamentada na origem hereditária, a chamada “regra da gota de sangue” (*one-drope rule*). O que de fato, é verdade. No entanto, o racismo que há lá, opera também aqui, mas com cores, corpos e mentes muito específicos – agenciamento de corpo e expressão específicos.

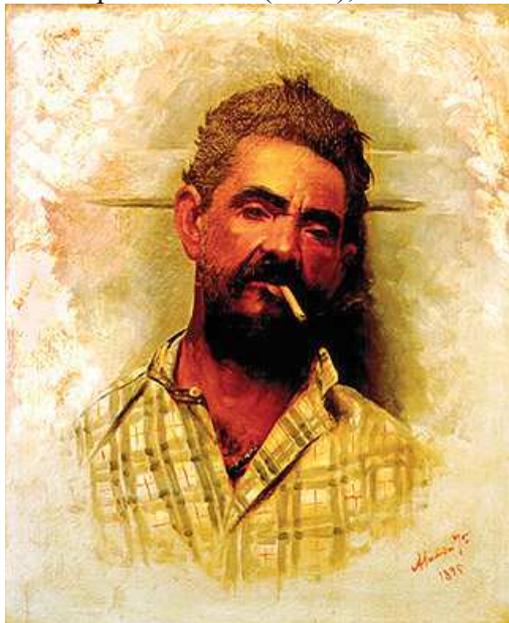
Como vimos, desde a chegada do primeiro homem europeu branco a Pindorama, a relação entre nativos e estrangeiros se deu por meio de alianças distintas para políticas distintas. Índios se aliaram a jesuítas e portugueses brancos mercenários para fundar São Paulo. Índios se aliaram a outros índios e a franceses na Confederação dos Tamoios em resistência à ocupação portuguesa. Munanga dá a ver que o elemento mestiço no Brasil funcionava politicamente de modos muitos distintos, produzindo mais diferença. O caboclo – derivado do termo da língua Tupi *kareuóka* que significa “cor de cobre” – fruto da união inter-racial entre branco e índio, durante algum tempo foi preferido à união entre brancos e negros e pode funcionar como sinônimo de caipira que vem de outro termo do Tupi *ka'apirou'kaa* – que significa "cortador de mato". A partir disso, dá para produzir um entendimento acerca da razão que levou o atual governo a fazer um

encontro com artistas sertanejos, que também pode ser sinônimo de caipira, numa reedição do projeto de branqueamento do Brasil em contra posição aos ataques ao funk. Figuras da intelectualidade brasileira dita moderna, como Euclides da Cunha, advogavam em favor das uniões entre brancos e índios. Lembremos também que o movimento artístico brasileiro aos moldes do Romantismo, um movimento nacionalista, tinha como ideal a união entre índios e brancos como mito de fundação do Brasil, como a obra “Iracema” (1865) de José de Alencar. Acreditava que, embora menos inteligentes que os mulatos, os caboclos eram mais dóceis e ingênuos, como a figura imortalizada por Monteiro Lobato, do Jeca Tatu.

Aqui valeria uma outra observação do quadro “A redenção de Cam”, de Modesto Brocos, já apresentado neste trabalho. Muitos críticos de arte dizem que seria impossível dizer que a obra tem um cunho racista, embora Brocos nunca tenha se mostrado publicamente contrário ao uso de sua obra pelos eugenistas. Pior, se compararmos a produção iconográfica da época de Brocos, poderemos ficar ainda mais assustados com o possível que se pintava. Ao analisarmos obras de outro autor contemporâneo dele, Almeida Júnior (1850-1899), o qual segundo críticos de arte se tornou referência para os trabalhos de Brocos no Brasil, podemos pôr em questão os elementos tidos como brancos no famoso quadro do pintor espanhol. Almeida Júnior é reconhecido por pintar a vida do interior de São Paulo, realizando muitas obras com títulos, muitas vezes, com termos “caipira” e “caboclo”. Ao olharmos seus trabalhos e compararmos com o de Brocos, vemos que o homem que é considerado como elemento Branco no quadro em “A redenção de Cam” pode ser interpretado, na verdade, como um caboclo ou um caipira, uma pessoa nascida de uma relação inter-racial, entre um índio e um branco. Ao observarmos com cuidado o quadro de Brocos, podemos notar que a pessoa mais branca retrata é a criança, nascida da relação inter-racial entre uma “mulata” e um “caboclo”. É no mínimo estranho que pesquisadores que investigam o mito da democracia racial no Brasil possam se contentar que a política de branqueamento do Estado seria baseada na boa vontade dos Brancos de se relacionarem com mestiços. O que Munanga atenta é que mesmo entre os ditos mestiços havia uma hierarquização baseada no elemento branco, e óbvio, criado e perpetuado pelos Brancos. Os mestiços brasileiros foram então incentivados a se relacionarem com pessoas com características mais brancas possíveis, fossem elas físicas, materiais, simbólicas ou subjetivas. Assim, deste a cor da pele à textura do cabelo, como a posse de bens ou a profissão de fé ou ritos culturais foram postos como balizadores ideais nas relações que

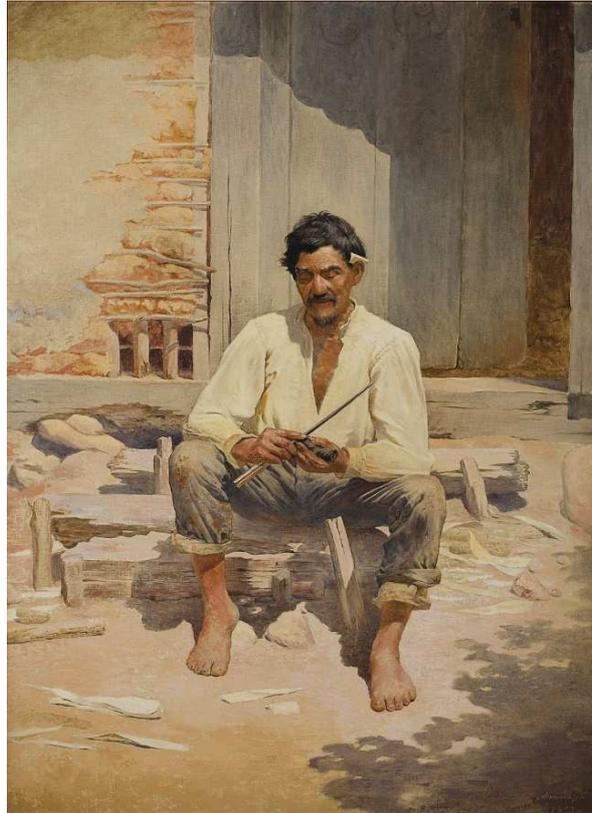
pretendiam o branqueamento da população brasileira. E claro, ao Branco, foi reservado o seu lugar de puro e incentivado o máximo possível de distanciamento de outras ditas raças degeneradas, mestiças. Basta ver a configuração e a ocupação dos espaços de poder no Brasil, que está longe de ser um espaço configurado pela mestiçagem.

Figura 8 – Caipira Pitando (1895), de Almeida Júnior.



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, internet.

Figura 9 – Caipira picando fumo (1893), de Almeida Júnior



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, internet.

O que houve foi uma imposição de uma política do branqueamento, na qual o elemento mais indesejado era o Negro e o mais evoluído era o Branco (sendo que a este sempre foi interdito as relações inter-raciais). Um pouco diferente do ocorrido nos EUA, que estatizou deliberadamente a segregação racial num agenciamento de corpo – e que mesmo assim não impediu uniões inter-raciais – aqui no Brasil, o essencialismo racial foi praticado de modo que fosse condenado qualquer tipo de mestiçagem simbólica ou subjetiva, na qual a raça negra era definida como a mais inferior. A segregação racial no Brasil funcionou mais como um agenciamento de expressão, embora seja impossível não se falar de corpo. Ao mesmo tempo, foram incentivadas uniões inter-raciais de negros ou índios com pessoas mestiças com mais elementos brancos possíveis, para aprimorar a raça nacional e provar o mito da “democracia racial”. O elemento da purificação de todas as degenerescências raciais era o Branco, enquanto índios eram preguiçosos e negros violentos e trapaceiros<sup>119</sup>. Podemos notar inclusive que o termo usado para a descendência das uniões inter-raciais entre negros e

---

<sup>119</sup> Cf. MUNANGA, Kabengele. **Redescutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

brancos, o mulato, deriva do híbrido animal mula, fruto do cruzamento entre um asno e uma égua, gerando uma descendência infértil e o que relaciona diretamente este tipo de corpo à animalização e a desumanização. Sergio Nascimento desse modo, fazendo uso de sua consciência de classe, libera um possível inconsciente revolucionário, que denuncia o desejo de essencialização de movimentos que combatem o racismo.

Munanga cita, em seu livro, a introdução que escreveu para a obra de outra pesquisadora, Eneida Almeida dos Reis, “Mulato: negro-não-negro e/ou branco-não-branco” (2002), argumentando contra os ataques que recebe de racistas que condenam as políticas de cota e o modo de avaliação das bancas de heteroidentificação, acusadas de “tribunais raciais”. Munanga tenta explicar para quem não quer entender. Ele possui uma paciência sábia, pouco comum entre os intelectuais brancos no Brasil que se dispõem a pensar racismo. Reproduzo, aqui, para continuar na tentativa de educação dos brancos. “Aqui está o dilema da construção da identidade dos ‘mulatos’. Teoricamente, eles têm três opções: optar pela identidade de um dos grupos; construir a sua identidade mestiça; ficar perdidos sem nenhuma opção. No entanto, a prática social tem demonstrado que mesmo se o desejassem e o quisessem, eles não seriam vistos totalmente como brancos ou como negros. Ou seja, a opção pela identidade do ‘branco’ não lhes seria totalmente franqueada, pois a mestiçagem constituiu uma ameaça à identidade daqueles que ainda acreditam na ‘pureza racial’. Visto deste ângulo, não são raras as situações de competição em que os indivíduos ‘mulatos’ deixam ser chamados de ‘doutores’ para se tornarem ‘negrinhos’ e ‘negrinhas’ metidos (as). Também não são poucos os depoimentos de jovens mestiços (as) discriminados (as) por negros (as) em alguns contextos. Construir uma identidade ‘mestiça’ ou ‘mulata’, que incluiria ‘um’ e ‘outro’ ou excluiria ‘um’ e ‘outro’, é considerado por mestiços (as) conscientes e politicamente mobilizados (as) como uma aberração política e ideológica, pois supõe uma atitude de indiferença e de neutralidade perante o processo de construção de uma sociedade democrática, na qual o exercício de plena cidadania, a busca de igualdade e o respeito às diferenças constituem tributos fundamentais” (MUNANGA, 2002, p. 19-21 apud MUNANGA, 2019, posição 1916 e-book Kindle). O Branco sempre buscou modos de não ter sua supremacia racial questionada, seja produzindo Negros ou Índios, seja, ainda, produzindo pardos, mulatos, caboclos, mestiços. E até mesmo hierarquizando a própria branquitude, como mapeia o trabalho de Schucman (2014) com seus encardidos abaixo dos Brancos e dos Branquíssimos. Se alguns movimentos negros usam do essencialismo ensinado pelos Brancos para, às vezes, atacar mestiços,

como aponta Munanga e questiona Sergio Nascimento em sua crítica à esquerda “racista”, é preciso também entender como a política de branqueamento captura mestiços ou negros retintos para endossar políticas de supremacia racial branca. Pois a questão é como se agencia a expressão e o conteúdo na produção de um corpo racial em nossa sociedade? O fenótipo retinto não é o único recurso. Não se trata apenas de conscientizar, trata-se de mapear como é produzido um inconsciente racial ou racista. Sergio Nascimento nega o racismo ao apostar no esforço pessoal e no trabalho do indivíduo para a superação das desigualdades em nossa sociedade, sem considerar que a racialização vai também determinar o esforço e o acesso de cada corpo aos bens sociais, muito antes do interesse consciente da aposta no mérito individual. Porém, ao negar que existe racismo no Brasil, ou privilégio para um grupo Branco do Poder, Sergio Nascimento, sendo negro retinto, acaba se tornando um ótimo aliado para a branquitude, recebendo uma compensação pelo seu trabalho. No entanto, numa sociedade fundamentada no racismo, seu corpo nunca passará despercebido pelos processos de identificação da norma branca. Aliás, é necessário que ele se assuma negro e negue o racismo para que seu papel na aliança racista seja pactuado. Desse modo, ele não é aliado na luta antirracismo, mas também não pode ser alvo privilegiado dos movimentos antirracismo. Pois, os donos do Poder continuam Brancos.

É preciso também chamar atenção para outro aspecto das políticas de mestiçagem, o colorismo. Num sistema racista como no Brasil, fruto de encontro de várias raças socialmente construídas por uma multiplicidade de expressões e corpos na diferença, a aproximação ao padrão Branco às vezes é recompensada. Negros de pele mais clara, com traços que não são considerados negroides como espessura do nariz ou textura do cabelo podem receber alguma vantagem numa sociedade que deseja se tornar Branca. E isto não é especificidade do racismo à brasileira. Mesmo nos EUA em que a segregação racial foi lei e a união de pessoas negras e brancas foi duramente perseguida, assim como a determinação de quem é negro feita pela lei da “gota de sangue”, não é raro situações em que o colorismo pode ser fator decisivo, expresso em acesso a lugares a que uma pessoa retinta, nas mesmas condições socioeconômicas ou de formação, não teria. O pai da cantora negra, ícone do Pop mundial, Beyoncé, Mathew Knowles,

afirmou com certeza que se a filha fosse retinta, isto afetaria o seu sucesso<sup>120</sup>. Exemplos de como o colorismo afeta as relações raciais estadunidenses é corriqueiro em obras audiovisuais de lá, como a série satírica da Netflix, celebrada pela comunidade negra, “Cara Gente Branca” (2017). A obra retrata os conflitos raciais e os dilemas vividos por estudantes numa instituição de Ensino Superior estadunidense. O nome da série é expressão usada pela protagonista Samantha White (vivida pela atriz Logan Browning) que dirige um programa de rádio, e que intensifica sua luta política negra depois que atos racistas são cometidos dentro do campus universitário. Num dos episódios, a personagem Coco Connors (vivida pela atriz Antoinette Robertson), que é negra retinta, depois de ser chamada atenção acerca de seus comportamentos políticos questionáveis e individualistas, lembra a Samantha, uma negra com pele mais clara e olhos verdes, filha de um casamento inter-racial, as vantagens que isso lhe dá numa sociedade estriada e determinada pelo significante Branco. Se o racismo no Brasil e nos EUA tem lá suas diferenças, o que não parece mudar é o padrão, o modelo Branco, a política hegemônica da branquitude. Lá e cá, se o corpo mestiço tem dificuldades de se pôr em sociedade e se ele pode às vezes ter vantagens em relação ao negro retinto, lá e cá, a política que se mostra mais eficaz é a do reconhecimento de algumas vantagens. Sobretudo, mostra como é urgente a aliança antirracismo na luta contra o significante Branco que, como Schucman (2014) demonstra, nunca tem dúvidas de quem é essencialmente Branco. Como Munanga aponta, bastar ver quem são as pessoas que nos governam, aquelas que estão no Poder, a maioria de juízas, de professoras e pesquisadoras universitárias, médicas, advogadas, grandes empresárias, as ricas, as bilionárias no Brasil para ver que a negra, na sua expressão preta ou parda, está totalmente sub-representada. E óbvio, o significante Branco sabe muito bem usar corpos negros para justificar sua política de segregação, como tem acontecido no governo atual. Desse modo, é importante mapear os corpos e as expressões que se agenciam na maquinaria da produção de raça ou de racismo, na constituição de uma máquina de guerra racial no combate ao aparelho de Estado racista.

Da plateia da mesa de mulheres negras vem uma voz: um corpo negro que não é reconhecido pela Forma Branca; um corpo negro que não é reconhecido pela Forma Negro *Black Power*: dupla exclusão do Mesmo. O processo identitário de interesse da

---

<sup>120</sup> Cf. **NOTÍCIA PRETA**. Pai de Beyoncé diz que se cantora fosse negra retinta teria afetado o sucesso dela. Disponível em <https://noticiapreta.com.br/pai-de-beyonce-diz-que-se-cantora-fose-negra-retinta-teria-afetado-o-sucesso-dela/>. Acessado em 17 de fev. 2020.

classe Branca é elevado à enésima potência. Perigo. Giane Almeida aconselha “diga ao irmão, pare de branquice”. Um regime significantemente Branco que tem desterritorializada uma política de subjetividade da branquitude, dispara uma linha que, seguida, se reterritorializa em outro ponto, na subjetividade da negritude black power. É necessário fazer parar ou desarranjar ainda mais as necropolíticas, os epistemicídios que tendem a se reproduzir nos movimentos e brechar o devir-revolucionário. É que o corpo negro põe em devir todas as formas de corpo. O trans põe em devir todas as formas de corpo gênero, "mulher de peito e pau/e o seu conceito não me abala/ eu sou favela, aceita o brilho da senzala. Eu sou favela, o brilho da senzala" como canta de sua *Senzala* (2018) a artista Carol Vieira, mais conhecida como Mc Xuxu, mulher trans de peito e pau<sup>121</sup>. Assumir uma forma Negro em oposição a forma Branco ainda é investir na política binária do racismo. Assumir a transição do que se classifica hegemonicamente como um corpo Masculino para um corpo Feminino, ou que socialmente é aceito como tal, não desfaz o caráter fascista do binarismo cis-heterossexual. Eis o desafio.

Wenderson Marcelino, capoeirista, MC em improvisação, *manda a real* em encontro com mulheres negras num conjunto habitacional fruto do Programa Minha Casa Minha Vida, do bairro Parque das Águas, periferia de Juiz de Fora: empoderar. E continua: empoderar não é tomar o poder para si, empoderar é dar poder a outro, sobretudo um outro de si mesmo, ainda não inventado. Dessubjetivar-se. Desterritorializar Eu, “fluxos em todos os sentidos”. Não se trata de tomar o Poder. O negro empoderado em sua cota, empodera o excluído econômico e ou o excluído pelo gênero. Empoderamento negro não é ocupar o lugar de Poder, não é tornar-se forma de Poder, é potencializar disputas, liberar fluxos, desterritorializar privilégios Brancos, desnaturalizar formas de opressão, dessubjetivar Identidades para que ainda outras individuações e hecceidades sejam possíveis, vida! “Um pouco de possível senão eu sufoco”. Empoderamento negro é devir-negro, é tornar-se negro para que o negro possa tornar-se, ele mesmo, outra coisa junto a tantos outros excluídas. Empoderar negros não é subjugar brancos, é antes, denunciar as necropolíticas que fazem vítimas brancos e

---

<sup>121</sup> *Senzala* (2018) é o último CD lançado pela transexual Carol Vieira, conhecida artisticamente como MC Xuxu, de forma totalmente independente e presente em todas as plataformas digitais. E que traz em seu repertório músicas que exaltam a luta, a resistência e a criação de transexuais negras nas periferias do Brasil.

negros, como lembra Achille Mbembe e Jessé Souza, mas que tem como alvo preferido o corpo negro.

De 1980 vêm os escritos da ensaísta, antropóloga, em esquizoeducação, Lélia Gonzales, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”<sup>122</sup>, no qual usa a psicanálise de Freud e Lacan para denunciar a doença da cultura brasileira. “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALES, 1984, p. 224). Neste artigo revelador, ela traz situações em que o negro é vítima de discriminação e ainda é capaz de se sentir culpado pelo racismo. Como quando um grupo de negros é convidado a participar de um lançamento de um livro a respeito de negros e escrito por brancos, mas não é convidado a falar. No momento em que uma mulher negra se incomoda e decide denunciar agressões sofridas durante o próprio evento, uma grande confusão entre os convidados acontece levando ao fim a festa. A mulher negra denunciante é culpabilizada pelo ocorrido, inclusive pelas outras pessoas negras presentes.

Gonzalez faz um interessante recorte das formas que a mulher negra tomou na escravidão: as mucamas – negras que viviam na Casa Grande, responsáveis pelos cuidados da casa, comida e que também eram exploradas como parceiras sexuais; e as bá’s – mulheres negras que assumiam o cuidado dos filhos dos senhores e senhoras brancas, dando-lhes de mamar, contando-lhes suas histórias ancestrais, responsáveis pelos primeiros cuidados educacionais da criança, tais como cuidado com a higiene e aprendizagem das primeiras palavras e passos. Este corpo negro feminino na Casa Grande criou fluxos que eram difíceis de serem estancados e que ainda hoje têm reverberações na forma mitológica com a qual o corpo das mulheres negras em nossa sociedade é tratado.

Figura 10 – Mãe Preta (1912), de Lucílio de Albuquerque.

---

<sup>122</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1980. O artigo foi apresentado originalmente na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980. Depois, publicado na Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244 (paginação usada para referenciar o trabalho neste momento). Atualmente o texto encontra-se disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod\\_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf). Acessado em 16 de outubro de 2017.



Fonte: Originalmente tem 180cm x 130cm. Acervo Museu de Belas Artes (Salvador, BA). Uma réplica está exposta no Banco de Leite Humano (BLH), um órgão do serviço público municipal de saúde da cidade de Juiz de Fora – MG, responsável por executar políticas públicas de amamentação na cidade. Imagem da internet.

As mucamas produziram disputas de atenção não apenas entre sinhás, mas entre homens brancos e homens negros. Gozavam de certa estima, transitavam e provavelmente influenciavam, com todas as ressalvas possíveis de um sistema escravocrata, ambientes majoritariamente de brancos. Histórias que povoam o imaginário popular brasileiro e desafiam os poderes estabelecidos como a mítica Xica da Silva – escravizada que é sempre descrita como mulher inteligente e vingativa, que tem sua vida mudada a partir de seu envolvimento com um homem branco e rico, imortalizada em telenovelas, filmes e por Agripa Vasconcelos no livro "Chica que manda" (2010) – também produziram um retrato da mulher negra interesseira, que saberia usar seus dotes corporais para ascender socialmente.

Estas ocupações e formas da mulher negra da sociedade escravocrata ajudou a manter a imagem hegemônica que temos das mulheres negras contemporaneamente: sempre ligadas a aspectos de excelência nos serviços domésticos, mães exemplares e

carinhosas, inteligentes e fortes, parceiras sexuais incansáveis. O artigo escrito por Gonzalez discorre sobre o tema da mulher negra em nossa sociedade num período em que a Academia brasileira pouco produzia a este respeito sem fugir a estereótipos. Suelaine Carneiro, ao lado de Giane Elisa Almeida, na mesa “Mulheres Negras”, apresenta dados que mostram que tanto o tema e, sobretudo, a presença da mulher negra na pesquisa acadêmica brasileira era quase inexistente antes, não por acaso, do governo que sancionou a Lei Federal nº 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas de ensino básico brasileiras.

Outro aspecto a ser notado é o formato para a escrita científica adotado por Lélia, um devir-mulher-negra da escrita acadêmica. Ela usa gírias, expressões idiomáticas coloquiais que tornam o texto muito mais instigante e potente – o “pretoguês” (sic), sem a assepsia que geralmente encontramos em textos acadêmicos, sem perder o rigor argumentativo que tal texto exige. É de se acentuar ainda que a própria pesquisadora é uma mulher negra, num período totalmente influenciado pelo Regime Militar, discutindo o corpo feminino negro frente às opressões sociais.

Gonzalez usa Freud e Lacan para esquizofrenizar a cultura brasileira neurotizada pela forma Homem Branco que tem como vítima de excelência o corpo negro. Gonzalez fazia, em 1980, algo que hoje é visto como vanguarda ou que ainda é visto com muito incômodo pela academia Branca. Foi pioneira ao arriscar na forma da escrita, na relação com o saber instituído, assim como por ser negra discutindo a construção do saber a respeito de seu corpo feminino e negro, em época em que o movimento hegemônico feminista era majoritariamente de mulheres brancas. Por ter este espaço às vezes negligenciado pelo poder estabelecido e por exercer papel importante no sistema trabalhista de nossa sociedade, a mulher negra é personagem protagonista de movimentos vanguardistas que, às vezes, tomam uma Forma apenas tempos depois.

É o que aponta o trabalho de pesquisa de Giane Elisa Sales de Almeida que deu origem à dissertação de mestrado “Entre Palavras e Silêncios: Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora – 1950/1970” (2009), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Nele, Almeida, através dos relatos de suas iabás – nome dado às orixás femininas na cultura Iorubá, que pode ser traduzido literalmente como rainha, e foi usado pela pesquisadora para manter anonimato e, ao mesmo, tempo homenagear suas entrevistadas – foi desvendando uma história escondida e silenciada pelos relatos oficiais da constituição da cultura da cidade mineira de Juiz de Fora – a

Princesa de Minas, a Manchester Mineira. Diferente do que se difunde maciça e massivamente, a cidade de Juiz de Fora não nasceu apenas às margens da industrialização e do Caminho Novo para as minas de Ouro Preto ou da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Antes dos imigrantes alemães e italianos ou sírio-libaneses aportarem neste interior em industrialização, famílias e comunidades de gente negra trabalhadora já o habitava, sem falar ainda dos índios Puris. Os pioneiros da indústria têxtil da Zona da Mata mineira eram filhos de famílias da tradicional cultura cafeeira e escravagista brasileira. Com o avanço das conquistas abolicionista e junto às políticas de imigração de trabalhadores europeus brancos e livres, as famílias anteriormente escravagistas abastadas viram o investimento na indústria uma saída para a crise que se anunciava com a libertação das pessoas escravizadas. Rosa Cabinda foi personagem dessa época. Escravizada, a dama de companhia pessoal de uma das mulheres da família Halfeld – família sempre lembrada nas comemorações de fundação da cidade e que dá nome a principal rua do município – teve que lutar na justiça e enfrentar a branquitude dos Halfeld. Obteve sucesso e conquistou o direito de comprar sua própria liberdade negada pelo homem da família, após a morte da senhora Halfeld. Hoje, Rosa Cabinda – Cabinda é nome de uma região e de uma etnia de Angola, provavelmente a origem de Rosa – dá nome à Condecoração dada pela Câmara de Vereadores de Juiz de Fora a mulheres de destaque da cidade.

Desde 1888, não houve política efetiva de Estado no Brasil que garantisse reparo aos direitos vilipendiados por 300 anos de escravidão de pessoas negras, para a plena inserção do povo liberto à sociedade brasileira. Pelo contrário, as políticas estatais que se seguiram buscavam produzir um genocídio silencioso da população negra brasileira. Em 1911, apenas 23 anos após a Abolição, no Congresso Universal das Raças, o médico brasileiro João Baptista de Lacerda, entusiasta da Eugenia Nacional, afirmou que o Brasil em 100 anos seria capaz de “sufocar” os traços negros da sua miscigenação graças às “correntes de imigração europeia”. Para o bem e para o mal, os prognósticos de Lacerda não se confirmaram. No entanto, os centenários escravagistas produziram feridas na cultura brasileira difíceis de serem curadas e ao mesmo tempo, movimentos de resistência e criação que instigam novas composições por mais possíveis de vida e de Saúde. Desde que a exploração das terras brasileiras foi iniciada, com a invasão de europeus, sobretudo portugueses, movimentos de resistência sempre emergiram. Foi assim com a Confederação dos Tamoios (1556-1567) – movimento indígena de resistência à invasão de portugueses e franceses na região onde hoje está situado o

estado do Rio de Janeiro; ou o Quilombo dos Palmares (aproximadamente 1580-1710) – um povoamento próspero iniciado por negros fugidos da escravidão, região que hoje faz parte do município de União dos Palmares, em Alagoas e que teve como grandes líderes da resistência à escravidão negra Dandara e Akotirene, Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi, este último símbolo importante da luta contra a escravidão no país e que fora morto numa embosca em 20 de novembro de 1695, dia dedicado atualmente à Consciência Negra.

Lélia Gonzalez, numa interessante nota de rodapé, se atenta para a força que a resistência negra tomou no Brasil, tornando Zumbi um fantasma a assombrar os sonhos paranoicos da Casa Grande: “Que se atente para o fato da permanência de Zumbi no imaginário popular nordestino como aquele que faz as crianças levadas se comportarem melhor. ‘Se você não ficar quieto, Zumbi vem te pega’. Por aí, a gente lembra não só o temor que os senhores de engenho tinham em face de um ataque surpresa do grande general negro, como também a fala das mães que, referindo-se ao pai que vai chegar, ameaçam os filhos de lhe contar (ao pai) as molecagens destes. Que se atente, também, para a força simbólica de Zumbi como significante que cutuca a consciência negra do seu despertar” (GONZALEZ, 1980, p. 237). Guattari e Deleuze em seu *O anti-Édipo* lembram “Não há cadeia significante sem um chinês, um árabe, um negro que passam pela cabeça e vêm perturbar a noite de um branco paranoico” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 135). Como diz Giane Almeida em sua introdução, “esses passos vêm de longe...” (ALMEIDA, 2009, p. 20) e a resistência também, junto a muita criação.

Se a força do povo do general Zumbi foi capaz de criar um fantasma para o branco à altura do pesadelo da escravidão do negro, o trabalho praticado pelas mulheres negras em Juiz de Fora inventou outra cidade. Almeida, através do relato das iabás, vai desenhando um novo mapa para a Princesa de Minas, no qual os bairros os quais anteriormente possuíam nomes relacionados aos povoamentos de gente negra fundadora da região são rebatizados com nomes de santos católicos, provocando um apagamento ou branqueamento dos territórios da cidade, uma neocolonização branca catolicista, uma sobrecodificação ao modo do padre jesuíta em terras de Ndongo. O centro nobre da cidade, a Rua Halfeld, que hoje abriga o famoso calçadão, símbolo urbano local, era dividido pela Rua Batista de Oliveira em parte alta (indo em direção à Av. Barão do Rio Branco), frequentada por brancos; e parte baixa, frequentada por negros: “‘Nós também não podia passar da Rua Halfeld pra cima, era só da Rua Halfeld pra baixo’ (Maria Conga)” (ALMEIDA, 2009, p. 250). A Rua Marechal Deodoro, paralela à Rua Halfeld,

famosa pelo seu comércio popular e pela ocupação de árabes que à cidade chegaram, era uma rua de trânsito livre para negros “na Rua Halfeld só andava praticamente os brancos, e a Marechal os negros’ (*iabá* Iemanjá)” (ALMEIDA, 2009, p. 268). E, ainda, clubes frequentados apenas por negros ou por brancos; clubes em que brancos frequentavam para aprender a dançar com as mulheres negras e reproduzir os passos com suas mulheres brancas. Giane Elisa Almeida percebe que ao mesmo tempo em que o espaço urbano roubava certos direitos de livre circulação de negros, o trabalho e as relações entre gênero e raça davam às mulheres negras linhas de fuga que algumas mulheres brancas apenas iriam experimentar com movimentos feministas posteriores.

A dissertação denuncia que há muito já deveríamos saber: a dificuldade de acesso e permanência da mulher negra no sistema educacional brasileiro, seja pelas práticas adotadas de discriminação racista institucionais, compulsórias e cotidianas da escola, seja pela necessidade pungente de ingresso no mercado de trabalho. No entanto, é significativo também que esta tradição escravocrata e de um mercado de trabalho fechado à mão-de-obra negra intencionalmente desqualificada para serviços automatizados, tenha levado mulheres negras a continuarem ligadas às atividades dos trabalhos domésticos, como lavagem de roupa ou costura. E isso, ao mesmo tempo, permitiu que estas mulheres negras transitassem por espaços que às vezes homens negros não transitavam. Ou ainda, as permitiu transitar por espaços que mesmo as mulheres brancas não transitavam, como clubes noturnos de dança, cinemas ou parques, por exemplo. No entanto, com o tempo, isso mudou. “Percebeu-se que a liberdade, outrora desfrutada pelas mulheres negras que ganhavam a rua para trabalharem, sofreu um retrocesso em nome de adequar-se ao padrão burguês fortemente presente no que dizia respeito ao comportamento feminino, sobretudo, nos anos de 1950. Então, as famílias negras constituíram com vetores de uma padronagem, solidificada pelas representações sociais, que desfavoreciam algumas ‘conquistas’ femininas negras, principalmente no campo do exercício da sexualidade, aqui entendida como uma expressão muito além do que simplesmente o ato sexual” (ALMEIDA, 2009, p. 291). Isto porque, nos relatos colhidos das *iabás*, é sempre recorrente a presença da mulher negra na chefia das famílias, sobretudo fora de matrimônios. Almeida atenta que o movimento feminista pós 1960 reivindicou um status de autonomia para a mulher branca que a mulher negra já experimentava desde a escravidão, mesmo como imposição, como mostrado anteriormente por Lélia Gonzalez ao se referir às mulheres negras da Casa Grande.

Embora Almeida veja o Capitalismo como um dos responsáveis pela manutenção do *status quo* da mulher negra brasileira, pode-se perceber que o ingresso no mercado de trabalho e a chefia das famílias lhes deram uma liberdade, desterritorializando o lugar do feminino na sociedade patriarcal, lugar que a mulher branca iria reivindicar apenas com os movimentos feministas de décadas passadas. Neste sentido, Angela Davis em seu trabalho “Mulheres, Raça e Classe” (2016) nos oferece também uma potente cartografia das alianças de mulheres negras nos EUA, mostrando sua vanguarda e protagonismo na luta abolicionista, pelo sufrágio universal e por direitos trabalhistas. Mostra também que, embora à escravização tenha violentado corpos negros, são os corpos negros e sua resistência a escravização que dão potência revolucionária a movimentos emancipatórios de brancas oprimidas<sup>123</sup>. O mercado de trabalho capitalista aliado ao acesso ao saber escolar dispara fluxos que potencializam as mudanças e exercícios de liberdades que num sistema de castas é quase impossível. Talvez se as mulheres negras fugissem, como seus antepassados fugiram da escravidão, a “uma padronagem” para “adequar-se ao padrão burguês” e, por isso, Branco, outras coisas ainda seriam possíveis. Outros possíveis são disparados. O Capitalismo dispara fluxos, no entanto o Capitalista, dono do Capital, descendente do Senhor de Escravo e amedrontado pelo fantasma das filhas de Zumbi trabalhadoras, desterritorializadas, dessubjetivadas, deseja conter estes fluxos para que não seja ameaçado na sua Casa Grande Capital. Como provocam Guattari e Deleuze (2010) junto a Nietzsche, ainda não fomos longe demais nos fluxos do capitalismo e o capitalista escravocrata sabe disso, por isso sua faceta neocolonialista dá as caras no neoliberalismo.

Aqui é importante usar o trabalho de Neusa Santos Souza que se propôs a investigar o inconsciente racial brasileiro na década 1980, no livro “Tornar-se Negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social” (1983). Nele, Santos Souza faz um mapeamento da subjetividade negra produzida pelo processo de ascensão social no Brasil da branquitude. O trabalho dela dá a ver como é exigido dos corpos negros o abandono de aspectos que os liguem à cultura negra à medida que ascendem socialmente, sobretudo em relação às práticas religiosas. Dá a ver também como o corpo negro assume formas distintas de acordo com a posição social que se deseja enquadrá-lo. E o mais importante: mapeia como a neurose cultural racista brasileira,

---

<sup>123</sup> Cf. DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo.

para lembrar o diagnóstico de Gonzalez, se instala no inconsciente corpo negro, fazendo com que sejam também vetores do racismo, intensificando o que Santos Souza chamou de massacre dramático da identidade. Ela lembra como raça no Brasil sempre esteve ligada a características estética e de posição social compartilhadas entre um grupo que tem o mesmo “prestígio e mesma bagagem de valores sociais” (SOUZA, 1983, p. 20), para além do fenótipo. Santos Souza já amplia e aponta que a subjetividade negra ou no caso branca, vai além da aparência, embora ela também componha o processo de identificação – agenciamento entre corpo e expressão. Define, assim, a ascensão do negro no Brasil: “A história da ascensão do negro brasileiro é, assim, a história de assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço ao reconhecimento do negro com base na intensidade de sua negação” (SOUZA, 1983, p. 23). As iabás de Giane Elisa Almeida dão testemunho desta análise de Neusa Souza. Mulheres que precisam se submeter ao padrão burguês, que é Branco, de recato e boa moça, para não serem preteridas socialmente. E se Maria Aparecida Silva Bento denunciou o “pacto narcísico da branquitude” em seu estudo da sociedade paulista<sup>124</sup>, Neusa Santos Souza vai mais longe, denunciando a neurotização desmedida, a subjetivação do corpo negro numa expressão criminosa da branquitude: “O negro de quem estamos falando é aquele cujo Ideal de Ego é branco” (SOUZA, 1983, p. 34). Cada relato colhido pela atenta escuta de Souza é uma denúncia de como o Ideal Branco contamina e torna impossível corpos negros. E como é difícil produzir outras formas de vida que não sejam ressentidas ou altamente reativas, porque a questão é não impor um novo modelo ou nova subjetividade para negro ou corpo negro, mas efetivamente desterritorializar e desfazer o Padrão, o Modelo Branco Burguês para que outras coisas possam ser feitas, multiplicar formas dessemelhantes.

Abandonar, fugir às representações do padrão social hegemônico, da padronagem do corpo negro em relação ao corpo branco, fugir à padronagem identitária investindo nos fluxos dessubjetivadores pode ser uma saída ainda não levada longe demais. Fugir do regime signifiante que produz dicotomia negro ou branco; mulher ou homem; hetero ou gay. Assim como fugir e fazer fugir às subjetividades tipo Negra

---

<sup>124</sup> Cf. BENTO, Maria Aparecida Silva. 2. Branqueamento e branquitude no Brasil. In.: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

destemida Angela Davis, como a descrita por Neusa Souza; ou tipo homossexual especialista em moda; ou feminista que não convive com homens.

Uma luta política entre a economia da liberação de fluxos e a de retenção de fluxos. Um comércio capitalista que desterritorializa fluxos diante de um Estado Capitalista Escravocrata segmentário e repressor. “E depois há todo um outro plano, ou toda uma outra concepção do plano. Aqui não há mais absolutamente formas e desenvolvimentos de formas; nem sujeitos e formações de sujeitos. Não há nem estrutura nem gênese. Há apenas relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão entre elementos não formados, ao menos relativamente não formados, moléculas e partículas de toda espécie. Há somente hecceidades, afectos, individuações sem sujeito, que constituem agenciamentos coletivos. Nada se desenvolve, mas coisas acontecem com atraso ou adiantadas, e formam esse ou aquele agenciamento de acordo com suas composições de velocidade. Nada se subjetiva, mas hecceidades formam-se conforme as composições de potências ou de afectos não subjetivados. A este plano, que só conhece longitudes e latitudes, velocidades e hecceidades, damos o nome de plano de consistência ou de composição (por oposição ao plano de organização e de desenvolvimento)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2012, pp. 57-58). O fluxo já não possui identidade, gênero, raça... ele libera partículas loucas e transitórias, subjetividades nômades ante às identidades escravistas sedentárias, talvez nem mais subjetividades nômades, apenas hecceidades e individuações atmosféricas, composta na atualidade do encontro e do encanto do encontro na formação de um plano de consistência que arrasta raça, que faz fugir a raça, que permite a criação de uma raça outra por vir, aliança imbangala ou cunhadismo sempre novo. O fluxo arrasta identidades, gêneros, raças, castas... As mulheres negras trabalhadoras, fruto das necropolíticas, experimentam biopolíticas grávidas de biopotências, desterritorializam uma cidade segmentada racialmente. No entanto, são levadas a abortar suas experiências vivas, forçadas a uma padronagem narcísica branca, reterritorialização na “bela, recata e do lar”, perigo de produção de um novo plano de organização ou de desenvolvimento.

Torna-se difícil, então, perceber o movimento, o devir-mulher-negra sem desejar ser a Forma Mulher Negra ou ser a Escrava Estuprada e Marginalizada até os dias de hoje; ou a Forma Mulher Negra que sempre será vista como obra incompleta, imperfeita diante da Forma simbólica Mulher Branca Livre. Não se trata de algo a ser feito apenas pela mulher negra, é preciso também que a Mulher Branca entre em devir mulher-negra,

para que a mulher negra possa, ela mesma, libertar-se de sua agonia, libertar-se da necessidade de padronagem, para que devesse outra coisa. Nisso, Maria Aparecida Silva Bento é certa “pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em que se evita caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo” (BENTO, 2016, posição 382 e-book Kindle). Desse modo, necessariamente é preciso que a mulher branca devesse também outra coisa. Pois como provoca Neusa Santos Souza, trata-se de algo para ser feito junto, “indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação” (SOUZA, 1983, p. 18). Trata-se de um devir-mucama, alianças clandestinas ora bá, dessubjetivando Senhor e Escravo, fugindo à objetificação do corpo feminino negro no combate à Forma Branca de opressão europeizada machista. Talvez seja isso. Entrar em devir mulher negra ajude a mulher branca a se libertar do lugar imposto, submisso ao Homem Branco, pois o devir põe em movimento toda a cadeia, é sempre um bloco, põe em variação contínua variáveis e invariantes. Porque se a Mulher Negra tem lugar específico no mundo racial Branco, a Mulher Branca também tem um lugar muito segmentado pelo Significante Homem Branco. O ataque aqui deve ser contra-significante.

Não se trata, pois, de atacar brancos, héteros, machos – o fantasma alimentado por alguns brancos e alguns heterossexuais privilegiados pelo Significante ou pela Subjetivação hegemônicas e que, por isso, acusam a escola, que discute questões de gênero e sexualidade, negligentemente de promover a *Ideologia de Gênero* ou ditadura gay, enquanto nossos corpos são submetidos à Ditadura da cis-heteronormatividade, macho, patriarcal, do combo Significante Branco. Trata-se de combater o Modelo Homem Branco que desde a Modernidade carrega consigo todas as fobias sociais em relação a corpos diferentes de si. É que uma forma significante Branco ou de subjetividade branquitude, enquanto Política de Identidade, só conhece o funcionamento por imposição de uma Forma que acredita ser Superior a outra forma, totalitarismo e autoritarismo que potencializam um inconsciente fascista. A pesquisadora branca Lilia Moritz Schwarcz realizou uma cartografia do autoritarismo brasileiro publicada no livro

“Sobre o autoritarismo brasileiro” (2019)<sup>125</sup>. Em sua pesquisa, ela investiga as relações ocupada com as singularizações da política no Brasil. Talvez pudesse avançar mais, e num movimento contrauniversal, numa atitude de esquizofrenização da cultura da Metrópole, poderia provocar mais incomodo, não só aos colonos brasileiros, mas aos metropolitanos europeus. Se o autoritarismo se configura como um traço marcante da política nacional, é porque ele é desdobra de um regime significante estrangeiro, que aqui sobrecodificado, produz as aberrações políticas atuais. Numa reação contra a política da “democracia racial” nascida no Brasil e que fora propagada na Europa como modelo e superação dos traumas causados por séculos de expropriação (e alívio possível para culpa criminosa), Schwarcz deveria inserir a Europa no debate e usar o caso brasileiro para problematizar o autoritarismo que marca a colonização europeia desde séculos passados no mundo. É preciso pensar mais os efeitos de tornar um mercenário como Raposo Tavares, a serviço da Coroa Portuguesa, um juiz de direito. É preciso pôr a Europa em devir-Brasil para que entenda como na Itália Salvinis, na França Le Pens ou na Inglaterra Boris Jhonsons são possíveis, mesmo depois das atrocidades do racismo que vitimou brancos no velho continente. Se o problema não é um problema negro, como denuncia Bento ao provocar a branquitude, a colonização não é um problema da colonizadas. O autoritarismo brasileiro não é apenas fruto do complexo de vira-lata, popularizado por intelectuais que sempre sonharam em voltar à metrópole. Assim como a cilada da ideologia de gênero não é tema restrito ao caso brasileiro para atacar grupos LGBTQIA+.

A Ideologia de Gênero produzida pela Igreja Católica no final da década de 1990, evidenciou que heteronormatividade é sim uma questão de ideologia, nada

---

<sup>125</sup> Por provocação da banca, vale lembrar que Lilian Schwarcz assinou o Manifesto Contra as Cotas raciais no Brasil, em 2006, movimento liderado por brancos da elite brasileira, como o diretor de Jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel. Depois disso, Schwarcz tem se reposicionado no debate racial brasileiro, inclusive usado sua editora, Companhia das Letras, em ações antirracismo. No entanto, isto não a impediu que se envolvesse num caso de racismo, recentemente, ao acusar Beyoncé de “glamorizar negritude” no álbum visual “Black Is King” (2020). Já a jornalista Ana Paula Lisboa, brasileira que vive em Angola, lembra que por lá, a discussão é a respeito de como o ocidente negro se apropria das produções culturais africanas, pois “os africanos estão vivos e podem falar por eles mesmos”. Cf. ALMA PRETA. Black is king: mulher branca não deve dizer como mulher negra deve contar sua história. Disponível em <https://almapreta.com/sessao/quilombo/black-is-king-mulher-branca-nao-deve-dizer-como-mulher-negra-deve- contar-sua-historia>. Acessado em 15 de abr. de 2021.

natural; um interesse de classe e de raça. Naquela época, foi interesse de correligionários de Bento XVI para encobrir os escândalos sexuais envolvendo membros da Igreja. É que este interesse de classe é percorrido por um desejo inconsciente fascista que só sabe impor a sua Forma. Sua desforma ou disforma é vista como um perigo à imposição da Forma Verdadeira. “O racismo europeu como pretensão do homem branco nunca procedeu por exclusão nem atribuição de alguém designado como Outro: seria antes nas sociedades primitivas que se apreenderia o estrangeiro como um ‘outro’. O racismo procede por determinação das variações de desvianças, em função do rosto Homem branco que pretende integrar em ondas cada vez mais excêntricas e retardadas os traços que não são conformes, ora para tolerá-los em determinado lugar e em determinadas condições, em certo gueto, ora para apagá-los no muro que jamais suporta a alteridade (é um judeu, é um árabe, é um negro, é um louco..., etc.). Do ponto de vista do racismo, não existe exterior, não existem as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem. A cisão não passa mais entre um dentro e um fora, mas no interior das cadeias significantes simultâneas e das escolhas subjetivas sucessivas. O racismo jamais detecta as partículas do outro, ele propaga as ondas do mesmo até à extinção daquilo que não se deixa identificar (ou que só se deixa identificar a partir de tal ou qual desvio). Sua crueldade só se iguala a sua incompetência ou a sua ingenuidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50-51). O exercício de uma esquizoanálise ou esquizoeducação não é impor uma Forma, uma outra forma substituta a uma forma Errada ou Falsa, nova Identidade. O exercício que se propõe a esquizoeducação “é atingir os investimentos de desejo inconsciente do campo social, enquanto distintos dos investimentos pré-conscientes de interesse, sendo que aqueles podem não somente contrariar a estes, mas coexistir com estes em modos opostos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 464). Chegar até investimentos de desejo inconsciente do campo social, enquanto distintos dos investimentos pré-conscientes de interesses de classe e capazes não só de contrariá-los, mas também de coexistir com eles, opondo-se lhes. Investir no devir-negro é, pois, impedir que a forma pré-consciente Branco continue a se impor ou é impedir que uma Forma Negro queira se impor ao Branco ou a outros negres; é conviver com este interesse de classe sempre coexistindo ao seu perigo de imposição e opondo-se lhe sempre. Inclusive impedindo que negros, mulheres ou gays, por exemplo, ajam da mesma forma consciente do Homem, Branco, Macho, cis, Heterossexual: necropolíticas, simples oposição antagônica e dialética. Ou que uma

mulher, um negro, um gay sejam infectados pelo desejo canceroso do inconsciente fascista que é racista. O Desejo nada tem a ver com ideologia. Os interesses de classe sim. Neste sentido, desviamos um pouco da análise de Neusa Santos Souza e Adilson Almeida, pois o racismo não é uma ideologia e nem é baseado em mitos e fabulações. O racismo é uma estrutura inconsciente, real e não imaginária, produzida socialmente e por isso desejo coletivo que produz mundo e que deseja destruir outros mundos. E se há uma interioridade racista, a forma Branco para um negro em delírio narcísico branqueado, ela só é possível sustentada por um coletivo e não produzida individualmente. Se há algo que o indivíduo ou uma individualidade possa fazer é, diante de um mapeamento dos regimes semióticos existentes, pôr-se a experimentar outras produções coletivas inconscientes ainda não imaginadas. O inconsciente contamina formas das mais variadas, fazendo-as variar ainda mais, podendo produzir uma nova terra de uma raça por vir, como o Mundo Comum de Achille Mbembe em aliança com Peter Pál Pelbart; ou perversões inimaginadas como a de um homem negro retinto, chefe de uma fundação de combate ao racismo, que nega a existência do racismo do Brasil e ataca mulheres negras, retirando homenagens a Benedita da Silva ou Marina Silva.

O inconsciente delira. E todo delírio é uma produção e, antes, um investimento inconsciente social. Não foram os negros que se inventaram como raça negra; não foi o gay que se intitulou “alegre” nos Estados Unidos; nem foi a travesti que denominou seu próprio corpo como se fosse uma fantasia de carnaval; não foi o nativo da terra de Vera Cruz que se achou pertencente às Índias. O delírio é racial: sou negro mulher gay travesti índio, da raça inferior! Embora ele possa se tornar racista: sou Branco Homem Hétero cis Urbano da raça superior. É que o fluxo do delírio oscila entre dois polos: nomádico e plurívoco; segregativo e biunívoco. Um rolezinho no shopping da zona sul do Rio não é o mesmo que um safari na Rocinha. “O delírio tem como dois polos, racista e racial, paranoico-segregativo e esquizo-nomádico. E entre os dois, tantos deslizamentos sutis e incertos, nos quais o próprio inconsciente oscila entre duas cargas reacionárias e suas potencialidades revolucionárias” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 144). O negro favelado que guia esquizo o Branco estrangeiro europeu, desce o morro e vai consumir no Leblon os dólares conseguidos nas vielas, no antigo quilombo e hoje metro quadrado mais valorizado do Rio. Em sua descida esquizo, ele ainda pode ser confundido com um traficante e ser exterminado pela polícia. Mas ele desce. Tem o negro que não frequenta a zona sul da cidade maravilhosa por medo ou condição

paranoica imposta pela segregação adoecida do Branco do Asfalto. O rolezinho na zona sul ou na Rocinha não são formas ideais de ocupação, mas liberam fluxos-esquizas que potencializam novas formações possíveis e inimagináveis de ocupação da desterritorializada Terra-Rio de Janeiro em oposição à militarização e a milicianização da vida carioca.

E um rolezinho pela Academia... Sobreviveria a um desejo paranoico-segregativo biunívoco academicista? Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza disparam fluxos. Um fluxo esquizo-nomádico em formato tão “dessemelhante” ao imposto pela paranoia da Academia. Como a dissertação em formato dessemelhante, que não deseja ser modelo, padrão ou código idealizado de trabalho acadêmico dissertativo, trabalhos como de Gonzalez e Santos Souza liberam fluxos-esquizas. Um investimento inconsciente no campo social da academia que se distingue dos investimentos pré-conscientes e de interesse de uma classe acadêmica por uma nova Forma ou Modelo de trabalho endêmico, capaz não somente de contrariá-los, mas de coexistir com o modelo imposto, opondo-se lhe sempre. Fluxo-esquiza que se produz como resistência e invenção de modos outros, novos possíveis da academia se fazer. Uma nova aliança sem desejo de ancestralidade familista edipiana acadêmica perdida. Dissertação dessemelhante, produção de Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza como combate a uma racionalidade adoecida, identitária-segregativa que hoje, enfim, se expressa no fascismo contra a Universidade Pública. Esses pervertidos do desejo ao retorno ao Universal, “sem” ideologia e sem partido, tentam produzir Culpa naqueles corpos que resistem há 500 anos: mulheres negras, homens negros, mulheres e homens índios, mulheres brancas... Esses neuróticos-paranoicos que não se veem como racializados, generificados, sexualizados, partidários ou ideólogos querem o retorno ao Universal enquanto os perversos no Poder desejam eliminar qualquer possível que não seja o si mesmo, ou, na pior das hipóteses, eliminam a si mesmo – pois o fascismo tem como seu fim o desejo suicida – com a certeza de que outras vidas não serão possíveis.

Gonzalez e Santos Souza e Mendes: trabalhos dessemelhantes. Uma dissertação como o primeiro exercício para uma esquizoeducação. Uma dissertação que dispara um fluxo tese esquizoeducação que não deseja ser forma educada substituta à Forma Educada imposta, por isso esquizoeducação II. Esquizoeducação que é fluxo do desejo esquizo-nomádico que só deseja liberar mais fluxos-nomádicos na educação, para que a Educação devenida, ela mesma, outros tantos possíveis nada paranoicos, neuróticos ou reacionários e fascistas; esquizoeducação para que a educação se torne ela mesma outra

coisa e se livre de sua agonia. Perigo de se tornar uma forma, uma entidade Esquizoeducada. Um fluxo esquizoeducação contra uma forma Esquizoeducada. Um perigo de impor uma Forma para a dissertação ou tese Ideal, para Escola ou Ensino ideais. Por isso, uma tese dessemelhante de uma dissertação dessemelhante, puro fluxo-esquiza. Por isso, processo de processo e não evolução, processo efetuado e novo processo iniciado; por isso, involução. Por isso não é tese resultado de dissertação; por isso, platô dissertação independente de platô tese; por isso, platô dissertação componível com platô tese; por isso, devir em mestrado e devir em doutorado e não apenas mestre que se torna doutor. Por isso o Isso e não aquilo... Mas que besteira ter dito o Isso! Então era isso!

Seria preciso depois de tanta falação um silêncio. Silenciar uma forma hegemônica que identifica o Outro para aniquilá-lo. É preciso agora silenciar o Homem Branco cis Adulto Europeu Macho Heterossexual Livre Urbano Acadêmico. Vocês não podem mais falar. Silêncio! Impedidos de falar como vêm fazendo há anos com Negros, Índios, Mulheres, Gays, Travestis, Transexuais, Crianças... Experimentem a afonia. O pensador se torna afásico e acéfalo para que outras coisas se façam. É chegada a oportunidade de experimentar outros devires. Ocupar nossos lugares de fala, ou diria mapear as geografias das expressões, para que fuçamos ao território e façamos territórios fugirem na invenção de uma terra por vir. Cada coisa em seu lugar para que surjam lugares outros, para que sejamos sensíveis aos movimentos de desterritorialização. Nada de indiferenciado. Pura diferença. Alhures e além.

Devir-silêncio da Forma não é falar no lugar do negro, do gay, de transvestigener. Nem tampouco proibir brancos e héteros de falarem sobre negritude ou transexualidade. Mas convidá-los, antes, a pensar as Identidades a partir de seus territórios de privilégio, como Bento faz. Djamilia Ribeiro junto a Jota Mombaça convida-nos a assumir nossos lugares de fala pensando a autorização que cada Identidade tem experimentado ao longo de uma História: "Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis euro-branco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorização vigente" (MOMBAÇA apud RIBEIRO, 2017, p. 85). Cala-se o homem branco cis para que experimente o devir-negro-mulher-trans por meio da afonia a fim de que outros modos ainda possam ser produzidos. Porque agora, "O lixo vai falar, e numa boa", como já provocou Lélia Gonzalez em outra ocasião. Não se trata de dar permissão ou dar voz a quem sempre

teve voz. A questão é dar ouvidos àqueles e àquelas que se desejava silenciadas, "Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas" (MOMBAÇA apud RIBEIRO, 2017, p. 85). Devir-silêncio diante de tanta falação contra o silenciamento produzido pela Dialética Branca.

Trata-se, pois, de pôr em devir toda uma Política de Identidade que deseja a morte e o silenciamento de grupos ou Identidades classificadas como Diferentes. Pôr o Branco-cis-hetero em devir negro-mulher-trans é disparar fluxos e desvelar uma necropolítica ou os epistemicídios que uma norma vem criando. "Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta" (MOMBAÇA apud RIBEIRO, 2017, p. 85). Um exercício contra-Universal, contra-significante Branco. Não falamos do Universal. Talvez, por isso, a crítica que Ribeiro faz a Deleuze dizendo que "não rompem totalmente com o discurso hegemônico ao terem a Europa como centro de análise" (RIBEIRO, 2017, p. 72) possa aqui ser um pouco deslocada. Aqui, pretende-se perceber que ele, junto a Guattari e a Foucault, justamente rompe, desterritorializa o discurso hegemônico ao terem a Europa como centro de suas análises. Eles assumem seu lugar de fala, o de homem branco na crítica ao Modelo Homem Branco. A afirmação de Deleuze e Guattari n'O anti-Édipo, por exemplo, que não há delírio que não seja racial e histórico, mostra que eles não negligenciam a produção da Identidade colonizadora. Pelo contrário, ao afirmarem que há diferenças entre um delírio de polo racial e outro de polo racista, mostram como estavam totalmente implicados com seus lugares de fala. As obras deles quando se dispõem a investigar povos selvagens, bárbaros e civilizados, inclusive questionando os etnocentrismos de Freud, Lacan e Lévi-Strauss, põem em devir toda uma Idealidade do Conhecimento eurocentrado. Denunciam o fato de que "Édipo é algo como a eutanásia no etnocídio" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 225). Em momento algum eles querem assumir o lugar de indivíduos negros ou de homossexuais; falar pelos negros ou pelos homossexuais; falar aos negros ou aos homossexuais; ou abolir as Identidades. Eles rosnam, grunhem e gritam aos europeus sobre as mazelas que os próprios europeus produzem ao se colocarem como centro de tudo. Talvez aí eles mandem pequenos bilhetes, mensagens cifradas aos colonizados

dizendo – continuem, fujam e façam fugir dizendo “mil vezes de acordo”. Neste momento, eles entram em devir-negro ou devir-homossexual justamente porque não se identificam com o eurocentrismo ou com a necropolítica Moderna europeia. Eles desterritorializam e lançam a Europa num devir-negro e num devir-gay para que as próprias negras e homossexuais, elas mesmas, tornem-se outra coisa e possam com isso, quem sabe, desterritorializar um Mundo para a invenção de uma nova terra por vir. E isso não tem nada a ver com tomar exclusivamente o conhecimento europeu como ponto de partida. O "Outro" é realmente impossível para Foucault, Deleuze e Guattari como diz a nota de rodapé número 43 de Ribeiro ao citar Gayatri Spivak. No entanto, o Outro é impossível para eles, não porque eles se considerem Universais, mas porque a política de Identidade eurocentrada no regime de significância e de subjetivação – na diferença aos códigos primitivos que tomam o outro efetivamente como diferente – inventam o ‘Outro’ como forma incompleta a ser modificada e/ou aniquilada. Destaco o trecho novamente: "O racismo europeu como pretensão do homem branco nunca procedeu por exclusão nem de atribuição de alguém designado como Outro (...) O racismo procede por determinação das variações de desvios, em função do rosto Homem branco que pretende integrar em ondas cada vez mais excêntricas e retardadas os traços que não são conforme, ora para tolerá-los em determinado lugar e em determinadas condições, em certos guetos, ora para apagá-los no muro que jamais suporta a alteridade" (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50). A significância e a subjetivação não ouvem o outro porque só ouvem a si mesmas, sempre em Falta. Logo, eles em seus lugares de privilégio de homens brancos europeus afirmam, de algum modo que, este Outro, como diz Spivak, é impossível porque ele é sempre produzido pela Falta à forma europeu. E eles, Deleuze, Guattari, Foucault não estão ocupados em buscar outra forma mais verdadeira ou legítima de Identidade substituta à europeia. Eles estão ocupados em denunciar os etnocídios, os epistemicídios, as necropolíticas que o modo europeu de significância e subjetivação tem produzido. Não se trata, pois, de uma biopolítica ou uma feitiçaria epistêmica ocupada na produção de uma outra forma modelar – biopoder – seja Mulher Negra, seja Gay, um Outro do Outro; mas uma biopolítica e ou uma feitiçaria epistêmica que ponha o homem branco cis hetero em devir-outro, em devir-mulher-negra-trans, para que os outros – Mulheres, Negros, elas mesmas, tornem-se outras, e se livrem de suas agonias. Deleuze, Guattari e Foucault experimentam seus lugares de fala não falando em nome das mulheres, de negros ou trans, mas calando o Homem Branco para que ele possa experimentar a afonia e a

gagueira imposta aos outros. Liberação de devires outros. Há aí uma biopolítica grávida de biopotências outras, um possível de uma feitiçaria epistêmica, algo não feito por Guattari, Deleuze ou Foucault, pois não cabia a eles falarem pelos Outros e nem aos Outros. Esquizoeducação é devir-negro, devir-trans, devir-mulher para que a mulher, a trans e o negro possam, elas mesmas, tornarem-se outras, livrarem-se de suas agonias. A esquizoeducação não deseja falar aos negros, às travestis ou às mulheres, nem em nome delas. A Dissertação Esquizita não precisa ser como a forma Negra, nem como a Transexual para experimentar as desdobras e ser vítima do necropoder e dos epistemicídios que impõem formas ideais de gênero e de raça. A Dissertação Esquizita experimentou o devir-negro, o devir-trans, o devir-mulher ao não ser identificada como inteligível, ao não ser identificada como forma legítima de Conhecimento ou corpo autorizado por uma norma. No entanto, disparou ainda mais vida possível! A tese em esquizoeducação deseja investir em mais políticas grávidas, em biopolíticas grávidas de biopotências para que sejam possíveis ainda tantas feitiçarias, produção de corpos outros, dissertações outras, teses outras.

Entrar em devir em seu território é antes pôr o território inteiro em movimento de desterritorialização em relação à Terra, a Desterritorializada por excelência. Assumir o lugar de fala, como o convite feito por Djamila Ribeiro, ou perceber o devir-outro como convidam Deleuze e Guattari, nunca é fazer como o Outro, imitar um Outro, seja nas dores, seja nas conquistas; ou tematizar o Outro. “Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação [...] Devir não é progredir nem regredir segundo uma série. E sobretudo devir não se faz na imaginação [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2002, p. 18). Assumir seu lugar de fala ou entrar em devir-outro é deslocar todo um território que parecia fixado, pôr em variação variáveis e invariantes, percebendo o que se tem: uma Terra ainda por vir, ainda por ser inventada. Também diferente do medo de Ribeiro ao dizer da produção de um Outro que foi pensado sempre como não-europeu, por uma necropolítica, aqui não se pensa uma não-identidade ou uma outra Identidade, um Outro genérico, um mestiço – oposição entre Branco e Negro, ou superação do Branco pelo Negro. Não se trata de um outro vazio, sem sentido. Investe-se, sim, numa identidade outra que desterritorializa Branco e Negro na produção de outras raças, de uma Terra de raças e de identidades por vir. Um ritual magia samba ou uma aliança cunhadismo, que torna a si mesmo um outro. Não há processo de semelhança e nem identificação de diferentes para recolocá-los na Norma, mesmo como

desviança. É uma aliança contra-significante ou movimento contra-colonialismo que não deixa impune um signifiante Branco nem uma subjetivação da branquitude. Uma feitiçaria epistêmica, um mundo por vir que só é possível ser criado com o mundo aqui existente e que para ser produzido, não precisa manter relação de semelhança. Não se tratará, pois, da história da Forma vitoriosa que subjuga a forma perdedora: esta política nós já conhecemos. Não se trata também da revanche, do ressentimento. Isto é apenas o oposto do Mesmo. É, antes, a produção de uma história outra, devires históricos: uma identidade fundida apenas na plena diferenciação possível no encontro sempre atual, na efetiva presentificação do outro, de tantos outros. Identidade fundida pela possível Afirmação da Diferença e não pela busca da Semelhança. Novamente parafraseando “Diferença e Repetição”, identidade como mais um efeito da diferença e não como seu representado. “*A oposição, a semelhança, a identidade e mesmo a analogia são apenas efeitos produzidos por estas apresentações da diferença, em vez de ser as condições que subordinam a diferença e fazem dela alguma coisa de representado*” (DELEUZE, 1988, p. 144, grifo do autor original). Eis o desafio ainda experimentável!

## 5 ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À FORMAÇÃO DE PROFESSORAS – PARTOS POR VIR

A esquizoeducação aplicada à formação de professoras é uma tarefa especial. Na Dissertação Esquizita, uma discussão a este respeito foi exercitada na matéria “Que isso tem a ver com Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores” (MENDES, 2015) <sup>126</sup>. Aqui, segue-se outras linhas: sínteses do inconsciente e sua relação com movimentos revolucionários ou reacionários. Se Guattari e Deleuze investigam e chegam à conclusão de que Édipo já estava formado no Desejo da sociedade na qual ele surge, mecanismos foram criados para que ninguém escapasse à edipianização, processos de sobrecodificação e subjetivação na expansão pelo Novo Mundo. A individualização, o familismo, “das pessoas privadas, como veremos um papel muito particular no sistema: um papel de *aplicação*; e não mais de implicação no código” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 333, grifo dos autores originais). Diferente das sociedades pré-significantes que produzem alianças e implicação entre códigos, uma sociedade edipianizada e edipianizadora opera por sobrecodificação, imposição de um significante, colonização dos desejos. Ou ainda opera por subjetivação, Bom Pai, Boa Mãe, Bom Professor, Bom Aluno, processos finitos lineares. A escola como atualização dos anseios do *socius* de uma organização dita civilizada opera neste plano de organização ou de desenvolvimento. Este desejo, inclusive, seduz as almas mais bondosas e que se movem com interesse de classe contra edipianizante, mas que não escapam à captura do desejo inconsciente de edipianização. A Escola foi instituída como lugar privilegiado de criação em nosso *socius*, o lugar onde fazemos o “melhor de nós”, lembrando a fala de Silvio Gallo no vídeo “Deleuze e Educação”. Ela se organiza num espaço de conjunção de heterogêneos, que é a própria Vida, porém assumindo um papel de aplicação da homogeneização, da contagem dos tempos, da segmentação do saber, do controle dos corpos, da colonização inconsciente, da sobrecodificação do desejo ou da descodificação dos fluxos. Ela, a Escola, como a Família, miniaturiza as relações aparentemente exteriores a ela – Escola para Vida. Mas ainda bem que outras coisas se fazem junto ao desejo de sobrecodificação e subjetivação conscienciosa.

---

<sup>126</sup> Cf. MENDES, Tarcisio Moreira. Que isso tem a ver com Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores. Op. cit. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/231>. Acessado em 19 de fev. de 2020.

Nestes processos, fluxos de desterritorialização absoluta positiva, com potência para combater sobrecodificações impostas ou desterritorializações artificializadas – desterritorializações absolutas, mas negativadas ao se reterritorializar em formações perdidas – são também liberados, produzindo um limiar aos axiomas científicos – como uma dissertação dessemelhante. A Escola como um aparelho de Estado do Ensino, ao mesmo tempo que tenta capturar todos os processos, impor uma sobrecodificação aos fluxos, se vê invadida por todos os lados por processos da máquina de guerra da Aprendizagem. Levada a um lugar não-Familiar, logo é aplicado à criança a sobrecodificação da tia do maternal, da professora que substitui a Mãe ou de uma que lhe impõe a Lei como Pai. Questão não resolvida pelo abandono do uso do termo “tia”, pois defender a hostilidade da não-familiaridade do espaço escolar, da assepsia, da neutralidade, do espaço Público homogeneizante por excelência é ainda, no polo apostado, usar a imagem da Família, da binaridade do Público e do Privado. Escola como garantia do sucesso social, Escola como abrigo maternal, Escola como aparelho de ensino das leis sociais: é preciso ir à Escola para aprender a conviver com a Diferença. Dúvida. “Portanto, as pessoas privadas [escolares] são imagens de segunda ordem, são imagens, isto é, *simulacros* que, assim, recebem a aptidão de representar a imagem de primeira ordem das pessoas sociais” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 351, grifo dos autores originais). Por ora, parece não haver dúvidas de que a Escola seja lugar efeito do *socius* e, por isso, ao mesmo tempo, produto, produção e produtora de *socius*, logo, local de disputa. A questão que se faz não é em relação ao Privado, mas como se decide, como se produz o Público? Não parece por acaso que a escola tenha sido território de atuais disputas de interesses de classes religiosas, com a atualização do Projeto Escola Sem Partido, que se ocupam em estancar fluxos de desejo que escorrem pela Forma escolar. O argumento usado para tais investidas é o Familismo, o direito que toda família privada tem de decidir pela educação dos seus para o convívio Público. Seria uma equação simples de resolver, cada famíliazinha criando seus filhinhos de acordo com seus princípios. Ou cada Família tendo sua própria Escola para sua própria Família. Um fluxo perturba o *socius*, explode e vaza por todos os cantos da interiorização familiar. Falso problema, já que os princípios familiares nunca são princípios, mas meios; a Família nunca é anterior ao *socius*. “Todo investimento é molar e social” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 451), mas “o investimento libidinal do campo social é primeiro em relação aos investimentos familiares” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 464). A questão continua: que *socius* produz a Escola? Dito assim, parece que estamos postos num

difícil paradoxo no qual somos seres individualizados, porém frutos de uma individualização condicionada por um *socius*.

A saída que Marx dá a essa relação é a *luta de classes*, a conscientização dos expropriados e alienados pelo Trabalho. Fácil seria a subjetividade proletária consciente a respeito de sua alienação depor o patrão. Contudo, como pode ainda, mesmo consciente de sua exploração, o proletariado não tomar o Poder? Pior: como pode, consciente de sua classe, Desejar sua própria repressão, sua escravização, desejar a manutenção do lugar que pretendia destruir? Como pode a consciência de classe não se revoltar contra a Reforma Trabalhista que retira direitos conquistados a duras penas? É que o investimento do Estado Moderno em aliança com o processo Capitalista é mais miraculoso que o do Estado Despótico arcaico. O movimento das massas dissolve a ideia de classe; ou não dá sentido clássico a ela. Mesmo no interesse de classe há um desejo libidinal inconsciente que o ultrapassa e o agita. O que faz com que o proletariado deseje, em certa medida, ser expropriado, alienado na axiomática “o trabalho dignifica” mesmo que escravizado; e, junto a isso, uma moralidade judaico-cristã mercantil na qual “Deus só ajuda quem cedo madruga”. Eis os perigos da má consciência produzindo *socius* e, por conseguinte, aplicados à Educação. Ou a própria Educação como má consciência, instinto de morte que percorre a forma Escola, que leva a moralidade cristã do professorado ascético ao mal-estar docente. “Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de ‘desorientadores’. Nas regiões coloniais, em contrapartida, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e lhe aconselham com coronhadas ou napalm, que fique quieto” (FANON, 2005, p. 54). Fanon mapeia os processos de ensino da colônia e da metrópole, o primeiro garantido pela polícia, pela repressão puramente corporal e violenta; o segundo, pela conscienciosa imposição das regras. Qual seria mais violento? E se Fanon ainda estivesse vivo para ver, constataria que, no Brasil, convoca-se militares para se tornarem professoras da moral ou intensificam a aula como quartel general na militarização da Escola. Psicopatia generalizada, paranoia que só pode criar entidades clínicas esquizofrênicas pervertidas, que se reterritorializam numa terra artificializada que criminaliza alunos e professores. A Escola está adoecida. A professora está doente. A aluna também. Mas do que está doente a Professora?

Se a aprendizagem é um processo de invenção de si e de mundo<sup>127</sup>, no que tem se transformado processos de aprendizagens capturados por um aparelho de Ensino? “Ao contrário, em vez de uma transformação da abertura [aprendizagem], o que se tem é a parada forçada do processo [de aprendizagem], ou sua continuação no vazio [passar no vestibular, ter um bom emprego, casar, constituir família, acumular riqueza e status social, tirar o PT do governo], ou a maneira como ele [o processo de aprendizagem] é forçado a tomar-se por uma meta [de ensino]” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 481). Uma bricolagem para chamar atenção ao processo de aprendizagem que às vezes é levado ao vazio das metas e dos pressupostos de Ensino, artificializando suas interrupções ou continuidades. Ninguém sabe como alguém aprende, disse Deleuze junto a Proust no estudo dos signos. Por que cismamos em inventar currículos Ideais e Formas; Métodos e Sistemas de Ensino? Modos de ‘ensigno’ – de pôr o signo na pele, marcar, ferir, produzir memória longa, às vezes por puro sadismo, para ver sofrer o ignorante. A Educação hegemônica como a vivemos em nossa sociedade só pode ser domesticação, adestramento, como provoca Ailton Krenak<sup>128</sup> e Nego Bispo<sup>129</sup>. Talvez tenhamos que ser contraescola, com os riscos de sermos confundidos com adeptos do *homeschooling*. Mas não tenhamos medo, somos contraescola na aliança em aprendizagem do índio Ailton Krenak junto ao rio Watu, que já não é só rio, é seu mestre – aprendizagem do inumano do humano; ou na convivência do quilombo no Piauí, no qual se aprende que água é coisa preciosa, mas não há dinheiro que a compre.

<sup>127</sup> A pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, Dra. Virgínia Kastrup, relaciona o processo de aprendizagem ditos clássicos e, junto ao trabalho de Guattari e Deleuze, propõe o conceito de aprendizagem inventiva, para dar a ver o processo de aprendizagem para além da relação com ensino, com o controle dos signos e composição com a arte, chamando atenção para o coengendramento da aprendizagem como invenção de si e de mundo. Cf. KASTRUP, Virgínia. Aprendizagem, arte e invenção. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n1/v6n1a03.pdf>. Acessado em 27 de fev. de 2020.

<sup>128</sup> Em evento promovido pela Pró-reitora de Extensão da UFRJ, Ailton Krenak provoca dizendo que a educação Civilizada nada mais é que adestramento e domesticação. A afirmação causou muito incômodo e põe a pensar. Cf. Vídeo “Constelações insurgentes: fim do mundo e outros mundos possíveis”. Conversa com Ailton Krenak e Suely Rolnik, mediada por Tatiana Roque. Produção Fórum de Cultura e Ciências da UFRJ. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k5SP0GHjWfw>. Acessado em 18 de fev. de 2020.

<sup>129</sup> Nego Bispo também demonstra como a forma com que lidamos com a materialidade da aprendizagem em nossas sociedades brancas é a mesma dos processos de adestramento de animais não humanos. Cf. “Saberes Orgânicos e saberes sintéticos: um olhar quilombola sobre o colonialismo”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k5SP0GHjWfw>. Acessado em 18 de fev. de 2020.

Tentamos (Eles tentam, Eles desejam) limitar o processo de aprendizagem que é sempre involução e que não tem sentido linear, aponta para todos os lados, é uma sucessão de devires, não é Progresso pressuposto aos Modelos ou Métodos de Ensino dos mais inovadores. Criamos, desse modo, tudo que há de mal-estar na Educação: mal-estar docente, a indisciplina discente, a reprovação ou a progressão continuada – quer mais perversão de Progresso que este!? Não quer dizer que se trata de uma relativização do Conhecimento ou uma permissividade adoecida, não se trata da balburdia que tomou conta do Ministério da Educação. Trata-se de um convite, aqui, lance de dados da aprendizagem, única aposta possível frente à toda impossibilidade do Ensino arbitrário – de esquerda a direita – que deseja adestrar o bicho Homem ou que só pode produzir Humanidade. Uma escolha ética frente à moralidade ascética, seja cristã ou secularizada. Um desafio sempre atualizado no exercício do convite feito por Clarissa Alcântara em performance e esquizoanálise “‘Quefazer’ com esse ‘saber’?”. Questão de pesquisa, questão de Vida! “Toda a estupidez e arbitrariedade das leis, toda a dor das iniciações, todo aparelho perverso da representação e da educação, os ferros em brasa e os procedimentos atrozes têm precisamente esse sentido: *adestrar* o homem, marcá-lo em sua carne, torná-lo capaz de alianças, constituí-lo na relação credor-devedor que é por ambos os lados uma questão de memória (memória orientada para o futuro)” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 252, grifo dos autores). Silvio Gallo, um dos maiores especialista em estudos deleuzianos e Educação, disse que Deleuze nunca escreveu sobre Educação. De certo modo há razão nisso. Deleuze, junto ou separado, nunca escreveu sobre Educação. Sua escrita, sua vida é um exercício contraeducado, contra-significante ou pré-significante; máquina de guerra e aliança de possíveis inimaginados, abandono de qualquer Ideal de adestramento dos possíveis. Atentar-se ao processo de aprendizagem é deslocar-se do interesse de classe pelo Ensino da Forma, escapando às leis da estupidez, desinvestido de uma Memória que orienta para um Futuro; abandonando uma forma de adestrar o Homem ou, radicalmente, abandono da Forma Homem. Como se ensina um super-homem? Ou, como alguém aprende a devir além-homem? Alianças possíveis entre elementos heterogêneos: rio Watu e espíritos da floresta – regime pré-significante – combatendo a relação credor-devedor de subjetivação das horas de estudo que garantem bons alunos. Doutor honoris causa Ailton Krenak e Mestre Nego Bispo na tarefa contra-significante das aprendizagens. Investimento na diferença produzida entre o inconsciente libidinal da aprendizagem e o consciente de interesse de classe do ensino.

Tarefa destrutiva da esquizoeducação aplicada à formação de professoras: “faxina do inconsciente: atitude malévola” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 411). Não há boa vontade que resista à aprendizagem, não fazemos o melhor de nós, não há melhor para se fazer do que é feito de nós, dessubjetivação nada conscienciosa, individuação contraindividualização, hecceidade contrassubjetividade. É preciso abandonar Modelo há muito imposto, uma má consciência que despreza as potencialidades de um corpo submetido ao que é Ideal espiritual, às vezes chamada Consciência, “Oh desprezadores do corpo”, orientado ao Futuro do Apocalipse e à Certeza que o Bem vencerá o Mal no Fim dos Tempos. Uma formação que não despreze o corpo, por isso performance nu de uma qualificação de mestrado em Educação. Vestir a professora com chapéu de Guizos, já que ela está com a toga puída, como provoca Jorge Larrosa<sup>130</sup>, pode ainda ser ridículo, porém é trocar um significante por outro, transformação simbólica. Um Modelo por outro. Uma roupa por outra. Um sujeito ou objeto por outro. Um significante professoral por um significante bobo da corte. Significantes sobrecodificando um corpo signo. E se a professora se despisse de todas as vestes, nua? Só corpo signo-partícula, *partignos*. Por isso, perseguição do corpo nas redes sociais, virtuais e atualizadas, dentro e fora da Academia, dentro do MAM ou fora do Museu da República<sup>131</sup>. Uma formação que esteja atenta às formas de interesse de classe para corpo que tentam teleguiar os desejos libidinais de grupo. Uma formação atenta ao inconsciente produzindo corpo, agenciando desejo coletivo, combatendo desejos fascistas das massas e de suas microaplicações. Porque desejo nunca é individual, é multidão. O Desejo é investimento coletivo, maquinaria que conecta não humano e humano – Watu e povo Krenak. Que educação é possível nesta heterogênese? Que escola é possível num regime contra-significante ou pré-significante? “Não há, de

---

<sup>130</sup> Uma discussão acerca da formação docente foi feita na Dissertação Esquizita provocado pelo texto “Elogio do Riso”, de Jorge Larrosa. Larrosa mapeia os efeitos que um chapéu de guizos produziria na forma professoral. Exercício logo abandonado para reterritorializar na forma profética e moralizante de professor. Cf. LARROSA, Jorge. Elogio do riso. In.: \_\_\_\_\_. Pedagogia Profana – danças, piruetas e mascaradas. São Paulo: Autêntica Editora, 2007.

<sup>131</sup> Repúdio às censuras sofridas pelas exposições de arte dos últimos tempos, como a exposição *Queermuseu* no Espaço Santander de Porto Alegre ou à prisão do artista Maikon Kempinski (Maikon K.) durante a realização da performance “DNA de DAN”, parte da programação do Palco Giratório do Sesc, em frente ao Museu da República em Brasília, em junho de 2017. Ver [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/16/interna\\_cidadesdf,610075/artista-e-presos-durante-apresentacao-que-integra-o-palco-giratorio.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/16/interna_cidadesdf,610075/artista-e-presos-durante-apresentacao-que-integra-o-palco-giratorio.shtml). Acessado em 24/09/2018.

um lado, uma produção social de realidade, e, de outro, uma produção desejante de fantasma. Entre estas duas produções apenas se estabeleceriam liames secundários de introjeção e de projeção, como se as práticas sociais se duplicassem em práticas mentais interiorizadas, ou então como se as práticas mentais se projetassem nos sistemas sociais, sem que nunca chegassem a penetrar umas nas outras... na verdade, a produção social é unicamente a própria produção *desejante em condições determinadas... há tão somente o desejo e o social, e nada mais*” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 45-46, grifos dos autores originais). Fazer a “curetagem do inconsciente” é desfazer formas, disformar e fazer com que fluxos escorram para que outras formas e fluxos sejam possíveis. No entanto, nada a ver com impor uma Forma Ideal ou esquizoeducada. Uma formação, um processo de aprendizagem, uma formação de professoras atenta aos desejos inconscientes em relação aos interesses de classe dos Pais, das Alunas, do Estado, das Professoras, do Mercado. “É que o desejo nunca é enganado. O interesse pode ser enganado, desconhecido ou traído, mas não o desejo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 341). Acabamos de sofrer um golpe de canalização do desejo e da insatisfação comum. Uma classe se posicionou contra a corrupção levando ou mantendo no poder tantos mais corruptos libidinosos. Por isso, não se trata de uma caída num indiferenciado, embora não se saiba de antemão onde botamos os desejos, é sempre possível mapeá-los, experimentar linhas de fuga. Os interesses de uma classe trabalhadora foram traídos, mas o desejo que a percorria, fascista e reacionário, e que se reproduzia em nós e em pequenos nós, microfascismo de uma esquerda moralista num Programa de Pós-Graduação ou de militantes de gênero e sexualidade que acham que corpo nu na Educação é exagero, não. Agora, todas nós unidas vítimas da perseguição pública alucinada às esquerdistas depravadas que nunca ficaram nuas, para além das suas próprias privadas. Loucura, não? Esquizoeducação não se trata, pois, de um exercício individualizado ou psicanalítico de uma professora ou um professor sentado ou sentada no divã da faculdade de Educação analisando (ou sendo analisados, perseguindo ou perseguidos pelo aparelho de Estado autoritário) por alunos e alunas. Esquizoeducação aplicada à formação de professoras tem como primeira ação maléfica “violenta, brutal: desfamiliarizar, desedipianizar, descastar, defalocizar, destruir teatro, sonho e fantasma, descodificar, desterritorializar – uma espantosa curetagem” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 505). Distinguir, nos investimentos de interesse de classe das professoras revolucionárias, os fluxos inconscientes do desejo, que podem oscilar entre a aliança esquizo-nomádica de criação de mais vida e a paranoica-reacionária do

compartilhamento compulsório da postagem do facebook visando ao silenciamento de pesquisas e pesquisadoras. Distinguir os investimentos de interesse de classe que aprisionam os fluxos do desejo. Se Guattari e Deleuze afirmam que a fábrica não é metáfora da prisão, mas atualização da prisão, digo: a Escola é uma prisão e uma fábrica de produção de prisioneiros. Como fugir ou fazer fugir a Escola? Que fugas se fazem na e da Escola?

Distinguir, aqui, não se trata de buscar uma origem. A esquizoeducação é, antes, uma atividade *antigenealógica*; ou genealógica no sentido proposto por Nietzsche e exercitado por Foucault no texto “Nietzsche, a genealogia e a história”<sup>132</sup>, no qual Foucault atenta para o uso do termo *Entstehung* que Nietzsche usa para apontar a emergência do surgimento na diferença de uma pesquisa de origem (*Ursprung*) ou de proveniência (*Herkunft*). Trata-se, pois, de investigar relações de constituição na emergência das forças e dos fluxos, mais que descobrir a origem das forças ou suas definições. Aliás, as forças só existem em relação. Na maquinaria, não basta distinguir máquinas sociais ou técnicas, mas perceber como funcionam, subjetivação ou servidão. Saber que a professora ou o professor são ao mesmo tempo máquina social e ou máquina técnica do ensino, também não resolve muito a questão. Que importa é atentar para o funcionamento, agenciamento, enquanto máquina de manutenção dos interesses de classe e sua relação com o investimento libidinal da má consciência e do mal-estar docente. Ou exercício libidinoso de criação de possíveis outros da vida se fazer.

A esquizoeducação aplicada à Escola da Ponte, por exemplo, ajuda a perceber os investimentos do desejo para não conter fluxos: salas multisseriadas, turmas multietárias, ambientes amplos, bons salários para as professoras e para os professores, autonomia para gestão dos problemas escolares e para as alunas e os alunos. Bastaria investigar como os fluxos inconscientes da aprendizagem de alunos, alunas, professores e professoras correm entre a Forma Escolar, para além dos bons resultados nos exames oficiais de medição do ensino português. Não se trata de representar uma idealidade da Forma-Escola da Ponte como Forma para uma esquizoeducação replicável. Antes, a Escola da Ponte só é possível porque ela esquizofreniza a máquina social e técnica que é a Escola, investindo em outros modos e experimentando outra relação entre interesse de uma classe educada e os investimentos libidinais de uma aprendizagem não

---

<sup>132</sup> FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

escolarizante. Mas apenas isso não basta, pois não se trata de impor um Modelo. É preciso ainda problematizar a produção de Modelos que tem como fim a aprovação nos exames nacionais com investimento numa Memória do Futuro. Difícil tarefa! É permitir a cada uma seus *N sexos* ou a cada uma suas *N aprendizagens*. Não categorizar, não limitar o sucesso da aprendizagem apenas ao que se espera aprender por meio do registro do ensinado. Esquizoeducação como cartografia das sínteses inconscientes da aprendizagem: síntese conectiva de energia libidinal de desejo de aprender passando à síntese disjuntiva de liberação energética *númem* do registro do ensinado (energia de registro); indo ainda à síntese conjuntiva que gera liberação de *volupta* do aprendido (energia de consumo), gozo do aprender, em forma de um “então era isso” que você queria, professora! E, junto a isso, outras coisas se fazem, outra energia é liberada, mais energia libidinal, efetuação do processo para início de processos outros<sup>133</sup>. É que a síntese conjuntiva tem a *volupta* não como resultado do processo, mas como resto de processo que já se torna outro. A efetuação de um processo é o início de outros processos, embora restos sejam produzidos e não apenas resultados. Processo de aprendizado que até suporta o ensino e o registro de ensino e se alegra com a descoberta, gozo, mas sobretudo libera fluxos descodificados e desterritorializados de aprendizagem. Por isso, tem-se a ilusão de que a Ciência ou até mesmo a Arte evoluem. Na diferença, elas envolvem. Uma performance de nu artístico hoje ainda causa revolta para uma História da Arte que é constituída, tem seu registro celebrado na Origem de Courbet<sup>134</sup>. Tales de Mileto inventou, há milhares de anos atrás, seu teorema. O aluno de Marta inventa com Tales e outras tantas coisas mais, outro teorema<sup>135</sup>. Substituto ao de Tales? Não necessariamente. No entanto, outro possível para a matemática envolver em sala de aula do reforço escolar. Quem sabe um alívio para o esforço da matemática educada, neurótica, coitada... uma esquizofrenização de uma matemática adocida no Modelo Educado.

---

<sup>133</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. 6. Recapitulação das três sínteses. In.: \_\_\_\_\_. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia** 1. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 145-154.

<sup>134</sup> Referência a obra “L’Origine du monde” (A origem do Mundo, em português) de 1866, de Gustave Courbet.

<sup>135</sup> Referência a um acontecimento da tese defendida por Marta Elaine de Oliveira, integrante do Travessia Grupo de Pesquisa, intitulada “Aprender como travessia: entre banalidades e formações e matemáticas e línguas e peles e escritas... uma vida”, defendida em 2018. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6747>. Acessado em 24/09/2018.

Não se trata de impor um novo método de formação, nem mesmo afirmar que falta à professora e ao professor ou sempre faltará à professora e ao professor uma formação Ideal. Esquizoeducação aplicada à formação de professoras afirma que não existe Forma Ideal porque ela sempre Falta. Ou se existe, ela é fruto de um interesse de classe que ora diz formação continuada, ora formação deficitária, ora curso de complementação, ora formação permanente... Já ao Desejo nada Falta. Embora ele possa estar confundido com os interesses de classe, ao desejo nada falta. Nem mesmo ao Desejo mais fascista, a ele não Falta o Ideal que é si Mesmo – desejo mimético e consciencioso. Neste caso, tudo o que é identificado como diferente a Isso, deve então sofrer ou morrer, ser eliminado – epistemicídio e necropolítica. É, pois, tarefa da esquizoeducação “atingir os investimentos do desejo inconsciente do campo social, enquanto distintos dos investimentos pré-conscientes de interesse, sendo que aqueles podem não somente contrariar a estes, mas coexistir com estes em modos opostos” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 464) na formação de professoras. Mapear os desejos e interesses. Decalcar os interesses no desejo. Mapear os movimentos revolucionários do desejo. Decalcar formações fascistas de ensino obrigatório nos movimentos revolucionários de aprendizagem do desejo. Embora nunca saibamos onde colocamos nossos desejos, podemos investir em outras relações que não sejam a Falta de formação ideal ou o vínculo com o familismo escolar que subjugam os fluxos do desejo aos interesses de classe do Ensino, conjurando os desejos fascistas de eliminação da diferença. Uma maquinaria que exige mais uma função de mecânico que de professora; que clama mais por uma oficina que por uma sala de aula. A professora esquizofrenizando a Educação ou a formação “não é uma intérprete, e muito menos *uma encenadora; ela é uma mecânica, uma micro mecânica...* em cada caso, trata-se de saber quais são as máquinas desejantes de alguém, como elas funcionam, com que sínteses, com que entusiasmos, com que falhas constitutivas, com fluxos, com que cadeias, com que devires” (DELEUZE; GATTARI, 2010, p. 449, destaque e alteração desta autoria). A formação de professoras, neste sentido, não impõe uma Forma de Professora idealiza que vá consertar uma forma defeituosa de Aluno. Aqui a mecânica é entendida como vertez de fluxo, corte-fluxo, mapeamento dos Desejos que são produzidos muito antes de se entrar num curso de Pedagogia ou que vão se constituindo ao longo dos cursos de pedagogias. Ou que um curso de Pedagogia impõe como uma aplicação de um interesse de Estado movimentando desejos ora fascistas, ora revolucionários. Mapear as máquinas desejantes de alguém para experimentar conexões, disjunções e conjunções

para liberação de mais energia libidinal, viva, para conjurar a formação de aparelhos de Estado ou máquinas de guerra fascistas! Todavia não se trata de dar uma imagem à professora análoga à de mecânica. Ou constituir uma centralidade na qual ela é uma mecânica que deve consertar os alunos e alunas que estão na oficina de manutenção que é a Escola. É antes ela mesma uma peça da maquinaria, a aluna e o aluno outra peça na maquinaria; uma desarranjando a outra em suas falhas, em cortes-fluxos, liberando fluxo-esquizas e fugindo aos aprisionamentos neurótico-paranoicos da Formação Ideal.

Para fugir à representação de uma centralidade na função da professora, na Dissertação Esquizita, fui provocado a pensar a relação das parteiras junto ainda ao trabalho do artista Klauss Vianna e aos aforismos de Nietzsche (MENDES, 2015). Mulheres geralmente férteis e pertencentes a uma comunidade tradicional que auxiliam outras mulheres em seus nascimentos. A professora índia, Sandra Benites descreve assim a ação das parteiras em sua comunidade guarani: “Existem vários fatores que podem pôr em risco a vida da mãe, por isso a parteira que a acompanha sempre envolve a família. A mãe corre o risco de morrer, porque tem criança que pode demorar mais para nascer, e, se demorar para nascer, a criança pode inchar dentro da mãe” (BENITES, 2020, p. 258). Uma parteira é também uma potencial grávida. Ela não é obstetra – não possui, a priori, o conhecimento sintético acadêmico. Não possui um saber doto, seu saber é constituído na relação de muitos nascimentos, inclusive o seu próprio e de sua descendência, é um saber orgânico, na confluência de Nego Bispo (SANTOS, 2015). Uma parteira é sempre outra a cada parto ou aborto, inaugura-se como forma sempre em devir. Ela não possui a assepsia ou a impessoalidade da cientificidade, embora nem sempre seja alguém conhecida da mãe. Ela precisa da energia daqueles corpos que dão a vida para que haja ainda mais vida. Ela aposta sempre na aliança de forças que afirmam vida. Ela é peça importante, mas ao mesmo tempo não é central – seu poder é acentralizado. “Minha avó dizia que, quando uma mulher está grávida, ela está entre a vida e a morte, é como se estivesse com o corpo enterrado da metade para baixo, e, do peito para cima, do lado de fora. Por isso, às vezes, quando ouço falar em gravidez romantizada, fico pensando que não era assim que minha avó dizia. Somos preparadas porque sabemos do risco que estamos passando. Por isso é nosso costume que o marido e os familiares estejam perto da mulher durante o parto, sabendo que estamos correndo risco e que podemos falecer. Assim, segundo o conhecimento do nosso povo, durante o parto, a mulher não sentiria sozinha. Diferentemente, nos hospitais, é comum que não deixem nenhuma familiar entrar, e isso

pode deixar a mulher mais abalada durante o parto, como aconteceu comigo” (BENITES, 2020, p. 257). Uma mulher pode também ser parteira de seu próprio filho. Um filho, como eu, pode ser o parteiro de sua própria mãe. É que nunca sabemos quando vamos vir ao mundo. Nunca sabemos de antemão quando iremos nascer. Uma parteira não agenda o nascimento. A mãe fica na espreita de que a parteira possa estar presente ao nascimento. E caso não esteja, outras relações serão criadas. O perigo do aborto é sempre presente, como desdobra possível do parto. Não sendo, no entanto, o desejo da vida, mas desdobra de possíveis: a luta por afirmar vida possível. Quantos abortos assistiremos em sala, em Formação, a fórceps? De quantos abortos planejados por um estupro coletivo de interesse de classe somos cúmplices?

Não se trata de idealizar o parto normal ou a função da professora ou do professor. É antes perceber que, entre uma médica obstetra e uma parteira, as máquinas operam na diferença a despeito das designações diferentes. É que um devir-parteiro pode percorrer a forma da obstetrícia e uma forma obstetra pode produzir um interesse de parteiro. Nos dois casos, trata-se de atingir o desejo inconsciente do campo social. Pois o próprio desejo de vida pode estar emaranhado pela pulsão de morte. É preciso que uma esquizoeducação esteja atenta aos dois polos libidinais do investimento social: o paranoico-reacionário e fascista e o esquizoide-revolucionário. O perigo percorre lado a lado o socius, de esquerda a direita, não há Ideologia que dê conta. O capitalismo produz tantos esquisos e nunca os repeliu com força maior. Uma economia neoliberal dos fluxos no encontro de uma política de sobrecodificação dos possíveis e autoritarismo divino produz uma exploração secularizada inédita na História da Humanidade.

Por isso, não se trata de sobrecodificar a professora ou o professor como parteiras e o aluno ou a aluna como frutos do parto, nem o inverso. Ou inventar uma formação subjetivada na invenção da entidade Professora-parteira. A questão aqui é afirmar que só há aprendizagens, só há vida, só há partos, só há processos de processos, nascimentos de nascimentos, embora alguns abortos aconteçam em sala de aula, na Escola, na Pedagogia, no Magistério. O interesse de fazer nascer a fórceps uma aprendizagem num corpo aluna ou aluno ou mesmo numa formação de professoras pode trazê-las a uma vida, mas pode matar com força sem igual os possíveis de variação. A questão é: que vida nasce? Que biopolítica? Uma biopolítica parteira de biopotências ou uma biopolítica necrosada por uma necropolítica, submetida a um biopoder e a um necropoder? O ensino de interesse da aluna ou do aluno induzido a uma vida leva à

indisciplina, ao fracasso escolar, à reprovação, ao reforço escolar, ao que não vai bem e ao que funciona mal na Educação. A forma professora decepcionada com a “dura” realidade da Escola diferente das idealidades das teorias da faculdade causa abortos. Nada disso. Sem muita boa vontade e benevolência, porque não fazemos o melhor de nós! Nada em nome da Memória do Futuro do Ensino de Qualidade e do Desenvolvimento Social paranoico. “Um investimento inconsciente do tipo fascista, reacionário, pode coexistir com um investimento consciente revolucionário” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 144). A questão é: que futuro? Que ensino? Que qualidade? Que socius? Que memória? Por isso, o Escola sem Partido, com todo seu discurso consciente de Liberdade, expressa seu inconsciente fascista e reacionário quando persegue professoras que discutem questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais e de desigualdade social, associado aos interesses do Estado neoliberal. No revés disso, uma aula a respeito do marxismo para libertar classes estudantis da opressão, pode se tornar uma imposição fascista do tipo regime totalitário que não aceita elogio ao Capitalismo, que transforma qualquer discordância em “jargão pós-moderno”, Stalin contra Trotsky. Entre uma Revolução à esquerda ou à direita um inconsciente reacionário e fascista pode agir: Ditadura Militar Brasileira, Revolução Russa Stalinista... troca-se o interesse de classe, mas não o inconsciente repressor, paranoico-repressor, fascista. “É que o interesse de classe continua sendo da ordem dos grandes conjuntos molares; ele apenas define um pré-consciente coletivo, necessariamente representado numa consciência distinta, a respeito da qual nem sequer se pode perguntar, nesse nível, se trai ou não esse interesse, se aliena ou não, se deforma ou não. O verdadeiro inconsciente está, ao contrário, no desejo de grupo, que põe em jogo a ordem molecular das máquinas desejanças” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 340). A esquizoeducação aplicada à formação de professoras não é, pois, a imposição da Escola da Ponte, da Imagem da Parteira como Ideal de Formação. É um convite à experimentação, um lance de dados, um exercício, *com-posta* no mapeamento das máquinas sociais e técnicas, entre formas de interesse de classe e fluxos libidinais inconscientes do desejo de grupo. Esquizoeducação aplicada à formação de professoras é uma proposta para uma curetagem nas formações edipianas, familistas, castradoras, falocêntricas, enfim, interpretativas e representativas do inconsciente. É maquinação de alunas e professoras, disformando alunas e professoras para que outras formas ainda sejam possíveis. Esquizoeducação deseja atingir o corpo sem órgão da aprendizagem, fazer diagramas, extrair das formas e substâncias partígnos e signos-partículas – lá onde

matérias não formadas e funções não formalizadas lançam linhas de vida possível. Esquizoeducação aplicada à formação de professoras é arma para perceber a maquinaria dos fluxos na tentativa de impedir que o fascismo se instale em nossos desejos, escolas, faculdades, cursos de formação, na relação professora-aluna, para impedir ou combater os microfascismos fantasiados de boas intenções. É lance de dados no desejo como pleno motor e móvel de mais desejo para impedir que o desejo sucumba num desejo de morte, de má consciência, de um mal-estar docente, desejo suicida. Esquizoeducação aplicada à formação de professoras é aposta *n sexos* em conexão com a maquinaria não humana do humano. Esquizoeducação: “para cada um, seus sexos” no combate à neurose-paranoica da abstinência sexual que abre espaço para miniaturização dos abusos sexuais em Família e nas igrejas. Esquizoeducação como forma de processo de maquinaria do desejo e não como Forma esquizofrênica ou entidade Educada. Esquizoeducação, política de uma economia de desejo, maquinaria de desejo revolucionário. Esquizoeducação Máquina de Guerra aplicada à Formação de Professores aparelho de Estado. É tese esquizoeducação aplicada à Formação de Professoras.

Não sabemos que pode surgir ao abandonar a Imagem do Professor que possuímos, temos apenas pistas, outros diagramas possíveis junto a Ailton Krenak e Nego Bispo, a Klauss Vianna e Nietzsche, à Dissertação Esquizita e à Sandra Benites. Uma forma além-professora, quem sabe junto a Nietzsche, além-homem, um não humano do humano, como o encontro na aprendizagem da natação e outras coisas mais nas águas do Watu. Esquizoeducação aplicada à formação de professoras não como codificação, sobrecodificação ou decodificação dos fluxos. Não há nada a interpretar, nada a significar, nada a representar, nada para conscientizar. Trata-se de desterritorializar, descodificar, dessubjetivar como atividade maldosa para ainda fazer passar fluxos e inventar novos diagramas em conexão com a Desterritorializada, a terra. Um Esquecimento ativo, um alisamento dos espaços de formação estriados pelo aparelho de ensino. O modelo estético da arte nômade: “E o próprio escritor escreve com uma memória curta, enquanto se presume que o leitor seja dotado de uma memória longa. O espaço liso, háptico e de visão aproximada, caracteriza-se por um primeiro aspecto: a variação contínua de suas orientações, referências e junções; opera gradualmente. Por exemplo, o deserto, a estepe, o gelo ou o mar, espaço local de pura conexão. Contrariamente ao que se costuma dizer, nele não se enxerga de longe, e não se enxerga o deserto de longe, nunca se está ‘diante’ dele, e tampouco se está ‘dentro’

dele (está-se 'nele'...). As orientações não possuem constante, mas mudam segundo as vegetações, as ocupações, as precipitações temporárias” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 218). Que aprendizagem é possível junto àqueles corpos cansados, de uma História da Memória Longa abertos aos desafios do esquecimento? Que aprendizagem é possível junto aos corpos do Alzheimer fruto de uma vida que ensina? Pensando agora com a querida aliada Margareth, no encontro cuidadoso com a memória curta de seu pai e de sua mãe, na fixação deste doloroso ano 2020 (que merecia o esquecimento divino!) que passa a ser “20 e 20” para orientar um tempo sempre liso, sempre esquecido, um aprendizado contínuo, uma dedicação artística. “É como no caso da memória... Os neurólogos, os psicofisiólogos, distinguem uma memória longa e uma memória curta (da ordem de um minuto). Ora, a diferença não é somente quantitativa: a memória curta é de tipo rizoma, diagrama, enquanto a longa é arborescente e centralizada (impressão, engrama, decalque ou foto). A memória curta não é de forma alguma submetida a uma lei de contiguidade ou de imediatidade em relação a seu objeto; ela pode acontecer à distância, vir ou voltar muito tempo depois, mas sempre em condições de descontinuidade, de ruptura e de multiplicidade. Além disto, as duas memórias não se distinguem como dois modos temporais de apreensão da mesma coisa; não é a mesma coisa, não é a mesma recordação, não é também a mesma idéia que elas apreendem. Esplendor de um Idéia curta: escreve-se com a memória curta, logo, com ideias curtas, mesmo que se leia e releia com a longa memória dos longos conceitos. A memória curta compreende o esquecimento como processo; ela não se confunde com o instante, mas com o rizoma coletivo, temporal e nervoso. A memória longa (família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, ‘intempestivamente’, não instantaneamente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 34-35). A vida é um pleno Alzheimer ou pura demência, memórias curtas alongadas; memórias longas o tempo todo produzidas. Aqui não há idealidade ou romantização da velhice e nem mesmo relativização da difícil tarefa de acompanhamento de uma enfermidade. No entanto, é abertura de um novo campo composicional, sempre novo, sempre vivo, não menos violento e doloroso, talvez mais esquecido. Um esquecimento ativo para superação do memorioso ressentimento? Que aprendemos com corpos de memória de expressão do esquecimento essencial? Fazemos vida no esquecimento, que se faz então? Professora-artista,

professora-pesquisadora, professora-propositora, professora-performer<sup>136</sup> são ainda sobrecodificações despóticas ou subjetivações que uma axiomática educada nos impõe e absorve num solene “Então era isso”. E não que estas formas não liberem fluxos que desterritorializam e descodificam a si mesmas. Mas podemos ir mais além, atividade maldosa. “Não retirar-se do processo, mas ir mais longe ‘acelerar o processo’, como dizia Nietzsche: na verdade, a esse respeito, nós ainda não vimos nada” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 318). A este respeito, de desfazer a forma professoral, disformar, não vimos nada ainda, porque buscamos fazer o melhor de nós. Apenas reterritorialização na Arte ou na pesquisa com Ideais ou Representações, medos como o de Larrosa. Uma forma além-professora é o próprio processo de aprendizagem que se faz em sala de aula, no corredor, no recreio, na saída da sala como mapeia o trabalho da querida Margareth Rotondo<sup>137</sup>, entre-lugares, entrelugares, lugares sempre entre, desterritorialização essencial; um processo sem forma, sem rosto, sem nome. Embora exista uma máquina de rostificação e uma máquina de nomeação no Ensino. Embora algo se produza com o Rosto e com a conquista de um nome próprio. Mas outras coisas *Acontecimento*. Um processo no qual professora e aluna são restos de um processo: nem os mais importantes, nem os mais indispensáveis, menos ainda os mais dispensáveis. Uma disforma que não significa este interesse da classe política e econômica de sucateamento da carreira de Professora e da Educação ou da Universidade Públicas. Professora não como o Representante e nem como o Significante, nem como o Diferente, apenas mais uma peça na conexão maquínica da Aprendizagem. Que está por vir não vimos ainda. Já os perigos se anunciam graves e em greves! Outras conexões ainda inimaginadas para levar mais longe processos por vezes contidos. A

---

<sup>136</sup> A performer, pesquisadora e professora universitária Thaise Luciane Nardim pesquisou em seu doutoramento as desdobras entre a arte da performance, as aulas universitárias de performance em um curso de teatro e a formação docente, o que ela chamou de “uma pesquisa-docência-criação” realizada por uma “pesquisadora-docente-artista”. Cf. NARDIM, Thaise Luciane. **Práticas de aprendizagem em arte da performance: pesquisa-docência-criação por uma intensionalidade inominável**. 2017. 1 recurso online (275 p.). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331242>. Acessado em 28 de fev. de 2020.

<sup>137</sup> Cf. ROTONDO, Margareth Aparecida Sacramento. **O que pode uma escola?** cartografias de uma escola do interior brasileiro. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociência e Ciências Exatas. Rio Claro, 2010. Disponível em [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102159/rotondo\\_mas\\_dr\\_rcla.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102159/rotondo_mas_dr_rcla.pdf?sequence=1). Acessado em 28 de fev. de 2020.

esquizoedução aplicada à formação de professoras se interessa nisso e deseja isso. Mas que besteira ter tido novamente o Isso.

## 6 ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA AO CURRÍCULO – PLANO DE COMPOSIÇÃO

Estamos em meio à discussão acerca da imposição de um currículo básico para a Educação Básica brasileira, isto depois de assistirmos à imposição por decreto da Reestruturação do Ensino Médio<sup>138</sup>. O lobby usado pelos governos e disseminado em campanhas maciças dos meios de comunicação mais populares, investe na liberdade de escolha que o estudante teria em relação ao que é oferecido. É certo que tal projeto data de antes do governo que assumiu depois de uma manobra bem articulada entre os desejos da população em geral e os interesses da classe política e empresarial (com participação do judiciário e retaguarda do alto escalão militar), sob o discurso falacioso de combate à corrupção no país. No entanto, não parece ao acaso que até então não tivesse sido aprovado.

Os dois projetos de reformulação curricular que se busca implementar no país sofrem do mesmo mal: entendem que o problema mais urgente a ser resolvido na Educação se limita à determinação do currículo ou dos conteúdos a serem ensinados – memória longa, memória orientada para o Futuro. Muito antes do decreto presidencial de Reforma do Ensino Médio não era difícil encontrar, pelos corredores da Escola, certezas quase que inquestionáveis, conteúdos óbvios necessários que deveriam ser ensinados nesta etapa escolar. O metro era o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, em um tempo que ainda não existia o SiSu, o Sistema de Seleção Unificada – ou algum vestibular mais conhecido nacionalmente. Lembro-me ainda, em 2001, da cobrança feita às professoras de física e química, no meu Ensino Médio, para que ensinassem os conteúdos do caderno programático do Pism/UFJF (Processo de Ingresso Seletivo Misto da Universidade Federal de Juiz de Fora), um tipo de avaliação seriada cumulativa, realizada pela candidata ao ingresso na Universidade, ao final de cada ano

---

<sup>138</sup> Depois da aprovação do Decreto Presidencial que impôs a Reforma do Ensino Médio, o Conselho Nacional de Educação discutiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio. Situação que gerou inúmeras tensões, como a renúncia do Presidente da Comissão específica, César Callegari, que disse na ocasião: “Infelizmente, para a maioria, esta miragem poderá significar ainda mais frustração e mais exclusão. Provavelmente, um maior aprofundamento das nossas atuais desigualdades[...] Quanto à proposta de BNCC elaborada pelo MEC, proponho que ela seja rejeitada e devolvida à origem. Seus problemas são insanáveis no âmbito do CNE”. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/carta-aos-conselheiros-do-conselho-nacional-de-educacao-cesar-callegari-renuncia-a-presidencia-da>. Acessado em 24/09/2018.

do Ensino Médio. Diante da boa vontade de algumas professoras, uma chamou mais atenção ao dizer que não limitaria suas aulas aos conteúdos de programas de vestibular, pois a Escola Pública era lugar da ampla “formação humana e cidadã” e não lugar do ensino tecnicista voltado ao mercado de trabalho burguês. Eu, óbvio, fiquei totalmente contrariado, sentindo que ficaria para trás no sucesso Acadêmico em relação às candidatas das escolas particulares, que pareciam mais humanizadas e cidadãs que eu.

As críticas mais comuns ao modelo que quer ser imposto com o nome de Novo Ensino Médio são em relação à valorização de conteúdos listados como obrigatórios (Matemática e Língua Portuguesa) em detrimento a outros conteúdos opcionais como Biologia, Geografia, História, Filosofia, Arte e Educação física. Os defensores da Arte e da Educação Física ou Filosofia brigam por um espaço obrigatório no currículo básico na esperança de uma valorização, na estratificação num território, neste desejo de desterritorialização. Tem-se uma disputa legítima, ao passo que pode haver aí um Falso problema. Problematiza-se de outro modo, conquistando, enfim, o direito aos problemas de uma educação, pergunta-se: é possível uma educação que não seja obrigatória? Não será a obrigatoriedade, neste caso, um problema a ser atacado, ao invés de ser defendida como solução, ao invés de se desejar a obrigação? Na Dissertação Esquizita há uma discussão a respeito da obrigatoriedade da disciplina “Filosofia Pop” tornada obrigatória no curso de Filosofia da UNIRIO<sup>139</sup>. Aqui, continua-se de outra forma, aqui disparam-se outros fluxos.

Um Currículo Escolar é parte de uma máquina técnica e de uma máquina social interessada e interesseira, ao mesmo tempo em que dispara fluxos libidinosos, de desejo. Enquanto máquina técnica o Currículo é usado como ferramenta para cumprir e fazer cumprir a servidão maquínica, na conservação da hierarquia e da meritocracia social. Como máquina social, ele é usado como ferramenta para subjetivação, produção de uma sujeição social para fazer funcionar ou para aplicar o desejo do socius – Bom Professor e Bom Aluno. Optar por uma disciplina ou outra, obrigar um conteúdo e flexibilizar outro, é parte deste jogo: produção de sujeito e subjetivação. Dizer que o currículo imposto pelo Governo Federal ao Ensino Médio é o de interesse do mercado nada ajuda na discussão. Ou nada de novo traz ao cenário de disputas pela hegemonia no sistema de ensino. No avesso, tornar obrigatórias disciplinas como Arte ou Educação

---

<sup>139</sup> MENDES, Tarcisio Moreira. ‘POP’ FILOSOFIA E FILOSOFIA POP PÕEM A EDUCAÇÃO A PENSAR DISCIPLINA, CURRÍCULO E POLÍTICA. Op. cit.

Física e opcionais Matemática, Física ou Química, também não resolve a questão de desejo e da relação com o interesse de classe das disciplinas de “corpo”. Pois do mesmo modo que há na escola interesses por mais arte e educação física, há também na escola um desejo pela entrada no mercado de trabalho que não valoriza o interesse por essas disciplinas. A questão não se põe em relação aos interesses das classes de artistas ou desportistas, mas em relação a este interesse e o desejo de não apenas entrar no mercado de trabalho ou fazer funcionar um *socius* sobrecodificado pelo Estado, desterritorializado negativamente pelo capitalismo. A esquizoeducação aplicada à política curricular é uma aposta na economia da maquinaria do desejo para combater os interesses da antiprodução do mercado ou os desejos do fascismo da perpetuação da escravidão de si, numa forma vazia de saberes sintéticos. Esquizoeducação é uma política de mapeamento curricular, não uma Forma de Currículo. Não se trata de um currículo Esquizoeducado, mas sim de uma prática esquizoeducação aplicada ao currículo escolar, denunciando interesses de contenções dos fluxos de desejo, potencializando biopolíticas grávidas de biopotências. Ou denunciando os desejos neuróticos e reacionários da aprendizagem pelo aparelho pedagógico do Ensino obrigatório.

Por mais bem intencionada que seja uma classe de professores de arte, a obrigatoriedade da disciplina Arte não garantirá um mínimo de encantamento que o contato com a matéria artística ou com o fazer artístico é capaz de provocar. A arte na escola é contraescola. É como a bunda de um neném que poderia ser vista em qualquer revista semanal, numa peça de marketing de uma pomada para assaduras, mas que na parede da Escola, ao lembrar que crianças do maternal têm corpo, fruto de uma bricolagem da aula de Arte, escandaliza a coordenação pedagógica e produz censura<sup>140</sup>. A arte desterritorializa o território da Educação. O corpo em outra relação que não seja consumo alucinado de produtos descartáveis desterritorializa uma moralidade, e se reterritorializa em censura na Escola muito antes da militarização, anos antes do golpe de Estado. Por mais bem intencionado, o interesse da professora ou do professor de matemática não garantirá o mínimo de aprendizagem da fórmula algébrica para aprovação no ENEM. Não se trata de impor uma forma rizomática em oposição a uma forma de currículo arborescente. A esquizoeducação é um mapeamento, fazemos rizoma

---

<sup>140</sup> Cf. MENDES, Tarcísio Moreira. **Do artista ao educador e artista Ou do artista na sala e do educador no palco Ou sobre uma vivência da arte**. Monografia (Especialização). Faculdade Angel Vianna, Especialização em Teatro e Dança na Educação, Juiz de Fora, 2011.

no combate ao currículo arborescente, embora seja possível fazer árvores de rizomas. Mas antes de ser Currículo Rizomático, todo currículo se inventa em rizoma, caminhos produzidos no caminhar, travessias, embora um desejo de linearidade ou arborescência possa florescer. E mesmo a obrigatoriedade produz desejo rizoma, linhas de fuga. Mesmo o interesse de classe rizomático pode produzir um desejo coletivo de arborescência. Mesmo a árvore do Conhecimento produz rizoma. Não se planta apenas árvores, faz-se rizomas; não somos apenas produzidos por árvores, produzimo-nos por rizomas. Eis o desafio da esquizoeducação aplicada a um currículo que deseja produzir árvores: mapear rizomas, linhas de fuga. Mapear relações sempre com o perigo de decalque. Mais que por um mapa sobre o decalque, a esquizoeducação convida a pôr o decalque sobre o mapa produzido, ver por onde os fluxos vão, vazam e onde são contidos; em quais movimentos há contenção de vida, contenção de possíveis que impedem mais variação. Uma esquizoeducação aplicada ao currículo pretende mapear linhas de obrigatoriedade e linhas de fuga ou linhas de criação, na aposta de composição de mais vida – mapeamentos para produção de um plano de composição, embora seja sempre perigo o decalque no plano organizacional e ou de desenvolvimento. Involução contra o desejo Evolutivo ou denunciando-o – lance de dados de biopolíticas grávidas de biopotências, observando os pontos de decalque na invenção de uma cartográfica outra, uma terra por vir.

A primeira tarefa positiva da esquizoeducação é então relacionar a produção desejante e ou máquina desejante às máquinas técnicas e sociais do currículo.<sup>141</sup> Trata-se de perceber em que sentido elas funcionam, ora potencializando os fluxos, ora contendo-os; ora produzindo formas, ora desfazendo-as para que outras formas não-formadas possam ainda ser produzidas. Uma maquinaria do desejo ante aos interesses do Estado (Professores, Diretores, Alunos, Pais e Familiares). Mapeamento do encontro dos desejos que vazam a Forma Professor, Diretor, Aluno, Pais e Responsáveis. Mapeamento dos interesses de classe no currículo que se agenciam aos desejos coletivos. A questão não se resolve ao designar quais são as máquinas técnicas e sociais que operam (Pais Ausentes, Família desestruturada ao molde edipiano). Trata-se de mapear os desejos que vazam as formas pressupostas de Família, Escola, Educação. Não se trata de resolver o problema dos desajustes, neurotizar e reterritorializar – edipianizar a criança órfã simbolicamente com papai-mamãe da professora. Menos

---

<sup>141</sup> Cf. DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 426.

ainda o medo da transferência perdida no sonoro “tio” da Educação Básica Anos Iniciais. Se a Escola foi considerada aparelho ideológico em relação ao aparelho militar repressor do Estado, a esquizoeducação é desejosa de investigar a relação educada da repressão, que torna indiscernível aparelho ideológico e aparelho repressor<sup>142</sup>. Ou que torna aparelho ideológico que só pode ser repressor, ou aparelho de repressão que não tem nada a ver com ideologia, é apenas desejo, política Real e produção de realidade. É preciso mapear o desejo da máquina pedagógica para fazer fugir o discurso ressentido e fatalista de classificação de famílias desedipianizadas e crianças edipianizáveis ou indisciplinados perversos, esquisitos e esquisos que nunca serão neurotizados e, por isso, serão condenados a criminalidade irrestrita. Não há ideal, idealidade ou ideologia. Esquizoeducação é anti-ideologia porque o que faz funcionar a máquina é o desejo. E o desejo é maquínico e escapa aos interesses dos conselhos de classe, da formação ideal familiar, de bom aluno e bom professor. Nem precisamos negar família, professor e aluno na maquinaria do currículo, com risco de cair no indiferenciável fascistas. Esquizoeducação aplicada ao currículo se agencia às peças adjacentes à máquina do desejo de aprender, peças como Professor, Aluno, Escola sem tê-las como resultado do processo de aprendizagem, apenas resto.

É preciso avançar na tarefa e seguir a segunda prática da esquizoeducação aplicada ao currículo: “Distinguir nos investimentos sociais um investimento pré-consciente de classe ou de interesse e o investimento libidinal inconsciente de desejo ou de grupo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 456). É que mesmo na professora mais bem-intencionada, na professora que faz “seu melhor” como prescreve Sílvio Gallo no vídeo “Deleuze e Educação”<sup>143</sup>, há uma máquina celibatária ou uma máquina de guerra. Distinguir os interesses de classe dos investimentos libidinais inconscientes do desejo é ver funcionando a maquinaria libidinosa; é investigar quanto de interesse pela liberdade é produzido por um inconsciente desejoso fascista que tenta controlar fluxos de criação que vazam à moralidade ascética cristã ou secular. É que o interesse está sempre ligado

---

<sup>142</sup> Guattari e Deleuze na diferença proposta pelo marxismo estrutural de Louis Althusser (1918-1990) que diferencia aparelho de Estado Ideológico e aparelho de Estado Repressor, propõe pensar apenas o aparelho de captura do Estado, que não é ideológico, mas político, embora seja repressor. Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 7.000 a.C. – Aparelho de captura. In.: \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997/2012b.

<sup>143</sup> Vídeo **Pensadores e a Educação – Gilles Deleuze**. Op. cit.

a uma forma futura; uma forma teleológica. A Forma libertária de uma revolução pode aprisionar fluxos revolucionários. No entanto, o contrário pode acontecer com força igual: a Forma libertária pode trazer consigo a potência de libertar mais fluxos revolucionários. É tarefa da esquizoeducação mapear as formações, investigando as barreiras que impedem o fluxo de correr. É sempre possível ir um pouco mais além dos nossos interesses. Ou, o desejo sempre vai além de nossos interesses. E a questão aí é saber: que desejo?

Uma experiência fantástica fez-me pensar essa relação entre o interesse de um currículo livre e o investimento no desejo conservador. Quando Professor do Magistério Superior no curso de Teatro da UFSJ, experimentei os possíveis de um currículo oficialmente livre. O curso não possuía uma matriz clássica curricular com disciplinas obrigatórias. A grade curricular era dividida em três eixos – estudos iniciais, continuados e finais – com uma carga mínima que deveria ser realizada por cada aluna e aluno, podendo excedê-la se desejar. Os Estudos eram subdivididos em unidades programáticas, **Estudos Iniciais:** Introdução às Práticas de Atuação – IPA, Introdução à Fundamentação Sociocultural – IFSC, Introdução à Estruturação e à Criação Teatrais – IECT; **Estudos Continuados:** Unidade Programática Práticas de Atuação – PA, Unidade Programática Estruturação e Criação Teatrais – ECT, Unidade Programática Fundamentação Sociocultural – FSC; **Estudos Finais:** Atividades Acadêmicas Complementares, Unidade Curricular: Trabalho de Conclusão do Curso (este subdividido em – Projeto de Pesquisa TCC1, Execução Prática do TCC2, Conclusão e Defesa do TCC3)<sup>144</sup>. O currículo era dividido popularmente em disciplinas “mais teóricas” ou “mais práticas”. Um currículo que se põe no exercício de uma liberdade de trajetória curricular no ensino superior. No entanto, mapeando, encontramos o decalque que ainda persiste das políticas curriculares de interesse que se aplica à economia do desejo. A aluna ou o aluno era obrigado, mínimo que seja, a ter contato com uma

---

<sup>144</sup> Informações extraídas do Projeto Político Pedagógico do Curso de Teatro da UFSJ, modalidade Bacharelado. A estrutura curricular da modalidade licenciatura também está organizada através de Eixos de Estudos Iniciais, Continuados e Finais, acrescentando a este último, que está de acordo com a legislação dos cursos de licenciatura, estágio supervisionado de 400h. O Eixo Estudos Continuados da licenciatura prevê as seguintes designações, na diferença com a proposta do bacharelado: Teorias e Práticas sobre o Ensino do Teatro – TPET e Práticas como Componentes Curriculares – PCC (embora tenham designações diferentes, as disciplinas do Eixo Estudos Continuados podem ser permutadas entre as modalidades licenciatura e bacharelado). Disponível em [https://ufsj.edu.br/teatro/projeto\\_pedagogico.php](https://ufsj.edu.br/teatro/projeto_pedagogico.php). Acessado em 20 de outubro de 2017.

História do Teatro Ocidental ou realizar práticas tidas como corporais. Pela economia de produção dos interesses de professores, que às vezes coincide com a economia de desejo da professora ou do professor, que não são numerosos – a aluna ou o aluno se via obrigada a escolher diante do número limitado de disciplinas oferecidas. Questão: por que uma aluna ou um aluno do curso de teatro é obrigado, mínimo que seja, a frequentar uma aula de História de Teatro europeu branco urbano, que criou a Evolução do Teatro, do ritual primitivo, chamado por Richard Schechner de Performances culturais, ao Teatro Grego dito Civilizado? Por que uma aluna ou um aluno que se interessa pela discussão das práticas escritas a respeito do teatro (aqui penso escrita e leitura de textos como práticas corporais, e não opostas a elas) são obrigadas, mínimo que seja, a se submeterem a uma aula dita de expressão corporal? Será que não podemos ousar ainda mais nas Políticas Curriculares para dar vazão a outras economias do desejo? Aqui, mais que privilegiar tal ou qual fórmula, ou impor uma forma ideal ao currículo, apostase que é possível experimentar ainda outros fluxos, “ainda não fomos longe demais”.

O currículo do Curso de Teatro da UFSJ é diferença potente em relação ao praticado em outras universidades Brasil a fora. E dispara outros fluxos para pensar a produção de currículo em todo sistema educacional. Põe a pensar. Problematisa. Não se trata apenas de impor uma máquina técnica idealizada do curso de teatro aos outros cursos de teatro, nem mesmo a outros cursos universitários de outras áreas. É desejo problematizar as políticas curriculares às quais estamos submetidas durante toda a nossa trajetória escolar e ou educacional institucional. Não podemos perder de vista que algumas podem apontar que tal experiência só foi possível porque trata-se de um curso de arte. Mas seria possível experimentar esta liberdade de escolha em outros cursos de Pedagogia, Matemática, Engenharia, Medicina?

Todo interesse de classe pode querer conter um fluxo do desejo. Assim como o próprio desejo pode desejar sua repressão. Será que toda pessoa reprovada cinco vezes na disciplina Cálculo I, do curso de Matemática, ao ser aprovada na sexta tentativa tem a certeza de que essa disciplina era indispensável para a sua formação como professora ou professor de matemática? Ou que mazelas um ressentimento pode criar num corpo professora que impõe às suas alunas e alunos a repressão de que foi vítima? Que forma quer um curso que tenta conter o fluxo retendo uma aluna ou um aluno cinco vezes numa disciplina? Ou será que a insistência quase sádica do professor de filosofia pop, que assiste pela terceira vez uma aluna escorregar pela cadeira da sala de aula, garantirá a compreensão daquele ato de resistência política das filosofias ditas da diferença no

currículo oficial do Curso de Filosofia da Unirio? Que desejo é liberado ao ser aprovado na sexta tentativa? Que ressentimento é inventado na obrigação da terceira vez? Ou ainda, que desejos se produzem na tentativa de retenção por cinco vezes numa disciplina?

Mapear o currículo não é torná-lo melhor ou mais livre. Não é buscar uma forma aprimorada para melhor ensinar, não é fazer o melhor de nós. Mapear o currículo é perceber quais os pontos decalcamos. Tentamos às vezes com sucesso não conter os fluxos, porém muitas vezes ressentimos na forma Indisciplina, Reprovação, Falso, Erro, Besteira, Banalidade. A esquizoeducação aplicada à experimentação do currículo da Faculdade de Teatro da UFSJ forma um paradoxo, uma proposição indecidível: mostra que é possível investir num fluxo, embora persista a tentativa de contê-los em siglas com cargas horárias mínimas, em poucas disciplinas oferecidas; mostra que é possível dar vazão ao fluxo, mas nem sempre ele deseja deslizar pelas formas.

Há, então, outra tarefa da esquizoeducação aplicada ao currículo: perceber que “todo investimento é molar e social” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 451). O curso quando não abandona a carga horária mínima de cada sigla, o currículo mínimo, o Estado Mínimo, é porque ele é fruto de um investimento molar e social. Ele tende a uma idealização, a uma codificação de uma forma de artista, de ator, de diretor, de professor de teatro. Qual o conhecimento mínimo necessário para fazer parte da classe artística teatral? Ler Tchekhov, saber quem foi Voltaire, que é Poética de Aristóteles? A lei tenta conter o desejo ou um desejo tenta se impor como única Lei. Mas e os artistas e ou diretores que nunca passaram por uma formação mínima de teatro educado? Os artistas orgânicos, como Nego Bispo, são menos artistas, menos atores? Conhecem menos Aristóteles? Ou ainda, que garante que ao passar pela Academia de Teatro se conhecerá quem foi Aristóteles ou sua importância para o pensamento dito Ocidental? Ou melhor, será possível problematizar a escolha de Aristóteles como referência para teatro ocidental? Dúvidas, incertezas, mapeamentos possíveis e certezas da manutenção Estatal. Questões outras surgem, quem decide que Ruth de Souza, Abdias Nascimento, Zenaide Zen, o Teatro Experimental do Negro seja apenas um tópico na disciplina História do Teatro Brasileiro Contemporâneo? Desejo! Puro desejo! Desejo que nenhum interesse de classe antirracismo tem dado conta de conter. Há muito a ser feito.

Parece ingênuo e romântico diferenciar artistas do ensino superior, artistas sintéticos – provocado novamente por Nego Bispo – e artistas não acadêmicos – artistas orgânicos. Porém, isso é mais possível que um matemático não escolarizado.

Achamos possível uma artista que não passe por uma formação acadêmica. E um matemático? E uma professora ou professor? Um matemático autodidata é possível? Uma professora ou professor autodidatas são possíveis? Mesmo o termo autodidata pressupõe que, na Academia, sempre aprendemos por força de um que ensina. Ou que fora dela, quando aprendemos, é por esforço de um que quer aprender consigo mesmo, mérito de si próprio, esforço subjetivo. É preciso mapear estes currículos. Esquizoeducação não é apenas aplicável ao academicismo. Você que lê pode dizer: isto abre precedente para defesa da lei imposta pelo atual governo que permite que pessoas com “notório saber”, tornem-se professoras. E, antes que me acusem de ser a favor, eu digo: sou a favor! Com a condição de acrescentar outras problematizações: por que não temos médicas e médicos com notório saber? Advogados notório saber? Engenheiras notório saber? Químicos notório saber? Militares notório saber? Físicos notório saber? Há aí o interesse de classe agindo e não escondendo o inconsciente desejoso de acirrar diferentes ou de segmentar o Estado. Antes de defender um currículo ou outro, uma formação ou outra, um notório saber ou outro, a questão que se põe é: que formações? Que caminhos? Como isso funciona? Que política de currículo tem privilegiado os interesses de uma classe na contenção de fluxos de desejo de grupos outros? Ou que desejos de grupo fascista têm sido falseados em interesses de classe revolucionária? Que ações de classe às quais pensamos pertencer, têm dado vazão aos desejos mais despotencializadores, de destruição da própria classe? Que desejos tem agido na destruição de si, fantasiados em ciladas de classe contra o que se acusa de “identitário”?

Não se trata apenas de neurotização do saber ou de um reacionarismo da formação, “não vale qualquer coisa”. Trata-se de perceber em que momentos os interesses de classe contaminados por desejo paranoico, nos despotencializa, rouba vida, e faz querer mais controle, mais formação de professores, mais currículos obrigatórios, mais espaço para não fugir, mais identidades neutras e segregadoras. Uma esquizoeducação aplicada à política curricular é exercício de arte, da performance, da criação de expressão e criação de corpo que desterritorializa formas bem intencionadas e limitantes, formas educadas. Esquizoeducação aplicada à política de currículo é investimento corpo sem órgãos, na diagramação das matérias não formadas e das funções não formalizadas com cuidado para conter fluxos de desejo reacionários e fascistas. Esquizoeducação para não conter o fluxo revolucionário em paranoia da disciplina obrigatória. Não se trata apenas de não oferecer substâncias, História do Teatro Ocidental, mas perceber que esta formação retém fluxos de teatro negro, índio,

oriental, da Oceania... ou criações de arte que nem podem ser chamadas de teatro, tamanha é a vida, performance. Por que não é possível formar-se professores na graduação de teatro, cursando apenas 3000 horas do que se diz expressão corporal? Que garantias a Psicologia da Educação, Métodos de Ensino do Teatro podem oferecer para a formação de professoras que de outro modo não seria possível? A disciplinarização da aprendizagem não tem garantido a forma do aprender. “Ninguém sabe como alguém aprende”, repete Deleuze para a Diferença<sup>145</sup>. Logo, apostar num currículo paranoico não garante nada, nem o mínimo de aprendizagem, apenas alucinação de contenção de fluxo. No entanto, não se trata de impor um currículo como uma entidade esquizofrênica, que perdeu a potencialidade de criação. Antes, é afirmar que todo currículo é esquizo: enquanto forma é atravessado por *fluxos-esquizas* e, ao mesmo tempo, enquanto caminho percorrido, é o próprio *fluxo-esquiza* que não possui ideal de produção de uma forma para aluna, atriz ou professora. A esquizoeducação aplicada ao currículo é atenção à impossibilidade do ensino-aprendizagem. Ou é a denúncia de que não é possível uma relação ensino-aprendizagem que não seja de submissão de um fluxo à forma, que não seja a neurotização paranoica e reacionária, que não seja domesticação dos desejos. Deleuze com Proust nos provoca a pensar que só há aprendizagens em sala de aula com tudo em conexão, conexão de signos: cadeira, quadro negro que é verde que virou lousa branca, computador, giz, cartazes, livro didático, vento, luminosidade, cheiro da merenda, espera pela aula de educação física, ansiedade para o alarme do fim da Aula... Há apenas e muito mais aprendizagens que se encontram e que só podem produzir mais aprendizagem. Enquanto investimos na clássica relação professoral de um que sabe e ensina para outro que não sabe, não somos capazes de deslocar o corpo para tentar perceber outra vida possível se fazer em sala de aula, outros corpos que se inventam: currículo como invenção Corpo sem Órgãos.

Uma aprendizagem anônima e sem direção, fazendo rizoma, embora exista o interesse da árvore do Conhecimento e que às vezes se torna desejo. Estão todos aprendendo em sala de aula, em sala de ensaio, numa sala de espetáculo, numa banca de qualificação. Mesmo que uma saiba que é identitariamente professora, atriz, aluna, expectadora... Isto nada importa ou, isso só importa quando *Isso* sabe que formas outras, que relações outras, são possíveis naquele encontro. Não se trata apenas de abandonar o

---

<sup>145</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 2.ed. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

Currículo Básico, mas dar-se conta de que base alguma garante Forma Ideal predefinida. Não é apenas um combate ao Currículo Base imposto unilateralmente por um governo manipulável e manipulado, golpista, mas perceber quanto de desejo de controle esta imposição dispara e mascara-se em interesses de classe, em nós, em microfascismos cotidianos. Quanto do desejo do Projeto Escola Sem Partido, de impedimentos das discussões de raça e de gênero e sexualidade, está investido no interesse de uma classe de professores revolucionários, que dizem que estas discussões não tem a ver com suas disciplinas ou especialidades, acusando outras pessoas de identitárias? Ou, quanto de desejo tem um Currículo Base para impedir que as variações tomem forma, que as biopolíticas grávidas de biopotências sejam possíveis? Ou ainda, quanto de interesse de classe de professoras revolucionárias mascara um desejo microfascista da Pesquisa Acadêmica, que não segue o seu Ideal, e acha exagero uma ação de arte da performance na Educação ou um abstract que pede ao falante da língua Inglesa imperialista que aprenda Português? O desejo por um currículo base que garanta o exercício de liberdades é mais que uma forma ideal curricular, é um exercício constante de mapeamento das conexões que ora escondem decalques fascistas e desejos reacionários; ora liberam fluxos inconscientes revolucionários difíceis de serem contidos. Caminho para mais vida, dentro e fora da Escola, da sala de aula, da academia, eis a tarefa da esquizoeducação aplicada ao currículo!

## 7 ESQUIZOEDUCAÇÃO APLICADA À ECONOMIA DO DESEJO – UMA LUTA ANTIFASCISMO

Quando lançado em 1848, “O Manifesto do Partido Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels, conclamava toda a classe por eles reconhecida como proletariado contra a burguesia. Marx e Engels localizaram na venda da força de trabalho, a captura e liberdade. No entanto, foram indiferentes aos danos irreparáveis provocados por séculos de exploração por meio da escravidão das pessoas africanas de pele preta. Frantz Fanon, em seu livro “Os condenados da terra” (1961), faz uma crítica que produz linhas de fuga de uma luta de classes europeias. “A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. Até mesmo o conceito de sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, deveria ser repensado aqui. O servo é de uma essência diferente da do cavaleiro, mas uma referência ao direito divino é necessária para legitimar essa diferença de status. Nas colônias, o estranho vindo de fora se impôs com a ajuda de seus canhões e de suas máquinas. Apesar da domesticação bem-sucedida, apesar da apropriação, o colono continua sempre sendo o estranho. Não são nem as fábricas, nem as propriedades, nem a conta no banco que caracteriza primeiramente a ‘classe dirigente’. A espécie dirigente é primeira aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os autóctones, ‘os outros’” (FANON, 1961/2005, p. 56-57). Fanon, desse modo, nos põe a pensar as relações produzidas dentro da colônia, que guarda relações sociais estranhas à metrópole. Podemos pensar, a partir de sua obra, obra que a colonização produz três entes: o colonizador, o colono e o colonizado. O colono não é necessariamente o colonizador, ele é arma de colonização e está assujeitado às violências coloniais para que não ceda aos possíveis encantos do colonizado. O colonizador, que às vezes pode ser confundido com o colono, vive protegido das violências coloniais entre os muros da metrópole. O colono recebe o direito ao território conquistado na medida em que o colonizado é subjugado aos códigos do colonizador. Vê-se que as classes não são constituídas de acordo com os bens, mas de acordo com a política de dominação que sempre vem de fora e que não é natural daquele território arrasado.

*7.1 Esquizofrenizando a luta de classes – o escravo liberto, terceiro excluído e movimento esquizo*

Para Guattari e Deleuze, no texto “7.000 – Aparelho de Captura”, publicado no Brasil na série “Mil Platôs, vol. 5” (1997/2012b), a libertação dos escravos ou o aparecimento da figura do “escravo liberto” é uma das condições fundamentais para mudança de agenciamento que permitiu o aparecimento disso que chamamos de Capitalismo na Modernidade. “A resposta de Tökei é: o escravo liberto. É ele que não tem mais lugar. É ele que lança suas lamentações por todo o império chinês: a queixa (elegia) foi sempre fator político. Mas é ele, também, que forma os primeiros germes de propriedade privada, desenvolve o comércio e inventa na metalurgia um escravo privado de quem ele será o novo senhor” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, p. 156). Este sem lugar, o desterritorializado, forçou a fuga, pôs todo sistema a fugir. Para além de uma idealidade ou movimento em direção à evolução do sistema de escravidão à abolição, o termo mais desterritorializado promove a desterritorialização de todas as territorialidades de relações sociais. No entanto, ao invés de produzir uma nova terra, ele se reterritorializa na captura do Estado burguês, sem que cesse a exploração. Isto não quer dizer que se instaura um processo de semelhança, no qual a burguesia se iguala ao escravo. Ou que a exploração a qual foi submetida o proletariado é pior que a escravidão das pessoas de pele preta, como defenderam Marx e Engels. Mesmo porque, a partir do século XVIII, o dito Ocidente conviveu intensamente com um sistema de trabalhadores e trabalhadoras escravizadas negras e um sistema de trabalhadores e trabalhadoras livres, o proletariado.

O Estado nascido da Revolução Burguesa, aparelho de captura, regulou os fluxos desterritorializados disparados por estes novos agenciamentos. Isto não quer dizer, também, que o Capitalismo como novo agenciamento coletivo de produção seja o herói, como se faz crer na História hegemônica, ao se ensinar que foi a partir das sanções dos países europeus industrializados que o fim da escravidão de pessoas negras na periferia do ocidente colonizado foi possível. Pelo contrário, Guattari e Deleuze denunciam que, na diferença do que propuseram Marx e Engels, que defenderam o surgimento de duas classes distintas – a burguesia e o proletariado – a única classe surgida com a revolução dita burguesa europeia fora a própria burguesia – a inauguração da subjetividade capitalística, um *socius* voltada ao corpo pleno do capital-dinheiro. N’O anti-Édipo (2010), dizem os dois: “As classes são o negativo das castas e dos níveis hierárquicos; as classes são ordens, castas e níveis hierárquicos descodificados. Rerler toda a história através da luta de classes é lê-la em função da

burguesia como classe descodificante e descodificada. A burguesia é a única classe enquanto tal, na medida em que ela conduz a luta contra os códigos e se confunde com a descodificação generalizada dos fluxos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 336). Talvez, a máquina capitalista pudesse passar sem Estado, embora nunca vivido coisa igual. O escravo liberto, e aqui não só o escravizado negro, mas todo ente liberto daquela antiga captura social, se reterritorializa na burguesia agora produzida e produzindo e consumida, ao mesmo tempo, num sistema de opressão de sujeição social. E eles continuam: “...tudo isso instaura uma escravidão incomparável, uma sujeição sem precedente: já não há senhores; agora, só escravos comandam escravos; já não há necessidade de pôr carga no animal de fora, pois ele próprio se encarrega dela. Não que o homem seja o escravo da máquina técnica; mas, escravo da máquina social, o burguês dá o exemplo, absorve a mais-valia para fins que, em seu conjunto, nada têm a ver com seu gozo: mais escravo do que o último dos escravos, primeiro servidor desta máquina esfomeada, besta de reprodução do capital, interiorização da dívida infinita. Eu também sou escravo, são estas as novas palavras do senhor” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 337). O desejo do escravo liberto de tornar-se escravo de si mesmo. Regime significante ou subjetivação ao infinito. O sonho de todo proletariado é tornar-se um burguês e a realidade de todo burguês é escravizar-se a si mesmo. Não pense que aqui faz-se relativização ao comparar a escravidão dos povos negros a um burguês da bolsa de valores de São Paulo. Assim como o colono que se submete à violência da Colônia na empreitada da colonização e produção do colonizado, o burguês impõe a si e ao proletariado a violência da exploração. Relação de submissão enlouquecida ao capital-dinheiro que tais Homens de negócios são capazes, já que apenas 1 em 1 bilhão alcançarão o sucesso desejado pelo Ideal burguês, já que apenas 22 homens mais ricos do mundo detêm a renda total de todas as mulheres do continente africano<sup>146</sup>.

A burguesia ao mesmo tempo desterritorializa as relações de nobreza e se reterritorializa num aparelho de captura com força sem igual. Mesmo que a máquina capitalista seja máquina de guerra por excelência, voltada contra o Estado Arcaico, no seu horizonte, no fim do Estado Absolutista, animava-se ainda o *Ustraat* (o Estado original), o Estado Moderno, o burguês, a captura garantida. Os fluxos de dinheiro, de

---

<sup>146</sup> **BRASIL DE FATO.** Bilionários têm mais riqueza que 60% da população mundial, indica relatório da Oxfam. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/19/bilionarios-tem-mais-riqueza-que-60-da-populacao-mundial-indica-relatorio-da-oxfam/>. Acessado em 23 de jan. 2020.

comércio, de exploração de mão-de-obra negra permitiram um acúmulo, uma captura nunca vista antes. E como o termo mais desterritorializado da relação social que se atualiza, a burguesia, temendo seu fim e sabendo de seu limite e dando vazão aos fluxos descodificados, também vai buscar criar formas de manutenção, de conjurar limites e, por isso, produzir reterritorialização. Um desses efeitos é o surgimento do racismo científico e seu excedente, o proletariado branco. Ou como atenta Fanon, o colono, o prolongamento do poder da metrópole sobre o novo território conquistado. Uma burguesia colonial submetida a uma burguesia metropolitana, escravos de escravos.

Não por acaso, países como o Brasil, que foram invadidos por europeus a partir do século XVI, incentivaram, após seus processos de abolição da escravidão de pessoas negras, a migração de trabalhadores e trabalhadoras “livres” brancos ou não negros, como asiáticos ou árabes para seus territórios. Por isso, também, nestes países, especificamente no Brasil, foram criadas leis que impediam ou dificultavam o acesso das pessoas negras recém libertas ao mercado de trabalho dito livre e formal. O trabalho da pesquisadora negra e juiz-forana Rita de Cássia Souza Félix Batista intitulado “O negro – trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930” (2006) oferece um recorte precioso da história desta cidade da Zona da Mata Mineira pós-abolição e seus mecanismos institucionais para dificultar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras negras livres. Nele, há relatos de pessoas negras que viveram este período no qual se consolidou o mito de uma Juiz de Fora fundada na industrialização e no trabalho livre, que teria sido realizado, sobretudo, por alemães, italianos e portugueses. No entanto, os relatos e documentos da administração pública local produzem outra genealogia da Princesa de Minas ou da Manchester Mineira. “Em depoimento, Dona Brazilina (90 anos) afirma que, enquanto mocinha, tentou entrar na fábrica. Tinha esperança de conseguir sair da beira do fogão dos outros, apesar de não saber fazer outra coisa. Tentou, tentou, mas foi em vão. Na época, trabalhar na fábrica significava um certo status social, além de expectativa de melhorias sociais (BATISTA, 2006, p. 45-46). No relato de Dona Brazilina, aparece a impossibilidade de acessar o trabalho especializado nas fábricas que tinham melhores remunerações, oferecendo maior mobilidade social. Espaços que foram reservados aos brancos recém-chegados, os colonos. Já outra entrevistada, Vó Nitinha (78 anos) lembra da sua saga em busca de um emprego na fábrica e da exclusão sofrida. “Ih... era difícil. Não dava serviço não. Eu mesmo ia pra porta da fábrica todo dia, todo santo dia às sete horas da manhã e lá vinha o homem todo dia busca no portão as moça ou os moço pra trabalhar. Abria o portão 8

ou 9 horas e ele escolhia. Olhava pra uns, olhava pra outros e escolhia era só os branco mesmo... Os negro não entrava não. Isso era lá pra os idos de 30” (BATISTA, 2005, p. 108, mantida a grafia original). Dona Brazilina e Vó Nitinha mostram como as novas relações do capital asseguravam a manutenção das antigas divisões em castas raciais.

Rita Félix também apresenta documentos que mostram uma elite agrária branca decadente pré-abolição, incomodada com o comércio entre mascates italianos e pessoas escravizadas negras, argumentando que isso estaria produzindo uma falta de mão-de-obra nas lavouras e aumentando a criminalidade. “...contra abusos que se dão neste Districto em prejuízo da disciplina que todo lavrador tem necessidade de manter em seo estabelecimento para abrigar seos escravos no desempenho de seos deveres; resultado todos embaraços com que lutão os baixos assignados da invasão de mascates italianos que cruzão todo este Districto já entretendo relações de commercio com os escravos para que são os proprietários victimas dos furtus de escravos e já plantando entre eles a insubordinação com o fim de melhor explorar a ignorância dos escravos e maior colheita fazerem, e do estabelecimento de casas de negócio no mesmo districto...” (BATISTA, 2006, p. 60, mantida a grafia original). Mesmo que este tipo de relação comercial estivesse autorizada na região pela própria Câmara, os senhores exigiam “medidas coercitivas” para garantir a “paz e tranquilidade dos lavradores deste Disctricto que tudo confiam no Patriotismo e zelo” do governo. Vê-se como os colonos brancos viam nas relações comerciais uma fuga às antigas relações agrárias de submissão e como a chegada de um de fora, um outro, produzia uma descodificação dos códigos, “plantando entre eles” a insubordinação àquele antigo regime.

O pós-abolição é marcado por práticas legislativas que dificultavam o acesso de pessoas negras ao mercado formal, mesmo que já fosse comum escravizadas e ex-escravizadas comerciantes e prestadoras de serviço nas áreas urbanas – os chamados “negros de ganho”, ganhadoras e ganhadores que muitas vezes pagavam aos seus exploradores uma porcentagem arrecada com seus serviços prestados – ainda durante o regime escravista de pessoas negras. É bom pontuar ainda que o medo dos lavradores brancos de que a relação entre mascates italianos e pessoas negras escravizadas pudesse plantar entre elas a “insubordinação” pode ser explicada. No Brasil, já havia revoltas com protagonismo de pessoas negras, as chamadas “negras de ganho”, como a Revolta dos Malês (1835) e a Greve Preta (1857), todas ocorridas na área urbana de Salvador. Esta última, uma insurreição especificamente de pessoas negras de ganho que, insatisfeitas com as novas tributações sobre os serviços por elas prestadas – transporte

de pessoas e de produtos diversos, inclusive de fezes – literalmente pararam Salvador, obrigando que algumas determinações fossem revogadas pelos agentes do governo<sup>147</sup>. Óbvio que, em Juiz de Fora, o governo local criaria, então, vários mecanismos legais para impedir que comerciantes negros e negras se estabelecessem e, desse modo, desestabilizassem o regime de casta escravagista negro. Não há, no entanto, nenhum idealismo ao defender um comércio “liberal”, já que, como demonstra o trecho destacado, ele só era possível graças a autorização do governo local. Porém, é interessante notar como um fato ocorrido na periferia do capitalismo, na luta entre uma elite agrária decadente e novas relações econômicas, demonstra a importância da ação do Estado Moderno e sua relação com o capitalismo, sempre levada ao limite, sempre possível de ser renovada, reterritorializada.

Expulso das fazendas e substituídas por pessoas brancas pobres europeias, entregues à própria sorte nos centros urbanos, pessoas negras especializadas em confeitaria, alvenaria, metalurgia, vestuário, por exemplo, enfrentavam agora o racismo institucional de outro modo. “Em 1896, a Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovou resolução nº 371 de 20/05/1896 e a Resolução nº 385 de 10/10/1896, as quais limitavam, dificultavam e reduziam extraordinariamente as possibilidades do trabalhador negro se impor no mercado, fixar clientela e expandir seus negócios com possibilidade de êxito. A criação de impostos às atividades profissionais de baixíssima lucratividade veio reduzir ainda mais as possibilidades de expansão do trabalho” (BATISTA, 2006, p. 64). Já estava tudo lá: o patriotismo, a busca pela paz por meio da guerra, a meritocracia, a renovação do ódio racial! E a certeza: a captura continuaria garantida. Rita Félix chama atenção que imigrantes brancas europeias que chegaram a Juiz de Fora sem instrução ou especialização alguma foram inseridas no mercado de trabalho livre, nas atividades urbanas do município sem grandes dificuldades. O colono como arma, como máquina de guerra para manutenção da violência e perpetuação da colonização e da produção de colonizados.

Rita Félix reúne outros vários documentos que denunciam as dificuldades que o povo negro enfrentou no surgimento da Manchester Mineira. São discursos na Câmara

---

<sup>147</sup> Para ver mais sobre a Greve Preta, recomendo a aula 33 da série Retalhos da Nossa História, exibido no YouTube, no Portal 247, com o professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL, Pedro Lima Vasconcellos e mediado pelo jornalista Mauro Lopes. A aula tem como referência o livro do historiador e professor do Departamento de História da UFBA, João José Reis, “Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia” (2019). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vYMmT3KOC6I>. Acessado em 02 de fev. 2020.

local atacando o deputado Joaquim Nabuco (1849-1910) – nacionalmente reconhecido como defensor da Abolição – reações aos movimentos abolicionistas no município e à aprovação de leis nacionais de pré-abolição, como a Lei do Ventre Livre. Assim como um registro de autos de infrações do ano de 1924, que mostra que a maioria de pessoas negras repreendidas trabalhando eram jovens e, muitas vezes, autuadas em situações de pouca especificidade jurídica. Em alguns casos, a autuação se deu porque não conseguiam provar a origem do produto transportado, como pão. Uma marca do uso da repressão policial como política de coerção de colonizados nas colônias, como descrito por Fanon. No distrito, havia uma legislação que obrigava que pães fossem produzidos por meios mecânicos. Nota-se, assim, como uma política de criminalização da população negra, que hoje se revela no encarceramento em massa e no extermínio promovido pelas forças do Estado no Brasil, por vezes, é produzida de modo indireto e sutil, como a exigência de mecanização da produção manufaturada ou produção de fenótipo de suspeito de delito.

Outros relatos chamam atenção. O de Dona Brazilina, já citada, que lembra porque considera a Fábrica Meurer como a mais racista. Por volta de 1910, pelos cálculos da pesquisadora Rita Félix cruzados com os relatos de Dona Brazilina, o único preto que trabalhou lá, depois de ser vítima de inúmeros maus-tratos e humilhação, matou o patrão e nunca mais foi visto, o que faz Dona Brazilina concluir que “sumiram com ele” (BATISTA, 2006, p. 74). Dona Maria de Lourdes, com 89 anos na época da pesquisa, trabalhou na Fábrica Bernardo Mascarenhas – hoje um centro cultura municipal com mesmo nome. Por volta de 1930/1940, havia poucas negras trabalhando na fábrica. Segunda Dona Maria de Lourdes, as que havia, trabalhavam mais que as brancas e não podiam errar, o que determinava o pior tratamento possível para uma trabalhadora dita livre. “Num podia errá não. Os branco que errava, era chamado notra sala prá conversa até acertá. A gente errava e apanhava ali mesmo. Num tinha nada de conversa não...” (DONA MARIA DE LOURDES apud BATISTA, 2006, p. 74-75, mantida a grafia do original).

Já Sr. José Reis lembra de quando começou a trabalhar como cozinheiro na Academia de Comércio “dos alemães”, até hoje uma importante instituição de ensino privada da cidade, que reúne educação pré-escolar, básica, superior e pós-graduação: “Não tinha negros estudando não, só trabalhando como servente, copeiro, arrumador. Era tudo escuro trabalhando. Estudando não... Porque era preto. Era escravo” (SR. JOSÉ REIS apud BATISTA, 2005, pp. 92-93, mantida a grafia original). Sr. José Reis

faz um apontamento importante a respeito da diferença entre a vida de uma pessoa negra na capital Federal, na época o Rio de Janeiro, e a vida em Juiz de Fora: “Olha, eu trabalhei no Rio de Janeiro, mas em Juiz de Fora era muito mais forte [o preconceito racial] que no Rio. Aqui num tinha preto trabalhando nem de garçom, lá no Rio já tinha” (SR. JOSÉ REIS apud BATISTA, 2005, p. 93). Embora a distância entre a capital federal e a cidade de Juiz de Fora não fosse tanta, nota-se que a diferença entre ser uma metrópole e uma cidade do interior, herdeira direta do modelo de colônia do tipo *plantation*, produziu uma política econômica muito específica e racistamente muito bem definida. Não que o racismo não determinasse as relações econômicas na capital, mas na cidade de Juiz de Fora, produzia-se uma especificidade, uma aliança racista entre Estado e mercado bem marcada. Sr. Cornélio Barbosa lembra que a Lei de Abolição de 1888 não produziu os efeitos que se esperavam e demorou muito tempo para que o governo brasileiro criasse leis que beneficiassem o povo negro de algum modo, mesmo que indireto. “A Princesa Isabel libertou, não é? Mas não libertou. Ela assinou. Então, até 1930, não existia lei no Brasil” (SR. CORNÉLIO BARBOSA apud BATISTA, 2005, p. 99). Sr. Barbosa dá a ver as relações entre Estado e mercado e, externando sua preferência política, atenta que foram as interferências estatais no mercado, forçadas por todos os movimentos sociais possíveis, que determinaram ou não as mudanças de regimes econômicos no Brasil. “A Princesa Isabel assinou e sumiu. Ele enfrentou, foi isso. Foi Getúlio que igualou tudo... A escravidão acabou quando entrou Getúlio... Na fazenda a gente era escravo! Foi Getúlio Dorneles Vargas. Foi ele que deu os direitos aos filhos da casa... 2 vagas prá os brasileiros e uma prá estrangeiro na fábrica” (SR. CORNÉLIO BARBOSA apud BATISTA, 2005, p. 104, mantida a grafia original). Embora o trabalho nas fábricas não tenha de todo modo abandonado uma exploração desumanizadora do povo negro – como evidencia os relatos de maus tratos dentro das fábricas de trabalhadoras e trabalhadores negres – e mesmo que a “lei de cotas”, o Decreto 24.215 de 09 de maio de 1934 instituído pela Ditadura de Getúlio Vargas não fizesse menção específica ao povo negro, vê-se que uma atuação do Estado tratou de regular o novo fluxo desterritorializado de trabalhadores e trabalhadoras do antigo regime econômico baseado na raça, agora, por meio de um novo axioma. A nova lei capitalista permitiu o acesso a um mercado de trabalho mais especializado e com melhores condições de renda para pessoas negras. O que não foi qualquer coisa, pois assim como Sr. Barbosa, Vó Nitinha também lembrou da década de 1930 como uma mudança de agenciamento significativa para o povo negro.

Sr. Barbosa dá a ver também a relação hostil que se constituiu com a chegada dos colonos europeus pós-abolição, distendendo um pouco mais, como propõe Fanon, os novos agenciamentos produzidos pela revolução burguesa. “Os alemães mandavam na gente com dureza. Os alemão não ensinava nada e tomava o lugar da gente. Amarrou o Brasil, não deixava as criança curiosa vê e aprende nada” (SR. CORNÉLIO BARBOSA apud BATISTA, 2005, p. 104, mantida grafia original). Os brancos que aqui chegaram para substituir a mão-de-obra negra se reterritorializavam na metrópole branca abandonada. E mesmo que muitos viessem para cá em condições de quase miserabilidade, desterritorializados, a chegada aqui produziu um outro tipo de violência e organização social diferente da metrópole europeia por eles abandonada, garantida pela condição de supremacia racial das relações coloniais. A atuação do Estado não serviu apenas para regular relações puramente econômicas, mas para garantir efetivamente a manutenção de um status social de uma elite descendente da elite colonial do *plantation*. A Abolição, o fim do Império e a Proclamação da República não garantiram a definitiva mudança das relações de poder. Ao lembrar do período do golpe político realizado por Getúlio Vargas, Sr. José Reis fala da violência mantida, herdeira do período colonial. “Dois moços vieram e me chamaram em casa e me levaram na Delegacia Fiscal dizendo que meus companheiros deram parte que eu não votei na Aliança Liberal... O Sr. Argemiro confirmou que eu votei em vocês... fui salvo. Eu tava na sala de interrogatório (14º andar). Era ali que eles jogavam os pretos do alto. ‘Era a escravatura de votar’. (SR. JOSÉ REIS apud BATISTA, 2005, p. 92, mantida a grafia original). Um novo modelo de Estado que inclui novos cidadãos, expresso no direito ao voto, não abandona as velhas práticas de subordinação, de terrorismo de um Estado arcaico e que tem a pessoa negra por escrava. Eis a questão: será que Marx e Engels ouviram de seus amigos proletariados da metrópole Manchester relatos parecidos aos da Manchester colonial das Minas Gerais? Suspeito que não.

Vale acentuar que europeus que chegaram ao Brasil para substituírem a mão de obra escravizada negra chegaram em condições de miserabilidade considerável. Fugiam da fome, de guerras e, alguma vantagem e ajuda estatal recebida, interessada em branquear o Brasil, logo se tornaria privilégio. Alguns brancos pobres perderam a oportunidade de se juntarem à luta antirracismo, ao serem, inicialmente, tratados como as pessoas escravizadas negras, o que levou alguns a abandonar postos de trabalho, como relata o trabalho “Migração no Brasil” (1994), de Regina Bega Santos. Mesmo que diversos europeus brancos tenham recebido terras, tratados como colonos, alguns

não conseguiriam se desvencilhar das desigualdades da terra natal. Visto a proximidade das condições de vida com a dos negros, vítimas do racismo, Jessé Souza deu o nome a esta nova massa de excluídos brasileiros de “Ralé Brasileira” (2009). A Elite do Atraso, outro conceito criado por Jessé Souza, acostumada a tratar os trabalhadores de suas terras como escravizados, não poderia deixar por menos. Porém, o capitalismo tem o poder de descodificação e desterritorialização para levar mais longe o seu limite. Em que pese o fato da escravidão de pessoas negras ter sido oficialmente extinta, vimos como logo foram produzidos inúmeros mecanismos para garantir a continuação da subjugação do povo negro. Se é estimulada a vinda de imigrantes europeus brancos para substituir a mão-de-obra negra liberta, estimula-se a vinda de europeus brancos pobres, com a condição de que se assujeitem como os antigos cativos.

Agora, para o controle dos fluxos e não mais dos códigos, três grandes máquinas de captura alimentam o Estado Moderno na produção do desejo de estoque: a renda, máquina de captura do proprietário que se apropria do estoque da terra; o lucro, máquina de captura do empreiteiro que se apropria do sobretrabalho, estoque de trabalho; e o imposto, máquina de captura do banqueiro que se apropria do estoque de moeda<sup>148</sup>. Importante notar a esquizofrenização que Guattari e Deleuze produzem da “fórmula trinitária” de Marx. Chamo atenção aqui para o deslocamento do aparelho de captura lucro como ação de Estado e não como ação de Mercado. Ao tornar o lucro uma ação essencialmente de Estado e não puramente de mercado, eles põem a pensar o papel decisivo do Estado na atualidade para produção de grandes fortunas, atacando a idealidade do sucesso do bilionário que deve graças ao seu esforço individual, à sua meritocracia. Guattari e Deleuze também não localizam o desenvolvimento do Capitalismo Mundial Integrado como uma causa-efeito do devir da História. Para eles, não é o excesso de produção que leva ao estoque. Mas o contrário: é o desejo de estoque que modifica as relações produtivas. Neste sentido, se os aparelhos de captura Renda, Lucro e Imposto são novos agenciamentos que determinam hegemonicamente o surgimento do Estado Moderno, é porque ele sobrecodifica o desejo de outras comunidades que não têm o estoque como desejo. Não se trata, desse modo, de uma evolução da troca simples à formação abstrata de valores expressa pelo dinheiro. Para eles, há sociedades que possuem mecanismos que esconjuram a produção de captura:

---

<sup>148</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 7.000 a.C. – Aparelho de Captura. In.: \_\_\_\_\_. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, Vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbat e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997/2012, p. 149.

esconjuram a acumulação de terra ao fazerem comparação direta de territórios e renda, impedindo a apropriação monopolista da terra e produção de uma renda absoluta; escondem a acumulação de trabalho ao fazerem comparação direta de atividades livres e de trabalho, impedindo a apropriação monopolista do trabalho que gera o sobretrabalho; escondem a acumulação de moeda ou mercadorias ou riqueza ao fazerem troca direta de objetos – a festa *Potlatch* de povos originários do território estadunidense, como os Haida, os Tlingit, os Salish e os Kwakiutl, mapeada por Pierre Clastre e lembrada por Guattari e Deleuze, é uma distribuição de riquezas entre membros, para impedir a acumulação – impedindo a apropriação monopolista do meio de comparação abstrata, a emissão de moeda<sup>149</sup>. Desse modo, o Estado Moderno regula os fluxos desterritorializados e descodificados produzidos pelo capitalismo. Ao passo que sua tentativa de captura produz ainda mais desterritorialização e descodificação de fluxos.

Como aponta Jesse Souza no livro “A Elite do Atraso – da escravidão à Lava Jato” (2017), podemos ver nos relatos das pessoas entrevistadas no trabalho de Rita Félix, uma Elite do Atraso – herdeira do período colonial – usar a raça como mecanismo último para perpetuar a desigualdade socioeconômica, assegurando um melhor status socioeconômico ao branco pobre em relação ao negro pobre na mesma instrução. No outro extremo, não à toa, hoje os dez maiores bilionários brasileiros são descendentes diretos de colonos europeus brancos ou nascidos fora do Brasil. É o caso do banqueiro mais rico do mundo, morto recentemente, Joseph Safra, libanês naturalizado brasileiro,

---

<sup>149</sup> “Mas, independentemente do contexto e das particularidades desse exemplo, a moeda é sempre distribuída por um aparelho de poder, e em condições tais de conservação, de circulação, de rotação, que uma equivalência bens-serviços-dinheiro possa se estabelecer. Não acreditamos, portanto, numa sucessão, onde haveria primeiro uma renda em trabalho, depois uma renda em produção, depois uma renda pecuniária. O imposto é diretamente o lugar onde se elaboram a equivalência e a simultaneidade dos três. Via de regra, é o imposto que monetariza a economia, é ele que cria a moeda, e a cria necessariamente em movimento, em circulação, em rotação, e necessariamente também a cria em correspondência com serviços e bens ao longo dessa circulação. O Estado encontrará no imposto o meio do comércio exterior, na medida em que ele se apropria desse comércio. Mas é do imposto, não do comércio, que a forma-dinheiro nasce” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012, pp. 147-148). Guattari e Deleuze põem a pensar que, para além de uma evolução, o que se dá é uma mudança de agenciamento entre mercado e Estado, mostrando a relação íntima entre o Capitalismo Mundial Integrado e o Estado Moderno, na qual não há oposição simples oposição entre uma coisa e outra, mas correlação, composição. Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 7.000 a.C. – Aparelho de Captura. In.: \_\_\_\_\_. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, Vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbat e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997/2012.

e do empresário Jorge Paulo Lemann, suíço-brasileiro, segundo e primeiro homens mais ricos do país, respectivamente, em 2020<sup>150</sup>. Para além de um nacionalismo ufanista fajuto ou uma pseudoxenofobia, ódio aos colonos brancos que enriquecem às custas de trabalhadores não-brancos do Brasil, esta realidade prova como brancos colonos detêm privilégios socioeconômicos que perpetuam o modelo colonial no país. Se o sistema do Capitalismo Mundial Integrado desterritorializou fluxos e descodificou códigos, o Estado Moderno regimentado no racismo, como aponta Foucault (1999), em aliança, trata de produzir reterritorializações inimaginadas.

Guattari e Deleuze concordam com Marx ao dizer que o sistema burguês produz sua própria crise – o capitalismo é por excelência caracterizado, mais por ser um regime de desterritorialização absoluta que por ser um regime de acumulação irrestrita, como comumente se conceitua. A acumulação é característica do movimento de captura estatal. Ademais, o capitalismo vive de suas crises fabricadas. “Pode-se distribuir as duas tendências inversas dizendo que a saturação do sistema marca o ponto de inversão? Não, pois é antes a própria saturação que é relativa. Se Marx mostrou o funcionamento do capitalismo como uma axiomática, foi sobretudo no célebre capítulo sobre a baixa tendencial da taxa de lucro. O capitalismo é bem uma axiomática porque não tem leis que não sejam imanentes. Ele gostaria de fazer crer que se choca com os limites do Universo, com o limite extremo dos recursos e das energias. Mas ele se choca tão-somente com seus próprios limites (depreciação periódica do capital existente), e repele ou desloca apenas seus próprios limites (formação de um novo capital, em novas indústrias com forte taxa de lucro)” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b). A subjetividade capitalística precisa de suas descodificações para garantir ainda mais captura. “Marx dava o nome de lei da tendência contrariada ao duplo movimento da baixa tendencial da taxa de lucro e do crescimento da massa absoluta de mais-valia. O corolário desta lei é o duplo movimento de descodificação ou da desterritorialização dos fluxos e da sua reterritorialização violenta e factícia. Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 53). Logo, desde o início, há a aliança entre capitalismo e Estado, resultando na

---

<sup>150</sup> **EXAME**. Os 10 maiores bilionários brasileiros de 2019 segundo a Forbes. Disponível em <https://exame.abril.com.br/negocios/os-10-maiores-bilionarios-brasileiros-de-2019-segundo-a-forbes/>. Acessado em 24 de jan. 2020.

tendência totalitária e fascista dos Estados Modernos. Por isso, também, infelizmente, a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 não pôs fim ao sistema capitalista ou o surgimento de um socialismo do século XXI como profetizaram Slavoj Žižek<sup>151</sup> e Judith Butler<sup>152</sup>. Mesmo frente às milhares de mortes pelo mundo, sobretudo em países como EUA e Brasil. Porque a perversidade capitalista capturada pelo Estado ou a máquina capitalística que tem o Estado como uma engrenagem, produz axiomas capazes de conjurar seus limites e fazer com que grandes empresas de tecnologia como *Facebook* e *Amazon* batam recordes de lucratividade ou que Jeff Bezos se consolide como o primeiro trilionário de todos os tempos<sup>153</sup> enquanto países veem suas populações empobrecerem e milhões passarem fome<sup>154</sup>.

Não bastasse a catástrofe sanitária, vemos a atuação violenta do Estado em outras esferas da vida<sup>155</sup>, que em nosso país tem como vítima preferida jovens negros e de periferia. Lembro novamente Fanon na sua precisa observação. Embora ele diferencie “países capitalistas” de “colônias”, diferenciação que na esquizoanálise de Guattari e Deleuze não produz sentido, já que a colônia está também inserida no grande mercado capitalista que é único, o diagnóstico de Fanon funciona para dar a ver a ação específica da polícia e do exército nos territórios submetidos a processos de colonização. “Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de ‘desorientadores’. Nas regiões coloniais, em contrapartida, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas

---

<sup>151</sup> **INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS.** Žižek sobre o coronavírus: Um golpe letal no capitalismo para reinventar a sociedade. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597314-zizek-sobre-o-coronavirus-um-golpe-letal-no-capitalismo-para-reinventar-a-sociedade>. Acessado em 14 de nov. de 2020.

<sup>152</sup> **BLOG DA BOI TEMPO.** Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem seu limite. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acessado em 14 de nov. de 2020.

<sup>153</sup> **OLHAR DIGITAL.** Jeff Bezos quebra recorde com maior aumento de fortuna em um dia. <https://olhardigital.com.br/noticia/jeff-bezos-quebra-recorde-com-maior-aumento-de-fortuna-em-um-dia/103812>. Acessado em 14 de nov. de 2020.

<sup>154</sup> **SOPESP.** Covid-19 pode jogar 150 milhões de pessoas na extrema pobreza até 2021. Disponível em <https://www.sopesp.com.br/2020/10/08/covid-19-pode-jogar-150-milhoes-de-pessoas-na-extrema-pobreza-ate-2021/>. Acessado em 14 de nov. de 2020.

<sup>155</sup> **G1.** Morte de jovem na periferia de São Paulo provoca protestos contra a violência policial. Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/06/21/morte-de-jovem-na-periferia-de-sp-provoca-protestos-contraviolencia-policial.ghtml>. Acessado em 14 de nov. 2020.

intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e lhe aconselham, com coronhadas ou napalm, que fique quieto” (FANON, 1961/2005, p. 54-55). Perturbadora relação que Fanon faz do papel de professores em países capitalistas metropolitanos e de forças repressoras em países colonizados, na periferia do mercado capitalista. Tudo para garantir uma máxima de captura, para regular fluxos sociais e de desejo. Uma descodificação e uma desterritorialização, produção de uma nova axiomática, garantindo ainda violenta captura, tornando o público uma abstração privada. Desse modo, qualquer insatisfação popular em nosso país em relação ao sistema social desigual produzido por questões raciais e socioeconômicas, tem a força do Estado como garantia de repressão. Mais uma vez, vemos como é importante a atuação estatal atualmente, sobretudo nos países colonizados, para a manutenção das desigualdades e iniquidades sociais. Vemos a importância do Estado para garantir que grupos privados continuem a dominar os espaços de poder públicos, bem como a determinação do que é público.

### *7.2 O que é o Público – questão urgente*

Guattari e Deleuze descodificam Marx ao traírem o seu plano Capital de conceito de Público e Privado. Se para o alemão é a propriedade privada que inaugura uma disputa e um desejo sem igual de captura por meio da estratificação da terra, a dupla francesa faz pensar que a ideia de Público é que desterritorializa as antigas relações de aliança entre territórios e a terra, ao reterritorializar o Público no Privado. “E bem um outro pólo de Estado que surge, e que se pode definir sumariamente. A *esfera pública* não caracteriza mais a natureza objetiva da propriedade, mas é antes o meio comum de uma apropriação que se tornou privada; entra-se, assim, nos mistos público-privado que constituem o mundo moderno. O laço se torna pessoal; relações pessoais de dependência, ao mesmo tempo entre proprietários (contratos) e entre propriedades e proprietários (convenções), duplicam ou substituem as relações comunitárias e de função; mesmo a escravidão não define mais a disposição pública do trabalhador comunal, mas a propriedade privada que se exerce sobre trabalhadores individuais” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 159, grifo dos autores originais). A aliança, aqui, é substituída pela trapaça possível. O rei nunca teve dúvidas que era dono de seu território ou dos territórios por vir.

O aparecimento de algo que regularia as relações entre entes ditos privados, mais interiorizados que o próprio Estado, desterritorializa as relações feudais sem igual. O modelo do Estado feudal nada tem a ver com o modelo do Estado capitalista. Aliás, o Estado Feudal e as Cidades possuíam mecanismos que impediam a passagem ao Estado do Capital: uma organização feudal do campo fechada em si; uma Cidade com seus códigos, com uma organização corporativa, funciona mais por *frequência*, menos por *ressonância*, modo de proceder do Estado<sup>156</sup>. Não há aí evolução alguma, da Cidade ao Estado, mas efetiva mudança de agenciamento e produção de uma nova máquina abstrata. “O direito inteiro sofre uma mutação e se torna direito subjetivo, conjuntivo, ‘tópico’: é que o aparelho de Estado se encontra diante de uma nova tarefa, que consiste menos em sobrecodificar fluxos já codificados que em organizar conjunções de fluxos descodificados como tais. O regime de signos mudou, portanto: sob todos esses aspectos, a operação do ‘significante’ imperial dá lugar a processos de subjetivação; a servidão maquínica tende a ser substituída por um regime de sujeição social” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 159). Não se trata de uma passagem evolutiva do público ao privado, porque no sistema feudal não havia esta clara distinção. É mudança de agenciamento radical, involução, produzindo novo corpo e nova expressão. Inaugura-se com a subjetividade privada processos finitos sempre produtores de novos processos finitos que não respeitam códigos (até podem fazer uso de códigos arcaicos, mas sempre prontos para trapaceá-los). A subjetividade capitalística opera não por códigos e sim por axiomas. Que inclusive causam problemas de leitura aos regimes significantes imperiais. O sistema capitalista é analfabeto, não conhece códigos e nem deseja conhecê-los, a menos para trapacear. Quer antes axiomatizar fluxos desterritorializados, para que mais desterritorialização seja operada. A questão do Estado Capital não está mais na definição do que é privado, mas do que é público.

No outro polo do Estado Moderno outra coisa se dá. “Contrariamente ao pólo imperial relativamente uniforme, esse segundo pólo apresenta as formas mais diversas. Mas, por mais variadas que sejam as relações de dependência pessoal, elas marcam a

---

<sup>156</sup> “Cada Estado é uma integração global (e não local), uma redundância de ressonância (e não de frequência), uma operação de estratificação do território (e não de polarização do meio)”. Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 7.000 a.C. – Aparelho de Captura. In.: \_\_\_\_\_. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, Vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbat e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997/2012, p. 133-135.

cada vez conjunções tópicas e qualificadas. São os impérios evoluídos, no Oriente como no Ocidente, que primeiro elaboram essa nova esfera pública *do* privado, em instituições como as do *consilium* ou do *fiscus* do império romano (é nessas instituições que o escravo liberto assume um poder político que duplica o dos funcionários” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 159-160, grifo dos autores originais). Nossas democracias representativas infestadas de conselhos e organizações que se fecham em si mesmas, esfera pública *do* privado. Nosso Conselho de Segurança da ONU, nossa Organização Mundial do Comércio, nossa Organização Mundial do Trabalho, nossa Organização Mundial da Saúde... esfera pública *do* desejo privado estadunidense, ou que Trump não desejou e agora Joe Biden deseja. Quer coisa mais pública *do* Privado que esta?

Câmaras de representantes eleitas por votos proporcionais produzem um Estado BBB – do Boi, da Bíblia e da Bala. Que expectativa é possível acerca de leis de proteção ao direito dos índios, quilombolas? Que expectativa é possível acerca de leis de combate aos grandes latifúndios improdutivos ou aos criminosos ambientais? Que expectativa acerca do combate ao racismo religioso e à repressão a crimes sexuais e de lavagem de dinheiro que usam a fé alheia para sua perpetuação? Que expectativa acerca de leis de proteção às vidas, de combate às desigualdades sociais e de políticas efetivamente abolicionistas penais? Seria possível tornar o público ainda mais privado? Que perversão! O que está em vias de ser inventado neste novo regime subjetivo não é o privado, mas o público. Esquizofrenia como limite do Capitalismo, um Estado produzido para garantir renda, lucro e imposto cada vez mais individualizados *no* público. Um Estado produzido cada vez mais na tentativa de controlar fluxos descodificados, por Isso o combate ao “globalismo” ou ao “marxismo culturalista” mundial. Estes são fluxos, mesmo que fantasmagóricos, que escapam por todos os lados, pois o devir da História inevitavelmente desemboca no socialismo e, depois, no comunismo... foi o que Marx ensinou. Que ironia: Marx, o profeta do Capitalismo, alimentando a paranoia capital.

O Dono do Capital, eleito presidente do Império, não pode assumir que é anticapitalista, antifluxo. Ele, temendo o descontrole dos fluxos que só podem descodificar o Estado, produz artificialmente um aumento das taxas protecionistas a produtos estrangeiros ao mercado estadunidense, medidas sempre bem-vindas para quem faz da esfera pública *do* privado. Por Isso, o enfraquecimento de órgãos internacionais como a Organização Mundial do Comércio ou da OMS, ou a saída

unilateral do Acordo Nuclear. A tentativa de sobrecodificação típica do Estado descodificada pela ação do Capitalismo. “Nunca houve um capitalismo liberal: a ação contra os monopólios remete, em primeiro lugar, a um momento em que o capital comercial e financeiro faz ainda aliança com o antigo sistema de produção, e em que o capitalismo industrial nascente só pode assegurar-se da produção e do mercado obtendo a abolição desses privilégios (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 335). Um duplo: Estado como produtor de um mercado mundial ao mesmo tempo mercado do Capitalismo Mundial Integrado descodificador do Estado Imperial. Um único mercado mundial, o mundo tornado uma megapólis, “o que se encontra assim realizado é uma axiomática independente, mundial, que é como uma só e mesma Cidade, megapólis ou ‘megamáquina’ de que os Estados são parte, bairros” (DELEUZE, GUATTARI, 1997/2012b, p. 135). Revezamento inédito, novo agenciamento, mas nada a ver com evolução: frequência-ressonância que garante uma isomorfia de Estado: Capitalismo Mundial Integrado; ao mesmo tempo com uma diversidade de formações de Estados: totalitários, social-democratas, socialistas, fascistas que garante, em certa medida, uma polimorfia. Um só mercado mundial onde fogem e fazem fugir fluxos de dinheiros, de juros, de desempregados, de famintos, de imigrantes. Perigo! E por isso, a exigência de mais contenção: um mercado capitalista mundial clama por um Estado totalitário. “O Estado totalitário não é um máximo de Estado, mas antes, segundo a fórmula de Virilio, o Estado mínimo do anarcocapitalismo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 176). O mínimo garantido, o mínimo público *do* privado, o mínimo de captura na descodificação e desterritorialização total. Ou o máximo de desterritorialização e descodificação para a máxima captura. Num mundo onde se produz mais comida que se necessita, milhões morrem de fome. Num mundo de crises, guerras, atentados terroristas com ares de legalidade, grandes massas de migrações de afogados no mediterrâneo e nos mares paradisíacos do Caribe... um muro no deserto mexicano que desterritorializa e tenta reter um fluxo desterritorializante. Nunca se desterritorializou tanto e nunca se capturou tanta riqueza, os ricos brancos cada vez mais ricos, e os negros pobres cada vez mais pobres: capitalismo e esquizofrenia<sup>157</sup>.

---

<sup>157</sup> Cf. **ÉPOCA NEGÓCIOS**. Os 22 homens mais ricos do mundo têm mais dinheiro que todas as mulheres da África. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2020/01/os-22-homens-mais-ricos-do-mundo-tem-mais-dinheiro-que-todas-mulheres-na-africa.html>. Acessado em 14 de fev. 2020. E, **REDE BRASIL ATUAL**. As 26 pessoas mais ricas do mundo detêm a mesma riqueza dos 3,8 bilhões

O delírio Capital reserva outro perigo maior: a produção de um Estado fascista. “(...) como fazer para que o tema de uma raça não se transforme em racismo, em fascismo dominante e englobante ou, mais simplesmente, em aristocratismo, ou então em seita e folclore, em microfascismos? E como fazer para que o pólo Oriente não seja um fantasma que reative, de maneira distinta, todos os fascismos, todos os folclores também, yoga, zen e karatê?” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 52). O perigo do delírio racista que só pode ser fascista. A denúncia de que o Plano Capital é, pois, o plano dos escolhidos, o trigo dos eleitos separado do joio. Loucura, não? O limite guardado entre um Estado dito fascista e um Estado totalitário é que este opera por esmagamento da produção de axiomas e do mercado interno, voltando-se apenas ao mercado externo, manutenção de taxas de juros e reservas para garantia da perpetuação do poder para uma elite pouco numerosa. Já sobre aquele, “Dir-se-ia que a apropriação revirou-se, ou, antes, que os Estados tendem a afrouxar, a reconstituir uma imensa máquina de guerra da qual já são apenas partes, oponíveis ou apostas. Essa máquina de guerra mundial, que de algum modo ‘torna a sair’ dos Estados, apresenta duas figuras sucessivas: primeiramente, a do fascismo, que converte a guerra num movimento ilimitado cujo único fim é ele mesmo; mas o fascismo não passa de um esboço, e a figura pós-fascista é a de uma máquina de guerra que toma diretamente a paz por objeto, como paz do Terror ou da Sobrevivência. A máquina de guerra torna a formar de novo um espaço liso que agora pretende controlar, cercar toda a terra. A própria guerra total é ultrapassada em direção a uma forma de paz ainda mais terrífica. A máquina de guerra se encarregou do fim, da ordem mundial, e os Estados não passam de objetos ou meios apropriados para essa nova máquina (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 115). A máquina de guerra, como movimento típico nômade, em nova aliança com o Estado. Tem o Estado como uma peça ou engrenagem para sua perpetuação: fascismo. Máquina de guerra apropriando-se do Estado tendo a guerra como fim: guerra total, pós-fascismo, desejo de autodestruição, Abolição Total. Mais perversão!

Um Estado descodificado pelo movimento dos fluxos capitalistas, criando axiomas, formas lógicas para regulação dos fluxos. A realização de um grande mercado mundial, fluxos escorrendo por todos os cantos da terra: megamáquina, mecanosfera. Não teria designação melhor para o Estado atual, “Guerra Comercial Total”, não é

---

mais pobres. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2019/01/as-26-pessoas-mais-ricas-do-mundo-detem-a-mesma-riqueza-dos-3-8-bilhoes-mais-pobres/>. Acessado em 23 de jan, de 2020.

menos mortífera que bombas atômicas, a Terceira Guerra Mundial. “Estávamos já na terceira guerra mundial. A máquina de guerra reinava sobre toda a axiomática como a potência do contínuo que cerca a ‘economia-mundo’, e colocava em contato todas as partes do universo. O mundo tornava a ser um espaço liso (mar, ar, atmosfera) onde reinava uma só e mesma máquina de guerra, mesmo quando ela opunha suas próprias partes. As guerras tinham se tornado partes da paz. Ainda mais, os Estados não se apropriavam mais da máquina de guerra, eles reconstituíam uma máquina de guerra de que eles mesmos eram tão-somente partes (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 176). Por isso, o perigo de um “imperialismo humanitário” que agora chega novamente a presidência do Império. A guerra total, a guerra pela paz, a máquina de guerra enlouquecida apropriando-se do Estado. “O totalitarismo é conservador por excelência. No fascismo, entretanto, trata-se de uma máquina de guerra. E quando o fascismo constrói para si um Estado totalitário não é mais no sentido de uma tomada de poder por um exército de Estado, mas, ao contrário, no sentido da apropriação do Estado por uma máquina de guerra. Uma estranha observação de Virilio nos dá a pista: no fascismo, o Estado é muito menos totalitário do que suicidário. Existe, no fascismo, um niilismo realizado. É que, diferentemente do Estado totalitário, que se esforça por colmatar todas as linhas de fuga possíveis, o fascismo se constrói sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 124). O Plano segue o curso: queimadas na Amazônia, derramamento de óleo nas praias do nordeste, aumento da execução pela polícia de negros e pobres brancos, destruição de direitos trabalhistas e previdenciários, atentado de milícias armadas a vereadora negra e a senador branco, afinal, ele veio para “desconstruir muita coisa”.

Na diferença do que propõe Marx para diferenciar as sociedades em primitivas, bárbaras e civilizadas através da análise de seus meios de produção, Guattari e Deleuze vão propor diferenciá-las através de seus processos maquínicos, e não por modos de produção<sup>158</sup>. “A primeira é a máquina territorial subjacente, que consiste em codificar os fluxos sobre o corpo pleno da terra. A segunda é a máquina imperial transcendente que consiste em sobrecodificar os fluxos sobre o corpo pleno do déspota e do seu aparelho, o *Urstraat*: ela opera o primeiro grande movimento de desterritorialização, mas porque acrescenta sua eminente unidade às comunidades territoriais que ela conserva, reunindo-

---

<sup>158</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 7.000 a.C. – Aparelho de captura. Op.cit.

as, sobrecodificando-as, apropriando-se do sobretrabalho. A terceira é a máquina moderna imanente, que consiste em descodificar os fluxos sobre o corpo pleno do capital-dinheiro: ela realizou a imanência, tornou concreto o abstrato, naturalizou o artificial, substituindo os códigos territoriais e a sobrecodificação despótica por uma axiomática dos fluxos descodificados e por uma regulação destes fluxos; ela opera o segundo grande movimento de desterritorialização, mas, desta vez, porque nada deixa subsistir dos códigos e sobrecódigos. Porém, o que ela não deixa subsistir, ela o reencontra por seus próprios meios originais; reterritorializa territorialidades perdidas, cria arcaísmos onde destruiu os antigos — e ambos se esposam” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 347). Assim, uma sociedade dita primitiva, para Guattari e Deleuze, não é aquela que promove trocas simples de objetos, mas aquela que possui mecanismos de conjuração e antecipação de Estados – sociedades que não têm Estado, não por ignorância, mas por conviverem com o perigo de sua instalação e, por isso, conjuram sua formação através da antecipação do perigo. As sociedades bárbaras despóticas, efeitos de um aparelho de captura que produz uma interioridade, uma sobrecodificação, é produção de um significante que determina toda frequência sobre signos outros. E, finalmente, as sociedades civilizadas operando por desterritorialização e descodificação, embaralhando todos os códigos, englobando sociedades heterogêneas, antecipando seu próprio fim, para, ao mesmo tempo, conjurá-lo.

Se a máquina despótica e a máquina civilizada convivem e têm em um de seus pólos o Estado, não é o mesmo modo de operar, não se trata de uma evolução. Na diferença da máquina despótica bárbara, que sobrecodifica todos os códigos, a máquina capitalista civilizatória aposta na descodificação, na conjugação de fluxos descodificados. “*transformação de mais-valia de código, em mais-valia de fluxo*” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 303, grifo dos autores originais). Já não se trata, pois, de determinar que sociedade é mais ou menos explorada, mais ou menos evoluída e, sim, perceber que mecanismos de exploração ou possíveis de fuga cada uma delas produzem. Aqui, mais importante são os processos de desterritorialização. “Diz-se erroneamente (sobretudo no marxismo) que uma sociedade se define por suas contradições. Mas isso só é verdade em grande escala. Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação: aquilo que se atribui a uma ‘evolução dos costumes’, os jovens, as mulheres, os loucos, etc” (DELEUZE, GUATTARI,

1996/2012, p. 103). Não se trata de determinar o *socius* de antemão pelos meios de produção, mas por seu corte-fluxo, por suas linhas de fuga, linhas de criação. Também na diferença, a máquina capitalista não se ocupa com código, mas por produzir axiomas, com leis que sejam imanentes sempre possíveis de serem recriadas no seu esgotamento. “Os próprios segmentos dependem, portanto, de uma máquina abstrata. Mas o que depende dos centros de poder são agenciamentos que efetuam esta máquina abstrata, isto é, que não param de adaptar as variações de massa e de fluxo aos segmentos da linha dura, em função do segmento dominante e dos segmentos dominados. Pode haver muita invenção perversa nessas adaptações. É nesse sentido que se falará, por exemplo, de um poder bancário (banco mundial, bancos centrais, bancos de crédito): se o fluxo de moeda-financiamento, moeda de crédito, remete à massa de transações econômicas, o que depende dos bancos é a conversão desta moeda de crédito criada em moeda de pagamento segmentaria, apropriada, moeda metálica ou de Estado, compradora de bens eles próprios segmentarizados (importância, nesse aspecto, da taxa de juros). O que depende dos bancos é a conversão das duas moedas, a conversão dos segmentos da segunda moeda em conjunto homogêneo e a conversão da segunda em um bem qualquer” (DELEUZE, GUATTARI, 1996/2012, p. 117-118). A máquina capitalística não é senhora da sobrecodificação como a máquina despótica, ela é senhora dos fluxos. Por isso, Guattari e Deleuze chamam atenção para o sistema bancário e a produção da taxa de juros única, garantidora do corte-fluxo e sua relação com o Estado produtor de segmentaridades. Se o homem do capitalismo é o homem endividado, como Maurizio Lazzarato diz, o poder do Estado Civilizado se faz pelo Homem do controle dos juros, o verdadeiro Homem de Estado<sup>159</sup>.

Guattari e Deleuze promovem uma esquizofrenização do marxismo clássico não à toa, pois, como lembra Michel Foucault no prefácio à edição francesa de “O anti-Édipo”, “Uma introdução a uma vida não fascista”, estava em voga na Europa, em meio aos acontecimentos de maio de 68, o uso das teorias de Marx e Engels para entender os movimentos revolucionários daquela época. Guattari e Deleuze, na contramão do que se

---

<sup>159</sup> Embora Lazzarato dê um salto na análise do emaranhado capitalista atual, ao fazer aposta no surgimento de um novo “homem” específico da “economia neoliberal”, ele se afasta da denúncia de Guattari, Deleuze e Nietzsche de que o Homem, desde seu nascimento na Modernidade, estava endividado, controlado por uma dívida infinita, por um Deus credor Universal e, depois, tornado ele próprio credor de si mesmo: divinizando o homem e terrificando a dívida. Cf. LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

passava hegemonicamente no campo revolucionário, ao invés de buscarem um significante na obra destes dois pensadores, problematizam algumas relações, descodificam e desterritorializam algumas certezas, produzindo modos outros de se relacionar com a obra dos alemães. “Nada é mais obscuro, desde que nos interessemos pelos detalhes, do que as teses de Marx sobre as forças produtivas e as relações de produção. Grosso modo, compreende-se o seguinte: desde as ferramentas às máquinas, os meios humanos de produção implicam relações sociais de produção, que, todavia, lhes são exteriores e das quais eles são apenas o índice. Mas o que significa ‘índice’? Por que projetar uma linha evolutiva abstrata que supostamente representa a relação isolada do homem e da Natureza, linha que apreende a máquina a partir da ferramenta, e a ferramenta em função de um organismo e das suas necessidades?” (DELEUZE, GUATTARI, 2010, p. 529). Desse modo, eles questionam a ideia de evolução histórica que pautava todas as discussões da ciência naquele momento voltadas ao Humanismo renascente, fazendo perceber não um encadeamento de ações com causas e efeitos bem determinados, com desenvolvimento ou aprimoramento de ferramentas tecnológicas. Eles apontam para momentos de contingência que arrastam a História da Humanidade. Uma involução, um alerta acerca da sucessão de devires. “Mas o capitalismo só começa, a máquina capitalista só está montada, quando o capital se apropria diretamente da produção, e quando o capital financeiro e o capital mercantil nada mais são do que funções específicas correspondentes a uma divisão do trabalho no modo capitalista da produção em geral” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 300). Já não é a propriedade privada que diferencia este sistema dos outros. Já não é aquele que detém o dinheiro ou a classe que domina os meios de produção, já não é aquele que nasceu para criar códigos ou sobrecodificar o *socius*, já não é aquele que nasceu para guiar o povo, é, antes, aquilo que sempre existiu, aquilo que desterritorializa e descodifica as relações, a maquinaria desejante.

Se n’O Capital, Marx elege o encontro de dois elementos “principais” – o trabalhador livre e nu que vende a força de trabalho fazendo correr o fluxo de dinheiro descodificado, devendo capital e com capacidade para comprá-lo, isto apenas não explica o agenciamento na máquina capitalista. Guattari e Deleuze chamam atenção que no Estado despótico em feudalidade já se encontrava tal segmentação. Era preciso, todavia, um elemento de conjunção entre o fluxo de trabalho e fluxo de dinheiro. Aqui, o trabalho também toma outra potência. O trabalho se torna sobretrabalho ou trabalho morto. “Já não é a crueldade da vida [típico das sociedades primitivas], nem o terror de

uma vida contra a outra [das sociedades bárbaras], mas um despotismo *post-mortem*, o déspota devindo ânus e vampiro: ‘O capital é trabalho morto que, de maneira semelhante ao vampiro, só se anima ao sugar o trabalho vivo, e sua vida é tanto mais alegre quanto mais trabalho vivo sorve’” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 303). Não se trata da servidão maquínica, promovida pelas máquinas técnicas especializadas do Senhor de Escravo. É o próprio Escravo, escravo de uma abstração capital-dinheiro, sujeição social, escravidão generalizada e Universal que, enfim, agencia Estado e Mercado. “A máquina desejanse como passagem ao limite: interferência do corpo pleno, desprendimento das formas simples, consignação das ausências de liame: o método de O capital de Marx vai nesta direção, mas os pressupostos dialéticos impedem-no de atingir o desejo como partícipe da infraestrutura” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 532). Não basta uma tomada dos meios de produção, se o desejo continua um desejo burguês, uma escravidão da escravidão.

Os estoques terra, trabalho e moeda passam pelo desejo. Ou melhor, não é o estoque que produz desejo de excedente, mas é o próprio desejo de excedente que muda o agenciamento do *socius*, desterritorializando e abstraindo as quantidades e produzindo estoque. Pois há uma relação comunicante entre máquinas desejanse, sociais e técnicas, embora de mesma natureza, funcionam em regimes diferentes. “Em primeiro lugar, as máquinas desejanse são certamente as mesmas que as máquinas sociais e técnicas; mas o são como o inconsciente destas: com efeito, elas manifestam e mobilizam os investimentos libidinais (investimentos de desejo) que ‘correspondem’ aos investimentos conscientes ou pré-conscientes (investimentos de interesse) da economia, da política e da técnica de um campo social determinado. Correspondere não significa de modo algum se assemelhar: trata-se de uma outra distribuição, de um outro ‘mapa’, que já não concerne aos interesses constituídos numa sociedade, nem à repartição do possível e do impossível, das coerções e das liberdades, tudo o que constitui as razões de uma sociedade. Mas, sob estas razões, há as formas insólitas de um desejo que investe os fluxos como tais e seus cortes, que não para de reproduzir os fatores aleatórios, as figuras menos prováveis e os encontros entre séries independentes na base dessa sociedade, e que desprendem um amor ‘por si mesmo’, amor do capital por si mesmo, amor da burocracia por si mesma, amor da repressão por si mesma, todos os tipos de coisas estranhas como ‘O que, no fundo, um capitalista deseja?’ e ‘Como é possível que homens desejem a repressão não só para os outros, mas para si mesmos?’” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 530-531). Guattari e Deleuze promovem, desse

modo, uma desnaturalização da linha evolutiva, pondo em xeque não apenas o desenvolvimento do acúmulo de capital, mas dando a ver a maquinaria libidinosa que torna possível esta captura e, neste sentido, a própria constituição da dita classe trabalhadora e o seu amor ao trabalho. “Os dois modelos motores ideais seriam o do trabalho e o da ação livre. O trabalho é uma causa motriz que se choca contra resistências, opera sobre o exterior, se consome ou se dispende no seu efeito, e que deve ser renovado de um instante a outro. A ação livre também é uma causa motora, mas que não tem resistência a vencer, só opera sobre o próprio corpo móvel, não se consome no seu efeito e se prolonga entre dois instantes... O que conta no trabalho é o ponto de aplicação de uma força resultante exercida pela fonte de ação sobre um corpo considerado como ‘uno’ (gravidade), e o deslocamento relativo desse ponto de aplicação. Na ação livre, o que conta é a maneira pela qual os elementos do corpo escapam à gravitação a fim de ocupar de modo absoluto um espaço não pontuado” (DELEUZE; GUATTARI, 1997/2012b, p. 80). Esquizofrenizar as relações entre trabalho e sobretrabalho, ou entre trabalho (que já pressupõe sobretrabalho) e atividade livre.

Seguimos agora a pista desta desterritorialização, indo aos conhecimentos científicos orgânicos e ancestrais dos povos que habitavam a terra de Pindorama quando da chegada dos portugueses ao hemisfério sul. Antônio Bispo dos Santos ou Nego Bispo, intelectual brasileiro, quilombola e descendente dos povos das florestas, no livro “Colonização, Quilombos: modos e significações” (2015) lembra que trabalho, para cultura judaico-cristã, para a cultura dos que aqui invadiram a partir de 1500, sempre foi relacionado a castigo e, ao mesmo tempo, ao acúmulo, à captura. Nego Bispo atenta que os povos originários da terra de Pindorama – terras de palmeiras, como era chamado o Brasil antes da invasão europeia, por alguns povos nativos – possuíam outra relação de produção econômica, o que ele chama de “biointeração”. “Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia” (SANTOS, 2015, p. 85). Modo mais orgânico de estoque não pode haver, ou modo eficaz e mais interessante de conjurar o acúmulo e o desperdício também não há. A partir desta constatação, podemos entender porquê os povos chamados de “índios” pelos portugueses foram vítimas de falácias, acusados de preguiçosos. Por isso, também, preferiam a morte às jornadas de trabalhos extenuantes.

Pela mesma razão é que os europeus impunham aos povos daqui o sobretrabalho como forma de punição. Pois, como observa Nego Bispo, a cultura judaico-cristã, fundada no mito de Adão e Eva, tem o trabalho como obrigação à subsistência e como uma condenação imposta por Deus. No capítulo intitulado “Invasão e colonização”, Nego Bispo, ao diferenciar a política das religiões monoteístas e politeístas, atenta como o mito fundador da humanidade judaico-cristã condenou todos os povos não-cristãos ao terror ou condenou todos e todas cristãs ao terror eterno, ao impedir que desfrutassem de qualquer coisa que não fosse produzida pelo trabalho humano. Para ele, é inaugurado a “cosmofobia”. Paradoxalmente, a condenação deste Deus impõe o castigo do trabalho forçado para sobrevivência, ao mesmo tempo em que condena o extrativismo, dando valor apenas ao que é produzido com o “suor” do trabalho. “Por bem dizer, o Deus da Bíblia inventou o trabalho e o fez como um instrumento de castigo. Daí entendemos o caráter escravagista de qualquer sociedade que venha a construir seus valores a partir das igrejas originárias da Bíblia” (SANTOS, 2015, p. 31). É por isso, também, que defende que a escravidão dos povos negros africanos só fora possível através do uso da fé monoteísta judaico-cristã, usada como mecanismo de legitimação da dominação. Não menos importante perceber que a desgraça da humanidade descrita na Bíblia vem através da figura de uma animal aliada à figura de uma mulher. Desse modo, rompe-se uma biointeração. O ente humano, passível de ser enganado, falho, para que mantenha seu status de dominador de todas as criaturas sobre a terra, terá que ser capaz de domesticar, de domar as forças da natureza, apartando-se, assim, da Natureza.

Neste momento, é importante salientar que uma máquina estatal não é possível por meio da evolução histórica. Ela já nasce pronta. A exemplo da Bula Papal de 1455, como explica Nego Bispo: “Nicolau V dizendo ao rei de Portugal que ele estava autorizado para invadir, expropriar, humilhar, subjugar, submeter a escravidão perpétua todos os inimigos de Cristo e tomar para si todos os principados e condados onde o povo fosse pagão”<sup>160</sup>. Estava tudo lá: a Bíblia, a máquina civilizatória, as dicotomias de gênero e de sexualidade; o Homem branco. A guerra total em nome da paz mundial! Uma máquina social que descodifica, uma máquina econômica que desterritorializa, que é produção de fluxos desterritorializados, produto desterritorializado e produtora de

---

<sup>160</sup> NOSSA CIÊNCIA. Nego Bispo. Saberes orgânicos e saberes sintéticos – um olhar quilombola sobre o colonialismo. Disponível em <https://nossaciencia.com.br/colunas/saberes-organicos-e-saberes-sinteticos-um-olhar-quilombola-sobre-a-colonialismo/>. Acessado em 23 de jan. de 2020.

mais fluxos desterritorializados. Estava tudo aqui, foi apenas preciso o encontro para que o agenciamento se desse, para que ela surgisse montada.

A cultura judaico-cristã também sofre esses processos de desterritorialização, com seus reis ungidos por Deus, com populações inteiras em movimentos nômades que abalam as estruturas estatizadas. Diferente dos povos originários que possuem uma relação direta com seu território dispersos sobre a terra, a cultura judaico-cristã apropriada pelo aparelho de estado romano, desterritorializa os territórios ao se reterritorializar na terra inteira prometida. A terra não devém território, é ela mesma a desterritorializada e reterritorializada na terra inteira prometida, passível de dominação e destruição, em nome do Deus – Verdade, Caminho e Fé.

Guattari e Deleuze problematizam a afirmação de Marx e Engels de que “A história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes”. A história é antes uma involução, uma disputa de regimes maquínicos que coexistem com os perigos de sua destruição. Seja uma destruição exterior ao sistema, como no caso do Estado, seja uma destruição produzida no interior do sistema, como no caso do capitalismo. O suicídio de um índio frente a exploração do capital é mais que uma luta de classe, é uma disputa de desejo, é um embate entre regimes semânticos distintos. São mundos nascendo e mundos morrendo. Aqui se introduz um elemento um tanto negligenciado pelo marxiano clássico, “o desejo como partícipe da infraestrutura”. Toda produção econômica é produção de desejo. Ou talvez seja isso: a história de toda sociedade até hoje é a história da luta de desejos. Guattari e Deleuze ao afirmarem que a classe genuinamente surgida no contexto das revoluções burguesas foi a classe burguesa, chamam a atenção para um novo agenciamento, a classe burguesa que descodifica e desterritorializa os códigos e os territórios da nobreza. “A burguesia é a única classe enquanto tal, na medida em que ela conduz a luta contra os códigos e se confunde com a descodificação generalizada dos fluxos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 336). Se no texto *Aparelho de Captura*, o escravo liberto, o sem lugar no *socius* é o elemento de desterritorialização do sistema que torna possível o capitalismo, o burguês, segundo Guattari e Deleuze, leva a escravidão a lugares nunca vistos, com o desejo de torna-se o significante da escravidão. Escravo de uma máquina de um trabalho morto, de um acúmulo sem gozo. Repetimos aqui a passagem primorosa. “Mas o campo de imanência burguês, tal como é definido pela conjunção dos fluxos descodificados, pela negação de toda transcendência ou limite exterior, pela efusão da antiprodução na própria produção, tudo isso instaura uma escravidão incomparável, uma sujeição sem precedente: já não

há senhores; agora, só escravos comandam escravos; já não há necessidade pôr carga no animal de fora, pois ele próprio se encarrega dela. Não que o homem seja escravo da máquina técnica; mas, escravo da máquina social, o burguês dá o exemplo, absorve a mais-valia para fins que, em seu conjunto, nada tem a ver com seu gozo: mais escravo que o último dos escravos, primeiro servidor desta máquina esfomeada, besta de produção do capital, interiorização da dívida infinita” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 337). Se o burguês explora a dita classe do proletariado, é porque ele próprio dá testemunho de sua própria exploração. Ele dá testemunho de uma máquina, do fluxo que percorre seu corpo e forma com o corpo do proletariado um único e mesmo corpo, o *corpo pleno do capital-dinheiro*. Não trataria aí de uma oposição entre classes – proletariado e burguesia, dada que o proletariado só existe como coextensão da burguesia e investido do desejo da produção do sobretrabalho – trabalho que dignifica, mas sobretudo, trabalho que condena e escraviza. Não seria também negar que corpos de mulheres negras desempregadas, homens desempregados negros, refugiados e refugiadas afogadas no mediterrâneo, crianças presas pela polícia de imigração dos EUA não sofram violências incomensuráveis em relação aos corpos machos, brancos e europeus. É que a máquina capitalista desterritorializa, mas reterritorializa nas territorialidades perdidas da colonialidade escravista<sup>161</sup>.

Se a máquina capitalista se caracteriza por ser analfabeta e ignorar códigos quando lhe é de interesse, produzindo no lugar axiomas que tendem ao esgotamento,

---

<sup>161</sup>Se o despotismo moderno dá testemunho de uma sociedade da vigilância, panóptica, sociedade disciplinares, nossas sociedades euroestadunidensecentradas dão testemunho de uma nova sociabilidade, na qual o próprio vigiado vigia a si mesmo. Nela já não há figura do olho do soberano, mas pontos de subjetivação inconsciente e que se reproduzem feito uma peste. A este respeito, excelente discussão promovida pelo professor Renato Nogueira no texto “Sociedades de controle e o grito de Eric Garner: o racismo antinegro do cogito da mercadoria na (através da) filosofia de Deleuze”. Neste texto, Nogueira usa um crime racista ocorrido no EUA cometido por um policial branco para pensar como o cogito hegemônico de nossa sociedade é antinegro. É possível pensar relações de consumo de corpos negros. Herdeira de uma tradição escravagista do negro, nossa sociedade trata o corpo negro como produto necessário à hiperprodução e exploração ao mesmo tempo que como produto descartável, substituível e sem valor. O título do trabalho faz referência ao grito “Eu não consigo respirar” que a vítima, Eric Garner, produziu antes de ser morto asfixiado depois de dominado pelo policial branco. E se o grito de Garner nos faz estremecer, que diremos do silêncio ensurdecido de Pedro Henrique de Oliveira Gonzaga, que fora morto num supermercado Extra, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, em fevereiro de 2019. Até hoje não se ouviu o último grito de Pedro Gonzaga, só tentativas de silenciamento costumeiro dos corpos negros. Cf. NOGUEIRA, Renato. Sociedades de controle e o grito de Eric Garner: o racismo antinegro do cogito da mercadoria na (através da) filosofia de Deleuze. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência** – 1º quadrimestre de 2016 – Vol. 9 – nº 1 – pp.47-65. Disponível em <http://tragica.org/artigos/v9n1/nogueira.pdf>. Acessado em 08 de out. 2019.

para enfrentar sua violência cínica e não menos perigosa que o terror da barbárie medieval, novamente surge a figura do limite ao capitalismo: o escravo liberto, o para “fora-da-classe”. Assim, o fluxo descodificado, como é próprio da máquina capitalista e que escapa à axiomática de classe, corre também em direção ao corpo pleno sem órgãos. Um fluxo descodificado que é produção, produto e produtor que se liberta da axiomática tanto quanto do significante despótico ou da sobrecodificação. Risco para todo sistema. Fluxos descodificados “que atravessam esse muro, e o muro do muro, e se põe a correr sobre o corpo pleno sem órgãos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 338). Risco e salvação! Por isso o limite do capitalismo é o corpo esquizofrênico, o escravo liberto da última escravização, aquele que levou mais longe a descodificação e a desterritorialização.

Em 1958, 14 anos antes de “O anti-Édipo” ser lançado, foi publicado um surpreendente livro “A vida íntima de uma esquizofrênica” de Barbara O’Brien. O livro, dado a mim pela companheira de Travessia, Margareth Rotondo, é um relato de cura da Cura de um surto esquizofrênico. Além da complexidade do delírio descrito, com riqueza de detalhes e enredo cinematográfico, é interessante a relação que a autora faz da incidência de esquizofrenia e o modelo econômico vigente no EUA daquela época. “Segundo estatísticas divulgadas pela Associação Nacional de Saúde Mental, se fosse americano, a probabilidade de você ser hospitalizado por doença mental grave era, em 1957, 1 em 12. Em 1946, 1 em 16; em 1936, 1 em 20” (O’BRIEN, 1958, p. 7). A passagem final é provocadora, quando se depara com o próprio amigo lendo seu livro e colocando em dúvida as situações e a própria ideia de cura, passagem possível, pois ela inventa um nome para resguardar sua identidade esquizoide. Entre os relatos das mudanças de agenciamento de surto ao diagnóstico de cura da Cura, o que chama atenção é o delírio altamente burocrático, com departamentos, hierarquias de seres absurdos, que enviam memorandos e protocolam pedidos, fazem audiências e contestam decisões em jurisdições legais, uma verdadeira loucura. Uma maquinaria inconsciente, linhas e mais linhas de fuga que a levam por uma viagem longa, num passeio esquizo cruzando o país sem que ninguém de sua família ou amigos próximos suspeitassem de sua condição psiquiátrica. Um paradoxo: um exercício de liberdade, um inconsciente liberto, no exercício de ações sociais aceitas. Ao mesmo tempo, receio por revelar a verdadeira identidade delirante. A vida íntima de Bárbara dispara uma linha de fuga deste território reterritorializado na escravidão do sobretrabalho. Sua cura só é possível porque foi capaz de retornar ao trabalho burocrático e aceitar que a vida é mesmo

aquela disputa por quem consegue fazer o melhor. É uma experimentação de um terceiro excluído, não a entidade esquizofrênica, mas de um movimento esquizoide, processo esquizofrênico que conhece territorialidades e códigos impostos, mas que, mesmo assim, é capaz de inventar uma terra outra inteira, com risco de uma reterritorialização em territórios perdidos. Uma pista: economia do desejo em movimento esquizo.

### *7.3 Devir negro do mundo – o capitalismo devém possível*

Em seu trabalho “A Crítica da Razão Negra” (2018), o filósofo camaronês Achille Mbembe, em nítida crítica ao “Crítica da Razão Pura” (1781) de Immanuel Kant, considerado um dos marcos da dita Filosofia Moderna dá outra pista: o devir negro do mundo. Mbembe empreende um trabalho magnífico problematizando a invenção dos conceitos raça, negro e África, sobretudo, pontuando que tais conceitos têm a ver com a consolidação disso que conhecemos como Filosofia Moderna e, por conseguinte, por Ciência Moderna e todos os conhecimentos a ela ligados. Principalmente, Mbembe mostra como o sistema econômico que conhecemos hoje como Capitalismo é efeito da escravização de pessoas vindas do continente africano traficadas e desterritorializadas por toda a terra. “O negro foi de fato o elemento central que, ao permitir a criação, por meio da plantation, de uma das formas mais eficazes de acumulação de riquezas da época, acelerou a integração do capitalismo mercantil, da mecanização e do controle do trabalho subordinado” (MBEMBE, 2018, p. 45). A Crítica da Razão Negra é obra fundamental para entender os processos de acúmulo de capital promovidos por países europeus em aliança com o território que se tornou os EUA. Mbembe, por meio de sua singular relação com a produção contundente de Frantz Fanon, principalmente com as obras “Pele negra, máscaras brancas” (1952/2008) e “Os condenados da terra” (1961/2005) – produz uma genealogia inigualável de efeitos produzidos pelo período da história da Humanidade conhecido como escravidão transatlântica, o “delírio da modernidade”. “A que se deve este delírio e quais as suas manifestações mais elementares? Primeiro, deve-se ao fato de o negro ser este (ou então aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Onde quer que apareça, o negro desencadeia dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que invariavelmente abala o próprio sistema racional. Em seguida, deve-se ao fato de que ninguém – nem aqueles

que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome – gostaria de ser um negro ou, de ser tratado como tal” (MBEMBE, 2018, p. 13). Mbembe enfatiza como a produção disso que chamamos de razão está intimamente ligada à produção daqueles corpos que não possuem razão: o corpo negro, o corpo índio, o corpo mulher, o corpo transvestigenero. Lembremos de outro aliado, Friedrich Nietzsche, que contestou a razão, denunciando-a como o “órgão mais atrofiado do humano”<sup>162</sup>. Mbembe dá outro passo junto a Fanon ao também reivindicar a racionalidade para corpos chamados de irracionais, ao denunciar os crimes cometidos em nome da Razão. Ao usar o *modus operandi* da racionalidade branca – uma obra escrita a partir de um lugar ocupado na academia – ele problematiza e permite pensar ainda outros possíveis para uma racionalidade outra, ou nas palavras de Tiago Adão Lara, uma Educação Corpo Inteiro<sup>163</sup>. A modernidade produziu um delírio paranoico, delírio o qual corpos não europeus ou não brancos não seriam dotados de Razão. E, por isso, mereceriam ser escravizados ou exterminados ou uma coisa como sinônimo da outra. A experiência da escravização de pessoas de pele preta ao longo de quase quatro séculos como política de desenvolvimento de Estado produziu uma doença que faz vítimas hoje para além da cor da pele, denuncia Mbembe.

O tráfico transatlântico de pessoas para trabalho forçado e práticas de desumanização, como mecanismos de controle, produziu um “homem-coisa”, “homem metal”, “homem-moeda”. Posteriormente, as revoltas de escravizados, como a Revolução do Haiti (1791-1804) e o enfretamento dos sistemas de *apartheid*, a produção de uma linguagem própria frutificou numa reconstituição dos lugares das pessoas negras como sujeitos da História. Isto fez com que o sistema Capitalista atual, chamado de neoliberalismo, no auge de seu autoritarismo, produzisse uma experiência sem igual, uma “humanidade supérflua”. Transformada em números, os corpos já não são mercadorias com riscos de se tornarem um ativo perdido e, por isso, com a

---

<sup>162</sup> Deleuze num curto texto apresenta as relações entre força ativa e força reativa na obra de Nietzsche como processo de afirmação e de negação da vida, na produção de corpo, deslocando a centralidade da razão. Ou mostrando de outro modo seu atrofiação e ineficácia diante da vida. Cf. DELEUZE, Gilles. O corpo. In.: \_\_\_\_\_. Nietzsche e a Filosofia. Tradução Ruth Joffily Dias e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

<sup>163</sup> Cf. LARA, Tiago Adão. Educação corpo inteiro. **Ensino em Re-Vista**, v.17, n. 1, (jan./jun. 2010). Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/8191>. Acessado em 08 de out. de 2019.

necessidade de criação de mecanismo de redução de perdas. Os corpos hoje são tornados números, percentuais, taxas, tornados fluxos, desse modo, descartáveis. Óbvia realidade constata quando líderes de nações se mostram indiferentes às altas taxas de mortos provocadas pela covid-19, respondendo “E daí, eu não sou coveiro”.

Nisso que chamamos neoliberalismo, o descarte é investimento, garantia de margem de lucro. Marcas de luxo preferem incinerar seus estoques para garantir exclusividade, uma política econômica literalmente baseada na queima de estoque. Incendiar R\$ 140 milhões em produtos é garantia de lucratividade<sup>164</sup>. Loucura, não? Um delírio, não pode ser pensado de outra forma. E se é absurda a destruição de produtos valiosos por marcas internacionais de luxo, que dizer das pessoas descendentes daquelas relações de trabalho de *plantations*? Que dizer da aliança dos antigos escravocratas com o novo modo de produção industrial? Que dizer das famílias que fundaram o mito de uma Juiz de Fora como Manchester Mineira? Esqueceram-se de que o capital acumulado que permitiu as grandes obras de engenharia da cidade ou a construção das fábricas têxteis fora resultado do acúmulo graças aos corpos negros escravizados em fazendas de café. O modo de produção tornou-se outro, mas o inconsciente escravista, o desejo de escravidão, continuou a pautar as relações. Claro, intensificado e tornando-se desejo de escravizar a si mesmo, como já dito aqui por Guattari e Deleuze.

Mbembe, num livreto manifesto, parte da coleção Pandemia da Editora N-1, “O fardo da Raça” (2018b), chama atenção para que, se antes as pessoas de pele preta traficadas se tornaram homem-moeda, homem-coisa, os novos possíveis da maquinaria capital aliada à experiência da produção das “subespécies humanas” de que Kant e Hegel são cúmplices, produziu uma humanidade supérflua, descartável, parte integrante da produção capitalística atual, uma “humanidade excedente”. “Pois o tipo de ‘raça’ produzido pelo capitalismo da era neoliberal tem, no fundo, algo a ver com aquilo que constituía a condição negra entre os séculos XV e XIX. Trata-se de uma nova ‘raça’, que transcende as questões relacionadas à aparência, cor da pele e origem. O Negro já não é apenas o homem negro, africano ou de origem africana, mas todos os que hoje

---

<sup>164</sup> “Chanel e Louis Vuitton são outras marcas que fazem o mesmo”, diz o Evening Standard. No setor de relógios, a Richemont, dona da Cartier e Montblanc, já incineraram mais de 400 milhões de libras em produtos em dois anos. A Nike também já admitiu, diz a publicação, ter retalhado seus calçados antes de descartá-los, para impedir o uso considerado inapropriado.” Cf. **ÉPOCA NEGÓCIOS**. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/07/marca-de-luxo-queima-28-milhoes-em-estoque-para-evitar-distribuicao-indevida.html>. Acessado em 05 de set. 2019.

formam uma humanidade excedente em relação à lógica econômica neoliberal” (MBEMBE, 2018b, p. 27). Este efeito é devastador para a subjetividade contemporânea. A disputa, pois, não é travada entre dominados e dominadores, mas no desejo de se dominar a si mesmo, sujeitar-se a si mesmo, tornar-se escravo de si mesmo, tornar-se escravo de sua própria subjetividade capitalística. “A questão já não se limita aos seres humanos serem tratados como mercadorias, mas que se instile no sujeito humano o desejo de se vender a si mesmo, ou seja, de se converter em objeto. Desse ponto de vista, assistimos a um devir-negro do mundo. E isso volta a levantar todas as velhas questões de emancipação, da alienação, da autoalienação. É a própria ideia de sujeito que é preciso repensar no momento em que o drama, para milhões de pessoas, já não é serem exploradas, mas de não mais serem exploráveis” (MBEMBE, 2018b, p. 27). Agora, é preciso contabilizar este excedente e, sobretudo, controlá-lo para garantir a captura, o lucro. Agora, já não se alia grupos rivais, de continentes distantes, produzindo guerras, para capturar excedentes humanos para a escravização. Agora, manipula-se o desejo de cada um de tornar-se escravo do sistema, naturalizando as relações de exploração, intensificando o desejo de explorar-se a si mesmo – uberização. Se o trabalho dignifica, mais trabalho desejaremos. Por isso, os que agora desejam dominar, almejam controlar os fluxos e não mais os códigos. Produzem massas de desempregados, massas de endividados, massas de sem teto, de sem-terra, de refugiados, de famintos, para capturar o desejo de se escravizar a si mesmo.

Não é à toa que o presidente de um banco privado declara que o país de um governo repressor envolvido com criminosos de todas as espécies – sonegadores de impostos, milicianos, condenados por improbidade pública, fraudadores, acusados de obstrução da Justiça, prevaricadores – com altas taxas de desemprego, informalidade, queda no investimento público, ataques a direitos constitucionais e a grupos sociais, esteja num bom momento para os negócios. “Quando tem fator de produção sobrando tanto, significa que podemos crescer sem pressões inflacionárias”, afirmou. ‘Isso deixa a situação macroeconômica no Brasil tão boa como nunca vi na minha carreira’, disse. Bracher tem experiência no setor financeiro, onde atua há quase 40 anos. ‘Tudo isso que me faz ser otimista no curto e médio prazo’<sup>165</sup>. Alucinante, não!? Enlouquecedor, né...

---

<sup>165</sup> **FOLHA DE SÃO PAULO.** Presidente do Itaú avalia que declarações de Bolsonaro não atrapalham reformas. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/presidente-do-itaui-avalia-que-declaracoes-de-bolsonaro-nao-atrapalham-reformas.shtml>. Acessado em 05 de set. de 2019.

Mbembe faz referência à massa de desempregados na África do Sul que chega a 40% da população ativa do país. E se ele diz que algumas categorias centrais de Kant para maioria fazem greve, outras ressurgem com força sem igual, como a categoria raça.

No Brasil, fundado por um processo de invasão e exploração distintos do processo da África do Sul, é fácil distinguir a raça das pessoas subalternizadas. E se há, sim, pessoas da raça branca desempregadas, sem teto, sem-terra, passando fome em nosso país, também não é difícil constatar qual raça predominantemente ocupa tais segmentos sociais. Se podemos afirmar com Mbembe que a experiência da escravidão transatlântica de pessoas de pele preta do continente africano tem como efeito a subalternização hoje de pessoas de muitas cores, é verdade também que tal experiência, que tal movimento, devir-negro do mundo, torna aquele corpo primeiro identificado como Negro, vítima preferida do sistema Capital.

As entrevistas do trabalho de Rita Félix dão testemunho disso. Porque isto também é parte do processo de devir. Devir não é imitar uma forma, nem passar de uma forma a outra. Devir é pôr toda a cadeia em movimentação, disparando linhas de fuga minoritárias ou produzindo capturas inimagináveis. Voltemos ao devir de Guattari e Deleuze. “É que devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. Tampouco é proporcionar relações formais. Nenhuma dessas duas figuras de analogia convém ao devir, nem a imitação de um sujeito, nem a proporcionalidade de uma forma. Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2012, p. 67). O sistema capital é capaz de perpetuar outras dicotomias, pois a axiomática capitalista suporta e se alimenta de outras divisões – de gênero, de sexualidade, de região, por exemplo. No entanto, é perigo homogeneizar corpos numa única forma de opressão, o corpo negro. A discussão da interseccionalidade torna-se, neste momento, aliada importante. Aqui no Brasil é intensificada pelos trabalhos de Carla Akotirene<sup>166</sup>.

A análise interseccional nos ajuda a compreender como a relação entre raça, gênero e classe opera na produção das desigualdades e violências promovidas pela

---

<sup>166</sup> Cf. AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

máquina capitalista. Trata-se de pensar que a experiência da subalternização do corpo negro por meio da invenção paranoica da raça inferior vindo do continente africano, permitiu a opressão de judeus, homossexuais e ciganos, por exemplo, durante o regime nazista. Tudo porque o que o racismo moderno inventa não é apenas as raças inferiores, mas, sobretudo, o grande significante superior, a raça branca, levando inclusive a criação de subclasses brancas, como os *petits blancs* presentes no Haiti, durante o período de invasão francesa, dos quais nos fala Mbembe. Esta gente tinha apenas a cor da pele ou a origem geográfica como diferença para imposição da hierarquia social, já que eram submetidas a condições de trabalho semelhantes às das pessoas de pele preta escravizadas. Ou os encardidos e os brancos brasileiros, que segundo os trabalhos da psicóloga social Lia Vainer Schucman, são ainda subalternizados pelos privilégios da alta classe paulistana, a qual ela chamou de branquíssimos<sup>167</sup>.

O grande significante branco atuou sob efeito do devir-negro no desejo, apostando na criação de uma subjetividade que tornasse possível o controle e a repressão de todos aqueles corpos tão múltiplos e coloridos. Estratégia também que levou muitas pessoas de pele preta a serem usadas como “capitães do mato”, pessoas de variadas cores com a incumbência de atuar como a atualização da força de repressão virtual do grande significante Branco. Mais um efeito da atuação do devir no desejo e não na forma, embora possa se partir da forma (a escolha de pessoas de pele preta para vigiar e controlar outras pessoas de pele preta), apostando em relações atuais, extraindo partículas, signos-partículas, investindo em relações de repouso e velocidade. A violência colonial também faz como que o colonizado, perseguido, sonhe permanentemente em “tornar-se um perseguidor” (FANON, 1961/2005, p. 70), escravo de si mesmo. No entanto, um capitão do mato de pele preta nunca deixa de ser potencialmente vítima das violências racistas do senhor branco ao qual é submetido. Ou é sempre possível que se junte àqueles que estão submetidos a sua guarda para lutar contra o seu patrão branco. Aqui, a lembrança de um bandeirante que mesmo ajudando a destruir o Quilombo dos Palmares, não mereceu confiança do governador de Pernambuco, acusando-o de selvagem e criminoso. “Enfim, devir não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária. O devir é sempre de uma ordem outra que a da filiação.

---

<sup>167</sup> Cf. SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo – branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

Ele é da ordem da aliança” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2002, p. 19). Uma aliança sempre atual, real e produtora de realidade. Uma partícula *negro* (seja capitão do mato ou escravizado) será sempre um ponto de tensão para o significante Branco.

A experiência da escravização transatlântica de pessoas de pele preta não evoluiu para a exploração do proletariado. Embora tenha sido realizada uma aliança entre escravagistas e burgueses na constituição da nova classe de exploradores. Aliás, no Brasil, o projeto foi substituir toda a mão de obra negra alforriada pela Lei Áurea por brancos pobres vindos da Europa e Ásia. Pena também que Marx e Engels tenham negligenciado a possível aliança entre aqueles novos explorados – o proletariado – e os explorados de sempre – os escravizados de pele preta. É mais que urgente uma aliança entre proletariado (que é escravo) – os escravizados modernos – e a humanidade excedente (as desempregadas desalentadas, índios, favelados, sem-terra, moradores em situação de rua etc.), para que outra maquinaria para além da exploração capital possa surgir. Uma maquinaria para além da simples troca do explorador pelo explorado ou de uma ditadura da burguesia por uma ditadura do proletariado; ou da ditadura dos brancos pela ditadura dos negros – medo de toda branquitude. Ou da substituição dos colonos pelos colonizados. Ou dos europeus brancos pelos índios – medo de Jean-Paul Sartre ao prefaciá-la obra “Os condenados da terra”, de Fanon, “Mas, para tornarmos-nos completamente indígenas, seria preciso que nosso solo fosse ocupado pelos ex-colonizados e nós morrêssemos de fome. Isso não acontecerá” (FANON, 1961/2005, p. 47). Parece que os conterrâneos atuais de Sartre não têm tanta certeza como ele, ao impedirem sistematicamente a entrada, na Europa, de refugiados de guerras civis, efeito da descodificação da colonização europeia em territórios não-europeus.

Proletário e negro são faces de um sistema subjetivo no qual existe apenas um grande significante Branco que tem arrastado consigo todo o sistema segmentar e binário: Humano, Racional, Burguês, Cis, Hetero, Macho, Adulto, Classe Média, Morador da Cidade, euro-estadunidense. Devir-negro é mais que tornar ou assemelhar todes subalternes a negros ou permitir que negros escravizem brancos. Afinal, a escravização moderna é uma política branca. Devir-negro é disparar possíveis para desterritorializar negro e branco, colonizado e colono, proletário e burguês, para produção de uma nova terra, uma nova raça por vir, uma terra comum por vir. “O que é real é o próprio devir, o bloco de devir, e não os termos supostamente fixos pelos quais passaria aquele que se torna” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2002, p. 19). O devir põe em movimento um bloco, não apenas um termo, pois é questão de relação. Um devir-

negro põe em movimento o negro e o não negro, um bloco, todas as relações. “Há um bloco de devir indissociável e assimétrico, um bloco de aliança: os dois ‘Monsieur Klein’, o judeu e o não judeu, entram num devir-judeu (o mesmo em Focus). Uma mulher tem que devir-mulher, mas num devir-mulher do homem por inteiro. Um judeu torna-se judeu, mas num devir-judeu do não-judeu. Um devir minoritário só existe através de um termo médium e de um sujeito desterritorializados que são como seus elementos. Só há sujeito do devir como variável desterritorializada da maioria, e só há termo médium do devir como variável desterritorializante de uma minoria” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2012, p. 93). Se Mbembe denuncia que toda humanidade subalterna é vítima do devir-negro do mundo ao ser tratada como um negro e, deste modo, como efeito da escravização das pessoas de pele preta nos quatro séculos passados, aqui também o branco entra em movimento, tornando-se outro. Inclusive tornando-se algoz de si mesmo ao produzir o holocausto dos judeus na Europa.

Aimé Césaire foi singular em sua percepção: “Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto que, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demônio, e que se o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco e o ter a aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os ‘coolies’ da Índia e os negros da África estavam subordinados” (CESAIRE, 1978, p. 18). E, neste sentido, também é impossível dizer devir-branco, já que devir tem a ver com o movimento de uma minoria do significante (mulher, negro, criança, animal), minoria da política dominante, a maioria é significante. Desterritorializar as relações raciais para que as relações econômicas, sociais, históricas, sexuais e de gênero etc. sejam também desterritorializadas, na produção de um novo mundo, uma nova terra.

Uma genealogia como a de Achille Mbembe sobre como a escravidão põe em movimento todo o mundo nos oferece linhas de fuga reais em alternativa aos inúmeros modelos idealistas surgidos. “A fronteira não passa entre a história e a memória, mas entre os sistemas pontuais ‘história-memória’ e os agenciamentos multilineares ou diagonais, que não são absolutamente o eterno, mas sim devir, um pouco de devir em estado puro, trans-histórico. Não há ato de criação que não seja trans-histórico, e que não pegue ao contrário, ou não passe por uma linha liberada. Nietzsche opõe a história,

não ao eterno, mas ao sub-histórico, ou ao sobrehistórico: o Intempestivo, outro nome para a hecceidade, o devir, a inocência do devir (isto é, o esquecimento contra a memória, a geografia contra a história, o mapa contra o decalque, o rizoma contra a arborescência) (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2012, p. 99-100). Aqui, se a geografia produzida por Mbembe opõe-se em certa medida a História de Hegel a Marx, o mapa produzido pelo camaronês posto sobre o decalque de Marx e Engels nos apresenta ainda fugas possíveis às prisões, às senzalas reais que nos submetem ainda hoje. Senzalas reais da academia, do trabalho, nos impondo, inclusive, um trabalho acadêmico que mais pode ser atualizado como sobretrabalho, obriga-nos a fazer um decalque sobre aquilo que pesquisamos, um decalque sobre nossos mapeamentos desejosos que desterritorializam a academia racista a que nos cismam submeter.

Um rizoma, agenciamentos, novos agenciamentos, linhas que nos permitem esquecer certas dores que historicamente nossos antepassados foram submetidos e que é atualizado em nossos corpos. Mas isto nada tem a ver com este projeto branqueador que sugere que “todos somos iguais”, que “só existe uma raça, a raça humana”. Pelo contrário, este esquecimento passa, como dito antes, partindo de uma realidade racializadora e dos perigos racistas. E que não será feito por meio dos grandes pensadores clássicos ou através de um projeto político de líderes brancos que desejam acabar com o racismo, dando aos negros o Poder. O negro, como variável desterritorializada de uma maioria branca, e, também, termo *médium*, variável desterritorializante de uma minoria negra, é lançado em devir-negro para que possa, ele mesmo, se livrar de sua agonia. Apenas nós, os negros, de várias cores como provoca Mbembe, podemos realizar este projeto. Talvez, por isso, tenha sido também Mbembe o pensador capaz de levar o devir-negro, inicialmente conceituado pela dupla branca Deleuze e Guattari, a uma intensificação sem igual.

Mbembe junto a outros e outras, como Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Aimé Césaire, Neusa Santos Souza e Rita Félix leva a subjetividade negra a territórios inimagináveis, disparando possíveis de desterritorialização da raça negra e fugindo à reterritorialização na Classe, produzindo um diagrama impensável. Implicação de se tornar negro num mundo dominado pelo significante racista Branco como questão fundamental, de fundamento, de partida e não necessariamente de chegada. Desejo negro. “Essa cura requer um trabalho colossal em si mesmo e, eventualmente, a prática da violência em oposição ao sistema colonial. Sem a libertação do desejo e seu redirecionamento a novas feições, não é possível, ao menos na lógica fanoniana, se

livrar do fardo da raça” (MBEMBE, 2018b, p. 17-18). Não é possível também à lógica gonzaliziana ou Souziana, já que os trabalhos delas também apontam para denúncias do racismo e, ao mesmo tempo, disparam linhas de fuga singulares. Os mapeamentos do inconsciente negro brasileiro realizados pela antropóloga Lélia González e pela psicanalista Neusa Santos Souza, na década de 1980, denunciam sofrimentos ao mesmo tempo que liberam linhas de fuga. Óbvio não sem que elas sejam vítimas do sistema racista que domina a pesquisa acadêmica e a produção de conhecimento no Brasil.

O trabalho das duas se junta aqui ao trabalho de Fanon e à aposta de Mbembe para atacar o desejo racista brasileiro (o que Gonzales chamou de “neurose cultural brasileira”), apostando na realidade do desejo racial que nos atravessa. Marx e Engels negligenciam ao não se darem conta da força do desejo racista impondo-se ao interesse de classe burguesa, não percebendo que tal desejo atravessava os interesses da burguesia e do proletariado. Negligência que custou e custa ainda caro aos corpos vítimas do sistema escravista que hoje contamina a luta de classes, que hoje assassina corpos negros na favela, que arrasta “Cláudias” por viaturas policiais, que fazem desaparecer “Amarildos”, que assassinam adolescentes uniformizados a caminho da escola.

No entanto, não basta constatar que o marxismo se funda num racismo histórico, efeito do devir da História. A tarefa é muito mais complexa. É preciso abandonar certezas, idealidades históricas. Ninguém está impune aos perigos da idealidade, nem mesmo Aimé Césaire que relacionou o fascismo de Hitler à enésima potência do racismo contra o negro, mas reterritorializou os novos movimentos históricos na luta de classes. “A única classe que tem ainda missão universal, porque na sua carne sofre de todos os males da história, de todos os males universais: o proletariado” (CESAIRE, 1978, p. 69). Que revolução é possível diante de uma massa proletariada, num país como o Brasil que, segundo dados do IBGE de 2019, tem trabalhadores negros recebendo apenas 57,5% dos rendimentos em relação aos de um trabalhador branco; pior, no qual trabalhadoras negras recebem apenas 44% de rendimentos em relação aos dos homens brancos; e, por fim, num país no qual a MAIOR diferença de rendimentos entre trabalhadores negros e brancos se dá, justamente, entre as pessoas com curso superior completo ou mais, esquizofrenizando qualquer discurso meritocrático?<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> **G1.** Trabalhador branco ganha por hora 68% mais que um trabalhador preto ou parto, aponta IBGE. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/13/trabalhador-negro->

Definitivamente, a lei de cotas no ensino superior ainda é pouco e sua prorrogação é urgente.

Desterritorializar ou entrar em devir-negro do mundo é investir numa linha de fuga para não só fugir de um território de classes, mas para fazer fugir o mundo classistas, para que outro mundo ainda seja possível. “Da África do Sul nos vem a ideia segundo a qual somos condenados a viver expostos uns aos outros, os algozes e suas vítimas, não raro no mesmo espaço. [não teria também a eleição de 2018 e o golpe de 2016, no Brasil, intensificado o mesmo processo?] Será preciso, conseqüentemente, pensar a democracia para além da sobreposição das singularidades, da mesma forma que para além da ideologia simplista da integração. Além disso, a democracia do futuro será construída sobre a base de uma clara distinção entre ‘o universal’ e ‘o em comum’. O universal implica a inclusão em uma entidade qualquer já estabelecida. O em comum pressupõe uma relação de co-pertença e de partilha, de mutualidade – a ideia de um mundo que é o único que temos e que, para que seja duradouro, deve ser compartilhado por todos aqueles que a ele têm direito” (MBEMBE, 2018b, p. 19-20). Talvez, não seja a democracia do futuro, mas um lance de dados já realizado por povos imbagalas na aliança com Nzinga ou pelo quilombismo<sup>169</sup> de Abdias Nascimento, confluindo com o Quilombo de Nego Bispo. Ou na tentativa realizada da promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Aqui, não há nenhum desejo de regressão a um passado mítico, outra idealidade. Aqui, apenas composições possíveis na produção de Real e de realidade possíveis já realizados, virtualidades em potência.

#### *7.4 Desejo anticolonialismo – desterritorialização de categorias coloniais*

Do trabalho “Torna-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social no Brasil” (1982), de Neusa Santos Souza, vem a ideia de que estamos condenados a viver expostos uns aos outros, já que nossas avós ou parceiros

---

[ganha-por-hora-59percent-do-rendimento-do-trabalhador-branco-mostra-ibge.ghtml](#). Acessado em 23 de jan, de 2020.

<sup>169</sup> Conceito inventado pelo intelectual, artista e político negro brasileiro Abdias Nascimento, o qual propôs uma política de enfrentamento ao racismo e às instituições de opressão através de um amplo estudo dos quilombos brasileiros. Cf. NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo** – Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

sexuais podem ser nossos algozes também<sup>170</sup>. Ou que nossos irmãos de cor podem nos violentar na blitz policial. E que uma simples sobreposição de singularidades – rebelar-se contra os pais ou negar se relacionar com alguma pessoa – não resolverá definitivamente a opressão racial. Não se trata de uma ideologia simplista de integração, somos todos irmãos, somos a mesma família, todos humanos, pois, muitas vezes, são inevitáveis rupturas irreconciliáveis com mães, pais, irmãos, patrões, avós, tios e tias, vizinhos... Porque a questão nunca é individual ou subjetiva, mas coletiva. É um mundo que devem negro. Embora a atualização e a sua aplicação sejam em certa medida a nossa casa, o nosso trabalho, a nossa escola.

Neste sentido, o trabalho de Neusa Santos Souza apresenta uma diferença salutar ao excelente trabalho da psicóloga negra e portuguesa Grada Kilomba, mais especificamente no livro “Memórias de Plantação – Episódios de racismo cotidiano” (2019), ao permitir perceber efeitos nefastos que o inconsciente racista produz na relação entre corpos negros, ao fazê-los reprodutor da violência racial.

Kilomba desnuda as relações racistas estruturais de nossa sociedade euroestadunidense centrada, narrando episódios de racismo cotidiano, ao mesmo tempo em que analisa narrativas de outras mulheres negras. No entanto, ao usar a teoria freudiana para analisar sua própria narrativa e a narrativa de outras mulheres, ela aprisiona o fluxo que explode as categorias psicanalíticas, como Desejo, Sujeito, Castração. As narrativas produzem mapas e, ao invés de pôr o mapa sobre os decalques, ela acaba fazendo decalque dos mapas. Pois é isso que a psicanálise tradicional faz com todos os possíveis que os povos não europeus produzem: tornam primitivos, pré-edipianos (por isso, pronto para serem edipianizados) ou perversos por natureza (impossíveis de serem edipianizados) e assim merecedores do extermínio.

Vale ressaltar todas as admiráveis contribuições do trabalho de Kilomba para as discussões atuais acerca do racismo e suas relações com machismo e desigualdades sociais. Porém, seu trabalho deixa ver também que precisamos de uma maior radicalidade no enfrentamento ao modelo político de reivindicação. A conquista do direito de dizer num mundo colonizado está ligada à conquista da linguagem articulada ou colonial, para que se prove que os povos não brancos não são bárbaros e são também civilizados. De outro modo, isso pode provar ainda que a colonização foi realizada com

---

<sup>170</sup> Cf. SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

sucesso. Lembro novamente Aimé Césaire, “Seria preciso, primeiro, estudar como a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em embrutecê-lo, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para instintos ocultos, para a cobiça para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral... há o veneno instalado nas veias da Europa e o progresso lento, mas seguro, do *asselvajamento* do continente” (CESAIRE, 1978, p. 17, grifos do autor original). A imposição de uma linguagem colonial é sempre um ato violento e pensar que uma colonizada pode conquistá-la, sendo garantia de ser compreendida é, talvez, uma ingenuidade.

Em seu livro, Kilomba lembra da escrava Anastácia, imagem da mulher escravizada e punida com o silêncio eterno por meio do uso de uma máscara de ferro, para afirmar a importância da conquista do direito à linguagem. E, mesmo fazendo referência que a máscara não calaria por completo Anastácia, Kilomba insiste na conquista da escrita e no direito à fala como estratégias importantes para a pleno exercício da liberdade neste mundo no qual vivemos. Recordo aqui uma cena da minissérie “Escrava Anastácia” (1990)<sup>171</sup>, exibida pela Rede Manchete, no Brasil, na qual Anastácia, mesmo com máscara, faz ser ouvida pelos outros escravizados, pedindo-lhes que se mantivessem altivos, de cabeça erguida, mesmo após a captura. Anastácia fora uma princesa no Reino do Congo, de nome Ojún Orun e que aprendeu o Catolicismo e a Língua Portuguesa. Esta cena explode todo sentido de conquista de um “eu” por meio da linguagem, já que é através de uma mensagem cifrada para os códigos coloniais que Anastácia se faz ouvida. A mordaca posta em sua face é aparelho para conter os códigos coloniais e não códigos alienígenas. A fala do senhor escravista continua a assombrar a Casa Grande até os dias atuais – “Mesmo de mordaca, ela continua falando”. A questão aqui talvez seja essa, a conquista de uma língua, que é sempre um agenciamento coletivo de enunciação, como este que une Anastácia e seus irmãos e irmãs de luta. Não foi pelo domínio da linguagem articulada que a mudança de agenciamento se deu, mas justamente na conquista de uma singularidade de expressão, que une um coletivo, para o horror dos senhores escravistas de ontem e de hoje, que mesmo amordaçada pela linguagem dominante, ela ainda é capaz de dizer. Assim como

---

<sup>171</sup> Recorte da cena da minissérie “Escrava Anastácia” (1990), com direção de Henrique Martins, exibida pela Rede Manchete. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dJyjN7V92QA>. Acessado em 08/02/2021.

o livro de Frantz Fanon, silenciado pela Academia branca francesa e que hoje é obra indispensável para a luta antirracismo na psiquiatria e em outros territórios, grita.

Chamo atenção ainda para dois aspectos citados por Césaire no trecho antes exposto. Ele diz que os colonizadores tiveram então que *descivilizarem* e se *asselvajarem* para que pudessem levar a cabo sua política de conquista. Talvez, aqui, merecesse um pouco mais de atenção. Guattari e Deleuze, ainda em “O anti-Édipo”, provocados pela “Genealogia da Moral”, de Friedrich Nietzsche<sup>172</sup>, fazem a distinção de três tipos de regime de violência que acompanham a produção de cada *socius*, ao longo de uma história humana, porém sem fazer evolução.

Segundo Guattari e Deleuze, povos ditos selvagens praticariam a violência por meio da crueldade; povos bárbaros se organizariam por meio da violência do Terror; e povos civilizados, por meio do cinismo. Qual violência seria menor ou melhor? A questão não passaria por aí, mas pela análise do regime semiótico ao qual a violência praticada está atrelada e quais os seus efeitos. Se é verdade que há um asselvajamento e uma descivilização naqueles que desejam impor ao mundo uma Civilização europeia, não é, pois, por uma regressão ao passado violento e selvagem. E, sim, porque a Civilidade imposta pela Europa a partir do imperialismo do século XVI foi capaz de crueldades e terrorismos que nenhum império precedente o fez. Talvez, desse modo, a civilidade não possa ser outra coisa senão descivilizada e mais selvagem que todos os povos ditos selvagens por ela dominados e daí venha seu caráter cínico. Dito de outro modo, num mundo no qual o modelo de sociabilidade é o euro-estadunidense, talvez descivilizar seja ainda um exercício de descolonização não tentado. E a civilidade, pois, uma Idealidade que precisa ser combatida pelas lutas anticoloniais ou contracolonialismo.

O estudo acerca da violência colonial de Frantz Fanon compõe com a proposta de Guattari e Deleuze. A colonização produz três tipos de violências distintas e generalizadas na colônia, segundo Fanon: a violência do colono contra o colonizado, a violência do colonizado contra o colono e a violência do colonizado contra outro colonizado. “As relações colono-colonizador são relações de massa. Ao número, o colono opõe a força. O colono é um exibicionista. Sua preocupação com a segurança o leva a lembrar em voz alta ao colonizado que ‘Aqui, o patrão sou eu’. O colono

---

<sup>172</sup> Cf. NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

alimenta no colonizado uma cólera que ele detém quando sai. O colonizado é preso nas malhas finas do colonialismo. Mas vimos que, no interior, o colono só obtém uma pseudopetrificação. A tensão muscular do colonizado se libera periodicamente em explosões sanguinárias: lutas tribais, lutas entre indivíduos”. (FANON, 1961/2005, p. 70-71). A colônia é uma terra hostil, na qual o único lugar que parece seguro é a metrópole, longe da violência colonial e recebedora de toda riqueza extraída do solo distante. O racismo, fruto desta malha colonialista, é uma estrutura tão perversa que o enfrentamento de algumas de suas violências faz com que ele se torne ainda mais sofisticado e tome ares de normalização, produzindo violências mais sutis. Isto fica claro (aqui a palavra claro é usada propositalmente), quando Grada Kilomba descreve a saga para que conseguisse cursar o doutorado numa instituição alemã. Ela descobre que sua admissão foi acompanhada por excepcionais etapas de avaliação, chegando ao ponto de ser convidada a realizar suas pesquisas longe do convívio branco da universidade.

Mesmo diante de todas as intempéries racistas, Grada Kilomba foi aprovada e concluiu suas pesquisas discutindo racismo e suas relações com machismo e desigualdades sociais numa instituição de ensino de pós-graduação alemã branca. Poderíamos pensar que se trata de um avanço, já que em outros tempos, pesquisadores como Frantz Fanon – impedido de defender sua tese acerca do racismo e que posteriormente deu origem ao livro “Pele negra, máscaras brancas” (1952/2008) e que também teve proibido por algum tempo, acusado de perigo de perturbação da ordem pública, a divulgação de “Os condenados da terra” – não foram reconhecidos. E, neste sentido, talvez se Kilomba abandonasse de vez o inconsciente freudiano e apostasse no inconsciente fanoniano, será que os alemães suportariam? Assim como o trabalho de Neusa Santos Souza, o trabalho de Fanon denuncia a maior perversidade do pensamento branco ou o efeito mais nocivo do culturalismo racista brasileiro: sua infecção na psique negra. Perversidade aqui é produzida pela linha de fuga que bate no muro da significância branca, sendo sugada pelo buraco negro da subjetividade da branquitude, produzindo uma terra asilar para o negro, que agora também se torna algoz de outros iguais.

Nos relatos de Santos Souza, pessoas negras vocalizam o agenciamento coletivo de expressão da branquitude, produzindo uma aliança perversa com agenciamentos de conteúdo negro e que, em certa medida, são também produzidos pela política hegemônica, produzindo, ainda, uma diferença de corpo negro. De uma mulher negra

ouvimos o relato de que sua avó, também negra, pedia que se casasse com um homem branco, “para limpar o útero”. Aqui, o pacto narcísico da branquitude, conceito desenvolvido pelas pesquisas em psicologia, de Maria Aparecida Silva Bento, alcança sua enésima potência<sup>173</sup>. Para Bento, o pacto narcísico é uma política de reconhecimento entre brancos, para garantir a manutenção de privilégios brancos. No entanto, o trabalho de Santos Souza faz vazar as estruturas, os agenciamentos coletivos de corpo ou produz outro corpo que, narcisicamente, não precisa ter a pele clara para não se sentir mais negro. Ou que se clareia por meio de alisamentos de cabelo, prática verificada substancialmente no trabalho de Santos Souza e em tantos outros como recurso de branqueamento mais comum entre mulheres negras. Santos Souza, embora também faça como Kilomba o uso da psicanálise freudiana em seus estudos, mapeia outra coisa. Evidencia que corpos negros deixam de se sentir negros à medida que ascendem socialmente no Brasil. Nada a ver com o devir da História que garantiria que a luta de classes eliminaria a distinção racial. Pelo contrário, tornar-se negro é pura questão de classe ou tornar-se negro desterritorializa a luta de classes! Novamente lamentamos que o racismo não tenha permitido que Marx vislumbrasse tamanha perversão. Nada a ver também com o senso comum que diz que isto provaria, enfim, que o próprio negro é culpado pelo racismo de que é vítima. Fanon, cansado do fardo da raça, evidencia que não basta ser racional, articular perfeitamente a linguagem colonial, pois a qualquer momento um branco, como aquela criança que o encontrou no metrô, pode gritar, psicoticamente: “Mamãe, olhe o preto, estou com medo!”. “Mamãe, o preto vai me comer!” E pior: a mamãe pode responder: “Não ligue, mosiuer, ela não sabe que o senhor é tão civilizado quanto nós [os brancos]”.

### *7.5 Feitiçaria anticolonialismo contra a perversão monoteísta*

Nesta política civilizatória, não há conciliação, “A razão é muito simples. O rosto não é um universal, nem mesmo o do homem branco; é o próprio Homem branco, com suas grandes bochechas e o buraco negro dos olhos. O rosto é o Cristo. O rosto qualquer é o europeu típico...” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 48). Deleuze e

---

<sup>173</sup> BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. São Paulo: 2002.

Guattari no texto “Ano Zero – Rostidade”, publicado no Brasil na série “Mil Platôs, vol. 3”, chamam atenção para a construção da rostidade do Homem que é inventada na Modernidade, o modelo de Sujeito, de interiorização, de Eu.

Pode-se ainda argumentar que Jesus não fora um europeu branco e que fora também colonizado. “Eu vou fazer aqui uma observação: é bom dizer que os euro-cristãos, os colonialistas primeiro colonizaram Jesus: pegaram Jesus lá de onde ele nasceu, trouxeram para Roma, pintaram da cor que quiseram, deram um trato no cabelo e botaram para escrever. Jesus não escrevia nada e eles escreveram por Jesus. Tiraram Jesus da oralidade para a escrita, colonizaram tudo”<sup>174</sup>. Assim Nego Bispo nos ajuda a pensar. Ao tornar Jesus o Cristo e ao produzir um Cristo de rosto branco, europeus caucasianos não apenas dizem que o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus, mas que eles eram a perfeita Imagem Dele. Lembremos mais uma vez, “Se o rosto é o Cristo, quer dizer, o Homem branco médio qualquer, as primeiras desvios, os primeiros desvios padrão são raciais: o homem amarelo, o homem negro, homens de segunda classe ou terceira categoria. Eles também serão inscritos no muro, distribuídos pelo buraco. Devem ser cristianizados, isto é, rostificados” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50). Aqui, poderíamos ainda dizer, devem ser edipianizados, colonizados, ou nas palavras de Nego Bispo, devem ser adestrados.

Mais perverso que um processo de sobre-codificação, este mecanismo pretende, em última instância, a desorganização total, o extermínio psíquico e corporal, o etnocídio. “Mas eles têm um único Deus, onipotente, onisciente e onipresente. Um apenas. E nós temos várias divindades, aí começam as diferenças”<sup>175</sup>. Novamente, não há conciliação. Um dos mecanismos usados pela colonização foi a religiosidade, demonizando cultos não cristãos. “Falo da religião cristã, e ninguém tem o direito de chocar-se. Uma Igreja na colônia é uma Igreja de brancos, uma Igreja de estranhos. Ela não chama o homem colonizado para o caminho de Deus, mas para o caminho do branco, o caminho do senhor, o caminho do opressor. E como sabemos, nessa história há muitos chamados e poucos escolhidos” (FANON, 1961/2005, p. 59). Fanon denuncia, assim como Rita Félix denunciou, os “Fundamentos Religiosos” (BATISTA,

---

<sup>174</sup> Nego Bispo. **Saberes orgânicos e saberes sintéticos: um olhar quilombola sobre o colonialismo**. Disponível em <https://nossaciencia.com.br/colunas/saberes-organicos-e-saberes-sinteticos-um-olhar-quilombola-sobre-a-colonialismo/>. Acessado em 22 de jan. de 2020.

<sup>175</sup> Nego Bispo, op. cit.

2005, p. 38) e, Nego Bispo, o uso da fé cristã como instrumento de subjugação do povo negro. Se o rosto do Cristo é o do homem branco médio, o do demônio a ser combatido tem pele preta. “Ele é [o negro], ousemos dizer, o inimigo dos valores. Nesse sentido, ele é o mal absoluto. Elemento corrosivo, destruindo tudo de que se aproxima, elemento deformante, desfigurando tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas” (FANON, 1961/2005, p. 58). Isto porque o regime pós-significante, de subjetivação, não permite variação, a não ser para que seja retornado um novo início e se recomeça um novo processo de subjetivação em si mesmo, não suportando, desse modo, a alteridade. “O racismo europeu como pretensão do homem branco nunca procedeu por exclusão nem atribuição de alguém como Outro: seria antes nas sociedades primitivas que se apreenderia o estrangeiro como um ‘outro’ (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50). Daí é possível compreender o porquê Nego Bispo que, diante da designação cristã que recebeu, subverte e se diz feiticeiro, num exercício de tradução analógica, típica dos regimes pré-significantes, dos povos descritos como primitivos. “Se dizem que eles fazem milagre, então, a gente sabe fazer feitiço. Vamos ver quem é quem é que ganha, se é o teu milagre ou o meu feitiço... Agora, se você aprender a respeitar o meu como eu respeito o seu, a gente faz um encontro e vai vendo como as coisas vão se dando”<sup>176</sup>. Ele se abre ao encontro, ele percebe a alteridade sem o Desejo de sobrecodificar, de impor seu Deus ou deuses às outras crenças, o que é típico dos discursos de conversão cristã ou monoteístas. No Brasil, sobretudo, por parte dos neopentecostais que dizem testemunhar o “Deus verdadeiro”, inclusive, mais verdadeiro que o Deus da Igreja.

Ressalta-se que primitivo aqui não tem caráter de inserção de povos numa cronologia histórica. Apenas enfatiza povos que não se moviam pelo desejo imperialista, típico dos povos bárbaros e civilizados, que, seja pela sobrecodificação, seja pela descodificação, respectivamente, destroem aquilo que não se assemelha a si – o dessemelhante. O racismo que vivemos hoje é produto não de uma destruição e reconhecimento de alteridade, e, sim, da imposição de um modo de subjetivação – a subjetividade capitalística, parte do Plano Capital. “O racismo procede por determinação das variações de desvios, em função do rosto Homem branco que pretende integrar em ondas cada vez mais excêntricas e retardadas os traços que não são conformes, ora para tolerá-los em determinado lugar e em determinadas condições, em

---

<sup>176</sup> Nego Bispo, op. cit.

certo gueto, ora para apagá-los no muro que jamais suporta a alteridade (é um judeu, é um árabe, é um negro, é um louco...). Do ponto de vista do racismo, não existe exterior, não existem as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 50-51). A mamãe descrita por Fanon, acalma o filho porque ele viu um preto, explicando que ele não sabe que aquele preto é civilizado, embora não se pareça com um branco. O “como nós” usado por ela é a marca da expressão que torna aquele conteúdo possível, embora saiba que nunca se tornará um de nós. O que garantiria a segurança, o fim do medo daquele garotinho psicótico não é a diferença, mas a certeza de que aquele corpo negro pode ter traços de um branco médio qualquer, destruindo, por completo, a possibilidade de alteridade. “O racismo jamais detecta as partículas do outro, ele prolonga as ondas do mesmo até à extinção daquilo que não se deixa identificar (ou que só se deixa identificar a partir de tal ou qual desvio). Sua crueldade só se iguala a sua incompetência ou a sua ingenuidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 51). Neste sentido, a crítica de Djamila Ribeiro em “O que é lugar de fala?” (2017), ao dizer que Foucault e Deleuze não reconhecem a alteridade, toma outro sentido. A mulher negra não seria o “Outro do Outro” em nossa sociedade, como propõe Ribeiro, pois a mulher negra é mais um Impossível do regime significante e subjetivo. No regime racista não se deseja conviver com alteridade nenhuma, o Outro é impossível. Por isso é tão importante mapear os regimes semióticos.

Kilomba utiliza a triangulação edipiana para explicar a ação de um piadista racista, remetendo ao papai-mamãe, “o sujeito branco satisfaz aparentemente seu ódio reprimido pela/o mãe/pai somente através do assassinato real e simbólico da mulher negra/homem negro” (KILOMBA, 2019, p. 139). No entanto, a piada racista possui um conteúdo coletivo, que vaza qualquer possível de contenção nos segredinhos brancos e sujos familiares. Está tudo lá: todo o delírio da modernidade, os supremacistas brancos, a KKK, a subjugação do negro, a escravização. “é que todo delírio é, primeiramente, investimento de um campo social, econômico, político, cultural, racial e racista, pedagógico, religioso: o delirante aplica à sua família e ao seu filho um delírio que os excede por todos os lados” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 362). Nada a ver com um desejo reprimido ou inveja do falo negro. Tudo conectado com uma subjetividade branca supremacista que elegeu Trump, produziu Brexit, golpes no Equador, na Bolívia, neofascismos na Itália e no Brasil. Porém, ao produzir sua análise psicanalítica freudiana edipiana, Kilomba produz linhas que vazam qualquer triângulo de contenção.

Possivelmente, a mulher negra não se parece com o objeto de desejo original do homem branco, que seria sua mãe branca. Tampouco, o homem negro substituiria a pulsão pela morte do pai, já que, além de não ser branco, o homem negro nunca teria poder ou representaria a lei a qual o filho branco estaria submetido. Ela produz ainda um outro triângulo, entre Kathleen, o homem branco e o público de pessoas brancas. Embora ainda triangular, aqui aparecem possíveis que esmagam o familismo imaginário que infecta o divã psicanalítico. Kilomba lembra Fanon que atentou que o complexo de Édipo é um fenômeno ocidental e, por conseguinte, podemos acrescentar branco. Ao pontuar que o homem branco ao contar a piada racista se sentia protegido, sem medo de ser julgado, Kilomba dá outra pista dos agenciamentos de conteúdo e de expressão, que são sempre coletivos, reais e produtores de realidade. O homem branco apostou no “consenso branco” (KILOMBA, 2019, p. 137), que inclusive estaria no corpo negro, pois, segundo Kathleen, ele ficou, mesmo no ambiente aparentemente seguro, desconfortável com a reação dela após a contação racista.

Ali não tinha nada a ver com o familismo ou com um desejo de castração ou inveja do pênis. Tinha a ver com uma atualização do racismo, do agenciamento coletivo de expressão em aliança com todos aqueles corpos reais. Kilomba é certa ao duvidar que ele fosse capaz de contar a mesma piada racista num ambiente majoritariamente negro. “Eu me pergunto se o namorado teria contado essa piada se estivesse em um cenário negro, em um café cercado por pessoas negras, ou se Kathleen tivesse acompanhada de amigas/os negras/os. Ele teria se metido em sérios apuros!” (KILOMBA, 2019, p. 137). Valeria fazer a mesma pergunta para o caso da aprovação de Grada Kilomba ao doutorado. Como seria se a instituição fosse cercada de pessoas negras, se ela não fosse a única negra a cursar psicologia, se ela não fosse a única negra a frequentar a biblioteca da pós-graduação de uma Universidade alemã? Não há nada a resolver com papai-mamãe. A questão é coletiva e se ela se atualiza na relação mais individualiza dentro de casa, com namoros ou nas relações com gestores das instituições das quais fazemos parte, é porque a subjetividade racista é hegemônica e contamina corpos e mentes, “excede por todos os lados”.

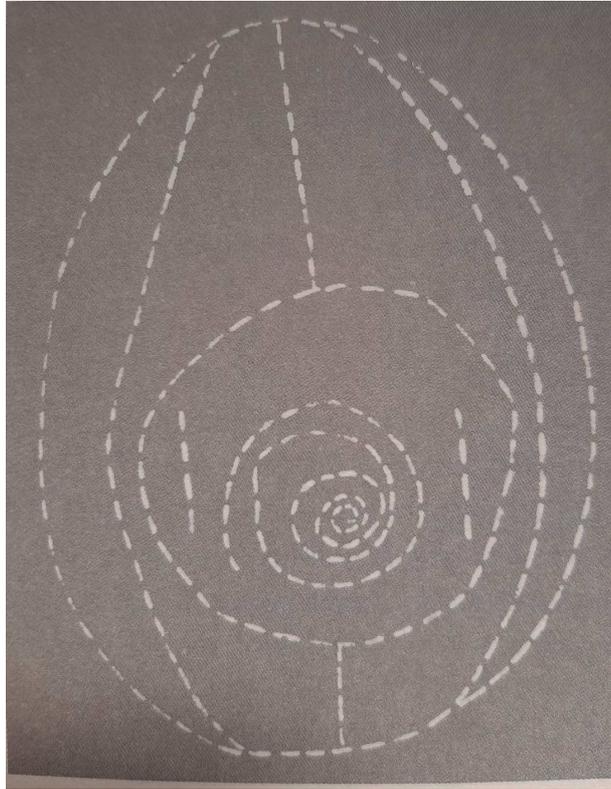
N’O anti-Édipo, Guattari e Deleuze apontam em que medida a violência da colonização é produção de edipianização. “Em havendo edipianização, ela é o resultado da colonização” (DELEUZE, GUATTARI, 2010, p. 224). Neste sentido, Fanon, como citado por Kilomba, é pioneiro ao relacionar o complexo de Édipo a uma produção ocidental. E em nossa sociedade, como efeito desta colonização, edipianizar é modo de

infectar nosso inconsciente com Falta, Castração, Culpa, Familismo. E se o complexo de Édipo é ocidental e não africano ou indiano, é porque as condições para que ele se fizesse não estavam aí. Se ainda podemos intitular estas sociedades como pré-edípicas não é porque elas se localizam antes do aparecimento de Édipo, e, sim, porque produzem mecanismo que impedem seu surgimento. “O colonizador, por exemplo, abole a chefatura ou a utiliza para seus próprios fins (assim como muitas outras coisas, a chefatura ainda é pouco). O colonizador diz: seu pai é apenas seu pai, nada mais, assim como seu avô materno, não há porque tomá-los por chefes... faça suas triangulações no seu canto e ponha sua casa entre as da linha paterna e as da linha materna... sua família é apenas sua família e nada mais, a reprodução social já não passa por aí, embora tenhamos justamente necessidade de sua família para fornecer um material que será submetido ao novo regime da reprodução... Então, sim, um quadro edípico se esboça para os selvagens espoliados: Édipo de favela (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 224). A colonização contém os fluxos que escorrem pelas relações sociais dos povos colonizados. O embate não é sem resistência, e organizações ditas primitivas convivem com tentativas de sobre-codificação bárbara e civilizante. O processo de cura do povo africano Ndembu, descrito por Victor Turner e usado por Guattari e Deleuze como exemplo de esquizoanálise, põe em xeque os pressupostos edípicos: a análise é coletiva, são usados cantos, extrações de dentes, agenciamento de expressão e agenciamento de conteúdo ou de corpo, para a busca de cura, entendendo que a volta de um membro casado da comunidade ao seu núcleo familiar de quando solteiro, desorganiza um coletivo, uma comunidade inteira e é, pois, um questão para ser resolvida coletivamente.

Não há individualização ou Sujeito a ser analisado, não há Eu a ser constituído, mas relações a serem criadas, corpos a serem inventados, um inconsciente a ser produzido. A família, constituída de linhagens, não se interioriza no papai-mamãe-filhinho. Os pais e mães são tantos ancestrais possíveis. Há algo de errado, mas não há um culpado, embora exista uma presença nova e estranha, o colonizador ou colono. A questão é política e não comportamental. Uma multiplicidade de relações. Os colonizados resistem ao manterem seus rituais de cura, baseados nas linhagens e nas chefaturas, na comunicação ancestral. Os colonos, mesmo não conseguindo desorganizar por completo as relações, se fazem cada vez mais presentes como “agentes da reprodução social opressiva” com cobradores de impostos, missionários, homens notáveis da aldeia que recebem cargos etc. “Édipo é algo como a eutanásia no etnocídio. Quanto mais a reprodução social escapa em natureza e extensão aos membros do grupo,

mais ela se assenta sobre eles ou os assenta sobre uma reprodução familiar restrita e neurotizada da qual Édipo é o agente” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 225). Os colonos aguardam ansiosos ouvirem “foi papai-mamãe”, para constatarem o sucesso da colonização.

Figura 11 – O ovo dogon e a repartição de intensidades



O povo dogon vive em regiões entre Mali e Burquina Faso. Muito antes da invasão europeia à África, já tinham desenvolvido conhecimento inigualável acerca de astronomia e que, até hoje, desafia os parâmetros Modernos. Atualmente, são famosos também por sua arte que movimenta o turismo na região. No detalhe, o ovo dogon, com suas intensidades, usado por Guattari e Deleuze no texto “28 de novembro de 1947 – Como criar para si um corpo sem órgãos?” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 11). Para ver mais <https://www.geledes.org.br/a-filosofia-dogon-e-a-origem-do-mundo/>. Acessado em 25 de fev. 2021.

Por isso, não só é necessário que o Branco imponha, mas sobretudo que o negro reproduza a expressão, produza corpo e faça o Desejo de repressão fluir: colonização. “A força de Reich consiste em ter mostrado como o recalçamento depende da repressão. Isto não implica confusão alguma dos dois conceitos, pois a repressão tem necessidade do recalçamento precisamente para formar sujeitos dóceis e assegurar a reprodução da

formação social, inclusive nas suas estruturas repressivas. Porém, em vez de achar que a repressão social deva ser compreendida a partir de um recalçamento familiar coextensivo à civilização, este é que deve ser compreendido em função de uma repressão inerente a uma dada forma de produção social. É pelo recalçamento sexual que a repressão incide sobre o desejo, e não apenas sobre necessidades ou interesses” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 161). Deste modo, um embate da descolonização passa também pela desedipianização, desrostificação, descolonização de desejos. Neste sentido, também as relações privadas familiares não explicam o racismo como uma estrutura social. Antes, a subjetividade racista ou subjetividade capitalística explicam as relações cotidianas. “O programa, o slogan da esquizoanálise vem a ser este: procurem seus buracos negros [subjetivação] e seus muros brancos [significância], conheçam-nos, conheçam seus rostos, de outro modo vocês não os desfarão, de outro modo não traçarão suas linhas de fuga” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 64). Como a máquina de desrostificação da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, que, no Carnaval 2020, levou à avenida seu Jesus de vários rostos, como garoto negro ou como mulher negra<sup>177</sup>.

Investigação dos regimes semióticos, dos modos de tradução de um no outro, para se produzir diagramas, chegando aos agenciamentos de expressão e de conteúdo e às máquinas abstratas. Rita Félix, Nego Bispo, Neusa Santos Souza, Grada Kilomba, Frantz Fanon, Achille Mbembe são algumas máquinas abstratas que disparam novos possíveis. Que produzem um novo diagrama, agenciamento entre produção desejante e econômica. Dando a ver os efeitos do racismo que produz este mundo, nosso mundo. É urgente, pois, investigar em todas as áreas, mapear as relações produzidas, buscar linhas de fugas. Linhas de fuga de territórios racistas opressores, linhas de fuga da colônia, linhas de fuga que fazem fugir um mundo de opressão para que ainda, assim, um mundo outro seja possível.

Tantos os relatos colhidos por Neusa Santos Souza, quanto os colhidos por Grada Kilombo – inclusive o seu próprio relato – dão testemunho da violência racista cotidiana que este mundo hegemonicamente produz. E, por muitas vezes, causa dor,

---

<sup>177</sup> No ano de 2020, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira levou à Marquês de Sapucaí, no Carnaval do Rio de Janeiro, o enredo “A Verdade Vos Fará Livre”. A proposta foi mostrar os vários rostos possíveis de Jesus, expressos e corporificados nas minorias atuais, como jovens negros das favelas e mulheres negras. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YYaUwQR7PaE>. Acessado em 26 de fev. de 2020.

nojo e muito ódio. Grada Kilomba aposta numa existência não como o Outro ou a Outra, como o diferente diante da norma, mas como “o eu”, “o Sujeito”, que conquista o direito de descrever sua própria história. Que esta conquista não dependa da escrita ou da ocupação desses espaços acadêmicos. Talvez, este desejo ainda guarde um resquício da colonialidade que nos fez desejar uma interioridade apartada do mundo, ou, pior, a ilusão de que ao fazermos o que a norma exige, ao nos comportarmos como colonos, ou nos submetermos a padronagem burguesa, como denunciou Giane Almeida, seremos assimiladas ou aceitas. Isto Fanon já alertou, seremos sempre o que está em vias de se tornar, para que, na primeira oportunidade, sejamos eliminadas: “É um preto, mamãe”. Ou seremos a aluna que precisa ser a melhor, porque é a única negra da sala de aula da faculdade de homens brancos. Ou médico negro que no primeiro erro de diagnóstico será lembrando de que nunca passou de um negro.

Isto não significa que não devemos ocupar todos os espaços de poder e prestígio possíveis na sociedade na qual estamos inseridos. Pelo contrário. A este respeito a máquina Nego Bispo ajuda a pensar: “Os meus mais velhos sempre me diziam: ‘Olhe, meu filho, pela escrita, o significado dessa palavra é isso, mas para nós, o significado é aquilo’. Então, eu fui para a escola para traduzir a escrita para a oralidade, mas o meu povo me ensinou a traduzir a oralidade para a escrita. Eu tive duas formações ao mesmo tempo. Quando eu estava na escola eu estava compreendendo a escrita, mas quando eu estava com meu povo eu estava compreendendo a oralidade”<sup>178</sup>. É questão de regime, tradução, diagramatização, agenciamentos, máquinas abstratas: esquizoanálise, esquizoeducação. Ser bilingue na própria língua.

Fizeram-nos acreditar que depois de anos destituindo corpos não brancos da Humanidade, a submissão aos seus códigos seria suficiente para reconstituição Humana, sobretudo, se esquecêssemos, para sempre, todos outros códigos: etnocídio. Ailton Krenak, Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Serviço Social da UFJF, autor de vários livros, deputado constituinte, índio da etnia conhecida como Krenak nos provoca, em palestra com título mui sugestivo, “Constelações Insurgentes: fim do mundo e outros mundos possíveis”<sup>179</sup>, ao dizer que para seu povo, não existe termo que indique

---

<sup>178</sup> Nego Bispo, op. cit.

<sup>179</sup> Constelações insurgentes: fim do mundo e outros mundos possíveis. Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k5SP0GHjWfw>. Acessado em 22 de jan. de 2020.

“Eu”, “Sujeito”, uma interioridade, uma individualidade apartada do coletivo. Cristiane Cunha, que é índia da etnia guarani, provocada por sua cultura ancestral, desenvolveu trabalho artístico e se torna mestra em Artes Visuais e tecnologia fazendo do corpo ritmo e movimento, apostando no corpo como um Estado de Ritmo, nada a ver com órgãos e organismo<sup>180</sup>.

O desafio é destruir um mundo de impossíveis, para fazer nascer mundos possíveis. “Na verdade, para aqueles que sofreram a dominação colonial ou para aqueles cuja parcela de humanidade foi roubada num determinado momento da história, a recuperação dessa parcela de humanidade muitas vezes passa pela proclamação da diferença. Mas, como se vê em parte da crítica negra moderna, a proclamação da diferença é somente um momento num projeto mais amplo – o projeto de um mundo por vir, de um mundo livre do fardo da raça e livre do ressentimento e do desejo de vingança que toda e qualquer situação de racismo suscita” (MBEMBE, 2018, p. 315). A produção de um mundo comum ou a constatação de que é isso. O desafio é a produção de um mundo em comum, efeito de todos, co-pertença e partilhado! Uma democracia de afirmação das diferenças. Ou uma outra organização política como a dos Quilombos dos Palmares que recebeu negros, índios, judeus, brancos, que fugiam das relações coloniais daquela terra invadida da capitania de Pernambuco – quilombo como projeto contracolonialismo. Para Funari, Palmares pode até ser uma república, “cujo sentido nada tem a ver, portanto, com a ideia de ‘regime republicano’, por ocasião a monarquia, e Palmares nunca foi uma república neste sentido”, (FUNARI, 2012, p. 31)<sup>181</sup>. Com a aliança Imbangala e Nego Bispo, podemos ir um pouco mais além. Como movimento anticolonialismo, máquina de guerra que não devém enlouquecida contra aparelho de Estado, não caberia então nenhuma relação de semelhança entre (k)quilombo e a República escravista, mínima que seja. Nem democracia, nem república, quilombo como organização política dessemelhante aos processos colonialista, em movimento

---

<sup>180</sup> CUNHA, Cristiane Lopes da. **Estado de Ritmo – entrelaçamento entre Arte e Animismo**. (dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Estudos Contemporâneos das Artes. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

<sup>181</sup> Em outro trabalho mais recente, o pesquisador Zezito de Araújo apresenta mais análises entre o regime político de Palmares e o sistema do colonialismo. Embora neste trabalho Araújo faça uso da analogia, a discussão oferecida por ele, dispara outros possíveis para discussão e criação. Cf. ARAÚJO, Zezito de. **Quilombo dos Palmares: negociações e conflitos**. Arapiraca: CESMAC, UNEAL, 2020.

contracolonialismo, afirmação efetiva das diferenças políticas, sem desejo de aniquilamento ou extermínio de políticas diferentes.

Quilombo ou kilombo como potência, alegria ao encontrar pessoas negras, como vocaliza uma das entrevistadas de Grada Kilomba, entendendo, inclusive, que negro é uma multiplicidade, e não uma homogeneidade de corpo e de expressão, para quem sabe, se livrar do fardo da raça, ocupando todos os espaços institucionais e da vida com corpos e expressões antirracismo. Um kilombo criado principalmente pelo rompimento da linhagem como em África, da velha aliança colonial, e, ao mesmo tempo, a inauguração de uma nova aliança, um ritual de *magia a samba* – um nascimento para uma nova coletividade liberta do familismo euroestadunidocentrado. Devir-negro do mundo como a aliança dos povos imbangalas e Nzinga que construíram um Estado, mas que ficaram famosos por seu movimento máquina de guerra contra o Estado Colonial e que não tinha a guerra como propósito (“Índio pede paz mas é de guerra”, como canta o samba enredo da Escola Madureira, Portela). Devir-negro do mundo em aliança dos povos imbangalas, de Nzinga e de Palmares que resistiram ao apagamento histórico euroestadunidocentrado. No meu mito, a esfinge devora Édipo, já que ele não entende que um Homem é também um Animal. Desedipianizar nossos corpos e mentes, nossas práticas de cura – “Que vai nos curar da cura?”. Descolonizar nossos desejos, uma tarefa urgente para um devir-negro do mundo em movimento de criação de uma nova economia. Descolonizar nossos saberes ou dar-se conta de que o mundo comum é produzido por uma multiplicidade de saberes ou que um novo mundo é possível na invenção de saberes outros:

“Porque mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos, não queimaram os significados.  
Mesmo queimando nosso povo, não queimarão a ancestralidade”  
(SANTOS, 2015, p. 33).

Não será pela constituição de um “eu” ou a interiorização de um “sujeito”, “civilizado”, “racional” que desfazeremos o mito civilizado do devir da História. Achille Mbembe, Abdias Nascimento, Aimé Césaire, Neusa Santos Souza... foram tantos e tantas antes de nós... Frantz Fanon já nos advertiu: “A vitória brincava de gato e rato; ela zombava de mim. Como diz o outro, quando estou lá, ela não está, quando ela está, não estou mais” (FANON, 2008, p. 111). No entanto, a fala de Nego Bispo nos convida para outra terra, faz diagrama, fabrica novas máquinas e produz novos agenciamentos de corpo e de expressão. O modelo hegemônico de subjetivação não permite outro conteúdo e outra expressão, não suporta a alteridade. O que não quer dizer

que não possamos dar a ver seus muros brancos e seus buracos negros, inclusive os feitos por nós e em nós. Nego Bispo faz isso, Ailton Krenak também: o projeto de Humanidade não deu certo, aceitemos. Que virá, então? Aceitemos que não serão nossos livros, escritos na linguagem articulada e colonial que darão conta da descolonização; não será pela conquista da linguagem, do aparelho de Estado colonial, é antes a questão: como conjurar a formação de um aparelho de Estado sem que a máquina de guerra devesse louca e produza fascismo? Há povos vivendo alheios (mas não ignorantes) à política hegemônica mundial, há povos isolados na Amazônia, há um povo que resiste e inventa uma luta contra o colonialismo, contra a evangelização no Oceano Índico<sup>182</sup>, que não há Deus que faça mudar, há séculos. “O preto bonito tá cagando pra você, madame!”

Nem todo inconsciente passa por Édipo e não é simplesmente por serem atrasados ou incivilizados. É porque há sociedades em que as condições para que Édipo se faça – a interiorização subjetiva, individual – não estão dadas. Questão de desejo, maquinaria que desdobra em produção econômica. O risco de apostarmos numa subjetividade negra diametralmente oposta a branca é reproduzir o que há de mais nefasto na política da branquitude: o desejo de extermínio não do outro, mas de si mesmo, o suicídio nazista, a paranoia, reacionarismo. É preciso fazer mapa e não decalques dos mapas que produzimos. É preciso dar a ver as singularidades coletivas que não são meras interiorizações subjetivas. Se há famílias em África, Ásia e na América Latina distintas das da Europa e dos EUA, não é apenas porque são chefiadas simbolicamente por mães em oposição ao ocidente patriarcal. É toda uma maquinaria de desejo e agenciamento coletivo de corpo que multiplica mães e pais, avós e ancestrais, que faz do poder acentrado, assubjetivo, assignificante.

O povo Dagara, de Burquina-Faso, descrito na obra da pensadora Sobonfu Somé, “O Espírito da Intimidade – Ensinações ancestrais africanas sobre maneiras de se relacionar” (2007), se relaciona com outras sociedades, entendendo a alteridade. A família não é interiorizada num núcleo papai-mamãe-filhinho. Édipo lá é Impossível, não porque não conheçam a civilidade, mas porque os mecanismos inconscientes de

---

<sup>182</sup> Povo que vive na Ilha Sentinela do Norte, no mar Índico, resistem como podem ao contato com a sociedade dita Moderna, que os veem como objetos de estudo. Ver: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/11/corrida-para-salvar-33-marinheiros-e-1-cachorro-da-ilha-onde-missionario-foi-morto-por-nativos-ha-1-ano.html>. Acessado em 28 de jan. de 2020.

grupo são produzidos para impedir que tal interioridade, que o público *do* privado seja impossível. A produção social agencia um outro modo inconsciente, e o inconsciente agencia outro modo do *socius*, mesmo que convivam com o perigo da interiorização, como é caso das pessoas da comunidade que saem para estudar em países como os EUA, com o risco de nunca mais voltarem. O povo Dagara convive com o risco e só pode apostar na relação, na produção de um inconsciente sempre mutante que salta em devir e não produz consciência desenvolvimentista e de manutenção.

A crítica de Guattari e Deleuze à produção de Marx é justamente por terem negligenciado o desejo na produção econômica, e, desse modo, o racismo e a idealidade da civilidade europeia, como também denunciam Fanon e Mbembe. Um devir-negro do mundo não é, pois, a substituição do colono pelo colonizado, do Branco pelo Negro, da Branquitude pela Negritude, sem que para isso outra política seja inventada, outra terra comum devesse e faça as categorias existentes fugirem, não mais produzirem sentido. Pois, como lembrou Oyèrónke Oyěwùmí referenciado Stanislas Adotevi, “a negritude é só um jeito negro de ser branco”. Eis o desafio: sempre partimos de um território, mapeando suas linhas de fuga criativas com riscos de reterritorializações.

O regime subjetivo, capitalístico, cientificista é autoritário por natureza, desse modo, é preciso fugir e fazer fugir o território inteiro na produção de uma terra outra. Nisso o povo Dagara nos ajuda a pensar. Se economia é uma questão de desejo, de produção inconsciente, não será pela produção de “Eu” ou de “Sujeito” que, enfim, nos livraremos do fardo da raça. Até quando manteremos a perversão que nos obriga como pesquisadores de Língua Portuguesa que sejamos proficientes em Língua Inglesa para realizar pesquisa em países de Língua Portuguesa, como a última resolução da CAPES? Não é queimando nossos livros, escritos na linguagem deles, que eles nos destruirão – ou melhor, nosso projeto não pode ser apenas este, nosso Plano não pode se limitar a Isso (mas que besteira ter dito o Isso! novamente). Pois mesmo que queimem nosso corpo, não queimarão nossa ancestralidade.

Não se trata ainda de negar por completo a academia ou o possível de produção de uma linguagem minimamente articulada, afinal já estamos neste mundo, disputando um mundo, muito mais que visões de mundo! A questão é que não há garantia de manutenção da vida, nem devemos apostar em uma única vida possível. Sejamos bilíngues como Nego Bispo, quiçá multilíngues. Lancemo-nos em outros rituais de cura que não sejam a análise de papai-mamãe-filho deitado no divã da Colonização. Fanon convida: “Indígenas do mundo, uni-vos”, em alternativa ao chamado de Marx e Engels.

Mbembe faz aliança com outra questão “Se, além disso, no meio dessa tormenta, o negro conseguir de fato sobreviver àqueles que o inventaram e se, numa dessas reviravoltas cujo segredo é guardado pela história, toda humanidade subalterna se tornasse efetivamente negra, que riscos acarretaria um tal *devir-negro do mundo* à promessa de liberdade e igualdade universais da qual o termo negro foi a marca patente no decorrer da era moderna?” (MBEMBE, 2018, p. 22, grifos do autor original). “Subalternizadas do mundo, uni-vos!”. Negres de todas as cores do mundo, uni-vos!

Para além de uma mera mimetização e tomada de consciência, é preciso que mapeemos os novos agenciamentos inconscientes que se produzem por aí, em alternativa ao que é imposto como única saída consciente possível para economia, para política, para ciência, para arte, enfim, para o desejo e para vida. Esquizoanálise aplicada à análise para possíveis outros de cura da Cura. Esquizoeducação aplicada à educação econômica para possíveis outros de produção de vida. Uma nova terra em comum por vir.

## 8 INTRODUÇÃO À ESQUIZOEDUCAÇÃO OU ESQUIZOEDUCAÇÃO II APLICADA À EDUCAÇÃO

Seja um doutorando negro não retinto, às vezes pardo, outras vezes branco para outro negro, mas nunca Branco para outro branco. Pesquise a relação entre produção de Conhecimento ocidental e não ocidental, mais especificamente produções ditas de negras e de índios na formação de conceitos como Razão, Colonização, gênero masculino e feminino e sua relação com Educação e campos como formação de professores e professoras e currículo e arte e esquizoanálise. Comece por autores brancos franceses pós-maio de 1968 críticos à Modernidade, não conheça muitas ou muitos intelectuais contemporâneos negros e negras, índios e índias. Monte uma banca. Seja orientado por uma professora universitária branca de matemática que não conhece muitos ou muitas intelectuais contemporâneas negras e negros, índias ou índios; convide uma professora universitária negra de história que pesquise justiça colonial em país de África de matriz banto, especificamente em Moçambique; um professor universitário negro de filosofia que pesquise produção de filosofia de civilizações de África negra e sua relação com a filosofia branca ocidental; uma professora branca sem vínculo formal com uma universidade e performer e artista que pesquise teatro desessência, esquizoanálise e a relação da diferença na filosofia francesa branca contemporânea; uma professora universitária branca de matemática que não conhece muitos ou muitas intelectuais contemporâneas negras e negros, índias e índios, ocupada em questionar a funcionalidade da matemática na educação básica, uma outra orientadora do trabalho. Esquizoeducação em ato. Desterritorialização.

Afonia branca na ocupação Nzinga Imbangala em território branco acadêmico. Nada a dizer sobre uma mulher de Estado em aliança com povos nômades contra o Significante Branco europeu com quem, por vezes, faz aliança na diferença com outros povos brancos europeus. Um fora que perturba dentro. Um fora academia que só pode ser dentro. “**Corpoalíngua**. Na invenção deste conceito a palavra-valise se desobriga de suas funções linguísticas e foge da ordem dos enunciados supostos em sua estrutura de logas. Já são várias e carregam vários sentidos. Por ocupar *espaço rarefeito*, ela mesma é desestrutura, ‘forma lacunar retalhada’. Desmanchando de outra valise – *corpoemaprocesso*, contraindo, por roubo, outra, *alíngua* – o conceito criado de *corpoalíngua* permanece *nômade*, sem resistência, sem território fixo, numa resistente inconstância a-significante: continuidade-descontinuidade que desloca a pele do rosto, o

fio dos tecidos, a linha dos textos, a sustentar-se escorregadio à superfície da teia estendida sobre o espaço onde se encontra inengendrado um corpo sem órgãos, um corpoema sem palavras, um atopocesso sem estrutura. Uma *práxis* conectando, para além do limite extremo do conhecido, tantos campos de saber que por ele circulam; um indefinível deslizando que ora cola, ora descola, escama, escapa e perde-se sem salvação” (ALCÂNTARA, 2011, p. 10-11). Corpoalíngua na produção de um corpo singular na atualidade do encontro entre corpos, diferença.

A historiadora, negra, de bantos, nada tem a dizer sobre a história negra de um bando de banto da costa do Atlântico. A historiadora negra deseja ouvir sobre a academia branca, cansaço da objetificação do corpo negro pelos brancos: qual academia é questão, afinal, sou negra e sou acadêmica! Não sou fora-academia. Desejo move-se por dentro, já que nos querem fora. Provocação! Para fora! Corpoalíngua na produção de mais diferença. A artista branca desterritorializada, reterritorializa: eu preciso dizer (a afonia agora é desejo de fala): sou acadêmica, sim! Rasguem as cópias, os simulacros, o mais do Mesmo, as Identidades! Rasguem-se a si que rasgo o Eu, o Branco, o Significante que me constitui ou a subjetivação que me fez um dia nascer. Destrua o Idêntico, a ineficaz substituição do vocábulo psicanálise por esquizoanálise, oh, ingênua estátua erigida ao gozo dos senhores da Lei, fetichização do diferente. Atividade maldosa. Dessubjetivar Consciência e Paixão! Dessubjetivar a si.

O professor negro de filosofia de África negra convoca o Espírito branco na aliança com a ancestralidade Nzinga: personagem conceitual! Alisamento do território estriado da academia branca. Uma aliança com o exército imbangala, invenção de um kilombo que é mais do que um refúgio, do que um esconderijo, do que um território de fuga, como afirmou, em 1985, Beatriz Nascimento (2007). Kilombo na academia é acampamento de guerra para fora da academia, para não só fugir da academia branca, da chibata das regras da ABNT ou dos ataques racistas das redes sociais racionalistas às metodologias não brancas, dessemelhantes. Kilombo é acampamento de guerra para mais alianças, para fazer fugir toda uma Academia para a produção de uma nova terra pesquisa por vir. Aqui, se Nzinga é personagem conceitual, ela só a é em aliança de risco com os povos imbangalas, “ora cola, ora descola, escama, escapa e perde-se sem salvação”, cortando laços de linhagem e hereditariedade que inaugura uma nova linhagem sempre pronta a se tornar outra, na disputa plena, invenção de um corpo sem órgãos – pura diagramatização. Agenciamento atravessando substância-forma para chegar à matéria-função. Pura afirmação de vida possível.

Não se trata, no entanto, de saber o que a academia hegemonicamente branca escreveu sobre negros. Tarefa inofensiva, desejo de nada. Aqui, lembro o recorte feito pela minha amiga branca e feminista, Flaviana Benjamin, que dissertou sobre a produção de arte e escrita autobiográfica de mulheres latino-americanas, ao citar Virginia Woolf: “As mulheres não escrevem livros sobre os homens — fato que não pude deixar de acolher com alívio, pois, se tivesse que ler primeiro tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres e, depois, tudo o que as mulheres escreveram sobre os homens, o aloés que floresce uma vez a cada cem anos floresceria duas vezes antes que eu pusesse a pena no papel” (WOOLF apud SANTOS, 2018, p. 11)<sup>183</sup>. Dito isso, se há aliança com brancos é para também cortar os laços com a branquitude como modo de subjetivação no seu avesso, desterritorialização absoluta negativa da negritude. Aqui, interessa mais o Quilombo de Palmares que acolhe todos os Outros Impossíveis perseguidos pelo Branco, inclusive brancos, sem a ingênua idealidade de Evolução. Aliança com um branco é modo de esconjurar o risco do retorno a um grande Significante Racista (ou seu negativo Negro), como nos provoca Oyèrónke Oyěwùmí recordando Stanislaus Adotevi, “A negritude senghoriana, por exemplo (um dos primeiros movimentos intelectuais africanos modernos), longe de ser um exercício de diferença, é na verdade resultado da aceitação de Senghor das categorias europeias de essência, raça e razão e das ligações entre os três (...) Stanislaus Adotevi está correto quando escreve que ‘A negritude é o último filho nascido de uma ideologia de dominação... É o modo negro de ser branco’” (OYĚWÙMÍ, 1997, p. 28). A aliança de Palmares é involução que dispara outros possíveis de alianças raciais para um mundo racial outro possível, um mundo dessemelhante, como a Dissertação Esquizita. Um mundo que não deseja ser Universal ou que tenha modelo. Uma dissertação que não deseja ser Universal ou Modelo. Produções que não podem ser comparáveis aos modelos que enfrentam, embora seja sempre risco um decalque, como chamar a organização de Palmares de República Palmarina ou democracia negra quando aliamos trabalhos de Funari (2012) e Bispo (SANTOS, 2015). Ou inferir lá reprodução do modelo de escravização europeia Branca. Fuga à captura de análise apenas das partes

---

<sup>183</sup> SANTOS, Flaviana Benjamin dos. **Poéticas de Si: Autobiografia como estratégia artística de subversão das mulheres**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicação e Artes Cênicas da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-27022019-151714/pt-br.php>. Acessado em 07 de out. de 2019.

identificáveis de um trabalho acadêmico como Resumo ou Conclusão. Fuga ao seguro modelo de aplicação de resultados para resolver os problemas inventados por um modelo a ser “superado”. Esquizeeducação é antes problematização, um direito a inventar seus próprios problemas como grita a dissertação *Educação Esquizeita. Formação bricoleur*.

A professora branca de matemática ocupada em pensar matemática na educação básica, incomodada com o “é preciso!”, deseja ver aplicada a esquizeeducação. Como isto funciona... na escola? Numa sala de aula? No estágio na educação básica? Não sabemos! Apliquemos! Ou só sabemos, aqui, é tudo efeito, é com o que a tese é feita. Aqui, esquizeeducação em ato! Alerta: impossível que seus resultados sejam replicados como modelos. Esquizeeducação funcionando aplicada à educação, à academia. Aqui, desterritorialização de raças, de conhecimentos, de academia, de Ciência, de arte, quiçá de banca de avaliação. Para produção de raça outra, conhecimento outro, academia outra, ciência outra, arte outra, banca outra, “sem salvação”.

A orientadora segue os fios, as linhas de fuga que se apresentam, com risco sempre presente de retorno ao Significante ou à Subjetivação. Aliança atual produto, produção, produtora de vida que rompe as linhagens acadêmicas e hereditárias, que produz corpo sem órgão da pesquisa acadêmica, biopolítica grávida de biopotências no enfrentamento ao bipoder, ao necropoder e às necropolíticas.

### *8.1 Estudo do componente Gerativo aplicado à esquizeeducação*

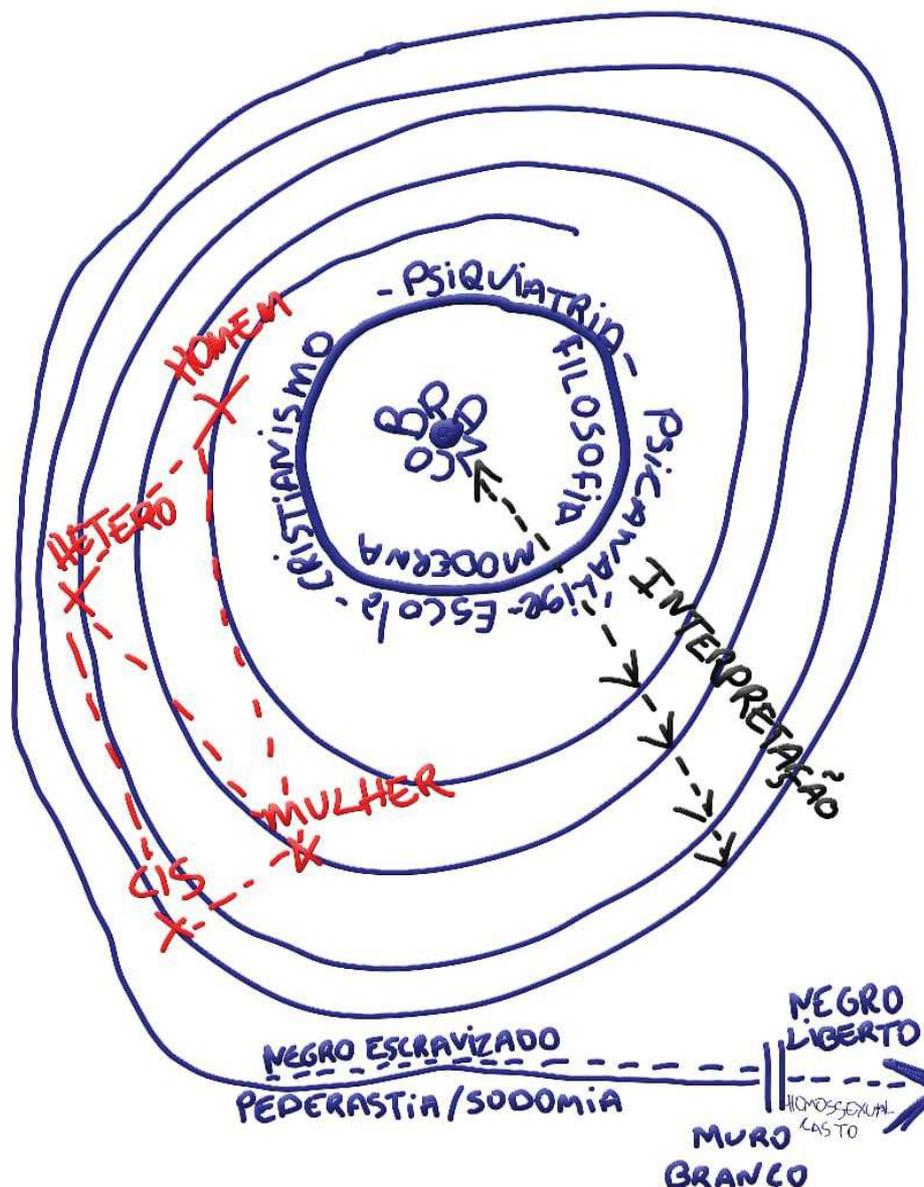
Esquizeeducação efeito da esquizeoanálise de Guattari e Deleuze em aliança com as produções dos povos afro-pindorâmicos. Encontro de semióticas, enfrentamentos epistêmicos, disputas políticas, produção econômica de desejo antifascismo. Guattari e Deleuze diferenciam quatro regimes semióticos<sup>184</sup>: Significante, Pré-significante, Pós-significante e Contra-significante. Não há nestas distinções relação evolutiva ou sequencial, apenas relação de afirmação, de disputa de forças. Inclusive, não há desejo de pureza de regime, pois sempre é possível que diferentes regimes coexistam numa semiótica mista, porém mapeia-se o desejo de sobreposição hegemônica, de

---

<sup>184</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 587 a. C.-70 d. C. – Sobre alguns regimes de signos. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia 2*, vol. 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995/2011, p. 63-113.

sobrecodificação ou de dominação. É sempre possível que um regime passe a outro por essas relações de coexistência. No regime Significante “signo remete a signo”, por isso, Humano remete a Branco, que remete a Homem, que remete a Mulher, Heterossexualidade, cis etc., enfim, o modelo “euroestadunidensecentrado”<sup>185</sup> e suas desvianças, negro, negra, índio, índia, gay, travesti, transexual, animal, etc.

Figura 12 – Regime Significante Branco.



Fonte: Elaborado pelo autor. Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 97.

<sup>185</sup> Termo inventado a partir da proposição de Oyèrónke Oyèwùmí de “ocidentalcentrado”, para intensificar mais o imperialismo dos EUA, em alternativa ao popular “eurocentrismo”. Cf. OYÈWÙMÍ, 1997.

Por isso este trabalho chama atenção, junto a pesquisadoras como Angela Davis, Achille Mbembe, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro e Paul B. Preciado que o significante Branco colonizador carrega consigo todas as opressões de raça, gênero, classe, capacidade ou origem por seu caráter colonialista. Enfim, enfrentar o significante Branco é, pois, enfrentar todas as opressões a que corpos na diferença da colonização estão sujeitados atualmente, por isso a escolha por lutas segmentadas se mostra ineficaz. Aqui, confluindo com Nego Bispo, a luta é contracolonialismo.

A interseccionalidade<sup>186</sup> e o devir-negro do mundo<sup>187</sup> são ainda duas outras estratégias de enfrentamento deste grande significante Branco, ao permitirem ver como o racismo da era Moderna potencializou outras opressões, inaugurando violências combinadas antes nunca vistas. Assim, Homem remete a Branco que remete a Mulher e Branca que remete a Gay e Branco e sua manutenção do privilégio racial... O regime significante está ligado aos regimes despóticos que, ao erigirem um significante, produzem uma desterritorialização e, ao desejarem remeter todo significado àquele significante, reterritorializam, produzindo uma desterritorialização relativa negativa. “O regime significante do signo é definido por oito aspectos ou princípios: 1) o signo remete ao signo, infinitamente (o ilimitado da significância, que desterritorializa o signo); 2) o signo é levado pelo signo, e não cessa de voltar (a circularidade do signo desterritorializado); 3) o signo salta de um círculo a outro, e não cessa de deslocar o centro ao mesmo tempo que de se relacionar com ele (a metáfora ou histeria dos signos); 4) a expansão dos círculos é sempre assegurada por interpretações que fornecem significado e fornecem novamente significante (a interpretese do sacerdote); 5) o conjunto infinito dos signos remete a um significante maior que se apresenta igualmente como falta e como excesso (o significante despótico [o significante Branco],

---

<sup>186</sup> Conceito criado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw e, no Brasil, brilhantemente problematizado por Carla Akotirene no livro “Interseccionalidade” (2019). “Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a coalisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro” (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

<sup>187</sup> Conceito desenvolvido pelo intelectual negro camaronês Achille Mbembe, nas obras “Crítica da Razão Negra” (2018) e “O fardo da Raça” (2018). Achille mostra como a experiência do capitalismo na Modernidade produziu, através da desumanização de um grupo de humanos por meio da produção da raça negra, os efeitos possíveis para a exploração de outros grupos humanos, a priori, não racializados como negros.

limite de desterritorialização do sistema); 6) a forma do significante tem uma substância, ou o significante tem um corpo que é Rosto [Branco] (princípio dos traços de rostidade, que constitui uma reterritorialização); 7) a linha de fuga do sistema é afetada por um valor negativo, condenada como aquilo que excede à potência de desterritorialização do regime significante (princípio do bode emissário); 8) é um regime de trapaça universal, ao mesmo tempo nos saltos, nos círculos regradados, nos regulamentos das interpretações do adivinho, na publicidade do centro rostificado, no tratamento da linha de fuga” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 71). Um ponto central no círculo, ao qual todos os signos (ou todos os pontos) se remetem, um símbolo, ou um círculo remete a outro círculo, girando em sua órbita. Este regime é ligado à *interpretância* ou a interpretação, o regime significante deseja capturar todos os fluxos, sem que para isso, deixe de produzir mais fluxo, um signo negativo, uma linha de fuga que pode fazer todo o sistema fugir: negres, índies, gays, trans, chineses etc. Por isso, embora haja desterritorialização relativa, ela se mantém negativa. O fluxo move-se por frequência e sua imagem é um muro branco e seu corpo Rosto.

O regime pré-significante opera por índices e não por símbolos, índices são formações da ordem do designável, índices territoriais, movendo-se por alianças com territorialidades, típico das formações ditas primitivas. Tem potência para manter sua plurivocidade por meio de ritos e alianças. É confronto de territorialidades e segmentos, impendido, no entanto, sobreposição ou sobrecodificação, diferente do regime significante que recoloca tudo em uma única frequência. É pré-significante não por vir antes como um elemento de atraso, mas por antecipar o perigo do desejo da homogeneidade, do despótico, da produção do significante, do símbolo, do centro de Poder. Se o regime significante impõe um nome, o pré-significante é da ação de “comer o nome” e seu corpo Cabeça impede a produção de um Rosto. “Evitaremos pensar que é por ignorância, por recalque ou forclusão do significante que uma tal semiótica [pré-significante] funciona. Ela é, ao contrário, animada pelo pesado pressentimento do que virá, não tem necessidade de compreender para combater, é inteiramente destinada, por sua própria segmentaridade e sua plurivocidade, a impedir o que já ameaça: a abstração universalizante, a ereção do significante, a uniformização formal e substancial da enunciação, a circularidade dos enunciados, com seus correlatos, aparelho de Estado, instalação do déspota, casta de sacerdotes, bode expiatório..., etc. E cada vez que se come um morto, pode-se dizer: mais um que o Estado não terá” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 72). O regime semiótico pré-significante também

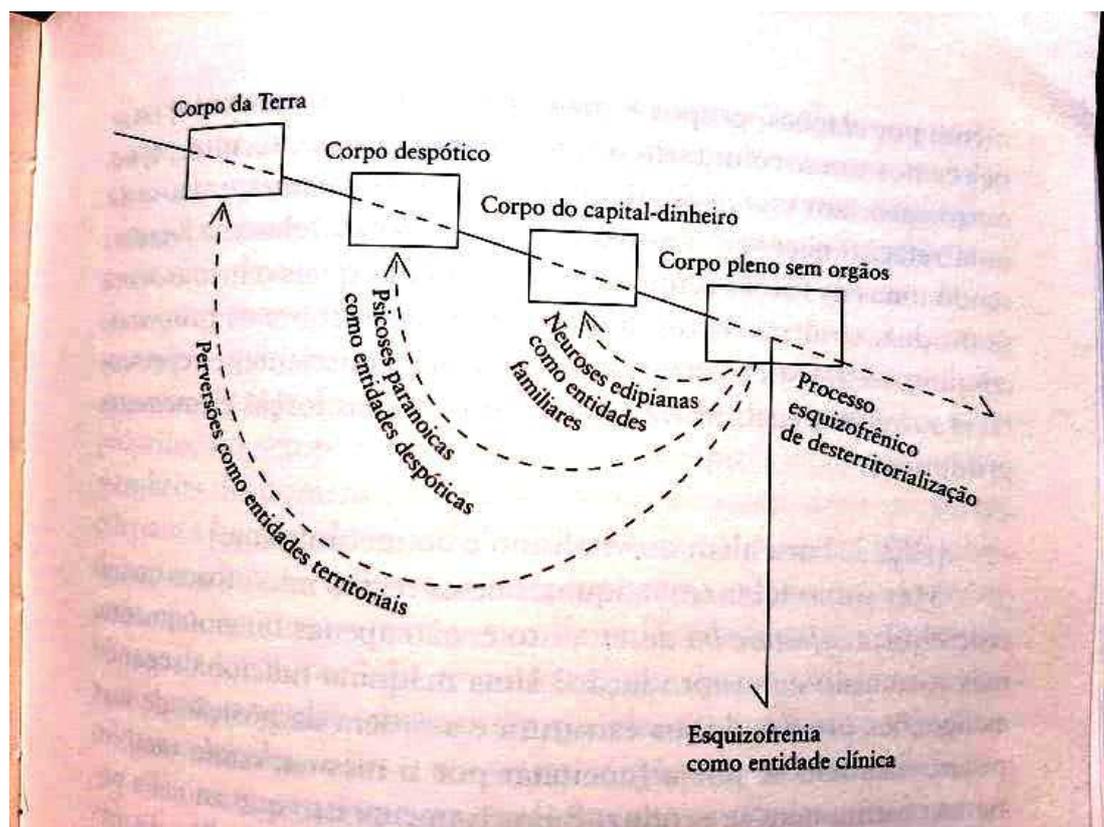
movimenta uma desterritorialização relativa. No entanto, por sua natureza de segmentaridade e plurívoca, impede que se instale um centro significativo, uniformizante, o reino das interpretações universalizantes. Por continuar a desterritorializar a terra e inventar novos territórios, dizemos que opera uma desterritorialização relativa positiva.

Já o regime contra-significante é o desejo de destruição do nome para produção de um nome sempre por vir, é desterritorialização absoluta que desfaz todos os territórios, alcançado a terra, a desterritorializada por excelência, a megamáquina, a mecanosfera. Ele se movimenta por aritmética e numeração, é contingência plena, típica da máquina de guerra. É do arranjo de forças, da afirmação, da destruição, da transição, contra acumulação. É também contra-significante não porque tenha um regime significativo específico como alvo, um inimigo comum. É contra-significante por desejar o combate contra a instalação de qualquer significativo, de qualquer centralidade perene e ou homogeneizante, ou respeito a qualquer território. É arranjo sempre provisório, pois dependerá sempre dos elementos que o compõe, da aliança contemporânea.

A máquina de guerra tem como único perigo seu devir enlouquecido, quando toma a guerra por um fim, levando à sua própria aniquilação. “Nessa semiótica contra-significante, a linha de fuga despótica imperial é substituída por uma linha de abolição que se volta contra os grandes impérios, atravessa-os ou os destrói, a menos que os conquiste e que se integre a eles formando uma semiótica mista” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 73). O regime contra-significante é o que devolve a terra o seu próprio movimento. É alisamento de todos os espaços estriados, é desterritorialização absoluta positiva por levar o devir da terra a seu movimento mais intensivo, em direção ao corpo sem órgãos, ao a-significante, ao a-subjetivo, ao a-centrado. “A grande linha chega ao corpo sem órgãos e aí, ou passa o muro e desemboca nos elementos moleculares onde ela devém na verdade o que já era desde o início, processo esquizofrênico, puro processo esquizofrênico de desterritorialização; ou então, ela emperra, salta, recai nas territorialidades mais miseráveis do mundo moderno, ordenando-se como simulacros dos planos precedentes, de modo a grudar-se no conjunto asilar da paranoia e da esquizofrenia como entidades clínicas, nos conjuntos ou sociedades artificiais instaurados pela perversão, no conjunto familiar das neuroses edipianas” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 372). Perigo do movimento pleno de dessubjetivação: a linha de fuga cai em sua desgraça, assumindo sua força negativa, reterritorializando em terras artificiais das perversões modernas, em terras asilares

psicóticas ou em terras capitalistas familista da neurose. Pior: pode se voltar contra o próprio corpo sem órgãos, destruindo sua capacidade criativa plena, produzindo um corpo vazio, vítreo, a esquizofrenia como entidade clínica ou um corpo canceroso. Não há neste sentido nenhuma idealidade, mas processo esquizofrênico de desterritorialização, pura potência, com suas alegrias e seus riscos mais genuínos.

Figura 13 – Processo esquizo de desterritorialização e perigos de reterritorialização.



Fonte: DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 373.

Nzinga Mbande foi uma grande Rainha, logo, ligada a um regime significativo, inclusive com funcionários e sacerdotes girando em torno de sua significância, vibrando em sua frequência. No entanto, sua ocupação real também é efeito de alianças de linhagem e territorialidade, típicas do regime pré-significante, o que a impediu de sobrecodificar o território conquistado de Matamba. Nzinga acolheu a filha da rainha derrotada de Matamba, deixando-a viver toda sua vida no novo reino com honrarias de nobreza. Nzinga tornou-se então Rainha Nzinga de Ndongo e Matamba. Desse modo, mantém viva a descendência do antigo reino, o que torna também possível que o trono seja questionado, bem como seu lugar de senhora do território de Matamba ameaçado.

Produz-se, desse modo, num regime misto, revezando entre um regime significante, pré-significante e contra-significante, ao se aliar à máquina de guerra Imbangala.

Se Nzinga teve seu nome negado por Hegel ao falar sobre a História de África<sup>188</sup> e só fora retratada apenas em 1830, de modo muito estereotipado, os povos imbangalas sequer foram considerados em sua singularidade. Ou quando citados, negados como feito por Vansina, no trabalho História Geral da África: sem nome, sem rosto, porém vivos e impossível de serem negados por pesquisadoras mais atentas como Linda M. Heywood (2019) e Mariana Fonseca (2018). Povos imbangalas que se moviam entre reinos prósperos e tribos pela terra de África, por vezes invadindo Estado, ou destruindo territórios, sempre aliciando novos membros aplicando sua aritmética e numeração. Aliando-se a Nzinga no combate ao Reino do Kongo e aos invasores portugueses e na conquista de Matamba. Embora também tenham se aliado aos portugueses contra territorialidades locais e posto em risco sua própria existência. Os povos imbangalas movem-se como um regime contra-significante por apostarem na produção de desejo fruto do encontro da guerra, do corte. Mas que não impede também sua aliança com Estados despóticos ou territorialidades no enfrentamento por mais vida, pelo direito de atravessar a terra ou de se fixar, como a produção do Reino do Kassanje.

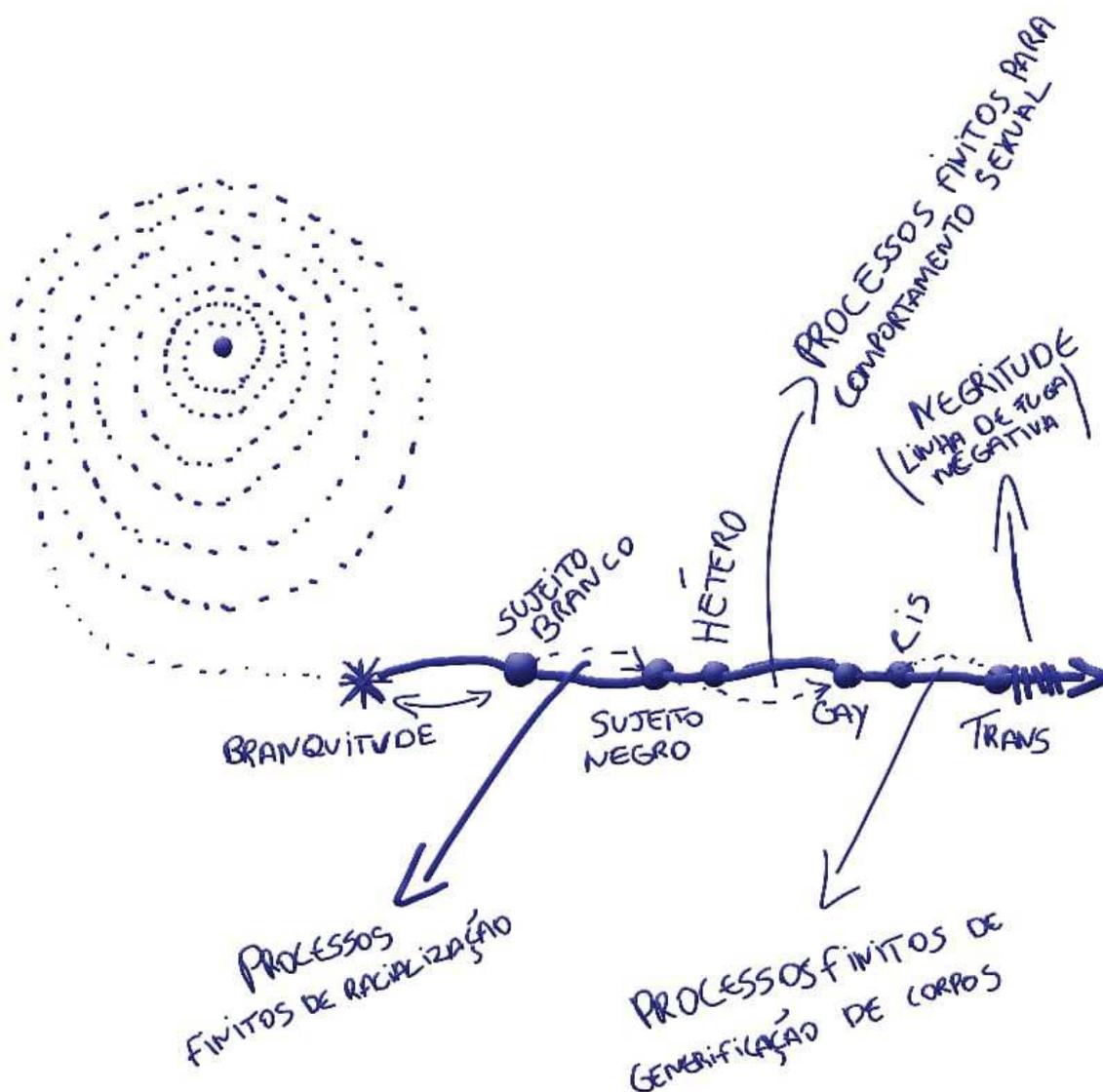
O regime pós-significante não é aquele que virá após o regime significante ou como causa-efeito deste. O pós-significante opera pelo que é significável, por ícones, ligado à subjetivação. São processos finitos, emanção, ideia, classe. É um regime autoritário, subjetivo e passional. Se o regime significante opera por uma centralidade circular com signos remetendo a signos, o regime pós-significante destaca uma linha

---

<sup>188</sup> “Essa imagem de Jinga [Nzinga] como ícone do desvio sexual, do mal e da brutalidade não se limitava aos escritores libertinos franceses nem aos resenhistas ingleses. O filósofo G. W. F. Hegel também propagou um retrato semelhante. Em palestras feitas na Universidade de Berlim no início do século XIX, ele usou os retratos de Jinga conhecidos nos círculos religiosos e literários europeus para ilustrar que a África estava ‘fora da História’. Para Hegel, Jinga (cujo nome ele escolheu não usar, talvez sabendo que um nome marca a pessoa como sujeito da história), ao lado de outros líderes africanos, representava uma aberração da história. Ela governou um ‘Estado feminino’, onde cenas sangrentas prevaleciam enquanto homens adultos e crianças do sexo masculino eram rotineiramente massacrados. Além disso, os homens que sobreviviam não tinham poder como homens, uma vez que as mulheres guerreiras (Hegel se refere a elas como ‘as fúrias’) que cercavam Jinga usavam os cativos masculinos como amantes. Essas mulheres eram tão antinaturais que não cultivavam e nem amamentavam nada, destruindo terras colonizadas e indo para o campo para dar à luz os bebês que concebiam. O ódio delas aos homens era tamanho que abandonavam os bebês do sexo masculino no campo, deixando-os morrer. Felizmente, concluía Hegel, esse Estado desapareceu” (HEYWOOD, 2019, p. 254). Como se pode ver, Hegel mais parece descrever um Estado tipicamente machista do que um Estado comandado por forças femininas.

significável de subjetivação que escapa à força centrífuga do círculo significante. Aliás, a linha de fuga do regime significante tornar-se, então, linha criadora do regime pós-significante. Se o regime pós-significante convive com a produção do significante é antes para traí-lo. Ele inaugura sempre uma nova linearidade a qual sempre será reportada ao esgotamento de seus possíveis. “Em primeiro lugar, *um signo ou um grupo de signos se destaca da rede circular irradiante*, começa a trabalhar por sua conta, a correr em linha reta, como se adentrasse em uma estreita via aberta. O sistema significante já traçava uma linha de fuga ou de desterritorialização que excedia o índice próprio de seus signos desterritorializados; mas a essa linha, justamente, ele atribuiu um valor negativo, fazendo nela fugir o emissário. Dir-se-ia, agora, que essa linha recebe um signo positivo, que está efetivamente ocupada e seguida por todo um povo que nela encontra sua razão de ser ou seu destino” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 77-78, grifos dos autores originais). Essa positividade encontra então o absoluto, fugindo às circularidades. Por isso, convive com o perigo presente no regime contra-significante, o da abolição total. Sua desterritorialização é absoluta, no entanto, por se reterritorializar num processo que pretendia abandonar, é negativa; sua reterritorialização se faz num novo ponto, sempre significável, sempre abandonável, sempre pronto para iniciar um novo processo de subjetivação.

Figura 14 – Regime pós-significante da branquitude.



Fonte: Elaborado pelo autor. Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 98.

Por isso, a negritude como um regime pós-significante comporta linhas de produção de Fernando Holiday<sup>189</sup> e Érica Malunguinho<sup>190</sup>; a linha transvestigenera comporte a produção de Leo Áquila<sup>191</sup> e Linn da Quebrada<sup>192</sup>; a linha de mulheres cis

<sup>189</sup> Vereador negro cis gay da cidade de São Paulo que já negou a relação entre racismo e desigualdade social, inclusive, é contra a política de cotas.

<sup>190</sup> Deputada estadual transexual negra do Estado de São Paulo, muito atuante nos movimentos sociais de combate à lgbtfobia e ao racismo e outras opressões.

<sup>191</sup> Jornalista, mulher transexual branca que já relativizou a eleição da extrema-direita no Brasil.

<sup>192</sup> Cantora, performer, atriz, mulher transexual negra totalmente engajada no combate à lgbtfobia e ao racismo e à outras opressões.

comporta a produção de Janaína Pascoal<sup>193</sup> e Maria do Rosário<sup>194</sup>. A questão aí já não é quem é mais ou menos negra, mais ou menos mulher trans, mais ou menos mulher cis, mas quem é capaz de maior traição negativa. É uma linha de Paixão que cada linha de subjetivação de negritude, do transfeminismo e do feminismo dispara. Passando umas sobre as outras, o regime pós-significante opera por pontos de subjetivação que remetem a uma origem sempre perdida e sempre atual, recalçamento originário. E, ao mesmo tempo, seu fim é sempre início de um novo ponto de subjetivação, o esgotamento de um processo é início de outro. Daí a denúncia feita por Oyèwùmí de que a negritude de Senghor nada mais é que o jeito negro mimetizado da branquitude.

### *8.2 Estudo do componente transformacional aplicado à esquizoeducação*

Nzinga desejou tornar-se Católica Apostólica Romana, inclusive usou a relação com monges capuchinhos para chegar, com sucesso, ao Papa, como forma de reconhecimento de prestígio. Aliança importante para resistir à invasão portuguesa. Rainha Nzinga se instala num ponto de subjetivação para daí produzir ainda possíveis de vida. Desse modo, não se trata aqui de dizer que tal ou qual regime semiótico é melhor ou pior que outro. Esquizoeducação é mapeamento dos regimes mistos e suas relações intensivas uns com os outros. Não se trata também de pregar uma pureza de regime ou superação de um pelo outro, definitivamente não falamos de Evolução. Esquizoeducação aplicada à educação é estratégia para mapear regimes e suas relações, suas relações de força e de hierarquização para, quem sabe, apostar em novas alianças, traições, no combate ao desejo de abolição total, de niilismo, de racismo transfigurado em fascismo, para ainda produzir mais vida possível, apostando na ocupação e na variação para a produção de uma nova terra por vir.

Esquizoeducação é, pois, uma pragmática aplica à educação, que ora é território, ora Estado, ora potência de desterritorialização. Pragmática é estratégia utilizada por Guattari e Deleuze, a partir da obra do linguista estadunidense Noam Chomsky que, por meio de seus estudos, desenvolve um modelo de pesquisa que chama de Gerativo e

---

<sup>193</sup> Advogada e professora, mulher cis branca que se sentia “perseguida” (sic) durante os governos petistas e uma das responsáveis pelo pedido de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

<sup>194</sup> Deputada Federal, mulher cis branca vitoriosa numa ação judicial contra o atual presidente da República, por ataques machistas no plenário da Câmara.

Transformacional. No entanto, na diferença de Chomsky que busca provar a existência de uma Gramática Universal, Guattari e Deleuze estão interessados em fugir da dicotomia variáveis e invariantes da língua. Eles estão ocupados em pôr para variar.

Para Guattari e Deleuze, a divisão da Pragmática em dois – Gerativo e Transformacional – ajuda a diferenciar duas tarefas importantes da esquizoanálise e, aqui, usado para a esquizoeducação. “Podemos denominar o primeiro como gerativo, visto que mostra como os diversos regimes abstratos formam semióticas mistas concretas, com quais variantes, como se combinam e sob qual predominância. O segundo é o componente transformacional, que mostra como esses regimes de signos se traduzem uns nos outros, e sobretudo como criam regimes novos. A pragmática gerativa faz de algum modo decalques de semióticas mistas, ao passo que a pragmática transformacional faz mapas de transformação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 101). O componente gerativo seria aquele responsável por investigar como se formam as semióticas mistas. O componente transformacional, responsável por investigar as operações de tradução e formação de novas semióticas, o que dá sentido pleno à novidade dos mistos em determinados domínios. Por meio do componente gerativo produzimos um decalque, observando se há predominância no regime misto de um regime semiótico significativo, pré-significante, contra-significante ou pós-significante.

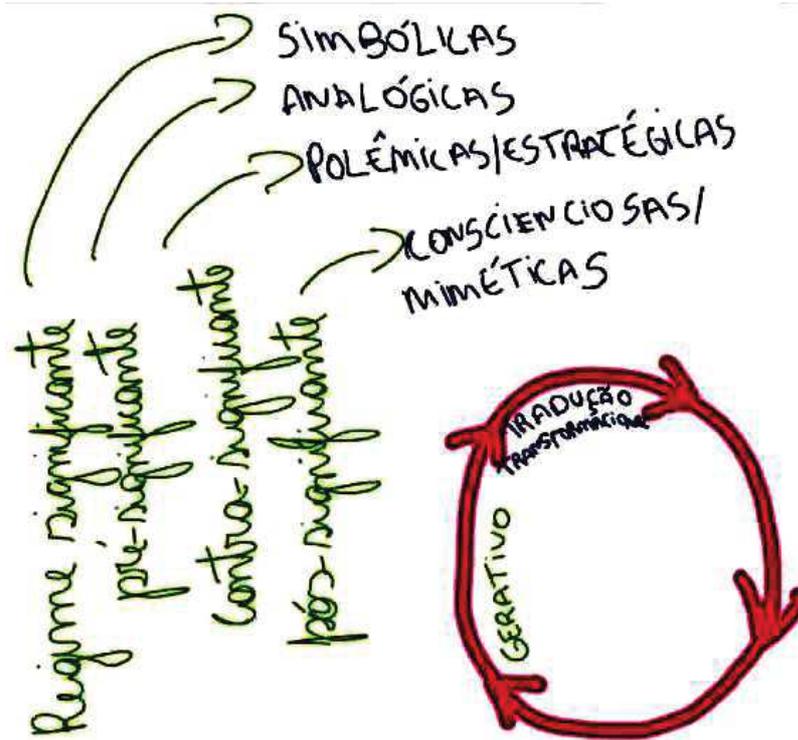
Figura 15 – Alguns tipos de regimes semióticos, parte do estudo Gerativo.



Fonte: Elaborado pelo autor. Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 111.

Por meio do componente transformacional, mapeamos mecanismos que cada regime usa para traduzir um pelo outro, às vezes produzindo novos regimes. Desse modo, o regime *significante* opera por transformações simbólicas; o regime *pré-significante*, por transformações analógicas; o regime *contra-significante*, por transformações polêmicas ou estratégicas e o regime *pós-significante*, por transformações conscienciosas ou miméticas. “As canções dos negros americanos inclusive e sobretudo as letras, teriam um valor ainda mais exemplar, porque se ouve nelas, antes de tudo, como os escravos ‘traduzem’ o *significante* inglês, e fazem um uso *pré-significante* ou mesmo *contra-significante* da língua, misturando-a às suas próprias línguas africanas, assim como misturam a seus novos trabalhos forçados o canto dos antigos trabalhos da África; em seguida se entende como, com a cristianização e com a abolição da escravatura, eles passam por um processo de ‘*subjetivação*’ ou mesmo de ‘*individuação*’, que transforma sua música ao mesmo tempo em que ela transforma esse processo por analogia; como também se coloca problemas de ‘*rostidade*’, quando os brancos de ‘*face enegrecida*’ se assenhoram das palavras e canções, mas os negros, por sua vez, enegrecem a fisionomia com uma camada suplementar, reconquistando suas danças e seus cantos, transformando ou traduzindo mesmo aqueles dos brancos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 99). Não se trata, no entanto, de superficial mistura de regimes, não se pode controlar efeitos, não se trata também de um experimentalismo fajuto, é preciso deixar funcionar e estar atento aos riscos. Nem mesmo é uma operação de semelhança ou comparação dialógica. É sempre um lance de dados.

Figura 16 – Alguns regimes semióticos, parte do estudo Gerativo e suas respectivas traduções-transformações que são parte do estudo do componente Transformacional.



Fonte: Elaborado pelo autor. Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 111.

Não se trata também de uma escolha consciente e arbitrária para se passar de um regime semiótico a outro ou para determinar a inauguração de um regime ainda desconhecido, por vir, pois nada está garantido ou o movimento é inconsciente. “Por exemplo, é relativamente fácil não dizer mais ‘eu’, mas sem, com isso, ultrapassar o regime de subjetivação; e inversamente, podemos continuar a dizer Eu, para agradar, e já estar em um outro regime onde os pronomes pessoais só funcionam como ficções” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 110). No mundo no qual vivemos, no qual produzimos e somos produzidos, eis um desafio difícil, assim como para o território da educação, que busca sempre produzir novas formas de superar as velhas hierarquias e opressões, adjetivando a Pedagogia ou os currículos na tentativa de torná-los mais negros, menos lgbtfóbicos, não-machistas, laicos ou até Sem Partido. “A significância e a interpretação têm a pele tão dura, formam com a subjetivação um misto tão aderente, que é fácil acreditar que se está fora delas enquanto ainda as secretamos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 100). É uma experimentação que modifica o inconsciente, não a consciência, embora possa se partir de movimentos conscientes. Por isso as artes: música, teatro, dança, cinema, performance.

### *8.3 Performance contracolonialismo contra o teatro edipiano colonizador*

A análise feita por Frantz Fanon (1961/2005) acerca da relação entre a possessão e produção de violência ou os encontros de corpos de colonizados em rituais para extravasar a violência colonial sofrida, pode ser entendida de outro modo. Se considerarmos o regime semiótico do qual Fanon parte e o regime semiótico do qual ele está diante, podemos produzir outra realidade. Apesar de Fanon ter percebido que “tudo é permitido... nesse círculo”, ele povoa sua análise de fantasmas e simulacros, como se o inconsciente maquínico religioso autóctone argelino fosse produtor de imagens sobrenaturais e mágicas descoladas da realidade que revelariam forças “egóicas”. Num encontro primitivo – primitivo nada tem a ver com atraso histórico – o que se produz não é uma interioridade do tipo Eu, na resolução de um “plano fantasmático”. A lavagem, a purificação, a relação com a lua, as lágrimas e o sangue, esta “libido acumulada” não jorra vulcanicamente para uma masturbação coletiva como Falta ou forma de impedimento do ato sexual violento em si. Pelo contrário, ela, a libido acumulada, é fluxo e produz ainda mais fluxo que desemboca nos movimentos revolucionários, que a todo momento minam os limites impostos aos corpos colonizados.

Fanon atribui a calma e a paz dos colonizados ao controle da libido pelas sessões de possessão-despossessão. Ele desconecta esta produção de performance do inconsciente da produção de uma realidade outra possível, uma fuga criativa à colonialidade, para além de uma fuga negativa da violência colonial. Interessante que Fanon note que durante a guerra de libertação o interesse por estas práticas diminui e justifica que isto se dá porque “o colonizado vai ser intimidado a não contar mais fábulas para si mesmo” (FANON, 1961/2005, p. 75). No entanto, o que Fanon não percebe, e muito por estar envolvido com as fábulas contadas por Freud, é que as sessões de possessão-despossessão não são teatrinhos onde reina o fantasma de Édipo e o medo de papai-mamãe colono. Os rituais primitivos são embates de regimes semióticos, tentativas de invenção inconsciente, e, por isso, de Real e na realidade. Tem

menos a ver com o teatro familiar psicanalítico e mais a ver com o Teatro da Crueldade de Antonin Artaud (1896-1948)<sup>195</sup>.

Na relação entre seu teatro e a peste, diz Artaud: “Ora, se o teatro é como a peste, não é apenas porque ele age sobre importantes coletividades e as transtorna no mesmo sentido. Há no teatro, como na peste, algo de vitorioso e de vingativo ao mesmo tempo. Sente-se que esse incêndio espontâneo que a peste provoca por onde passa não é nada além de uma imensa liquidação. Um desastre social tão completo, um tal distúrbio orgânico, esse transbordamento de vícios, essa espécie de exorcismo total que aperta a alma e a esgota indicam a presença de um estado que é, por outro lado, uma força extrema em que se encontram em carne viva todos os poderes da natureza no momento em que ela está prestes a realizar algo essencial” (ARTAUD, 2006, p. 23). Por isso não parece ao acaso que os rituais de possessão-despossessão cessem durante a guerra de libertação. Os primitivos, os colonizados, não estão mergulhados em fantasias e fabulações fantasmagóricas não porque estejam agora agarrados à realidade das metralhadoras. A questão é que antes as armas eram outras. Foram necessários os rituais para que houvesse o contágio, a destruição de certas relações de submissão colonial para que outras reações e ações surgissem. Ações de reatividade ou de afirmação de um novo possível político pelo enfrentamento armado.

O inconsciente maquina e vai agenciando corpo e expressão, corpo e língua. Fanon, também herdeiro em certa medida de um marxismo histórico, deixa escapar os devires revolucionários ao esperar pelo futuro da Revolução, percebido em uma questão posta por ele: “quando se pode dizer que a situação está madura para um movimento de libertação nacional? Qual deve ser sua vanguarda?” (FANON, 1967/2005, p. 76). Resposta: Nunca se sabe! E os primitivos sabiam disso, por isso precisavam de tantos rituais para produzir um novo inconsciente coletivo, para experimentar possíveis, no embate com a repressão real e produtora de realidade, no embate com o regime semiótico colonial. No embate contra a peste branca ou o “mal branco”, como atentou

---

<sup>195</sup> Antonin Artaud é um indispensável pensador branco francês, poeta, ator, dramaturgo, teatrólogo, diretor de teatro e roteirista de cinema. Criou o Teatro da Crueldade, um projeto que uniu vida e arte, totalmente influenciado pelo Teatro de Bali e pelo contato com povos originários do México, os Tarahumarán. Levou seus experimentos artísticos a limites inimagináveis e influenciou decisivamente grandes artistas da atualidade como Peter Brook e Eugenio Barba. Além, claro, de inspirar Deleuze e Guattari ao criarem o conceito Corpo sem Órgãos. Artaud talvez tenha sido o artista que mais esquizofrenizou o teatro ocidental ou quem sabe o que melhor o esquizoanalisou. Cf. ARTAUD, Antonin. **Teatro e seu duplo**. Trad. de Teixeira Coelho. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Noguera na banca de segunda qualificação deste trabalho acerca dos escritos de Antonin Artaud. Nunca se sabe onde se põe o desejo. Nunca a revolução é questão de consciência, embora possamos partir dela para um movimento de ruptura revolucionário. Embora tenhamos visto ao longo do devir da História que a vanguarda consciente revolucionária nem sempre está à altura dos devires revolucionários disparados ao longo de uma história.

É preciso produzir um outro lugar para os rituais primitivos que, às vezes, são comparados a eventos simbólicos, artísticos ou meramente teatrais, representativos, celebrações significantes. Se Richard Schechner<sup>196</sup> contribui para um outro entendimento acerca da singularidade dos rituais primitivos, categorizando-os como performances culturais, é preciso ir mais além. Isto porque trabalhos como o do brasileiro Renato Cohen<sup>197</sup> e da estadunidense Roselee Goldberg<sup>198</sup> inserem a Arte da

---

<sup>196</sup> Richard Schechner é professor branco estadunidense de Estudos da Performance da Tisch School of the Arts da Universidade de Nova Iorque. É pioneiro nos Estudos da Performance sistematizando-o, inserindo os estudos de rituais no âmbito da performance, dando-lhes status de eventos artísticos. Influenciou diversos Programas de Pesquisas pelo mundo e é um dos mais importantes especialistas da área da Antropologia Teatral. Numa entrevista a uma revista brasileira de Educação, Schechner faz relação entre performance e Educação. Curioso notar que, embora seu trabalho ímpar junto ao antropólogo Victor Turner tenha sido dedicado aos estudos de rituais em sociedades sem Estado, ele justifique sua aposta na relação entre Educação e Performance remetendo à cultura do Estado grego. Desse modo, Schechner faz da performance quase sinônimo de Teatro ou não aproveita a oportunidade para explorar a diferença produzida entre uma arte de um regime semiótico significativa, como é o caso do Teatro Grego, e as performances tribais, típicas do regime semiótico pré-significante ou contra-significante. Cf. SCHECHNER, Richard; ICLE, Gilberto; PEREIRA, Marcelo de Andrade. O que pode a Performance na Educação? Uma entrevista com Richard Schechner. **Educação & Realidade**, vol. 35, núm. 2, mayo-agosto, 2010, p. 23-35. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227077003>. Acessado em 03 de fev. de 2020.

<sup>197</sup> Renato Cohen (1956-2003) foi um pesquisador brasileiro responsável pela importante publicação do livro “Performance como Linguagem”, um dos primeiros trabalhos publicados no Brasil acerca do estudo da Arte da Performance. Para Cohen, a linguagem da performance estaria inserida nos movimentos contemporâneos de desconstrução do teatro tradicional, influenciados por movimentos que tentavam intensificar a relação entre arte e vida. Desse modo, põe a arte da performance na linha histórica e evolutiva traçada por ele e para tornar a performance linguagem, extrai dela constantes entre suas variáveis. Cf. COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

<sup>198</sup> RoseLee Golberg (1947-) é curadora de Arte da Performance, historiadora de Arte e crítica sul-africana. Publicou importante livro “A arte da performance: do futurismo ao presente”, no qual faz a relação entre a Arte da Performance e os movimentos de vanguarda do início do século XX. Defende que o desenvolvimento da Arte da Performance é fortemente influenciado pela reação de movimentos artísticos de vanguarda ao mercado de Arte. Cf. GOLDBERG, Roselee. **A arte da performance: do Futurismo ao presente**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Performance na História da Arte. Para Goldberg, a Arte da Performance surge num contexto de negação do mercado da arte ocupando-se em produzir ações mais que objetos, sensações mais que sentimentos. Para ela, uma ação de uma performer ou uma performance criaria dificuldades de sua captura pelo mercado da Arte. No entanto, hoje vemos obras e artistas da Arte da Performance arrecadando milhões, produzindo exposições caríssimas e sendo reverenciadas mundialmente pela indústria cultural, como é o caso da performer Marina Abramovic<sup>199</sup>. Já Cohen, próximo a Schechner, empenhou-se em capturar constantes para produzir uma individualidade dando a Performance status de linguagem. D. H Lawrence, poeta usado por Guattari e Deleuze (1992/2010) para pensar o conceito de arte, diz que o Homem, diferente do animal, não consegue viver no caos e por isso constrói, edifica um guarda-sol. Já o artista, inimigo das convenções, talvez em devir-animal, produziria, com sua obra, um rasgo neste guarda-sol para deixar passar um pouco mais de caos.

Para Lawrence, há ainda a ação daquele “Homem-lugar-comum”, o homem das convenções, que viria a reproduzir o rasgo feito por artistas através de um simulacro e, desse modo, produzindo um novo remendo no guarda-sol, interrompendo o fluxo de caos produzido pela obra de arte. Eis o perigo da performance da arte capturada e capitalizada pelo mercado da arte, um simulacro. Fazer um rasgo, deixar um pouco de caos livre passar, eis a contínua tarefa de artista. “Esta é uma crise importante para a humanidade: quando temos que voltar para o caos. Até aqui o guarda-sol tem funcionado, e os poetas fazem rasgos nele, e a massa das pessoas pode ser educada

---

<sup>199</sup> Marina Abramovic (1946-) é uma performer sérvia. Produzindo desde a década de 1970, Abramovic é pioneira na arte da performance. Depois um início de carreira difícil, numa época em que a Arte da Performance não era reconhecida pela indústria cultural, Abramovic ocupou os seis andares, em 2010, do MoMa (Museu de Arte Moderna de Nova Iorque) numa grandiosa exposição exclusiva. Ficou durante três meses literalmente em exposição na famosa performance “A artista está presente”. Esta performance rendeu um famoso reencontro com seu antigo parceiro, Ulay, com quem viveu e trabalhou durante 12 anos. O encontro filmado virou um vídeo viralizado na internet. Isto porque o término do relacionamento também foi marcado por uma outra performance chamada *The Lovers* (1988). Nela, cada uma partiu de uma das extremidades da Muralha da China. Depois de três meses, ele e ela se encontraram no meio da caminhada, se despediram e nunca mais se viram, até a performance de 2010. Maria Beatriz Medeiros, conhecida como Bia Medeiros, performer, pesquisadora brasileira e líder do grupo *Corpos Informáticos*, faz uma interessante crítica ao mercado de arte e a captura da dita Arte da Performance ao lembrar a consagração da exposição de Abramovic no MoMa. Cf. MEDEIROS, Maria Beatriz de. *que canta ri*. In.: AQUINO, Fernando; MEDEIROS, Maria Beatriz de (org.) **Corpos Informáticos. Performance, corpo, política**. Brasília: Editora do Programa de Pós-Graduação em Arte, UnB, 2011.

gradualmente de acordo com a visão de cada rasgo: o que significa que eles sobrepõem emendas com os remendos que se parecem, justamente, com a visão no rasgão: enquanto este processo puder prosseguir e a humanidade puder ser educada de acordo com ele, e, assim, construída, a civilização continuará, com mais ou menos sucesso, a completar a pintura de sua própria prisão. Isto é chamado de completar a consciência”<sup>200</sup>. Se a obra-vida de Abramovic, Schechner e Cohen produzem rasgos no guarda-sol e deixam um pouco de caos livre passar, a consagração e captura de suas obras reproduzidas em circuitos e espaços de arte capitalistas, produzem simulacros, fazem remendos novamente no guarda-sol. É sempre possível um pouco mais de caos.

Se o processo do simulacro produz uma prisão que se completa pela consciência, o caos que as obras de arte fazem passar, assim como as obras das artistas e teóricas da consagrada Arte da Performance, está ligado à produção de um inconsciente que não se limita à consciência de Mercado ou de uma Escolas de Arte. Muitos teóricos do teatro, inclusive um grande brasileiro, Augusto Boal, criador do Teatro do Oprimido<sup>201</sup>, se empenharam em diferenciar suas produções de arte de uma produção dita clássica voltada a um Mercado hegemônico, herdeira do modelo aristotélico, fundamentado no desejo de produção de catarse – muitas vezes traduzido como sentimentos do espectador – mas que em sua origem, tinha uma função muito específica e política, produzir a purificação dos sentimentos pelo “terror e compaixão”<sup>202</sup>. Dito de outro modo, o teatro baseado num inconsciente clássico ou numa consciência evolutiva – dos rituais

---

<sup>200</sup> LAWRENCE, D. H. Caos em poesia (tradução de Wladimir Garcia). Disponível em <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/10/25/caos-em-poesia-de-d-h-lawrence-nova-traducao-de-wladimir-garcia/>. Acessado em 15 de nov. de 2020.

<sup>201</sup> Teatro do Oprimido é uma linguagem teatral na qual o espectador, chamado de espectador, é convidado a participar e a agir em cena, a qual trata de problemas sociais. Desse modo, Augusto Boal (1931-2009) teatrólogo brasileiro criador do Teatro do Oprimido propunha que a ação teatral fosse um ensaio para a ação política na vida em sociedade, em alternativa ao teatro aristotélico, que era feito apenas para ser visto. Cf. BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Editora 34, 2019.

<sup>202</sup> “A tragédia é a imitação de uma ação elevada e completa, dotada de extensão, numa linguagem embelezada por formas diferentes em cada uma das suas partes, que se serve da ação e não da narração e que, por meio da compaixão (eleos) e do temor (phobos), provoca a purificação (katharsis) de tais paixões”, Cf. ARISTÓTELES. Coleção **Os Pensadores: vol. IV**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

primitivos coletivos ao destaque da (o) atriz/ator e da cena centralizada<sup>203</sup> – é efeito da produção de um regime semiótico, efeito de transformações hegemonicamente simbólicas (típicas do regime significante) e transformações conscienciosas e miméticas (típicas do regime pós-significante).

Boal nos oferece um outro mapa, no qual investiga como os fluxos de um teatro primitivo desterritorializados para serem reterritorializados e contidos, “‘Teatro’ era o povo cantando livremente ao ar livre: o povo era o criador e o destinatário do espetáculo teatral, que se podia então chamar de ‘canto ditirâmico’. Era uma festa em que todos podiam livremente participar. Veio a aristocracia e estabeleceu divisões: algumas pessoas iriam ao palco e só elas poderiam representar enquanto todas as outras permaneceriam sentadas, receptivas, passivas: estes seriam os espectadores, a massa, o povo” (BOAL, 2010, p. 11-12). Não podemos, desse modo, afirmar, contudo, que rituais primitivos tenham a ver somente com produção simbólica e ou fantasmagórica, e, neste sentido, produção de consciência, de terror e compaixão. Há uma potência analógica nos rituais primitivos (típica do regime pré-significante) ou potências polêmicas e estratégicas (típicas do regime contra-significante) que não suportam a produção de fantasmas, narcisismos ou de meras fabulações Brancas. Definitivamente, a encenação de Édipo levaria muitos à falência ou falo-lência em algumas regiões do mundo, ou muito faria rir, fazendo da tragédia grega uma comédia pueril. Com Boal, faz-se um deslocamento da Evolução das artes, ele embaralha, faz involução ao lembrar povos que produziam teatro no qual todos participavam, todos eram artistas e espectadores, ao mesmo tempo. Podemos dizer desse modo, fazendo uma aliança polêmica e estratégica com a conceituação de teatro de Boal, que a performance não está no fim, não é mera reação de artista de vanguarda, do século XX, ao mercado de arte. Um mercado de arte ou um modo de produção artística que é efeito do desejo de captura dos fluxos criativos livres, de captura de performances possíveis. A performance não é ação exclusiva do Teatro Contemporâneo, nem típica expressão cultural de povos não brancos. Performance é movimento sempre vivo de involução da Arte que embaralha códigos – artista e plateia – desde sempre, que desterritorializa certezas, fazendo um pouco de caos livre passar!

---

<sup>203</sup> Cf. BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. Trad. de Maria Paula V. Zurawski, J. Guinsburg, Sérgio Coelho e Clóvis Garcia. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Na Europa, foi Antonin Artaud que levou mais longe a relação que um teatro simbólico e consciencioso poderia ter com os rituais primitivos pré-significantes ou contra-significantes, performances de diferentes tipos. O Teatro da Crueldade criado por ele não estava interessado na linguagem articulada e nem na espetacularização do ator ou atriz, ele estava ocupado em produzir um Corpo sem Órgãos<sup>204</sup>.

Ao comparar teatro à peste, Artaud aposta na ruína de uma ideia de encenação teatral centrada no exibicionismo verborrágico de textos escritos dando vazão a um novo fluxo criativo. “O teatro, como a peste, é uma crise que se resolve pela morte ou pela cura. E a peste é um mal superior porque é uma crise completa após a qual resta apenas a morte ou uma extrema purificação. Também o teatro é um mal porque é o equilíbrio supremo que não se adquire sem destruição. Ele convida a um delírio que exalta as energias; e para terminar pode-se observar que, do pondo de vista humano, a ação do teatro, como a da peste, é benfazeja pois, levando os homens a se verem como são, faz cair a máscara, põe a descoberta a mentira, a tibieza, a baixeza, o engodo; sacode a inércia asfixiante da matéria que atinge até os dados mais claros dos sentidos; e, revelando para coletividades o poder obscuro delas, sua força oculta, convida-as a assumir diante do destino uma atitude heroica e superior que, sem isso, nunca assumiria” (ARTAUD, 2006, p. 28-29). Por isso a dificuldade de muitos teóricos contemporâneos, com mais ou menos boa vontade, para dizer que o teatro de Artaud foi irrealizado. Onde eles procuram consciência, terror e compaixão, só há inconsciente e produção de vida possível; onde procuram por uma linguagem realizável, por variáveis e constantes, só há potência de variação e produção de língua, de corpoalíngua.

Artaud estava empenhado em denunciar a “ditadura exclusiva da palavra” no teatro dito ocidental e estava disposto à “descoberta” do que ela chamou nova linguagem, experimentada em ato. “A ideia de uma peça feita diretamente em cena, esbarrando nos obstáculos da realização e da cena, impõe a descoberta de uma linguagem ativa, ativa e anárquica, em que sejam abandonadas as delimitações habituais entre os sentimentos e as palavras” (ARTAUD, 2006, p. 40). Para tal empreitada, Artaud propunha o abandono da palavra e a aposta nos “signos” como o gesto, a luz e o som.

---

<sup>204</sup> Na Dissertação Esquizita há um texto a respeito da experiência de invenção de um corpo sem órgãos a partir do contato com a obra de Antonin Artaud. Cf. MENDES, Tarcísio Moreira. Op. cit.

#### 8.4 Estudo do componente diagramático e do maquínico aplicado à esquizoeducação – agenciamento de corpo (conteúdo) e de expressão

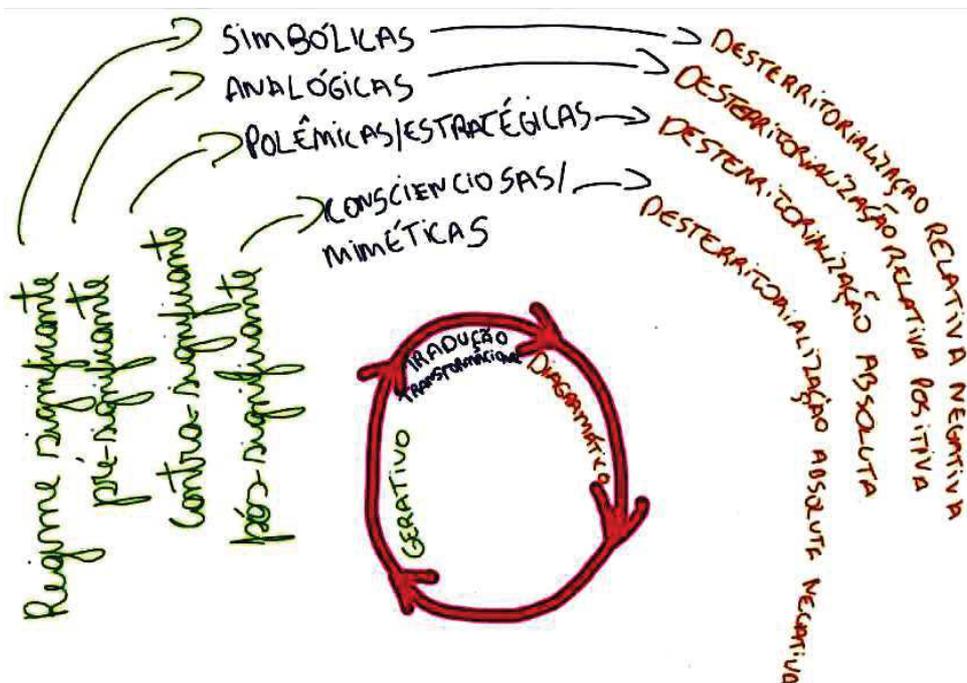
Regimes de signos não têm a ver com a linguagem, mas sim com língua. E embora Artaud tenha usado a palavra linguagem para seu exercício de embate à ditadura da palavra, podemos traduzir, num exercício polêmico e estratégico, que ele estava interessado em experimentar novos regimes semióticos, de língua ou mais: fazer diagrama que extrapola qualquer regime semiótico. A linguagem está para a palavra de ordem, a qual se diz não para se acreditar nela, mas para fazer obedecer, “A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 17)<sup>205</sup>. Os regimes de signos estão ligados a um agenciamento que em uma de suas faces formaliza a expressão e em outra face, inseparável, mas diferente da primeira, formaliza conteúdo. Para além de chegar aos regimes semióticos mistos, é necessário ir ainda além, no próprio agenciamento. “Eis por que é necessário chegar, no próprio agenciamento, a algo que é ainda mais profundo em pressuposições: formas de expressão ou regimes de signos (sistemas semióticos), formas de conteúdo ou regimes de corpos (sistemas físicos). É o que denominamos *máquina abstrata*, sendo que esta constitui e conjuga todas os picos de desterritorialização do agenciamento” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 103, grifo dos autores). Notem que na proposição dos dois europeus brancos não há hierarquização ou subversão da ordem tradicional do império da expressão, ou no senso comum psicanalítico, onde tudo é linguagem. “No acontecimento deste corpoalíngua, não é mais possível extrair da *alíngua* o que é significante, não se ouve mais um ser

---

<sup>205</sup> Aqui opera uma diferença produzida por Deleuze e Guattari ao relacionar a Linguagem à Palavra de Ordem, aquela que não deseja ser compreendida, mas obedecida. E por isso também, tem um caráter sempre de discurso indireto, sem pressupor um discurso direto. “Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma ‘obrigação social’. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento” Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 20 de novembro de 1923 – Postulados da linguística. In.: \_\_\_\_\_. Op. cit., p. 17.

falante. Quem fala, quem escuta, *corpeia* o inconsciente, que não se deixa organizar nem se estruturar *como uma linguagem*; é ele *uma usina de produção desejante* (ALCÂNTARA, 2010, p. 76, grifos da autora original). Tudo só será linguagem, se for corpo; ou melhor, tudo é língua, dada a singularidade de cada expressão e, por isso, corpoalíngua. Aqui não há privilégio do linguajeiro ou fetichização do corpo, e sim produção corpo sem órgãos. “Não há como, nele, abstrair-se o conteúdo: não há signo remetendo a outro signo e tão somente ao signo, não há como engendrar ali o regime de círculos intermináveis da cadeia significante. É poque neste espaço do acontecimento do ato, o corpo que nele se cria não sustenta para si, e *em si*, a primazia de um regime significante, a linguagem que expressa não encontra mais nenhuma formalização suficiente para essa semiótica universalizante, obstinada a inscrever sobre os corpos sua subjetividade e sua significação (ALCÂNTARA, 2011, p. 72, grifos da autora original). Aqui é agenciamento maquínico, no qual corpo está implicado em expressão; e a expressão ao corpo; chegando a uma intensiva composição, um compõe-se com outro, diagramação, sem imperialismo ou hierarquização.

Figura 17 – Alguns regimes semióticos, parte do estudo do componente Gerativo; tipos de tradução-transformação, estudo do componente Transformacional; movimentos de desterritorialização e suas produções, parte do estudo Diagramático.

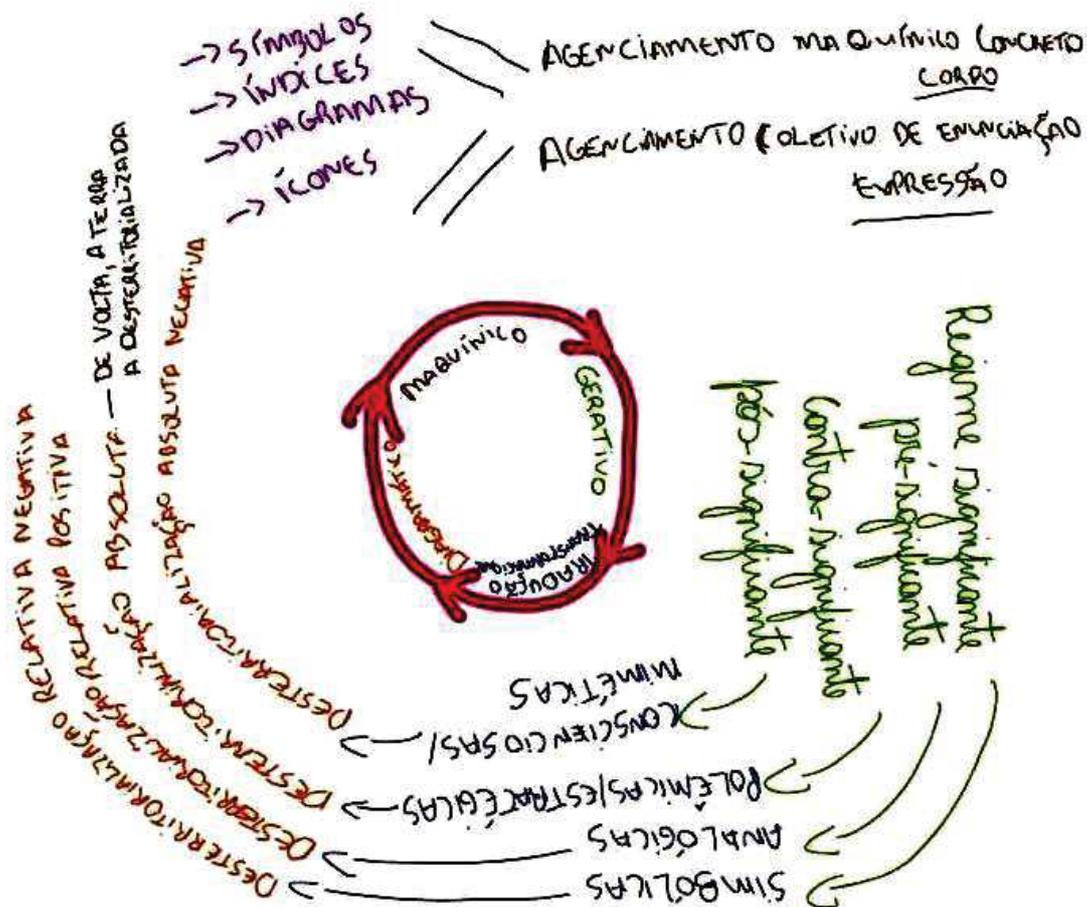


Fonte: elaborado pelo autor. Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 111.

A esquizoeducação aplicada à educação não está, pois, ocupada em produzir currículo, ementa, método universal ou formação ideal e educada. A esquizoeducação aplicada à educação produz planos, e conta ainda com outros dois componentes da esquizoanálise: diagramático e maquínico. A esquizoeducação junto ao componente diagramático se dispõe ao estudo de máquinas abstratas, partindo das matérias semiótica e fisicamente não formalizadas, produção de um plano de consistência. Aí, um plano de expressão e um plano de conteúdo formam um único e mesmo plano. A partir do qual estratos e reterritorializações podem ainda formalizar conteúdos e expressões – regimes semióticos. A máquina abstrata é desterritorializada por si mesma, não tem forma e nem substância, não é mais física nem corpórea do que semiótica; distingue menos ainda o artificial do natural, ela é *diagramática*.

A máquina abstrata é um nome próprio, uma data, uma singularidade da arte, da ciência, da filosofia. Isto explica o porquê cada texto da série Mil Platôs de Guattari e Deleuze é iniciada por uma data. Máquina abstrata 1624 – Nzinga Imbangala que opera por matérias e não por substâncias; por função, e não por forma. Ou máquina abstrata 20 de março de 2015 – Dissertação Esquizita “A máquina abstrata é a pura Função-Matéria – o diagrama, independentemente das formas e das substâncias, das expressões e dos conteúdos que irá repartir” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 105). Por isso, Nzinga é capturada pelo racismo histórico, mas incapturável pela História ou pelo devir da História de Hegel, ela libera devires outros. Ela põe em variação toda a História de uma humanidade subalterna e de uma Humanidade dominadora. Ela não é apenas índice, ícone, símbolo – relativos respectivamente a signos territoriais e desterritorializações relativas positivas; ou à reterritorializações apaixonadas, desterritorializações absolutas negativas; ou desterritorializações relativas negativas. Ela faz diagrama, sua aliança com imbangalas, holandeses, congolezes é estratégica e polêmica. Para além de misturar semióticas, promove uma desterritorialização absoluta, positiva, abertura para um por vir, para uma nova terra África por vir. Vale salientar que chamá-la de máquina abstrata Nzinga Imbangala nada tem a ver com uma moralidade, com uma super valorização ou romantização da rainha negra. Trata-se de problematizar a capacidade dela de promover uma desterritorialização absoluta positiva, permitindo, ainda, que outras coisas nasçam sem identidade, mas não indiferenciável.

Figura 88 – Estudos dos componentes Gerativo, Transformacional, Diagramático e componente Maquínico.



O componente maquínico se dispõe a investigar os agenciamentos coletivos de enunciação (expressão) e agenciamentos concretos de corpo (conteúdo). Fonte: Elaborado pelo autor. Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 111.

No livro “O anti-Édipo”, Guattari e Deleuze distinguem primitivos, bárbaros e civilizados não por uma evolução dos meios de produção, mas por seus processos maquínicos, ou suas singulares máquinas abstratas: máquina territorial, máquina despótica e máquina civilizada. Já nos textos “Tratado de nomadologia” e “Aparelho de Captura”, publicados no Brasil no livro “Mil Platôs, Vol. 5”, parte do capitalismo e esquizofrenia 2 – produzidos após o livro “O anti-Édipo”: capitalismo e esquizofrenia 1 – eles fazem uma escolha por tratar os movimentos como máquina de captura ou aparelho de captura ou aparelho de Estado (movimento introjetivo); e máquinas de guerra típicas de organizações nômades (movimento projetivo), fazendo relação com o trabalho do marxiano Louis Althusser. Vale salientar, ainda, que não há dicotomia entre máquina de guerra e aparelho de Estado. Pois, há sempre uma composição ou co-

engendramento possível entre máquina de guerra e aparelho de Estado, como podemos perceber junto a Rainha Nzinga Imbangala. Já que o que determina uma e outra não é essência ou forma, mas o tipo de movimento que assume ou produz: a primeira como um movimento do fora e por isso potência de desterritorialização absoluta; e a segunda como movimento de interiorização, força de desterritorialização relativa.

Neste sentido, a máquina abstrata Nzinga Imbangala traça *continuums* de intensidade a-morais, a-significantes, a-hierárquicos, a-centrados trançando um plano de consistência, embora possa se fazer também um programa de estrato. Desse modo, Guattari e Deleuze vão atentar para a diferença entre axiomas e diagramas. Já que, embora um axioma pareça garantir trânsito de fluxos, ele deseja deter, fixar, cristalizar, se colocar no lugar do diagrama. Assim sendo, também podemos dizer que a máquina abstrata Mbembe traça um diagrama de raça, de África e de Negro, apontando para uma desterritorialização das formas. Ele, junto a Frantz Fanon e Aimé Césaire, podem experimentar outros modos da produção de um negro para além da subalternidade numa sociedade racista, porque conseguem chegar ao *agenciamento maquínico* da racialização, ainda que seja sempre perigo a produção de um axioma ou o retorno a estratificação racista.

Aqui é importante avançar mais, ir ao outro componente de estudo da esquizoeducação, o maquínico, que trata “de investigar os agenciamentos que efetuam as máquinas abstratas, e que semiotizam as matérias de expressão, ao mesmo tempo que fisicalizam as matérias de conteúdo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 111). O agenciamento é aquilo que permite, ao mesmo tempo, o funcionamento da máquina abstrata com seu poder de desestratificação, de traçar o plano de consistência; e que os estratos trabalham na máquina abstrata para estratificar e capturar, produzir significância, subjetivação e consciência. Novamente, o agenciamento maquínico não tem a ver com uma certeza ou moralidade acerca de alguma produção. Ele é antes disparador de possíveis para atravessar significâncias, dessubjetivar, é produção inconsciente. Atingir as máquinas abstratas Mbembe e Césaire chegando ao agenciamento maquínico da raça que, capturada pela estratificação racista, produz o homem objeto, homem moeda, humanidade excedente, devir-negro do mundo. Ao mesmo tempo, desterritorializa corpos de muitas cores, produzindo uma humanidade supérflua que nem é mais vendável, como a massa de desempregados dos países capitalistas que servem como *quantum*, como energia, para garantir ainda mais exploração. E, neste sentido, a importância que os explorados de hoje, desejem a

exploração ao desejarem se vender mais e quase sempre pelo menor preço – eis a perversão da subjetividade capitalística, da uberização das relações de trabalho.

Mbembe desvenda uma nova subjetivação passando pelos componentes gerativo, transformacional, diagramático e maquínico – uma humanidade excedente, que igualaria exploradas de todas as cores de pele – seu devir-negro do mundo em aliança com o devir negro da dupla branca Guattari e Deleuze apontam para uma fuga da racialização sem perder de vista o estrato do fardo que é a raça para pessoas de pele preta – esquizoeducação aplicada. Neste sentido, o devir-negro do mundo inventa um agenciamento maquínico que permite a invenção de uma outra enunciação coletiva, desterritorializando todos sujeitos de enunciado negro, ao mesmo tempo em que desterritorializa sujeitos de enunciação brancos – movimento contra-significante. Possíveis outros disparados para fazer fugir a terra inteira raça, diagrama: de volta, a terra – a desterritorializada por excelência.

A genealogia produzida por Nietzsche, por exemplo, é capaz de produzir diagramas, estudando as máquinas abstratas como a crueldade primitiva, o terror dos bárbaros ou o cinismo das sociedades ditas civilizadas, para investigar o agenciamento da moral cristã, que hoje ultrapassa a religiosidade, invade a moral jurídica de um Estado dito laico<sup>206</sup>. O mesmo agenciamento produz estratos de perseguição a religiões de matrizes africanas. Ao passo que a mesma moralidade cristã ou uma máquina abstrata Jesus, também pode se configurar como máquina de guerra contra o aparelho de Estado Despótico, que no caso de Nietzsche, Deleuze e Guattari, está imbricada no *Urstaat*, que é efeito do Estado originário judaico-cristão<sup>207</sup>. O professor e pesquisador Julvan Moreira de Oliveira investiga este agenciamento ao buscar nos textos bíblicos judaico-cristãos acontecimentos que combatam o racismo hegemônico atualmente produzido por cristãos fundamentalistas, em grande parte, cristão neopentecostais, que usam a interpretação da Bíblia para legitimar seus ataques contra religiões de matriz

---

<sup>206</sup> Nego Bispo também faz relação entre a religiosidade judaico-cristã e a produção hegemônica de nosso socius, uma ótima aliança para pensar com a Genealogia da Moral de Nietzsche, ou nas palavras dele, confluir. Cf. SANTOS (Nego Bispo), 2015.

<sup>207</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 587 a.C. – 70 d.C. – Sobre alguns regimes de signos. In.: \_\_\_\_\_. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1995/2011, p.80-86.

africana<sup>208</sup>. A questão desse modo é que um agenciamento não funciona sem uma máquina abstrata. Assim como uma máquina abstrata não existe independente de um agenciamento. Aqui, na investigação do agenciamento da moralidade judaico-cristã, podemos dizer que ela desdobra na máquina abstrata aparelho de captura do Estado e máquina abstrata máquina de guerra Jesus de Nazaré. Neste sentido, não se trata também de uma escolha consciente de um Jesus em oposição a uma Igreja. É, antes, um exercício para fazer perceber as imbricações de um no outro, e das linhas de fuga que se apresentam. De como um homem de fé desafiou o Estado e de como o Estado o captura, fazendo dele sua ferramenta de dominação e, por vezes, sua arma (na seção “Economia do Desejo” desta tese é apresentado o recorte do estudo de Nego Bispo, que atenta que o próprio Jesus fora colonizado e que é a Bula Papal de 1444 que permite que o Império Português use a fé da Igreja como arma na invasão dos continentes ocupados a partir do século XVI).

Chegar ao agenciamento percebendo suas duas formas de pressuposição, de expressão e de corpo que se diferenciam, possuem naturezas distintas, mas que, no entanto, não estão isoladas. Desse modo, aqui regime de expressão não é privilegiado em relação ao de conteúdo, ao corpo. Uma esquizoeducação aplicada à educação deseja chegar aos agenciamentos que se engasgam nesta relação, ora privilegiando a expressão em detrimento ao corpo, ou colocando o corpo apenas como um conjunto de sintomas a serem investigados pelo simples exercício de expressão. Ora supervalorizando o corpo ou fetichizando-o, na produção de idealidades de corpos em oposição ao domínio da linguagem verbal: comunidade mais corporais em oposição à civilização letrada. A esquizoeducação aplicada à educação deseja desengasgar, desdivãizar escola, o império da palavra, da fala branca, sem fetichizar o corpo negro ou índio. “A passagem de uma dança africana a uma dança branca revela frequentemente uma tradução conscienciosa ou mimética, com tomada de poder operada pela significância e pela subjetivação. (‘Na África, a dança é impessoal, sagrada e obscena. Quando o falo é erigido e manipulado como uma banana, não se trata de entesar-se pessoalmente: assistimos a uma ereção tribal. (...) A dança ritual do sexo, no quadro da aldeia, é dançada em solo; e esse fato é, por si só, de uma significação assombrosa. A lei proíbi qualquer resposta, qualquer participação. Nada resta do rito primitivo, a não ser os

---

<sup>208</sup> OLIVEIRA, Julvan Moreira de. Uma leitura do racismo a partir das narrativas bíblicas. In.: **Negro, educação e multiculturalismo**. Porto, M.R.S. (org.) São Paulo: editora Panorama, 2002.

movimentos sugestivos do corpo. E sua sugestão varia com a *individualidade do observador.*”) (MILLER, Henry, 1968, p. 634 apud DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 99, grifo dos autores originais). Embora importante ocupar o território da escola com manifestações afro-pindorâmicas, o texto de Miller citado por Guattari e Deleuze põe-nos a pensar que não basta acrescentar conteúdo ou deixar que se fale, é preciso ir um pouco além. Investigar que implicações a relação entre expressão e corpo criam nestas culturas não euroestadunidensecentradas. Um outro exemplo dessa composição entre agenciamento de corpo e de expressão é o filme “Kbela” (2015), dirigido por Yasmin Thayná, lembrado pela membra da banca de defesa, profa. Doutora Rachel Aguiar, que é também cineasta. O filme problematiza, entre outras tantas coisas, o racismo e o machismo, bem como as relações de sentido entre a mulher negra e seu cabelo, desde o enfiamento à indústria do padrão de beleza branco, à produção de uma singularidade expressiva. O filme é considerado uma obra que inaugura e dá corpo ao movimento de cineastas e produtoras negras no cinema brasileiro contemporâneo<sup>209</sup>.

A esquizoeducação aplicada à educação denuncia que o modo euroestadunidensecentrado produz mecanismo para insensibilizar esta relação, ou para desprezar o corpo<sup>210</sup>, embora seja impossível desprezá-lo completamente. Mas tal desprezo produz as mazelas a que muitas vezes somos submetidos no território da educação, como salas entulhadas, ausência de espaços para prática de esportes e outras atividades “corporais”, restrição das atividades de aprendizagem aos aparelhos didático-pedagógicos, por exemplo. “Tomam as expressões e os conteúdos, cada um por sua vez substancializado e formalizado, nas pinças de dupla articulação que asseguram sua independência ou sua distinção real, e fazem reinar um dualismo que não cessa de se reproduzir ou de se redividir. Interrompem os *continuums* de intensidade, introduzindo rupturas de um estrato a outro, e no interior de cada estrato. Impedem as conjunções de linha de fuga, esmagam os picos de desterritorialização, seja operando as reterritorializações que irão tornar esses movimentos completamente relativos, seja

---

<sup>209</sup> O filme foi produzido por uma rede 117 colaboradores via redes sociais, por meio da qual reuniu um orçamento de R\$ 5.000. Depois de rodar o mundo e ganhar prêmios, o filme está disponível na íntegra, gratuitamente, na internet. Disponível em <https://kbela.org/>. Acessado em 12 de abril de 2021.

<sup>210</sup> Cf. NIETZSCHE, Friedrich. Dos desprezadores do corpo. In.: Nietzsche, Friedrich Wilhelm, 1844-1900. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.34-35.

atribuindo a algumas dessas linhas um valor somente negativo, seja segmentarizando-a, barrando-a, obstruindo-a, precipitando-a em um tipo de buraco negro [ponto de subjetivação]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 107). Neste sentido, também, a esquizoeducação aplicada à educação não está ocupada em produzir invariantes ou semelhanças entre culturas, currículos ou escolas. Sua prática se ocupa na aposta da variação, no encontro de matérias não formadas (e não substâncias) na produção de mais dessemelhança, de vida ainda possível. Ou como propõe Artaud, “Romper a linguagem para tocar na vida (...) É preciso acreditar num sentido da vida renovado pelo teatro, onde o homem impavidamente torna-se o senhor daquilo que ainda não é, e o faz nascer. E tudo o que não nasceu pode vir a nascer, contanto que não nos contentemos em permanecer simples órgãos de registro. Do mesmo modo, quando pronunciamos a palavra vida, deve-se entender que não se trata da vida reconhecida pelo exterior dos fatos, mas dessa espécie de centro frágil e turbulento que as formas não alcançam” (ARTAUD, 2006, p. 8). A esquizoeducação, assim como a esquizoanálise, sabe que, neste sentido, linguagem – a enunciação dominante – é menos uma questão linguística, mais uma questão política. Guattari e Deleuze instituem esta diferença da prática de Noam Chomsky da qual partiram para produzir seus componentes gerativo e transformacional, pois Chomsky apostava numa máquina abstrata puramente de linguagem, ligada apenas a sua ocupação de produzir universais. Não se trata de substituir as aulas de dança de balé clássico por aulas de funk carioca (embora fosse já um exercício interessante). Precisamos ir um pouco além: perceber os decalques da semiótica do balé e do funk, mapear as traduções de uma na outra, chegando à máquina abstrata balé clássico e à máquina abstrata funk carioca, chegando ao agenciamento artístico que se desdobra em expressão e conteúdo de corpo, ali onde se extraem as estratificações racistas, pornográficas e sexistas ou as potências da matéria-função não formada que disparam linhas de invenção de novas expressões e novos corpos possíveis de arte e de escola e, por conseguinte, corpos vida.

Se hoje produziu-se uma intensificação da percepção de que os movimentos negros denunciam o racismo produzido pelos movimentos revolucionários efeito dos trabalhos de marxianos entre os séculos XVIII e XIX e, por conseguinte, o próprio racismo de Karl Marx, é porque tais movimentos se põem a investigar a máquina abstrata revolucionária Marx e o agenciamento ao qual ela está ligada. Se o método materialista histórico-dialético não deu conta de enfrentar as estratificações racistas, as paradas da revolução, a interrupção do fluxo revolucionário, é porque ele não deu conta

de se manter junto à matéria não formada ou à função não formalizada (embora a burguesia como máquina se lançasse à desterritorialização absoluta negativa). Ao mesmo tempo em que a ação de marxistas é efeito desta matéria e desta função ao se disporem ao enfrentamento da substância do capitalismo e das formas de interesses da luta de classes entre burguesia e proletariado. Dito de outra forma, trabalhos como de Carla Akotirene<sup>211</sup> ou vidas e obras como a de Carlos Moore<sup>212</sup> são efeitos da diagramatização do plano revolucionário de esquerda, com sua máquina abstrata marxista, problematizando o novo agenciamento capital ou burguês surgido. Se o trabalho e a vida dessas duas pessoas são práticas que percebem o racismo produzido nas trincheiras da revolução dita de esquerda, eles também abrem novos possíveis de uma revolução por vir, de um devir revolucionário antirracismo. Mesmo que o risco seja a produção de uma subjetividade ou significância que impeça outras composições, estas duas intelectuais negras traçam um plano de consistência da revolução que ainda liberam possíveis. O que parece perigoso é que, diante do plano de consistência de tais produções, dos decalques racistas encontrados, intelectuais marxianos brancos como Mauro Iasi<sup>213</sup>, se reterritorializem no Universal da História, reduzindo a multiplicidade à dicotomia múltiplo-uno, estratificando raça, classe e gênero, recorrendo a um exclusivismo da subjetivação do capital, fetichizando novamente a posse dos meios de produção e do dinheiro – excluindo a conjunção entre raça ou gênero. Iasi desterritorializa o marxismo, concorda até que Marx seja racista e machista, mas o reterritorializa ao mesmo tempo ao negar a implicação disso na produção de uma

---

<sup>211</sup> Akotirene reafirma que a análise interseccional que articula raça, gênero e classe, não se trata de uma soma ou comparação de exclusões. Mas ferramenta que permite investigar a exclusão de outras identidades como efeito do racismo moderno. “A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais as condições estruturais atravessam corpos, quais possibilidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas”. Cf. AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 43-44.

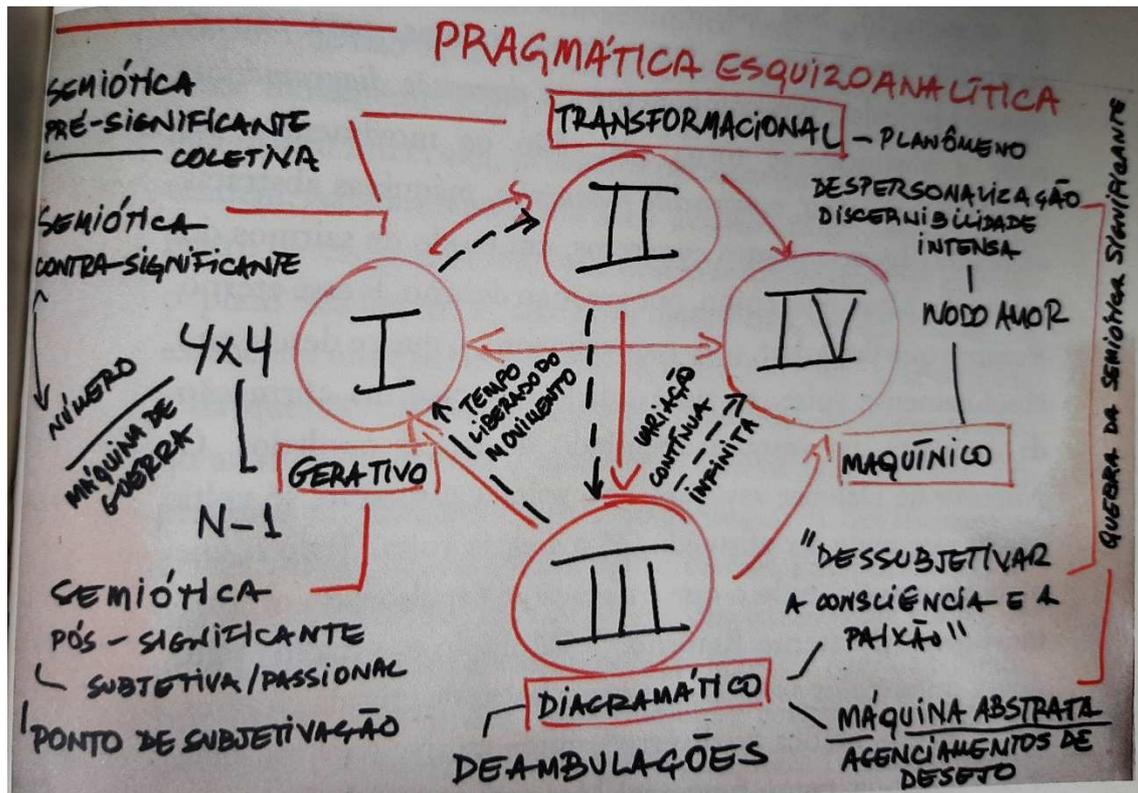
<sup>212</sup> Carlos Moore é escritor, pesquisador e cientista social afro-cubano, perseguido pelo Regime Revolucionário Cubano e que dedica sua vida e obra a denunciar o racismo dos movimentos ditos revolucionários de esquerda. Cf. MOORE, Carlos. *Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2010.

<sup>213</sup> Ver “Mauro Iasi Pan Africanismo e Marxismo”, Seminário Fela kuti, UERJ, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2VCezTUN7xM>. Acessado em 08 de out. de 2019.

consciência de classe, no caso, de uma classe proletária, livre, branca, homem, euro-estadunidense etc. “Mesmo o marxismo ‘traduziu quase sempre a hegemonia do ponto de vista do operário nacional, qualificado, masculino e com mais de trinta e cinco anos’” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 55). Guattari e Deleuze alertaram. Ou pior, Iasi homogênea raça, ignorando o poder da máquina capitalista e os efeitos dela na produção de um agenciamento racista, subalternizável, nunca vista antes na História – o devir negro do mundo de Mbembe.

O que Iasi talvez se negue é que “É a linguagem que remete aos regimes de signos, e os regimes de signos às máquinas abstratas, às funções diagramáticas e aos agenciamentos maquínicos, que ultrapassam qualquer semiologia, qualquer linguística e qualquer lógica. Não existe lógica proposicional universal, nem gramaticalidade em si, como não existe significante por si mesmo. ‘Por detrás’ dos enunciados e das semiotizações, existem apenas máquinas, agenciamentos, movimentos de desterritorialização que percorrem a estratificação dos diferentes sistemas, e escapam às coordenadas de linguagem assim como de existência” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 113). Mesmo que Akotirene e Moore cheguem ao agenciamento que se desdobra na branquitude de Marx e sejam capazes de mostrá-lo, isto nada prova, além do óbvio, o racismo. “Jamais se abolirá o acaso no lado de fora do pensamento, então, cria-se aí outra língua, menor e escassa, que escapa da estrutura dinâmica dos corpos sólidos, porque é processo *não-formável* e *não-formado*; linguagem de um não-saber ultrapassando o limite do conhecido, que se dá à visão do mais solitário ao olhar abismos (ALCÂNTARA, 2011, p. 101, grifos da autora original). A questão é, Akotirene e Moore, diagramatizam e denunciam as estratificações racistas implicadas no capitalismo e na luta anticapitalista hegemônica da esquerda revolucionária. “Estamos debruçados sobre semióticas puras, suas traduções, suas transformações, na criação de novas semióticas. É possível que um regime abstrato possa ser traduzido em outro, transforme-se em outro e crie a partir de outros” (ALCÂNTARA, 2011, p. 109). Resta ainda a nós: junto à performance da Dissertação Esquizita – a Dessemelhante – e da performance corpoalíngua de Clarissa Alcântara, “QUEFAZER com este saber?”

Figura 99 – Programa performance e esquizoanálise Corpoalíngua.



Fonte: ALCÂNTARA, 2011, p. 217.

De outro modo, Mbembe traça o plano de consistência da raça no capitalismo ao produzir uma genealogia de Raça, Negro e África. Investiga os regimes de exploração de mão de obra de pessoas africanas de pele preta durante o início das invasões das Américas e da diáspora africana. Mostra como foi ao longo deste contato entre pessoas de pele preta traficadas e brancos europeus pobres que a racialização e a subalternização foi se tornando estrato. Atentando, por exemplo, que as condições de trabalho a que brancos pobres europeus ditos livres eram submetidos no Novo Mundo eram bem parecidas às das pessoas de pele preta. Mostra como o capitalismo moderno precisou inventar o agenciamento coletivo de enunciação Negro. Isto também criou um agenciamento maquínico de corpo, que produziu, por sua vez, uma animalidade, negando a racionalidade ao corpo negro. Mbembe junto a Fanon e Césaire, se ocupa em traçar também um plano de consistência da racionalidade surgida da máquina abstrata do Iluminismo, mais especificamente, de Immanuel Kant. Sojourner Truth (1797-1883), mulher negra, ex-escravizada, abolicionista, desafiou um homem branco que defendeu que mulheres não mereciam direitos civis porque eram frágeis senhoras que mal conseguiam atravessar uma poça de lama sem que um homem as protegesse, ao perguntar “E eu não sou uma mulher?”, já que nenhum homem havia lhe feito algo

parecido. Mbembe, homem negro, camaronês e, por isso, africano, desafia a Modernidade ao produzir uma obra sobre a razão negra. Ele faz questão e, parafraseando Fanon, não será Mbembe um homem negro?

Se Iasi, junto a outros marxistas, pensa que o racismo e o machismo de Marx são apenas aspectos isolados subjetivistas que não sobressaem à sua teoria de luta de classes econômicas, talvez deveriam ficar mais atentas ao próprio trabalho de seu autor. Até hoje, o plano de consistência traçado por Karl Marx acerca do Capitalismo é inegável. No entanto, ao fazer a escolha consciente pela luta de classes e paradoxalmente, se curvando à maquinaria capital, Marx não percebe outros efeitos do funcionamento de tal maquinaria, que conjuga todos os regimes, age por desterritorialização, suportando inclusive axiomas para negros, mulheres, índios, lgbtqia+.

O componente transformacional permite perceber que as traduções para novos regimes não são exclusivas do regime capitalista e podem ser encontradas em outros regimes, já que todo regime é misto. Porém, Marx ao propor uma mudança de forma, passagem da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado, não percebe as traduções que se operam, uma subjetivação pelo capital – agora, em posse da classe proletariado – no embate com o significante burguês. No entanto, há aí uma tradução, uma produção conscienciosa e mimética (consciência de classe) do proletariado que parte do ponto de subjetivação burguês para inaugurar na linearidade, a subjetivação proletária. Assim, o agenciamento coletivo de enunciação ainda capitalístico idealiza o fim do Capitalismo, loucura, não!? O agenciamento capital produz, pois, um diagrama, uma massa na qual é impossível distinguir com clareza explorados e exploradores, a máquina marxista extrai daí um estrato revolucionário proletário, porém como desdobra da burguesia. A máquina marxista ignora as matérias não formadas ou funções não formalizadas de atividades não capturadas plenamente pelo capital. O marxismo segue a linearidade e vai traduzindo e produzindo mais símbolos ou ícones: Revolução Cubana, Revolução Russa, leninismo, trotskismo.

Indianare Siqueira<sup>214</sup> que se identifica como puta, transvestigenera<sup>215</sup>, ativista do transfeminismo, provoca ao questionar, por exemplo, as políticas de inclusão no

---

<sup>214</sup> Se identifica como transvestigenera, não binária, por isso usa a letra “e” nas palavras, para fugir à dicotomia “a” feminino, “o” masculino. Militante do movimento LGBTQAI+, das putas, de esquerda, no Rio de Janeiro, fundadora da CasaNem que acolhe pessoas expulsas de casa por conflitos de gênero e sexualidade e do PreparaNem, primeiro pré-vestibular direcionado a pessoas LGBTQAI+ do país.

mercado de trabalho para pessoas transvestigeneres. A fobia social empurra transvetigeneres para atividades marginalizadas como a prostituição. No entanto, observa que programas de inclusão por meio de trabalho assalariado para pessoas transvetigeneres promovem uma exploração que, para ela, não parece muito distinta da exploração capitalística realizada por cafetões que exploram prostitutas e michês nas ruas. Ou ainda denuncia que pessoas cis que nunca tiveram que realizar trabalhos sexuais na rua ou em outro lugar, não são menos exploradas e prostituídas libidinosamente diante de leis trabalhistas que a cada dia expõem trabalhadores e trabalhadoras a violências diversas, como jornadas extenuantes e fim da proteção da Previdência Social. Leis modificadas para atender a libido dos patrões e permitir que extraiam o máximo de prazer, de lucro, dos corpos por eles explorados. Indianare Siqueira traça desse modo um plano de consistência fazendo um estudo das máquinas abstratas e seus agenciamentos: máquina capitalista e capital, máquina da prostituição e sexo. Siqueira é a própria máquina abstrata ao se mover entre o plano de consistência e a estratificação a que por vezes é submetida (inclusive do próprio movimento social LGBTQAI+ institucionalizado ou no partido político do qual fez parte ao ser expulsa num ato de transfobia) ao inaugurar novos agenciamentos coletivos de enunciação que põem em embate moralidades e idealismos.

Entre a exploração libidinal na rua e no escritório; entre o exercício da liberdade do sexo na rua e no escritório, mundos se inventam. Sobretudo, faz circular, põe em movimento, faz variação, ao forçar um por vir de relações de produção para além da exploração, seja ela na rua, seja no escritório, por um patrão da rua ou por um cafetão do escritório financeiro.

### *8.5 Esquizoeducação em devir-revolucionário: como conjurar a produção de um aparelho de Estado sem que a máquina de guerra devenida louca*

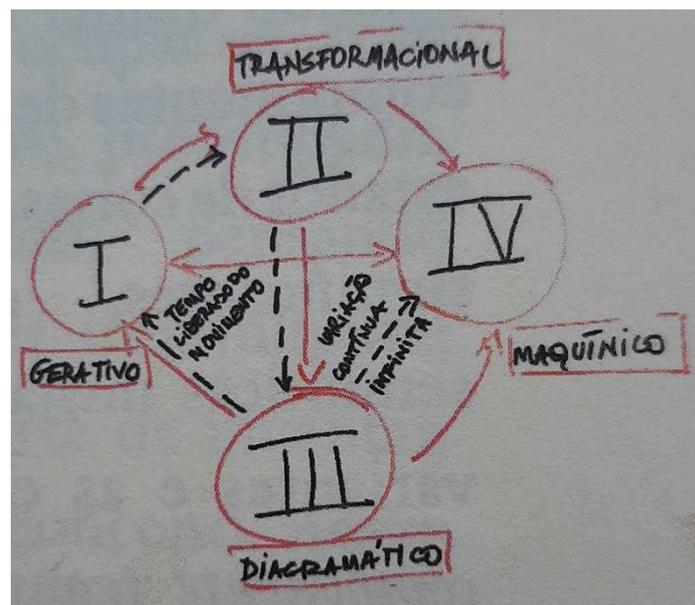
Atingir o agenciamento é investigar seus dois polos: estratos ou plano de organização; polo vetor, plano de consistência. Por meio dos estratos podemos perceber as territorialidades, as desterritorializações relativas e suas reterritorializações. No plano de consistência, podemos investigar as desterritorializações que disparam linhas

---

<sup>215</sup> Termo usado por ela para designar, numa expressão só, travestis, transexuais e transgêneros. É grafado com “e” como política de combate à dicotomia linguística de feminino e masculino.

absolutas negativas e, sobretudo, positivas, que destroem não apenas territórios, mas movem à grande desterritorializada, a terra. Um mover-se sobre a terra inteira, um mover a terra inteira, alisar o estriado dos territórios e das reterritorializações: a terra de volta<sup>216</sup>. Produção de agenciamento maquínico de corpo (conteúdo) e agenciamento coletivo de enunciação (expressão), no qual não há subordinação de um agenciamento sobre outro, apenas composição. O incorpóreo das expressões – atributo dos corpos – agindo sobre Ações e Paixões corpo. Ações e Paixões comunicando o incomunicável de seu conteúdo aos agenciamentos de enunciação. Nada a ver com subordinação do corpo à mente, nem somatização Ideal de controle do corpo para atingir um nirvana por vir. Trata-se apenas de produção corpo sem órgãos, na qual expressão e conteúdo não se equivalem, nem tampouco se reduzem, apenas se contagiam um ao outro, indiscernível, mas não indiferenciado.

Figura 20 – Programa esquizoanálise em performance corpoalíngua.



Fonte: ALCÂNTARA, 2011, p. 217.

Félix Guattari, em seu trabalho “As três ecologias” (1989/2012) denuncia que o Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tem um só objeto, a produção de um bloco

<sup>216</sup> Aqui lembro nossa experiência em Travessia Grupo de Pesquisa ao experimentarmos desenterrar uma raiz de uma árvore produzindo muitos efeitos de pensamento, inclusive um livro, publicado pela Lei de Incentivo à Cultura, da cidade de Juiz de Fora – MG. Cf. CARVALHO, Fabrício (org.). **De volta, a terra**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2017.

“produtivo-econômico-subjetivo” ou uma “subjetividade capitalística”<sup>217</sup>, embora seja sempre possível a produção de *Territórios Existenciais* que fogem à subjetividade dominante. “Ao invés de sujeito, talvez fosse melhor falar em componentes de subjetivação, trabalhando, cada um, mais ou menos por conta própria” (GUATTARI, 1989/2012, p. 17). Guattari chama de *ecosofia* a articulação entre três registros ecológicos inseparáveis na atualidade, o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana.

Movimentos contra o aquecimento global, movimentos de operários e de operárias contra a captura do capital, movimentos de lutas antirracismo, movimentos feministas ou transfeministas, experimentam subjetividades contra-hegemônicas que fazem proliferar produções de Territórios Existenciais singulares. Embora o risco seja sempre de captura do aparelho de Estado capitalístico, a produção de uma axiomática, de um gueto, de uma regulação pronta para ser desregulada e produzir outra e outra e outra... processos finitos de subjetivação. Assim como Mbembe, Akotirene, Kilomba, Preciado, Fanon, Marx, Oyèwùmí, Nego Bispo, Batista, Foucault e Nietzsche, Guattari também propõe uma investigação do que ele chama de “formas anteriores do capitalismo” buscando outros modos para fugir de idealizações e seguir outras linhas criativas que permitam criar outros tantos Territórios Existenciais na atualidade. Para tal investigação, ele agrupa quatro principais regimes semióticos: semióticas econômicas (mecanismos monetários, contábeis...); semióticas jurídicas (contratos, títulos de propriedade...); semióticas técnico-científicas (pesquisas, axiomas, estudos...) e semióticas de subjetivação (que podem coincidir com as anteriores, mas acrescentando aqui arquitetura, urbanismo, equipamentos coletivos etc.). Desse modo, o trabalho de Guattari em aliança com de Akotirene, ajuda a pensar que não se trata de um enfrentamento a uma semiótica específica. Ou se o for, é sabendo de seu coengendramento. “Um dos problemas-chave de análise que a ecologia social e a ecologia mental deveriam encarar é a introjeção do poder repressivo por parte dos oprimidos. A maior dificuldade, aqui, reside no fato de que os sindicatos e os partidos, que lutam em princípio para defender os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos, reproduzem em seu seio os mesmos modelos patogênicos que, em suas fileiras, entravam toda liberdade de expressão e de inovação” (GUATTARI, 1989/2012, p. 32).

---

<sup>217</sup> Cf. GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt; revisão de Suely Rolnik – 21ª Edição. Campinas, SP: Papyrus, 1989/2012.

Lembreemos aqui Paulo Freire e sua *Pedagogia do Oprimido*<sup>218</sup>: libertar o oprimido do desejo de oprimir! Ou Fanon, o desejo do colonizado é tomar o lugar do Colono. Isto porque não se trata simplesmente de mudança de componentes, mas efetiva transformação de agenciamento. Foi por isso que Guattari e Deleuze, de certo modo, rompem com o movimento hegemônico dito de esquerda, pois denunciam a perversão dos movimentos revolucionários que, ao literalmente tomarem o poder, continuam a alimentar o desejo opressor. Que diria Iasi a este respeito? Pós-Moderno? Se Akotirene e Moore denunciam a reprodução do racismo nas revoluções ditas de esquerda, é porque outras semióticas ali agem conjurando possíveis outros de novos agenciamentos para possíveis novos Territórios Existenciais. É preciso investigar os nós de subjetividade capitalística que resistem, por exemplo, no marxismo. Se a luta é anticapitalismo, ela o é desterritorializando em absoluto positivamente todos as reterritorializações capitais. A subjetivação e a significância agarram-se sobre a pele das revoluções com força descomunal.

Tais perigos anunciados por Guattari não são privilégio dos movimentos revolucionários comunista ou operários. São fantasmas a perturbar outras lutas anticapital ou talvez fosse melhor dizer contracapital. Oyèrónké Oyèwùmí, filósofa negra nigeriana, em seu trabalho “A invenção da mulher: construindo um sentido africano do discurso de gênero ocidental”<sup>219</sup>, investiga a produção da dicotomia de gênero pelo discurso por ela chamado de “ocidentalcentrado”<sup>220</sup>, na diferença do que geralmente se diz eurocentrado, para acrescentar a influência dos EUA. A partir disso, prefiro o neologismo discurso “euroestadunidensecentrado”, para intensificar a presença dos EUA.

Oyèwùmí, por meio da investigação da semiótica da língua Yorubá autóctone, da Igbolândia, ajuda não só na afirmação de que gênero é uma invenção cultural e não parte da natureza entendida como biológica que separa por dicotomia o sexo em macho e fêmea. Ela, sobretudo, mostra que a biologia é produto da semiótica cultural, o que ela chama de “bio-lógica” social. “Desde as pessoas da antiguidade até as da modernidade, o gênero tem sido uma categoria fundamental sobre a qual as categorias

<sup>218</sup> Cf. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>219</sup> The invention of women: making an African sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, em livre tradução do autor.

<sup>220</sup> O termo foi traduzido pelo professor e pesquisador Wanderson Flor Nascimento, a partir do texto *Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects*, de Oyèrónké Oyèwùmí.

sociais foram erguidas. Assim, o gênero foi ontologicamente conceituado. A categoria cidadão, que tem sido a pedra angular de grande parte da teoria política ocidental, era masculina, apesar das muito aclamadas tradições democráticas ocidentais (OYĚWÙMÍ, 1997, p. 10). A pesquisa de OyĚwùmí vai à filosofia grega para denunciar junto a Elizabeth Spelman que escreve: “Uma mulher é uma fêmea livre; um homem é um macho cidadão”. OyĚwùmí traça um plano de consistência, mostrando como o corpo e suas características foram usados para organizar e hierarquizar as sociedades capturadas pela bio-lógica euro-estadunidense colonial.

Seja na psicanálise com falos e suas castrações, seja na etnologia, com a fetichização dos corpos autóctones, seja na criminalização dos corpos negros nas sociedades fruto do racismo da escravização moderna, o agenciamento perverso do racismo antinegro ali está. OyĚwùmí chama esta bio-lógica de “cosmovisão” por privilegiar o sentido da visão na organização das relações subjetivas. Mostra ainda que a sociedade por ela pesquisada funciona de modo outro, por meio da “cosmopercepção”, por produzir-se na relação entre outros sentidos, sem privilégio ou império da visão. Assim, ela acentua também que as sociedades yorubas autóctones não organizavam suas relações baseadas na anatomia do corpo – homens e mulheres – mas na inauguração de uma relação social por “senioridade”. A posição social de cada pessoa era determinada pelo elemento mais “velho” e experiente. Ela mostra, desse modo, como o universalismo do gênero feminino ou da mulher como categoria social é mais um ideal que não está presente na realidade de todas as sociedades do mundo.

OyĚwùmí não se restringe à análise da dicotomia de gênero, mas desterritorializa toda uma semiótica dualista típica euroestadunidense centrada. “Diferenças e hierarquias, portanto, estão consagradas nos corpos; e os corpos consagram as diferenças e a hierarquia. Assim, dualismos como natureza/cultura, público/privado e visível/invisível são variações sobre o tema dos corpos masculinos/femininos hierarquicamente ordenados, diferencialmente colocados em relação ao poder, e espacialmente distanciados um do outro” (OYĚWÙMÍ, 1997, p. 10-11). Poderíamos dizer que OyĚwùmí usa o componente gerativo para investigar a produção histórica da dicotomia de gênero, masculino e feminino, denuncia os processos, atestado pelo discurso cultural científico da bio-lógica, que usa o componente transformacional para fazer da diferença, um diferente, para universalizar categorias como ‘mulher’ que só podem ser locais. Mais: OyĚwùmí produz um diagrama potente do yoruba autóctone, denunciando, inclusive, os decalques que a colonização produziu sobre os mapas

originários, chegando ao agenciamento de corpo, para ainda produzir corpos outros possíveis para além da dicotomia de gênero.

A máquina abstrata Oyěwùmí dispara possíveis para invenção não de um novo território ou reterritorialização yoruba perdida. Ela denuncia os perigos presentes nos embates entre as subjetividades atuais, e, como Guattari, denuncia que a luta é contra o bloco monolítico “produtivo-econômico-subjetivo”, contra a subjetividade capitalística que, em última instância, faz de vítimas algozes de si mesmos – subjetividades autoritárias, suicidárias, fascistas e, por isso, racistas. Cito novamente trecho destacado por Oyěwùmí que considero contundente: “Stanislaus Adotevi está correto quando escreve que ‘a negritude é o último filho nascido de uma ideologia de dominação.... É o modo negro de ser branco’” (OYĚWÙMÍ, 1997, p. 28). Denúncia da perversão das linhas de fuga, uma linearidade destacada do ponto de subjetivação da branquitude que produz uma interiorização outra ao chocar-se com o muro branco da significância e ao ser sugado pelo buraco negro da subjetivação. Ao invés de arrastar todo o território racista, seguindo uma linha para produção de uma nova terra raça por vir, o processo de desterritorialização desta subjetividade negritude faz de sua positividade negativo, reterritorializando, reconstituindo uma terra asilar, a perversão está garantida. Não basta, pois, perceber uma variante à regra, mas apostar na variação de toda a regra, para quem sabe fazer fugir a regra e não apenas fugir à regra. Se a negritude é um filho da ideologia de dominação, assim poderíamos dizer que o feminismo e o próprio mulherismo africana<sup>221</sup>, que surgiu como alternativa ao feminismo que fora considerado muito euroestadunidense centrado e, por isso, Branco, pelo movimento de mulheres negras, também o são. A ideologia de dominação ou a bio-lógica subjetiva deseja

---

<sup>221</sup> Mulherismo Africana é conceito e movimento desencadeado pela pensadora negra estadunidense Clenora Hudson-Weems, durante a década de 1980. Crítica ao movimento feminista, consolidado pelos movimentos de mulheres brancas estadunidenses e europeias, o Mulherismo Africana tem uma cosmo percepção matrilinearidade afrocentrada, efeito do poder simbólico de uma política centrada no poder das mulheres negras africanas em diáspora. Na diferença de um movimento feminista radical, o Mulherismo Africana – africana remete ao termo latino, lembrado como uma língua moura africana – não privilegia o gênero, mas aposta na indissociável relação entre raça e gênero em sociedades vítimas da colonialidade. Desse modo, se põe como movimento que acolhe homens negros, mapeando as relações entre as opressões produzidas por questões étnico-raciais. No Brasil, a Doutora em Literaturas Africanas e pós-doutoranda em Filosofia Africana/UFRJ, Aza Njeri e a Mestra e doutoranda em Filosofia Africana, Coordenadora Geral Laboratório Gerumãa/UFRJ, Katiúscia Ribeiro, se destacam na pesquisa do conceito. Cf. NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. MULHERISMO AFRICANA: práticas na diáspora brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/njeri-ribeiro.pdf>. Acessado em 31 de jan. de 2020.

submeter corpos e ou exterminá-los, ao não considerar um possível de alteridade. Lembrando que o regime subjetivo, pós-significante, é puramente um regime narcísico e, daí, seu caráter racista e fascista tão perigosos. Por sua capacidade de recriação, a subjetividade capitalística faz uso das variantes para impedir que as variações plenas cheguem ao corpo sem órgãos e faça com que todo o cis-tema funcione de modos outros e que escape. E, neste sentido, o trabalho de Paul B. Preciado nos lançam outras linhas.

Começa pela escolha de escrita que Preciado experimenta, sem necessariamente uma relação de continuidade. Uma aposta em capítulos como platôs, que podem ser lidos em sequência ou em outras composições. No “Manifesto contrassexual” (2015) Preciado traz o caso das *butch*, mulheres cis lésbicas que sofreram com ataques no pós-guerra por serem consideradas “mais homens que os homens”. Algumas pessoas que faziam tal tipo de ataque diziam que as *butchs* artificializam demasiadamente o modelo masculino hegemônico. Já Preciado aponta que, o fato das *butchs* serem “mais macho que os machos”, prova como o modelo de masculinidade é uma idealidade. Elas põem em devir toda a cadeia, toda a diferença entre macho e fêmea imposta hegemonicamente. Desse modo, as *butchs* agenciam outros possíveis para a sexualidade e gênero que podem fazer fugir todo o território de gênero e sexualidade constituído na cisheterossexualidade, embora possa também se reterritorializar numa subjetividade *butch* inquestionável<sup>222</sup>.

Mais radical é o trabalho “Testo Junkie” (2018) no qual Preciado faz da escrita uma experiência junto ao uso do hormônio testosterona na produção de um corpo, intensificado um processo de transexualização. Assume o nome Paul o que, no entanto, não significa um simples trânsito de gênero entre masculino e feminino. Pelo contrário, Preciado produz aí um diagrama, inaugurando uma máquina abstrata Paul B. Preciado que desterritorializa teorias de gênero, como a Teoria Queer, construções sociais de sexualidade, intensificando ainda mais a relação entre agenciamento coletivo de enunciação (expressão) e agenciamento maquínico de corpo (conteúdo). “Ano novo. Eu fico chapada. De todas as maneiras possíveis. Cada vez mais. É a primeira vez que ela me come com minha cinta peniana, gozo para ela como se fosse uma colegial. Deixar-se comer pela própria cinta peniana: um ato de humildade extrema, uma renúncia a

---

<sup>222</sup> Cf. PRECIADO, Beatriz. Prótese, *mon amour*. In.: \_\_\_\_\_. **Manifesto contrassexual: prática subversivas de identidade sexual**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

qualquer tipo de solidificação da virilidade hormonal, protética ou cultural em mim. Ela me induz a produzir uma forma de feminilidade que nunca havia me permitido. Não uma feminilidade essencial, nem uma natureza que estivesse escondida em mim por trás do *drag king*, mas um tipo de ‘feminilidade masculina’, uma ‘feminilidade *drag king*’. Sou uma cachorra *king*, sua puta trans, um menininho que mostra sua periquita por trás de seu enorme pau. Eu me torno sua escrava, sendo raivosamente aberta, como uma ninfomaníaca que abre todas as barriguilhas procurando sexos para levar à sua boca, para enfiar em cada um dos meus orifícios. Sem ela, se não a tivesse conhecido, teria me conformado com meu insaciável instinto de penetração” (PRECIADO, 2018, p. 335). O encontro com Virgínia Despentes, outra máquina abstrata produtora da obra “Teoria King Kong” (2006), produz também desterritorializações, um agenciamento maquínico de corpo, máquina maquinando máquina.

A vida de Paul B. Preciado desterritorializa a Teoria Queer de Judith Butler ao forçar o embaralhamento daquilo que Butler mantém separado: a “performatividade de gênero” – ligada ao caráter coletivo de enunciação das diferenças de gênero – e a performance, que estaria ligada ao fazer individual de cada corpo<sup>223</sup>. Butler ainda aposta na dicotomia Essência e aparência, e diz, por exemplo, que a potência dos corpos transvestigeneres está na paródia que fazem da binaridade. “Em sua expressão mais complexa, [o travesti] é uma dupla inversão que diz que a ‘aparência é uma ilusão’. O travesti diz [...]: ‘minha aparência externa é feminina, mas minha essência interna [o corpo] é masculina” (BUTLER, 2010, p. 195). Butler advoga no sentido de que há uma performance de gênero binária esperada socialmente para os corpos, “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” e que há corpos desviantes, dissidentes da norma, que inclusive fazem de suas experimentações de vida, experimentações com a norma. Já Preciado denuncia que, se há alguma performatividade de gênero possível, ela não age sobre os corpos dito dissidentes, mas sobre os corpos cisheterossexuais em busca de conter os fluxos para promoção de ações de estabilização de gênero e sexualidade<sup>224</sup>. Se

---

<sup>223</sup> Cf. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>224</sup> Eurídice Figueiredo, docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense apresenta uma discussão interessante acerca das questões postas por Paul B. Preciado frente à limitação dos conceitos performatividade de gênero e performance na teoria queer. Cf. FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, Dossiê Sáfico, nº 20, p. 40-55. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-55>. Acessado em 18 de fev. 2020.

algum corpo falseia ou parodia alguma imagem não é o corpo trans, mas o corpo heterossexual e cis.

O doutor em Educação pela UFSCar, Leandro Leal, em sua pesquisa da performance da artista trans Linn da Quebrada faz uma interessante transcrição da fala dela: “Ser ou não ser: essa não deveria ser a questão. Ser trans pra mim é libertar-se. É não ser ator nem atriz: é ser atroz. É ir atrás. Estar à frente. É enfrentar. É atuar sobre si mesma. É assumir riscos. É ter a dádiva de duvidar da vida. Ser Trans é ter peito. E também é não ter. Ser Trans é genial, não genital. Não é do caralho, nem de xoxota. É de corpo inteiro. É reinventar-se e criar sobre a própria existência. Ser Trans é confuso, é borrar os limites, é rascunho. Ser Trans é poesia. É assumir-se corpo. Ir além. Ser criação e criadora. A médica e a monstra. Ser Trans é divino. É obra de d'eus. De todos os eus que me constituem. Não é obra das trevas. É obra das travas. Ser trans é um ato de coragem. É um campo de batalha. Ser trans é entregar-se. É não abrir mão de si. O que pode ser, algumas vezes, solitário. Mas tenho me encontrado em outras solidões. E tenho percebido que não estou sozinha. Não estamos. Eu soul Trans. E celebro minha existência. Celebro as nossas vidas, nossas conquistas. Se eu não fosse Trans, gostaria de ser”<sup>225</sup>. O que Preciado em aliança com Linn da Quebrada forçam a pensar é que na produção de um corpo vivo, os regimes de gênero e sexualidade funcionam por movimentos de estratificação e por isso podemos dizer idealidades, enquanto a realidade da produção aponta para um movimento de alisamento das estratificações<sup>226</sup>. O corpo trans Linn da Quebrada e Paul Preciado não teatralizam gêneros e sexualidades, estes

---

<sup>225</sup> Transcrição realizada por Leandro Leal em sua tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar com título “Cartas D’eus – Cartografias afetivas com Linn da Quebrada”, retirada de Linn [Descrição de um vídeo com apresentação ao vivo de “Mulher”, postada em 29 de janeiro de 2017 no canal da Linn no Youtube. Disponível em: <http://you.tube/-50hUUG1Ppo>]. Esta tese chegou como um presente em meu e-mail. Leandro disse que entrou em contato com a dissertação Esquizita através de outro doutorando em Educação da UFMG, Neilton dos Reis, que foi mestrando do PPGE/UFJF, período no qual, fizemos duas disciplinas juntas. Leandro enviou como forma de agradecimento pela aliança e pela potência que a dissertação deu a sua tese. Aqui, agradeço pelo presente enviado e pela aliança com Linn da Quebrada que nos provoca ainda mais. Agradecido, Leandro Leal.

<sup>226</sup> Guattari e Deleuze fazem uma interessante observação na nota de rodapé número 26, do texto 1440 – O liso e o estriado, ao dizerem sobre a relação entre o espaço de Riemann e sua relação com as mônodas. Falam então da “nomadologia” que, segundo eles afirma a “idealidade do espaço estriado, mas realismo do espaço liso”. Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1440 – O liso e o estriado. In.: \_\_\_\_\_. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2, vol. 5, Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997/2012, p. 218.

corpos experimentam outras produções, que desterritorializa o teatro de idealidades cisheteronormativas.

Para Butler, performances sociais de gênero são singularizações, variações, produzidas a partir da repetição de um modelo ou uma constante. Enquanto a performatividade seria de caráter variável de possibilidades, que insere a variável na constante. Preciado com Quebrada experimentam outras performances que não estão interessadas em variáveis e constantes. A performance da Linn e de Paul Preciado estão ocupadas em inserir, em fazer variar todas as variações, desterritorializando qualquer constante, multiplicando os possíveis, destituindo o lugar da constante e, sobretudo, o lugar de variável. É pura variação! “Corpo inteiro!” Há corpos e expressões que rompem com o desejo de oposição entre ilusão e realidade e só produzem, se produzem e são produção de Real e na realidade, são pura experimentação.

Ao fazer uso da testosterona como dispositivo de corpo, Paul Preciado transita entre a expressão de um ele e de um ela que desterritorializa uma estratificação científica que define corpo masculino e corpo feminino biológicos baseados na concentração de hormônios testosterona e estrogênio. Ou mais, ele desfaz a própria dicotomia, o limite entre feminino e masculino, torna tais constantes obsoletas e qualquer tentativa de retorno a elas, um trabalho morto. Desterritorializa a dicotomia linguística imposta a corpos masculino e feminino. Ela e ela (V.D.) experimentam a indissolubilidade entre ele e ela, ou a com-fusão, onde já nem importa dizer mais Eu, (aD’eus!). O que há é a invenção de um gênero outro, ou de um a-gênero, corpo sem órgãos pleno que faz fugir a terra gênero e sexualidade inteira. Um diagrama que não torna possível qualquer retorno a alguma reterritorialização, sem que para isso, sejam criados outros riscos. “Enquanto passo os dias submetendo minha mente à disciplina do coaching viril e tomando testosterona, V. D. me abre progressivamente a porta dos rituais culturais da feminilidade. Como resultado, depois de seis meses com ela, ocupo dois extremos diametralmente opostos do dispositivo cultural de gênero. Por um lado, há minhas práticas de masculinização intencional, exercidas como uma forma de ginástica somatopolítica contra a educação que recebi, contra os programas de gênero que dominam a representação social e política, às vezes inclusive contra meu próprio desejo. Por outro lado, há meu cuidado feminino do corpo: o cabelereiro, a manicure, o peeling, as massagens, a pedicure, a depilação. Na realidade a testosterona não pertence a nenhum destes dois dispositivos de produção de gênero, mas, antes, constitui, junto com o resto das moléculas do meu corpo, o contexto somatopolítico para a implantação

performativa dessas práticas” (PRECIADO, 2018, p. 338-339). Preciado explode, mina, esburaca qualquer linha que separe performatividade de gênero e performance. Mais: Preciado dá outro sentido à performance – performance como acontecimento, heterogênesse, liberação de devires – segue outra linha, faz diagrama, compõe para si um corpo sem órgãos agenciado pela Testosterona, mas nunca condicionado por ela. “**Performance.** Nada a dizer. É que alguns corpos não aguentam mais esses lugares demarcadores de linguagens, enunciados forçados enterrando palavras de ordem feito estacas, lugares que estriam o corpo esteticismo éticos, reduzem suas forças, alienam seus possíveis, castram-no, assopram o buraco da ferida e distribuem pasto comprado para se comer. Há corpos famintos das areias do deserto, há corpos brilhantes, grãos indiscerníveis, que, em se tratando dessa ética, também não querem saber nada disso, mas justo porque não se encontram atados a ninguém” (ALCÂNTARA, 2011, p. 12, grifo da autora original). Preciado brilha! Preciado é performance corpoalíngua no qual só há composição possível e de possíveis entre expressão e conteúdo, sem hierarquização linguajeira, essencialista ou idealidade corporal. É experimentação que faz expressão contaMinar conteúdo e vice-versa, ao mesmo tempo, afetando a realidade vivida. “Esse corpo carrega uma *potencialidade criativa raiz* de sua *finitude sensível*, ele mesmo se fazendo uma escritura ilegível que antecede e ultrapassa o dito das obras e dos conceitos filosóficos. É o que prova no instante do *puro vivido*. Potência e poder de desejar o acontecimento” (ALCÂNTARA, 2011, p. 77-78). Preciado não deseja parodiar o gênero e nem se ocupa em criar ilusão como se alguém assistisse a um espetáculo farsesco de *commedia dell’art* na tentativa de desvendar ou ocultar uma verdade essencial. Não se trata de um teatro, de uma representação ou limitação criativa de um sujeito ou subjetividade, é, antes, pura *hecceidade*, efeito do acontecimento singular, no encontro entre singularidades outras, performance. Trata-se de uma performance corpoalíngua no puro vivido, envolta na finitude do sensível, liberando ainda potencialidades criativas. “Temos aí duas faces que não se confundem – uma real, outra virtual –; no entanto, estamos girando sobre um ponto de indiscernibilidade. Há uma *ilusão objetiva*, o real e o imaginário estão ali discerníveis, ‘mas impossível designar um papel e outro’: há uma relação recíproca, criando uma zona de reversibilidade” (ALCÂNTARA, 2011, p. 68, grifos da autora original). Ali, a pesquisa do corpoalíngua compõe com Deleuze em seu estudo da imagem-tempo, no qual, em certo sentido, é possível distinguir virtual (zona da potência) e real (zona do possível). Mas que em performance tais limites são borrados, esfumados, indiscerníveis.

A performance, neste sentido, já não trata mais de relações dicotômicas entre essência e aparência, ilusão e realidade. A performance aqui é realização de possíveis e produção de potências virtuais. Agenciada ao Teatro da Crueldade de Artaud, é produção de corpo sem órgãos, puro vivido e vivo. E se é possível um discernimento do agenciamento de corpo e do agenciamento de expressão é em direção ao lance seguinte de produção de um diagrama. “O que é um diagrama? Pode ser também um borrão, um arcabouço, uma miniatura, uma síntese, um bosquejo – desenho ligeiro, sempre incompleto, vago, que passeia. O diagrama é a função-matéria de uma relação de forças: ‘física da ação abstrata’ e ‘física da matéria-prima ou nua’” (ALCANTARA, 2011, p. 127). Maquinaria corpo sem órgãos, chegando ao indiscernível de conteúdo e expressão, porém, disparando ainda possíveis de novos agenciamentos coletivos de expressão e agenciamentos de conteúdo. Abstrata neste sentido não tem a ver com fantasia ou ilusão, tem a ver com potência de fazer a vida variar sem uma lógica predeterminada. É abstrata porque esta fisicalidade torna possível tudo ainda não inventado. Eis a máquina abstrata Paul B. Preciado em performance corpoalíngua.

A propósito de sexo e sexualidade, Guattari e Deleuze, em “O anti-Édipo”, vão dizer: “A esquizoanálise é a análise variável dos *n* sexos num sujeito, para além da representação antropomórfica que a sociedade lhe impõe e que ele mesmo atribui à sua própria sexualidade. A fórmula esquizoanalítica da revolução desejante será primeiramente esta: a cada um, seus sexos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 390). Não por acaso Preciado é leitor de Guattari e Deleuze, disparando linhas inventivas inimagináveis, apenas realizáveis, *n* sexos em performance.

Seguindo na composição diagramática, e denúncia da linha bio-lógica disparada por Oyèwùmí, aqui podemos seguir com Preciado os agenciamentos da produção de gênero e sexualidade euroestadunidensecentrados, investigando a tênue relação entre agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpo. Combate do império da linguagem sobre o corpo ou afirmação sempre possível de experimentação, processo de dessubjetivação para produção de um corpo sem órgãos para si. Não que na travessia não se encontre nós significantes, armadilhas da subjetivação, pois é sempre risco que a desterritorialização absoluta seja negatizada e dispare ainda mais linhas que se chocam com o corpo sem órgãos e ou se reterritorializa numa terra asilar perdida. Nada seguro. “Faz mais de meses que V. D. e eu não nos vemos para trepar. Faz praticamente o mesmo tempo que me aplico testosterona. Ultimamente ela brinca com meus sentimentos. Deixa-se comer como uma puta, mas

chora depois porque lhe falta isso, lhe falta aquilo, porque não esqueceu n, n+1... Passo quatro dias sem me aplicar uma dose de Testogel. Quando ela me rejeita, sinto a subida dos estrogênios, noto que posso chorar a cada instante. Mas me contenho para não ficar como uma idiota apaixonada. Sinto que, sob a minha pele, se levanta de novo o monstro do meu programa cultural feminino: fui treinada para sentir como uma mulher, para sofrer como uma mulher, para amar como uma mulher. A testosterona não é suficiente para modificar esse filtro sensorial. Que se foda Beauvoir. Que se foda o feminismo. Que se foda o amor” (PRECIADO, 2018, p. 346). O desafio posto por Preciado na produção de um Território Existencial possível nos ajuda a fugir das idealidades e a encarar os riscos de nossas experimentações – biopolíticas grávidas de biopotências, embora haja alguns abortos. Não há futuro predeterminado e nem efeito preestabelecido que nos dê segurança.

Diante das limitações da subjetivação capitalística não há saída possível às mazelas do Humanismo fajuto que não o exercitar de novas relações, linha de fuga, saídas do humanismo. Ou cremos que caminhamos para sermos tão humanos como o presidente que disse que o índio está cada dia mais civilizado, cada dia mais parecido com ele? Estas relações não são exclusivas de uma análise consciente ou asseguradas por métodos replicáveis. Não se trata também de aposta numa fetichização do corpo, numa idealização hedonista esvaziada por um Plano Capital mui atento e produtor de novos axiomas. Preciado já alertou sobre o regime farmacopornográfico no qual estamos imersos.

Pela natureza da potência da composição entre agenciamento de enunciação coletiva (expressão) e agenciamento maquínico de corpo (conteúdo), o que há a ser feito é experimentar relações outras possíveis. “Assim a escrita funciona diretamente colada no real, assim como o real escreve materialmente. É então o conteúdo mais desterritorializado e a expressão mais desterritorializada que o diagrama retém, para conjugá-los. E o máximo de desterritorialização vem ora de um traço de conteúdo, ora de um traço de expressão, que será ‘desterritorializante’ em relação ao outro, mas justamente porque ele o diagramatiza, arrastando-o consigo, elevando-o à sua própria potência. O mais desterritorializado faz com que o outro ultrapasse um limiar que possibilita uma conjunção de sua respectiva desterritorialização, uma precipitação comum. É a desterritorialização absoluta, positiva, da máquina abstrata. É neste sentido que os diagramas devem ser distinguidos dos índices, que são signos territoriais, mais igualmente dos ícones, que são de reterritorialização, e dos símbolos, que são de

desterritorialização relativa ou negativa” (DELEUZE; GUATARRI, 1995/2011, p. 105). Preciado e Linn da Quebrada, desterritorializados nos lançam linhas desterritorializantes. Mas não se trata de fazer como Preciado ou como Linn – ponto de subjetivação, ícone da contracultura – e sim fazer com Preciado, com Linn da Quebrada, extraindo traços desterritorializantes e descodificantes.

Guattari e Deleuze apostam no coengendramento da expressão e do conteúdo, pondo em questão uma Educação do Império da Linguagem articulada. Ao mesmo tempo que impedem a idealização e a negação das línguas produzidas no encontro entre mundos e na produção de um mundo comum. O que não quer dizer que se deseja a produção de um mundo homogêneo. Pelo contrário, é afirmação de um mundo comum no qual as diferenças são comunicantes e que não comunicam uma mensagem homogeneizante, mas uma mensagem de potencialização das diferenças, de traços de desterritorialização. A esquizoeducação aplicada à Educação é uma aliança entre a pragmática deleuze-guattariana, na investigação dos Territórios Existências, com atenção à ecosofia e suas desdobras. Uma investigação das semióticas: significantes, pré-significantes, pós-significante e contra-significante. Bem como, das semióticas econômicas, semióticas jurídicas, semióticas técnico-científicas e semióticas de subjetivação, entendendo que a subjetivação capitalística ou o Plano Capital são inseparáveis do processo de racialização que permite que pessoas sejam discriminadas pela cor de suas peles, pela origem, pelo gênero desviante do cisheteronormativo e macho etc. É interseccional por entender que é impossível traçar um enfrentamento ao Capital sem entender os efeitos da racialização moderna. Não se trata de produzir um novo axioma matemático no qual somas sejam realizadas, “Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda”, como hierarquização ou comparativo de exclusões, como denuncia Akotirene. Trata-se de pensar junto a Mbembe que demonstra como a subalternização de grupos “diferentes”, como a extração da variante em relação ao invariável, é efeito da subalternização de um grupo de humanos durante séculos. E se existe um devir da História, ele denuncia a violência a qual corpos e expressões submetidas ao regime de colonização foram vítimas, às quais foram negadas a Humanidade, a Razão, a História, a Filosofia e que deu origem ao Negro. “Precisaríamos prestar atenção à matriz da colonização antes de impormos às mulheres negras, a condição de mais oprimidas na diáspora, pois homens negros não são algozes das mulheres negras, nem protegidos pela condição mulherista, existe sim, a compreensão do racismo ser a ideologia central na subalternidade humana, sendo o

credor das práticas coloniais que nem cabem ser chamadas de ‘discriminação’” (AKOTIRENE, 2019, p. 97). O que estas pensadoras negras fazem é denunciar que qualquer luta anticapital deve ser, a priori, luta antirracismo; qualquer luta antimachista deve ser antirracismo etc., mesmo que concordemos com a afirmação trazida por Mbembe de que o devir-negro do mundo crie uma linha de para um “racismo sem raça”.

Quando se olha o sistema carcerário brasileiro, as estruturas institucionais e o mercado de trabalho, fica muito escuro os dados acerca da desigualdade social que só pode ser racial. Neste sentido, um homem negro nunca poderá exercer violência machista sobre um corpo de uma mulher branca ou negra, sem ser suscetível a punições que nenhum homem branco machista será. Desse modo, também, qualquer luta feminista eficaz contra o sistema de opressão machista deve estar atenta ao enfrentamento do racismo, que permitiu a invenção de um corpo humano violentável. Ao passo que, também, deverá estar atenta aos mecanismos que a branquitude utiliza para desarticular a luta antirracismo ao, por exemplo, ter criado o mito do homem negro violento, como muito bem mapeia Angela Davis.

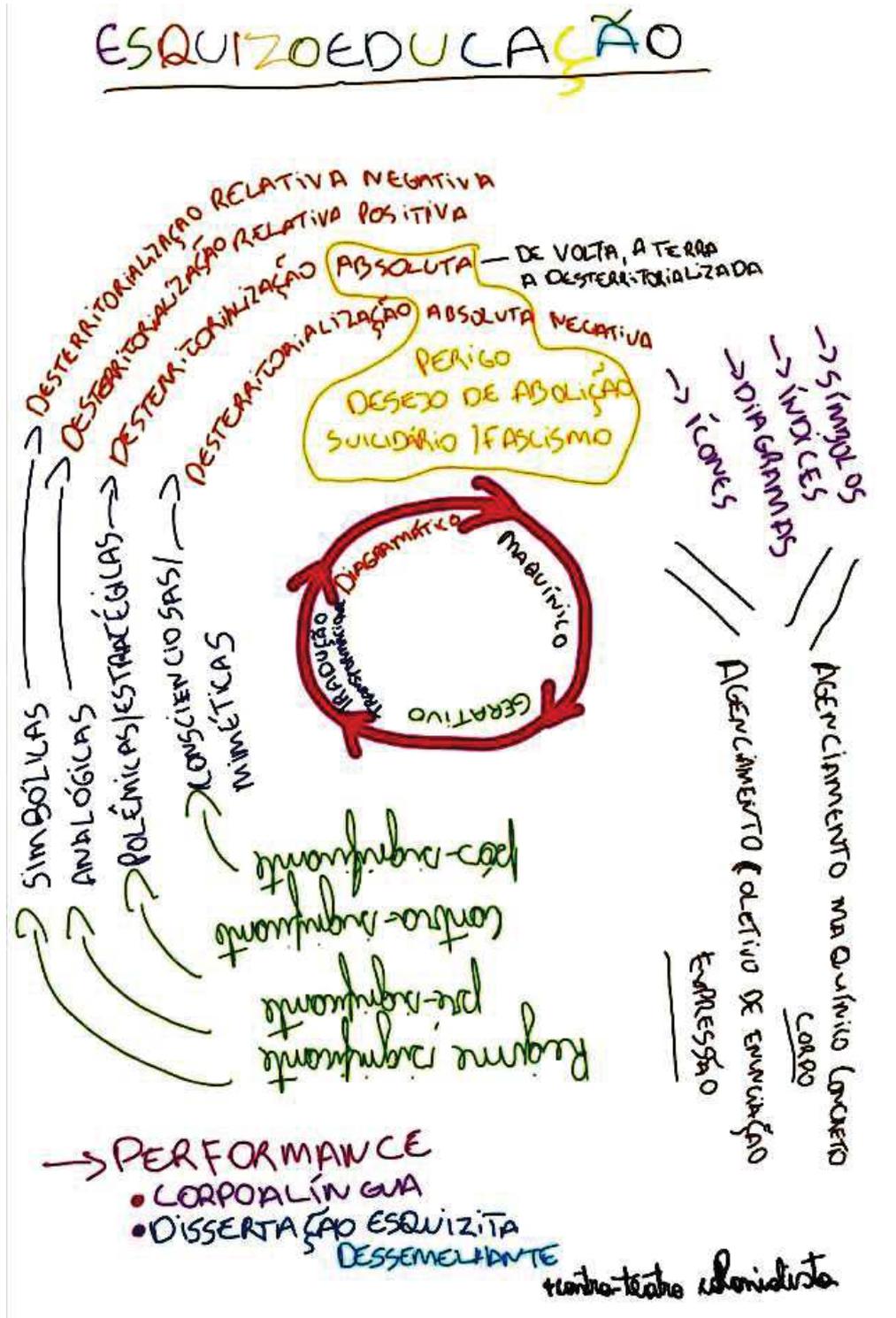
Como afirma Oyěwùmí, até as categorias que usamos em nossas práticas de resistência e invenção de novos territórios existências, produzidos neste mundo em comum, devem ser problematizadas como efeito da colonização. Para além de sermos decoloniais, talvez tenhamos que exercitar políticas radicalmente contracoloniais ou contracolonialismo, como convoca Nego Bispo. “E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2015. p. 48). Bispo chama atenção aqui para povos que resistem em inventar vida possível desde a chegada do primeiro europeu e branco a Pindorama. Movimentos que atravessam a História e que disparam possíveis outros de ocupação da terra que não por sua desterritorialização relativa e ou absoluta negativa. Contracolonialismo aqui é produção de diagrama, certeza das polêmicas e das estratégias de resistência e, sobretudo, de invenção de um mundo comum outro. A quase insuportável convivência de vítimas e algozes, como nos provoca Mbembe.

Nesse sentido, trabalhos vivos como de Nego Bispo nos ajudam a mapear as linhas de fuga envenenadas ou as estratificações que pensávamos abandonar. Sua pragmática é neste sentido singular para uma investigação do território Brasil que lança linhas inventivas para produção de uma nova terra Brasil por vir. “O conjunto da pragmática consistiria em fazer o decalque das semióticas mistas no componente

gerativo; fazer o mapa transformacional dos regimes, com suas possibilidades de tradução e de criação, de germinação nos decalques; fazer o diagrama das máquinas abstratas colocadas em jogo em cada caso, como potencialidades ou como surgimentos efetivos; fazer programa dos agenciamentos que ventilam o conjunto e fazem circular o movimento, com suas alternativas, seus saltos e mutações” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 112). Mbembe, Nzinga Imbangala, Akotirene, Moore, Preciado, Alcântara, Davis, Linn da Quebrada, Nego Bispo deslizam entre linhas que nos permitem produzir programas para enfrentar o Plano Capital que se instala nas escolas, no currículo, na formação de professoras e professores, no nosso modo de fazer arte, que tentam aprisionar nosso inconsciente. Provam que nada está dado, ou que o dado está sempre à espreita possível de se lançar às variações, propondo novos modos de ocupação de uma terra por vir.

Esquizoeducação aplicada à educação é aliança experimentada entre alianças de minorias, ora subjetivadas, ora simbólicas, ora icônicas na produção de um programa outro que disparam linhas componíveis na produção de territórios existenciais potencializadores de biopolíticas grávidas de biopotências. A questão que se põe, “Esquizoanálise: ‘Quefazer’ com esse saber?” (ALCANTARA, 2011, p. 12). Esquizoeducação aplicada à educação é também conjuração de formação de aparelhos de Estado na escola, na formação docente, no currículo, no Teatro, na Academia.

Figura 21 – Programa Esquizoeducação



No programa esquizoeducação, performance Dessemelhante e Corpoalíngua, exercício contrateatro esquizoeducado. Atenção à Desterritorialização Absoluta para que não devenida linha de morte, negativa, suicidária e fascista. Programa com atenção à Desterritorialização Absoluta Positiva para atingir a terra, a Desterritorializada por excelência – de volta, a terra. Fonte: Elaborado pelo autor. Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 111.

Mas Escola, Currículo e Formação de professores e professoras, Teatro já não são aparelhos de Estado? Sim. Todavia, há corpos famintos das areias do deserto da educação e corpos brilhantes, grãos indiscerníveis que não querem saber nada disso. Há movimentos que perfuram o muro da escola, descodificam os códigos do currículo e deliram formações revolucionárias possíveis de professores e professoras. Máquinas de guerra nada educadas que traçam linhas e mais linhas de fuga contra significâncias disciplinares.

É preciso também atenção, pois se é perigo que o aparelho de Estado Pedagógico capture as máquinas de guerra, é perigo ainda maior que a máquina de guerra deseducada, devendo louca, use o aparelho Pedagógico como peça e faça da guerra seu objetivo, levando-a, assim, isso ao próprio suicídio. Escola sem partido que só pode devir Escola de Partido Único, Autoritarismo. Por isso mapear a que regime semiótico se liga a ação do suicidária é também indispensável.

Um índio que se mata diante da negação da política Branca, diante da imposição do impossível da variação da vida, é ainda afirmação de vida. Um nazista que se mata e mata outras pessoas num suicídio coletivo, autoritário, é negação de vidas outras possíveis. Dito de outra forma e problematizando a questão que sempre retorna, um nazista que se suicida não produz a mesma morte que a de Deleuze ao se jogar da janela de seu apartamento por não conseguir mais respirar entre suas escritas e leituras, sua vida, décadas antes da Covid-19. Aqui, o último ato de individuação da liberdade, como provoca Foucault. Lá, último ato de perversidade, aprisionamento coletivo criminoso.

Mesmo a morte ou o suicídio exigem uma aplicação da esquizoeducação para mapear seus regimes semióticos, fazem performances singulares. A este respeito, o trabalho do companheiro de Travessia, doutor punk, Wescley Dinali (2020), nos oferece uma potente cartografia acerca de efeitos do devir-punk e sua relação com o suicídio. Que prudência necessária para não sucumbir ao buraco negro que pensávamos fugir e fazer fugir. “É necessário guardar o suficiente do organismo para que ele se recomponha a cada aurora; pequenas provisões de significância e de interpretação, é também necessário conservar, inclusive para opô-las a seu próprio sistema, quando as circunstâncias o exigem, quando as coisas, as pessoas, inclusive as situações nos obrigam; e pequenas rações de subjetividade, é preciso conservar suficientemente para poder responder à realidade dominante. Imitem os estratos. Não se atinge o CsO e seu plano de consistência desestratificando grosseiramente (...) O pior não é permanecer

estratificado – organizado, significado, sujeitado – mas precipitar os estratos numa queda suicida ou demente, que os faz cair sobre nós, mais pesados do que nunca” (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 26-27). Esconjurar a formação de aparelho de captura é tarefa tão importante quanto impedir que a máquina de guerra devenha louca, fascista e pós-fascista, logo, suicida! Tarefas vitais! Por isso uma tese esquizoeducação: máximo de ousadia com o máximo de prudência, como sopra o corpoalíngua vivo. Por isso, também, ainda um pouco de estrato negro, lgbtqia+, mulher, índio... para que se libere ainda outros possíveis, para que não se caia no buraco negro do indiferenciado.

Fizemos aqui a escolha por apresentar quatro tipos de desterritorialização ligados aos regimes semióticos, como Guattari e Deleuze anunciam na *Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas*, no Platô 5. No entanto, no Platô 2, Guattari e Deleuze dizem haver três tipos de desterritorialização. “É como se fosse necessário distinguir três tipos de desterritorialização: umas relativas, próprias aos estratos, e que culmina com a significância; outras absolutas, mas ainda negativas e referentes aos estratos, que surgem na subjetivação (*Ratio e Passio*); enfim a eventualidade de uma desterritorialização positiva absoluta no plano de consistência ou corpo sem órgãos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995/2011, p. 95, grifo dos autores originais). Diferente do que podemos ver neste fragmento anterior, no qual eles relacionam o regime subjetivo ao movimento absoluto, na Conclusão, Guattari e Deleuze fazem a escolha por relacionar o regime pós-significante ou subjetivo ao movimento de desterritorialização relativa positiva. Desse modo, fizemos a escolha por manter os quatro tipos de desterritorialização, como na Conclusão. Porém, como no Platô 2, relacionando o regime pós-significante à desterritorialização absoluta negativa, que aqui parece mais interessante, já que desvenda o perigo da abolição total reservada a este regime autoritário.

Entre estratos e linhas de fuga; entre agenciamentos maquínicos de conteúdo e de expressão, entre máquinas abstratas que engendram possíveis diagramáticos da vida se fazer, a esquizoeducação se move, é movente e faz mover. É movimento. “Eis então o que seria necessário fazer: instalar-se sobre um estrato, experimentar as oportunidades que ele nos oferece, buscar aí um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fuga possíveis, vivenciá-las, assegurar aqui e ali conjunções de fluxos, experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidades, ter sempre um pequeno pedaço de uma nova terra (DELEUZE; GUATTARI, 1996/2012, p. 27). Contínuos de intensidades devir-negro, devir-mulher,

devir-índio, devir-trans, devires imperceptíveis. A questão é: sempre algo maquina. Resta-nos mapear por meio de microanálises, e que já são maquinações, maquinações outras, ‘quefazer’ com este saber. Esquizoeducação é experimentação para uma nova terra educação possível por vir – a terra de volta. Nada educada, nada segura. Porém, sempre viva. Mecanosfera. Megamáquina. A desterritorializada.

## 9 ESQUIZOEDUCAÇÃO – thésis para experimentar esquizoeducações<sup>227</sup>

Thésis para experimentar esquizoeducações, aliança com Esquizodrama de Gregório Barenblitt.

### 9.1 Tarefa positiva da esquizoeducação

- ∞ Fazer programa e não Currículo;
- ∞ começar pelo meio;
- ∞ produzir e ser produção de desejo e no desejo;
- ∞ agenciar e não Disciplinar;
- ∞ fazer travessia fugindo ao Progresso;
- ∞ estar atento aos afectos e perceptos disparades;
- ∞ produzir vida como obra de arte, quem sabe obra em arte, sem se ocupar com Títulos, embora possa se fazer usos estratégicos deles;
- ∞ inventar tempos outros, abandonando, por ora, a cronologia régia do Estado;
- ∞ ser contemporâneo: não coincidir plenamente com sua época;
- ∞ máquina de guerra sem se confundir com a aniquilação fascista da diferença, da guerra pela Paz;
- ∞ afirmar e produzir diferença no combate à mediocridade do senso comum *hopinotizado* (hipnotizados+idiotizados+opinativo) do Mesmo mascarado em *Educação para todos*;
- ∞ esquizoeducação produção de muitos, mas não Escola Para Todos;
- ∞ desterritorializar Escola sem se ocupar em inventar Escola Nômade;
- ∞ investir no nomadismo das aprendizagens sem fixar Método de Ensino;
- ∞ conciliar com a sua solidão, embora ela seja sempre povoada em multidão;
- ∞ passeio esquizo pela Arte e Filosofia e Ciência e Política e História e Psicologia e Economia e Antropologia e Biologia e Matemática e e e... síntese conjuntiva sem desejar ser Arte-Educação, História da Educação, Políticas de Educação, Filosofia da Educação, Psicologia da Educação, Educação Sexual, Administração Escolar, Educação Matemática... adjetivação paranoica.
- ∞ investir na multiplicidade das matérias-não-formadas sem se ocupar com a multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade das substâncias Disciplinas;
- ∞ devir parteiro e fecundado na volúpia como propõe Corpos Informáticos brasilienses na suruba criativa;
- ∞ exercício ético e estético e político e econômico e histórico e racial e social e sexual e de gênero e e e...
- ∞ produção de desejo com atenção ao desejo de repressão do próprio desejo;
- ∞ passear sem fim que não seja o próprio passeio fugindo à cadeira escolar, inclusive no mesmo lugar;
- ∞ gritar, pular, correr, ficar em silêncio – mas não calar – dançar com Nietzsche, cantar o Ritornelo com Deleuze e Guattari em alternativa ao discurso verbal gramatical régio do *cogito ergo sum*;
- ∞ educação menor não porque é local, nem com pouca verba ou poucas pessoas e sim, porque é devir contra-hegemônica;

<sup>227</sup> As proposições podem aumentar ou diminuir para experimentar educações. Já foram apresentadas na publicação da Revista Alegrar. Aqui também o dispositivo valioso e carcomido do Esquizodrama de Gregório Barenblitt também funciona. Nada se espera, mas muito virá.

- ∞ experienciar o desejo em fluxo fugindo à análise da Forma Ideal;
- ∞ encontro em fluxo sem Forma para encontrar;
- ∞ Análise Institucional fugindo ao perigo da análise da instituição;
- ∞ uma educação para *ninguém*, entretanto, território onde todos, todas e todes possam inventar muitas – Produção do COMUM;
- ∞ investir na contaminação de aprendizagens em alternativa à transmissão do Conhecimento;
- ∞ fazer sem interpretar;
- ∞ inventar e não reproduzir;
- ∞ inventar uma educação da multiplicidade Pública contra a educada privação;
- ∞ apostar no trágico da vida, *amor fati* da aprendizagem, esquecimento vital;
- ∞ disparar possíveis sem se apegar às possibilidades;
- ∞ admirar sem construir Ídolos, Totem ou Tabu;
- ∞ inventar vida resistindo à sobrevivência;
- ∞ estar atente à terra e ao povo por vir;
- ∞ Praticar performance corpoalíngua junto ao teatro desessência de Clarissa Alcântara para uma performance esquizoeducação;
- ∞ A cada um, seus n sexos provocados por Lina & Lino, Indianare Siqueira e Preciado e outros tantos.

## 9.2 Tarefa negativa da esquizoeducação – atividade maldosa

- ∞ Desedipianizar e descastrar e desfamiliarizar e desfalocizar a Escola e por isso, Professor e Aluno;
- ∞ DesEstatizar Professor sem precarização da educação pública;
- ∞ destruir Pedagogia – escravidão grega à serviço do Estado – “substância irrecuperável” como alertou Tomaz Tadeu;
- ∞ desdivãnicar a Sala de Aula, a Secretaria, a Diretoria, a Coordenação, a Secretaria de Educação;
- ∞ destruir teatro de Bom Aluno, Bom Professor, Boa Educação, Boa Vontade do “Exército da Salvação” como denuncia novamente Tomaz Tadeu;
- ∞ destruir fascismo do discurso Politicamente Correto e Incorreto – todo discurso é político – que política se afirma?
- ∞ desmetabilizar as metas segmentárias da axiomática do Estado Capitalista;
- ∞ desenemzar o Ensino Médio, mas sem negligenciar sua aplicação;
- ∞ desvestibularizar o Ensino Superior;
- ∞ dessucatear o Ensino Básico Anos Iniciais e Anos Finais;
- ∞ deselitizar Educação Infantil e creches;
- ∞ desarranjar certezas Pedagógicas;
- ∞ desarticular Discursos de Verdade;
- ∞ destruir Moralidade Escolar;
- ∞ destruir Modernidade e com ela todas as filhas bastardas Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Pós-Modernidade e Contemporaneidade;
- ∞ desnudar corpo educação;
- ∞ desarranjar discurso lógico egocêntrico;
- ∞ destruir Currículo, Nota, Diário, Avaliação Pressuposta, Conceito embora junto à Filosofia possa ainda se produzir multiplicidades conceituais;
- ∞ destruir Mestre, Doutor, Título Acadêmico endêmico para que ainda possa se produzir mestras e doutoras em vida outra;

- ∞ desaprender, desler, transver com Nego Bispo, Ailton Krenak, Conceição Evaristo, Indianare Siqueira, Kabenguele Munanga, Chimamanda Ngozi Adiche, Manoel de Barros, Achille Mbembe, Tomaz Tadeu, Tiago Adão Lara, Drummond, Fernando Pessoa; desouvir o mundo com Caetano e Gil, Mc's Racionais e Paulinho da Viola, Mc Xuxu e Linn Da Quebrada, Nando Reis e Arnaldo Antunes, Lineker, Tulipa Ruiz, Tom Zé e Paulinho Moska, Rita Lee e Marisa Monte e Roberta Sá e Marcelo Jeneci e e e... não para acreditar no mundo deles, mas para inventar, com eles e elas, mundos outros possíveis – um Mundo Comum como propõe Achille Mbembe;
- ∞ destruir Rosto, Identidade, Autoritarismo, sem precipitar os estratos numa queda suicida ou demente;
- ∞ destruir signo Branco, por isso, destruir branquitude e negritude com as armas de descolonização e contracolonialismo de Oyěwùní e Nego Bispo;
- ∞ detruir Paixão e Consciência;
- ∞ dessubjetivar inventando e apostando em hecceidades e individuações.

## COISAS QUE insPIRAM E CONTINUAM A insPIRAR

AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Ginga** – e de como os africanos inventaram o mundo. Lisboa: Quetzal, 2005. Disponível para fins não comerciais em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359038/mod\\_resource/content/1/A%20Rainha%20Ginga%20-%20Jose%20Eduardo%20Agualusa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359038/mod_resource/content/1/A%20Rainha%20Ginga%20-%20Jose%20Eduardo%20Agualusa.pdf). Acessado em 18 de novembro de 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALCANTARA, Clarissa. **Corpoalíngua: performance e esquizoanálise**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de. **Entre Palavras e Silêncios: Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora – 1950/1970**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, 2009, 312f. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&coobra=156361](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=156361). Acessado em 17 de novembro de 2017.

ARAÚJO, Zezito de. **Quilombo dos Palmares: negociações e conflitos**. Arapiraca: CESMAC, UNEAL, 2020.

ARTAUD, Antonin. **Teatro e seu duplo**. Trad. Teixeira Coelho. Revisão da trad. Mônica Stahel, 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. **O negro** – trabalho, sobrevivência e conquistas de 1888-1930. Juiz de Fora, MG: Funalfa Edições, 2006.

BENITES, Sandra. Para o professor de filosofia: “a filosofia começa no sonho da gravidez que virá”. In.: GALDINO, Victor; MEDEIROS, Claudio V. Felix (org.) **Experimentos de filosofia pós-colonial**. São Paulo: Editora Filosófica, 2020, p. 253-271.

BENTO, Maria Aparecida Silva. 2. Branqueamento e branquitude no Brasil. In.: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. de Noémia de Sousa. Prefácio de Mário de Andrade. Lisboa, PT: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CUNHA, Christiane Lopes da. **Estado de Ritmo – entrelaçamento entre Arte e Animismo**. (dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Estudos Contemporâneos das Artes. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça, classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1968/1988.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 2.ed. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário Gilles Deleuze**. 1995. Disponível em <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>. Acessado em 14 de julho de 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** (Trad. De Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz) São Paulo: Editora 34, 1992/2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 1**. (Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa) São Paulo: Ed. 34, 1995/2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 2**. (Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão) São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 3**. (Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik) São Paulo: Editora 34, 1996/2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 4**. (Tradução de Suely Rolnik) São Paulo: Editora 34, 1997/2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 5**. (Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa) São Paulo: Editora 34, 1997/2012b.

DEVISSE, Jean. A África nas relações intercontinentais. Capítulo 26. In.: **História Geral da África, IV - África do século XII ao XVI** / editado por Djibril Tamsir Niane. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190252POR.pdf>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1961/2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador, BR: EDUFBA, 1952/2008.

FONSECA, Mariana Bracks. Rainha nzinga mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos quilombos de Angola no século XVII. **Caderno de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010. Disponível em

<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/7657/7149>. Acessado em 24 de outubro de 2017.

FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola**: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2018.tde-31072018-172020. Acesso em: 2020-02-11. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31072018-172020/pt-br.php>. Acessado em 11 de fev. de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. 1ed. São Paulo: Claro enigma, 2012.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, **Vol. I**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola: A rainha guerreira da África**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Todavia, 2019.

HUSSERL, Edmond. **La crisis de las ciencias europeas y la fenomenologia transcendental**. Barcelona: Crítica, 1991.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KIPRÉ, Pierre. Das lagunas da Costa do Marfim até o Volta. In.: **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190253POR.pdf>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

KRENAK, Ailton. **Encontros: Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azouge A Editorial, 2015.

LACERDA, João Baptista. **Réplica a crítica da Memória – Sur les méfis au Brésil**. 1912. Museu Nacional. Disponível em <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/0023/0023.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2018.

LEINER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e políticas em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda, 2020.

LOPEZ, Duarte; PIGAFETTA, Filippo. **Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas**. Comentário e transcrição por Alberto Ferronha. Lisboa: Alfa, 1989.

MACEDO, José Rivair. Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. **História** (São Paulo) v.32, n.1, p. 53-78, jan/jun 2013. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742013000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742013000100005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acessado em 05 de novembro de 2017.

MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. Capítulo 1. In.: **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190253POR.pdf>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In.: **arte e ensaios** [Online], Volume 2, Número 32 (23 março 2017). Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acessado em 18 de fev. 2020.

MBEMBE, Achille. **As políticas da inimizade**. Trad. Marta Lança. Revisão L. Baptista Coelho. Lisboa, PT: Antígona, 2017b.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, M. B.; AQUINO, F.; TINOCO, B.; Mota, M H.; SOATO, C.; MARINHO, J. **Corpos informáticos. Performance, corpo, política**. Organização: Maria Beatriz de Medeiros e Fernando Aquino. Inclui DVD com 4 horas de duração (20 vídeos, 10 sequencias fotográficas).1. ed. Brasília: PPG-Arte/UnB, 2011.

MENDES, Tarcísio Moreira. **Uma Educação esquizita. Uma formação bricoleur - processo ético e estético e político e econômico** /Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação, Juiz de Fora, 2015, 220 f. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/231>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

MILLER, Joseph. **Poder Político e Parentesco – Os antigos estados Mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional**, 1995. Disponível em <https://documents.tips/documents/miller-1995-poder-politico-e-parentesco-os-antigos-estados-mb.html>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiaspora*. Ano 3, nº 6 e 7, 1985. In.: RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007. Disponível em

<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acessado em 11 de fev. de 2020.

NGCONGCO, Léonard D. A África meridional: os povos e as formações sociais. Capítulo 23. **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI** / editado por Djibril Tamsir Niane. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190252POR.pdf>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Trad., notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano Demasiado Humano**. Trad., notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O'BRIEN, Barbara. **A vida íntima de uma esquizofrênica**. Trad. Maria Tereza Maldonado. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1958.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Visualizando o Corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of women: making an African sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 1-30. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acessado em 12 de fev. de 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies**. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acessado em 12 de fev. de 2019.

PINTO, Paulo Jorge de Souza. Um Problema de Identidade Histórica: Os “Jaga” na História de Angola e Congo. **Mure Uberum**, (nº. 18-19) Dez.1999-Jun.2000, p. 193-243 Disponível em [http://www.academia.edu/5366238/Um\\_Problema\\_de\\_Identidade\\_Hist%C3%B3rica\\_Os\\_Jaga\\_na\\_Hist%C3%B3ria\\_de\\_Angola\\_e\\_Congo](http://www.academia.edu/5366238/Um_Problema_de_Identidade_Hist%C3%B3rica_Os_Jaga_na_Hist%C3%B3ria_de_Angola_e_Congo). Acessado em 05 de nov. de 2017.

PIRES, Rogério Brittes Wanderley. **O Conceito Antropológico de Fetiche: Objetos Africanos, Olhares Europeus**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, 168 f. Disponível em [http://www.dominionpublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&coobra=138909](http://www.dominionpublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=138909). Acessado em 13 de novembro de 2017.

PIRES, Rogério Brittes Wanderley. Pequena história da ideia do fetiche religioso. In.: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 31(1): 61-95, 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/rs/v31n1/a04v31n1.pdf>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie** – sexo, drogas e biopolíticas na era farmacopornográfica. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo**. In.: Caixa Pandemia de cordéis (REXISTIR). São Paulo: N-1 edições, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). **Colonização, Quilombos – modos e significações**. Brasília, BR: INCTI, CNPq, 2015. Disponível em [http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao\\_Quilombos.pdf](http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf). Acessado em 12 de fev. de 2019.

SANTOS, Flaviana Benjamin dos. **Poéticas de Si: Autobiografia como estratégia artística de subversão das mulheres**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicação e Artes Cênicas da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-27022019-151714/pt-br.php>. Acessado em 07 de out. de 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. Apresentação de Leny Sato. Prefácio de Maria Aparecida Silva Bento. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias Inter-raciais – tensão entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu. Políptico. **Educação em Revista** (UFMG), v. 45, p. 309-322, 2007. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/100227/000646325.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneira de se relacionar**. Trad. Deborah Weinberg. São Paulo: Editora Odysseus, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Jesse. **A Elite do Atraso – da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TARNAS, Richard. **A epopeia do pensamento ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo**. Tradução Beatriz Sidou. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

UNESCO. **História geral da África, II: África antiga** / editado por Gamal Mokhtar. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190250POR.pdf>. Acessado em 13 de novembro de 2017.

VASINA, Jan. A África Equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In.: UNESCO. **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI** / editado por Djibril Tamsir Niane. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

### **Imagem-movimento:**

DELEUZE, Gilles. **Sobre dois regimes de signos**. (Filme). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-xhk7xLoZeg>. Acessado em 14 de julho de 2018.

HORTA, Regis. **Pensadores e a Educação – Gilles Deleuze** (Filme). Direção de Regis Horta. Brasil: 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9v6HrC17rVo>. Acessado em 14 de julho de 2018.

### **Trabalhos do Travessia Grupo de Pesquisa**

AZEVEDO, Fernanda de Oliveira. **Matemática quaresma formação**. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2016, 95f. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2245>. Acessado em 17 de novembro de 2017.

CABRAL, Cláudio Orlando Gamarano. **Entre xaropes, baleias e TDAHs: a escola e a medicalização** Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1631>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

CARVALHO, Fabrício da Silva Teixeira. **Educação arte professor artista**. Tese (doutorado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2015, 499f. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5602>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

DINALI, Wesley. **Pesquisar em Educação: um passeio estético anarcoesquizepunk**. Tese (doutorado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação, Juiz de Fora, 2020, 221f. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11797>. Acessado em 18 de fev. de 2021.

LEITE, Marcos Vinícius. **Como corpo lançado em sala de aula tornou-se patas ao chão, língua ao vento. Cartas, passeios e peles em aulas de filosofia**. Tese (doutorado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2016, 414f. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3781>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

MATTOS, Raphaela Malta. **Entre retalhos e alinhavos: (des)costurando uma professora de artes** Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1363>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, Marta Elaine de. **Aprender como travessia: entre banalidades e formações e matemáticas e línguas e peles e escritas... uma vida**. Tese (doutorado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6747>. Acessado em 24 de setembro de 2018.

PAIXÃO, Leiliane Aparecida Gonçalves. **Entre Delírios e contos: (doces?) composições em aberturas de possíveis em educações**. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2019, 94p. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10000>. Acessado em 02 de abril de 2020.

SILVA, Aline Aparecida da. **Aprendizagens em uma sala de aula de matemática**. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2016, 79f. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2235>. Acessado em 17 de novembro de 2017.

**HASTE<sup>228</sup> - Esquizeeducação aplicada à Política – ((k)quilombo contra a  
democrática opinião<sup>229</sup>**

Quilombo  
 Pesquisou suas raízes  
 E os momentos mais felizes  
 De uma raça singular  
 E veio  
 Pra mostrar esta pesquisa  
 Na ocasião precisa  
 Em forma de arte popular

Há mais  
 De quarenta mil anos atrás  
 A arte negra já resplandecia  
 Mais tarde a etiópia milenar  
 Sua cultura até o Egito estendia  
 Daí o legendário mundo grego  
 A todo negro de etíope chamou  
 Depois vieram reinos suntuosos  
 De nível cultural superior

Que hoje são lembranças de um passado  
 Que a força da ambição exterminou

Em toda cultura nacional  
 Na arte e até mesmo na ciência  
 O modo africano de viver  
 Exerceu grande influência

E o negro brasileiro  
 Apesar de tempos infelizes  
 Lutou, viveu, morreu e se integrou  
 Sem abandonar suas raízes

Por isto o quilombo desfila  
 Devolvendo em seu estandarte  
 A histórias de suas origens  
 Ao povo em forma de arte

“Ao povo em forma de Arte”, canção que antecede, é composição de Ney Lopes e Wilson Moreira, para o desfile da Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, de 1978. A Escola Quilombo nasceu de uma dissidência da Portela, porque disseram seus idealizadores que o carnaval carioca havia ficado muito elitizado, muito branco, capturado pelo Estado refém do capitalismo.

---

<sup>228</sup> As hastes podem se arrastar sob ou sobre o solo, um dos meios de propagação do rizoma. Recurso usado na Dissertação Esquizita. Cf. MENDES, 2015.

<sup>229</sup> Texto apresentado em performance do segundo exame de qualificação desta tese, trazido à tese por sugestão da membra da banca, Profa. Doutora Fernanda Thomaz.

Esta foi uma música com a qual me encontrei a partir das *lives* da cantora e compositora Tereza Cristina, que vem, durante a pandemia da Covid-19, diariamente, produzindo encontros com arte e vida no aplicativo *Instagram*. Esta composição serve para lembrar aos mais novos que não é só na academia que se faz resgate histórico. Ou que foi a partir dos anos 2000, com a aprovação da lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino de cultura africana e afro-brasileira na educação básica e da lei 12.711/2012 que institui cotas raciais e sociais na educação superior pública brasileira, que o povo negro começou a ocupar intensivamente o espaço acadêmico por muita luta anterior, fora da academia. Não é qualquer coisa. Não é melhor do que antes. Mas é uma ocupação na diferença de um espaço que há séculos foi negado. Embora fora dele muito sempre tenha sido produzido.

E depois disso que a banca teve acesso... Depois da escrita da produção de uma referência em Ciência, resta ao cientista conviver com seus resultados, com as aplicações, as novas deduções a partir de suas referências para produção de novas referências. Depois da produção de um conceito, resta ao filósofo conviver com o mundo e com o povo que acaba de convocar. Depois da produção de uma obra de arte resta a um artista viver da multiplicidade disparada pelos perceptos e afectos que só produzem mais afectos e perceptos: pura composição. Depois de uma produção que vai da arte a ciência e salta em filosofia resta... pensamento. “Cada elemento criado sobre um plano apela a outros elementos heterogêneos que restam por criar outros planos: o pensamento como heterogênese” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 234-235), disseram aqueles que nem preciso dizer o nome.

Quando produzia o material que fora enviado à banca para qualificação, pensava provocado a responder à questão: como conjurar a formação de um aparelho de Estado? E logo vinha a resposta: com uma máquina de guerra. E se produziu outra questão: como impedir que a máquina de guerra devesse fascista, louca, paranoica-reacionária? Ou pior, como impedir que deixe de ser uma engrenagem do Estado Fascista e faça do Estado apenas uma parte de sua grande maquinaria (já que é a máquina de guerra que permite, inclusive, a expansão do Estado e suas mutações), que não tem a guerra como objetivo para manutenção da Paz? Com o alerta feito pelo professor Renato Nogueira, não repetir os grandes filósofos, ou melhor, criar conceitos novos para problemas que mudam: e eis que nasce uma esquizoeducação, anunciada lá na qualificação de mestrado, em março de 2014, pelos feitiços de Clarissa Alcântara. Acontecimento, coisa

de filosofia. Agradeço a leitura atenta de todes! As diferenças do antes produzido e do agora são incomensuráveis, embora já imperceptíveis.

Como os problemas mudam, agora no encontro com a negritude de filósofos que dedicam uma vida a investigar a constituição da Filosofia Africana ou da própria Filosofia Ocidental nascida em África, o problema muda: mas afinal, que produz ainda a afirmação de que foram os gregos os inventores da filosofia? Que teimosia Branca é essa que cisma em repetir um algo que se tornara um senso comum quase inquestionável? Ponho-me a estudar novamente “O que é a filosofia?” (porque nem sempre quando se pergunta pelo que é, procura-se pela essência. Ou porque a própria essência só pode ser um composto em criação – disse Deleuze, lá em Prost e os Signos. “Pedimos somente um pouco de ordem para nos proteger do caos. Nada é mais doloroso, mais angustiante do que um pensamento que escapa a si mesmo, ideias que fogem, que desaparecem apenas esboçadas, já corroídas pelo esquecimento ou precipitadas em outras, que também não dominamos [...] É por isso que queremos tanto agarrarmo-nos a opiniões prontas [...] uma espécie de ‘guarda-sol’ que nos protege do caos [...] Mas a arte, a ciência, a filosofia exigem mais, traçam planos sobre o caos [...] querem que rasguemos e mergulhemos no caos. Só venceremos a este preço” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, pp. 237-238). Risco! Arrisco! Linhas já desterritorializadas de uma tese em invenção de uma Terra academia por vir.

Deleuze e Guattari lembram Virgínia Woolf: “Eliminar tudo que é resto, morte e supérfluo”. Ou produzir junto aos restos, à morte (milhares de brasileiras e brasileiros mortos pela negligência do Estado), nada supérfluo, tudo em composição. “Incluir no monumento [coisa da arte] o absurdo, os fatos, o sórdido, mas tratados em transparência”. “Colar aí tudo e, contudo, saturar”. Arrancar perceptos das percepções, afectos das afecções e sensações das opiniões! Lembro da leitura do trabalho feita pelo Travessia Grupo de Pesquisa e o que mais se produziu foram SENSACIONES difíceis de serem descritas, incômodos. Eis a tarefa deste composto “Incomunicável novidade que não mais se podia ver” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 240), pois é da opinião “que vem a desgraça dos homens” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 243). Agradecido aos travessos que resistiram à opinião! Aqui agora uma nova luta URGENTE: fugir ao caos e fazer o caos fugir em luta contra as opiniões: produção caoides. “É a concepção popular democrática ocidental da filosofia [a opinião], onde esta se propõe a oferecer agradáveis ou agressivas conversações de jantar com M. Rorty. Opiniões rivalizam na mesa do banquete: não é Atenas eterna, nossa maneira de

ser ainda gregos? As três características que remetiam a filosofia à cidade grega eram precisamente a sociedade de amigos, a mesa da imanência e as opiniões que se enfrentavam” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 172). Lembrança de uma política: Márcia Tiburi, que posteriormente viria a ser candidata a governadora do Estado do Rio de Janeiro, em 2018, se levantando e indo embora de um programa de rádio, ao vivo, ao se negar a conversar com outro jovem político, pois era impossível conversar com um fascista<sup>230</sup>. O impossível do diálogo. Como abdicar da nossa maneira de ser gregos? “A opinião é um pensamento que se molda estreitamente sobre a forma da reconhecimento: reconhecimento de uma qualidade na percepção (contemplação), reconhecimento de um grupo na afecção (reflexão), reconhecimento de um rival na possibilidade de outros grupos e outras qualidades (comunicação). Ela dá à reconhecimento do verdadeiro uma extensão e critérios que são, por natureza, os de uma ‘ortodoxia’: será verdadeira uma opinião que coincida com a do grupo ao qual se pertencerá ao enunciá-la. Vê-se bem isso em certos concursos: você deve dizer sua opinião, mas você ‘ganha’ (você disse a verdade) se você disse a mesma coisa que a maioria dos que participam desse concurso [...] Estamos na idade da comunicação [das lives do facebook, das lives do instagram, das lives... e a vida?], mas qualquer alma bem-nascida foge e se esquivava, cada vez que lhe é proposta uma pequena discussão, um colóquio, uma simples conversa. Em toda conversa, é sempre do destino da filosofia que se tratam, e muitas discussões filosóficas, enquanto tais, não vão longe demais do que daquela sobre o queijo, com suas injúrias e confrontos de concepções de mundo [naquela a qual se diz que os ovos da velha estão podres e ela responde que podre é você, sua mãe, sua vó, porque a opinião é um pensamento abstrato e a injúria desempenha um papel eficaz nesta abstração, porque a opinião exprime funções gerais de estados particulares]. A filosofia da comunicação se esgota na procura de uma opinião universal liberal como consenso, sob o qual encontramos as percepções e afecções cínicas do capitalista” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 173-174). Eis porque só mesmo numa sociedade da “liberdade de expressão” poderia se ter produzido tanta perseguição, autoritarismo e fascismo, em busca de uma única opinião verdadeira, “Deus acima de tudo”. Eis o nosso desafio lançado por Artaud, atualizado em cada postagem das redes sociais virtuais controladas por algoritmos humanos reacionários que sustentam a política da liberdade de

---

<sup>230</sup> Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/marcia-tiburi-abandona-programa-de-radio-ao-saber-que-debateria-com-kim-kataguiriri/>. Acessado em 25 de jan. de 2021.

expressão: “Como acabar com o juízo de Deus, que se fez Homem, Humano, e habitou entre nós?”

A opinião seria ainda “*uma função ou uma proposição cujos argumentos são percepções e afecções e, neste sentido, função do vivido*” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 172, grifo dos autores originais). Neste sentido, a opinião não é uma questão meramente filosófica ou restrita à política da conversa, ela é um perigo que perpassa as três caoides: filosofia, ciência e arte. Na ciência, as opiniões se configuram como deterministas e probabilística. É que ao percorrer as coordenadas científicas, as funções, ora a probabilística atravessará o determinismo e o determinismo será desafiado pela probabilística, desses fenômenos de opinião, cérebros artificiais via evolução dos computadores tendem ainda a um sistema caótico ou caotizante – só assim a informática preservará seu status de ciência 2.0, do contrário, apenas objetos já obsoletos na sua própria fabricação, um consumo hiperprogramado (a *Apple* pode mudar a estratégia de lançamento do novo *iphone 12*, deixando de lançar 4 modelos, ao mesmo tempo, para lançar dois no primeiro semestre e dois no segundo semestre, para manter a sensação de novidade, ao longo de todo o ano. E assim competir com as gigantes tecnológicas asiáticas). Regiões de África na qual o vírus *sars-cov-2* não alcançou a desgraça anunciada põem em questão a probabilística e o determinismo científico, exigindo novas funções em relação a variações antes não consideradas. Será, pois, necessário investigar novas coordenadas e daí novas funções, fugindo de meras percepções e afecções do vivido europeu.

Em filosofia, para que o cogito se torne um verdadeiro conceito é preciso traçar sua imanência e selecionar seus elementos. Diferente disso, simples opinião filosófica elevada à transcendência do Senso Comum, Urdoxa, opinião originária como proposição posta como referência fruto do vivido de um sujeito ou pervertida na metafísica do Bom Senso. Para a dupla de pensadores brancos franceses, a filosofia nasce com os gregos porque marca o momento entre o estrangeiro e o autóctone; o momento o qual o pensador encontra uma terra de imanência para a produção do Ser, conjugação do verbo Ser (não pode ser por acaso que povos originários digam “*mim ser filósofo*”. Ser, esta interioridade de homens livres); é quando o Filósofo encontra a filosofia. Se é a Grécia o berço da Filosofia, talvez não sejam os gregos os filhos dela, é porque neste encontro, é preciso que o estrangeiro se torne autóctone e que o autóctone se torne estrangeiro em sua própria terra. República dos homens brancos livres para o pensar: Sociedade dos Amigos, mesa de imanência e opiniões que se enfrentam, berço

da Democracia. Com Oyèrónke Oyěwùmí e a crítica do jeito Branco de Ser Negro a questão se intensifica: e se a questão negra não passar pelo Ser? E se a questão de Ser for uma colonização radical da singularidade? Radical sensação de não-ser apenas possível diante daquilo que é: dialética Branca que inventa Negro e tenta capturar suas fugas possíveis. Ou melhor, e se o não-branco não passar pela filosofia? Ou no revés disso tudo, qual potência ainda possível para o não-grego que agora habita terras gregas, sem desejar ser mais grego ou primeiro que o grego? Se faltava aos gregos o conceito enquanto conquistadores da imanência, que imanência nossos conceitos são capazes de inventar para uma filosofia que ainda não conquistou sua plena imanência? Se a questão negra passar pelo Ser Negro, ao mesmo tempo que passe por ela, que possíveis urgentes produzem a fuga dele?

*“Quefazer” com este “saber”?*

No texto o “Rizoma”, do Platô 1, de Deleuze e Guattari mais uma pista: a esquizoanálise é antigenealogia. Aqui, talvez com Foucault eles possam dizer que pesquisam dinastias e não origem; ou ainda junto com Nietzsche, que depois de uma pesquisa de procedência, passa à de emergência. Aqui, mais importante que se perguntar por uma origem ou se perguntar porque não filosofia japonesa ou chinesa; culturas sabidamente milenares pelo Ocidente (talvez menos vítimas do racismo) porque não se ocupar com a diferença plena produzida: como impedir que atrocidades se repitam, que pessoas sejam tratadas como coisas descartáveis, vendidas como coisas sem valor ou mortas como se já não tivessem vida? Exercício da esquizoeducação. Não somos responsáveis pelas vítimas, mas diante das vítimas, lembram-nos a dupla branca de franceses! Os direitos não falam nada sobre os direitos do homem, pois a questão é homens providos de direitos!?

Prof. Wanderson Flor, pesquisador e professor negro da UnB, criador do site filosofia-africana, faz questão no “V seminário Presença Africana no Brasil”: perguntar por origem ou crer numa reparação histórica por meio do direito à origem da Filosofia Ocidental no mundo negro africano, num sistema que prega a Evolução, cria já o aborto. Pois, num sistema assim, o que vem depois traz consigo a ideia de melhoramento, de superação, de conserto daquilo que ia mal, da obra-prima produzida após o rascunho. Prof. Julvan Moreira aqui do PPGE também lançou este alerta na banca de defesa de mestrado de meu companheiro, Marcelo Campos, que estudou a branquitude dos médicos brancos e seus efeitos na promoção ou não da equidade em saúde. É preciso Involuir. Sentir quando as coisas vão mal, e daí fazer monumento (coisa da arte), função

(coisa da ciência) ou conceito (coisa da filosofia). Enfim, CRIAR, enfrentando o caos e fugindo à opinião. Viver numa República de Sábios como aparece em falas remetidas a Sócrates – do qual ninguém conheceu um escrito – produz uma diferença em relação a viver numa República de Filósofos, os amigos do saber, que por não saberem, amam o saber, fazem o melhor de si. Saber que nada sabe e não escrever sobre isso, não é escrever acerca do que se sabe na esperança de saber um pouco mais, enfrentando simulacros na busca pela aproximação da Verdade inatingível. Filósofos não são sábios, nem heróis da República e da Democracia, Heidegger e seu nazismo não nos deixa dormir.

Talvez por isso um dos pensadores que tem encantado sobretudo audiências universitárias e nos colocado a pensar seja Ailton Krenak. Como pensador de um dos povos das florestas, os Krenak, ele produz, como sábio que é, pensamento em forma de figuras, e não por conceitos. Neste sentido, Deleuze e Guattari, fazem a distinção entre figuras e conceitos. As figuras são projetivas, hierárquicas, referenciais, plurívocas e circulares e que promovem rasgos ou fugas nos mundos produzidos pelos conceitos que tem natureza autorreferencial, vicinal, consistente e conectivo – conceitos são variações do pensamento, e não variedades de pensamento, coisa das figuras estéticas e mais ligadas ao modo da obra de arte. Por isso os incômodos produzidos por ele ao ser convidado pelo Fórum de Ciências da UFRJ ao determinar que “o projeto de humanidade deu errado” ou que a Educação não é nada mais que domesticação. E ao mesmo tempo, as outras sensações produzidas por sua presença e fala, que resiste ao exercício do conceito sem ser por ele destituído. Se para Deleuze e Guattari, n’O que é a filosofia?, o modo de pensar por figura é típico de religiões e reservem uma hierarquia, para fugir à crítica reducionista que opõe figura ao conceito, em favor de uma ou de outro, lembro aqui a figura-esquiza conceituada também por eles n’O anti-Édipo. Uma relação outra entre corpo e expressão que libera a potência da figura efetivamente como um conceito vibrante. Faz da figura um conceito e, ao mesmo tempo, que distingue o modo de operar da figura, sem hierarquizá-la com o conceito. “Os fluxos desterritorializados de conteúdo e de expressão estão num estado de conjunção ou de pressuposição recíproca, que constitui figuras como unidades últimas de um e de outro. De modo algum, essas figuras são um significante, nem mesmo signos como elementos mínimos do significante; são não-signos, ou antes, signos não significantes; são pontos-signos com várias dimensões, cortes de fluxos, esquizas que formam imagens pela sua reunião num conjunto, mas que não conservam identidade alguma de um conjunto a

outro. Portanto, as figuras, isto é, as esquizas ou cortes-fluxos, não são de modo algum ‘figurativas’; elas devêm isso apenas numa constelação particular que se desfaz em proveito de uma outra (DELEUZE; GIATTARI, 2010, p. 319-318). Ailton Krenak ao dar a ver a produção de suas figuras mostra a potência de sua produção atualizada em cada presença e distribuída entre todas as pessoas Krenak. Algo como salientado por Sandra Benites, que é Guarani Nhandewa, que ao dar a ver suas figuras deixa explícito que se trata sempre de uma composição, “Não estou dizendo que alguém está contando errado, mas falando da importância de entender a história levando em consideração a trajetória da individualidade de quem está relatando. Homens e mulheres contam a mesma história em termos de princípios, mas o caminho vai desviando de acordo com cada caminhada” (BENITES, 2020, p. 259). Benites ao fazer filosofia dá a ver a potência das figuras-esquizas guarani “porque a dupla articulação já não se faz entre dois níveis hierarquizados da língua, mas entre dois planos desterritorializados conversíveis, planos constituídos pela relação entre a forma do conteúdo e a forma da expressão; porque nesta relação atingem-se figuras que já não são efeitos do significante, mas esquizas, pontos-signos ou cortes de fluxo que perfuram o muro do significante, atravessam-no e vão para além dele; porque estes signos franquearam um novo limiar de desterritorialização; porque estas figuras perderam definitivamente as condições de identidade mínima que definiam os elementos do próprio significante; porque a ordem dos elementos é agora segunda em relação à axiomática dos fluxos e das figuras [...] Em suma, a situação muito especial de Hjelmslev na linguística e as reações que suscita podem ser explicadas, parece-nos, pelo seguinte: é que ele tende a fazer uma teoria puramente imanente da linguagem, teoria que, além de quebrar o duplo jogo da dominação voz-grafismo, faz escorrer forma e substância, conteúdo e expressão segundo fluxos de desejo, e corta estes fluxos segundo pontos-signos ou figuras-esquizas” (DELUZE; GUATTARI, 2010, p. 322). E se as figuras produzidas pelos Impérios chinês, japonês ou cristãos buscam pela limitação dos sentidos, submetendo-se ao jogo significante-significado, as figuras-esquizas, nômades, lançam-se num espaço aberto, rompendo a relação prévia de sentido. Exigindo sempre uma produção de sentido atual. “Não são as figuras que dependem do significante e dos seus efeitos, é a cadeia significante que depende de efeitos figurais, feita ela própria de signos a-significantes, que esmagam tanto os significantes como os significados, que tratam as palavras como coisas, que fabricam novas unidades, que fazem com figuras não figurativas configurações de imagens que se fazem e se desfazem. E estas constelações

são como fluxos que remetem ao corte dos pontos, como estes remetem à fluxão do que fazem escorrer ou gotejar: a única unidade sem identidade é a do fluxo-esquiza ou do corte-fluxo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 323-324). Uma pensadora que pensa por figuras e não por conceitos! É melhor ou pior? (embora ao fazê-lo esteja também desejando produzir filosofia). Não faz sentido tal pergunta. São apenas modos de produção de pensamento, sem valoração possível moralizante, a questão é e continua sendo: que mundos são aí possíveis de serem criados?

Pensar que o pensamento antigo dos povos negros de África seja por figuras e não por conceitos nos ajuda a pensar o porquê mesmo a África negra ou oriente ou povos pindorâmicos da costa oeste, possuindo técnicas mais apuradas de navegação e exploração de recursos de seus meios, não tenham empenhado uma corrida de dominação de mares e terras longínquas. É questão de desejo e não de meios de produção, crítica fundamental à historicidade do Capitalismo produzida por Karl Marx! Ailton Krenak, que é de um povo caçador-coletor, deste modo nômade, disse em conversa com Sidarta Ribeiro, neurocientista, em mesa “Sonhos para adiar fim do mundo” que povos caçadores-coletores sonham de um jeito diferente dos povos agricultores, um não deseja acumular nada ou outro trabalha com acúmulo e estoque. Modos de produção distintos, modos de desejo na diferença. Filosofia, Ciência, Arte e figuras-esquizas contra o Estado das Opiniões. Exercício da esquizoeducação: “Ciência, arte e filosofia crescem em mim que um dia parirei centauros”.

E se a figura-esquiza faz vizinhança com a figura estética típica da arte, perigo também se faz na relação entre arte e opinião. A opinião na arte leva o nome de arte conceitual, caracterizada sempre por vir acompanhada de um texto: “Não é certo, porém, que se atinja assim, neste último caso, a sensação nem o conceito, porque o plano de composição tende a se fazer ‘informativo’, e a sensação depende da simples ‘opinião’ de um espectador, ao qual cabe eventualmente ‘materializar’ ou não, isto é, decidir se é arte ou não. Tanto esforço para reencontrar no infinito as percepções e afecções ordinárias, e conduzir o conceito a uma doxa do corpo social ou da grande metrópole americana” (DELEUZE; GUATTARRI, 1992/2010, p. 234). Se os humanos produzem um guarda-sol que os protegem e preenche com opiniões, a arte produz uma fenda no guarda-sol que faz com que passe um pouco mais de caos. É ainda perigo que se produzam remendos nestes buracos produzidos através da reprodução do já feito. “Então, segue a massa dos imitadores, que remendam o guarda-sol, com uma peça que parece vagamente com a visão; e a massa dos glosadores que preenchem a fenda com

opiniões: comunicação” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 240). É de Krenak que vem o alerta sobre o combate da opinião na arte. Em entrevista ao jornalista André Trigueiro, perguntado sobre o ato de 1987 na Constituinte, quando pintou a cara com um pigmento preto produzido a partir do jenipapo, Krenak disse que alguns grupos teatrais o procuraram na época do aniversário de 30 anos da Constituição para que pudesse, em comemoração, repetir a ação. Convite que declinou. Pois, disse ele, seria impossível repetir aquela ação. Aquilo não se tratou de uma cena, de uma representação, de um teatro, mas de vida ou, em suas palavras, de uma morte, uma morte dolorosa, disse Krenak. Desse modo, era impossível reproduzir, recriar ou representar tal ato. Guattari e Deleuze, lembrando D. H. Lawrence afirmam, “Será preciso sempre outros artistas para fazer outras fendas, operar as necessárias destruições, talvez cada vez maiores, e restituir assim, a seus predecessores, a incomunicável novidade que não mais se podia ver. Significa que o artista se debate menos contra o caos (que ele invoca em todos os seus votos, de uma certa maneira), que contra os ‘clichês’ da opinião (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p. 240). A arte tem mais que “apagar, limpar, laminar, estraçalhar” que preencher uma tela ou folha em branco. A arte sempre começa pelo meio ou em meio a tantas coisas já produzidas.

A arte conserva *um bloco de sensações, um composto de afectos e perceptos*. “Ela é um ser de sensação, e nada mais: ela existe em si” (DELEUZE; GUATTARI, 1992/2010, p.194). E independe do artista que a criou, ela assume vida própria. O artista dá a vida, mas não é ele quem a mantém viva. Ela se basta a si mesma. Mantém-se de pé sozinha, composto na eternidade que coexiste com esta curta duração. Krenak que figura num vídeo de pouco menos de 10 minutos disse que levou muitos anos para retirar aquela tinta preta impregnada em sua cara. A imagem de Krenak atualiza aquela vida que se esvai a cada fim da exibição do vídeo.

Quantas mortes ainda precisamos, perguntava Marielle Franco. Lá em 13 de dezembro de 2018 não tirei mais a roupa como havia feito em março de 2014. Não por medo de censura, mas porque Marcos Vinícius foi morto, mesmo vestido, mesmo de uniforme da escola... Bruna da Silva, sua mãe, ouviu as últimas palavras do filho “será que não viram que eu estava com a roupa de uniforme?” Mais uma silva segue na luta por Justiça. Tirar a roupa já não era possível diante de tanta morte vestida. Performance não é cena teatralizada. É sempre uma morte para que ainda se possa produzir vida. Depois Ágatha... e outros tantos e tantas... agora João Pedro, morto em casa ironicamente no momento no qual se faz uma campanha massiva para dizer

#fiqueEmCasa. 71 tiros... Que diria Clarice Lispector que sentiu o 12º tiro que acertou em Champinha, eternizado no trabalho de Hélio Oiticica, “Seja herói, seja marginal”, reproduzido pelo marketing esquerdista brasileiro? QUANTOS HEROIS PRECISAREMOS até que saibamos, QUEM MANDOU MATAR MARIELLE FRANCO?

Agora, George Floyd morto nos Estados Unidos, depois de dizer 11 vezes: EU NÃO CONSIGO RESPIRAR, EU NÃO CONSIGO RESPIRAR. Não foi por insuficiência respiratória aguda. Covid-19 mata mais negros que brancos nos EUA, mesmo que a população negra lá seja numericamente inferior. Porque disseram que hipertensão, diabetes, doenças imunodepressoras eram comorbidades. E depois de ouvir Giane Elisa Almeida, em live “Racismo estrutural e covid-19: desigualdades sociais e raciais”, em abril de 2020, penso mais uma referência científica: o racismo é a comorbidade que produz mais morte por Covid-19 nas Américas! Mesmo depois de ouvir o último grito de Erik Ganer, também morto pela polícia estadunidense. Mesmo depois de Renato Nogueira, em texto que ecoa o último grito de Ganer e o racismo antinegro do cogito. E mesmo depois do escândalo causado pelo silêncio de Pedro Henrique Gonzaga, morto em 2019, no Brasil, num supermercado do Rio, asfixiado e em silêncio... não ouvimos seu último grito.

Disso tudo. dá para entender a denúncia do escritor afro-estadunidense James Baldwin quando, na década de 60, interpelado por um branco que dizia que não existia racismo nos EUA e a quem ele respondeu que só pôde escrever sem temer ser morto a qualquer momento, quando ganhou um prêmio de literatura, e se mudou para Paris. Um cansaço... talvez fazer SATURAR, esgotar... para fugir ao cansaço... falta esgotar alternativas que nos foram dadas... Porque é triste mesmo, profa. Fernanda Thomaz, como seu desabafo de comemoração ao dia da África, no Instragram. É angustiante diante de tanto retrocesso daquilo que pensávamos ser o Progresso. Mas tristeza também é afeto (aqui longe de qualquer boa vontade de pensar), tristeza é contração que serve para valorar encontros, que aumentam ou diminuem a nossa ação, disse Spinoza. “É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”. Nos EUA, queimaram umas coisas. Não precisamos resistir como heróis. “A imanência engole sábios e deuses. Da imanência e do fogo se reconhece o filósofo, disse Benjamim apud

Alcantara filósofa, performer, professora, cientista em corpoalíngua esquizodramática, em 2011, na mesa “O que é a filosofia? Ou como isso funciona...” e ela continua: “No extremo, no excesso disso, tem-se a percepção direta: o homem está cansado de ser conduzido. Uma massa de imagens, de rostos, de falas, de corpos, de conceito, de teorias, uma tremenda e cruel história pesa e dobra os nossos ombros. E arrastam-nos a remexer as raízes. A perseguir e medir o tempo, a gritar por nossos territórios. Minha terra! Minha terra! A nomear as nossas terras: - Brasil!”

Ouvindo as falas do ministro da educação e de Ciro Gomes a respeito de problemas brasileiros – e que estão em campos ideológicos opostos – vemos o inconsciente racista agindo em forma de movimentos Nacionalistas. A lei nº 10.639/03, a nº 11.645/08, a nº 12.711/2012 e a PEC nº 72/2013 não passariam impunes. Foi preciso apaixonar corpos e mentes! CRIAR UMA OPINIÃO PÚBLICA. Talvez o pensamento evolutivo, o darwinismo social em forma de Tiririca, fez-nos também vítimas, ao pensarmos que pior do que estava não poderia ficar. Fomos pegos pelo ressentimento, ressentimento de achar que fomos nós os culpados (essa idiotice de autocritica de esquerda). Anular um voto seria protesto potente ou prender ilegalmente um adversário político seria a REnovação do campo da esquerda. Novamente, Opinião Democrática, porque é bom alternar o Poder... Mas por que a branquitude nunca alterna com a negritude? Desembocamos nisso, psicose reacionária, fruto de uma lavagem cerebral, que entre os intelectuais, impede a defesa de uma posição. Agora, tudo que é afirmado pode ser negado com força igual, personalidades obsessivas, como Fanon nos alertou direto da guerra da Argélia, em 1961. Ou mais recentemente, como nos alerta o professor antropólogo, Piero Lierner em seu livro “O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: Militares, Operações Psicológicas em uma perspectiva Etnográfica” (2020). Mas não seria isso, enfim, isso todo o mito da Democracia Ocidental, que só poderia culminar em injúrias em redes de mentiras, manipuladas por algoritmos, financiadas por aqueles homens brancos, herdeiros dos colonos, que não querem mais brincar de conversinha sobre Ideias Verdadeiras ou Liberdade de Expressão? Palmares não foi República, como lembra o amigo e pesquisador da terra de Dandara, Akotirene e Aqaltune e de Zumbi e Ganga-Zumba, Artur Nascimento, em companhia de Funari e Nego Bispo<sup>231</sup>. Ngola Nzinga não subiu ao poder pelo voto popular, depois de um mês

---

<sup>231</sup> Escrevemos um artigo publicado na Revista ABPN na qual problematizamos o lugar político de corpos anatomicamente fêmeas em sociedades ocidentocentradas e em sociedades da África

de campanha publicitária, mas por afirmação. Ngola Mbande não foi destituído do trono por meio de um impeachment. Kilombo sempre foi guerreiro, embora nem sempre desejasse a guerra. “Quefazer” com este saber? Nietzsche convida a filosofar com martelo. Depois da performance da “banda fisiológica” “no hay Banda” no Conexões 2019 – Deleuze e corpo e cena e máquina e e”, em tempos pandêmicos, a convocação talvez seja: como filosofar, fazer ciência e produzir arte com um martelo enfiado no ânus? Óbvio nada a ver com a fixação com fase anal na qual este governo está enclausurado. Movimentos ainda por experimentar. Uma aliança entre Ailton Krenak, Oyèrónke Oyèwùmí e Deleuze e Guattari afirma-se: a Democracia, desde sempre, desde à Grécia, foi sempre um mito da democracia racial, é, pois, um projeto que não deu certo.

Lança-se assim uma rede com o risco de ser lançado ao mar quando acreditava ter chegado ao porto. Com o corpoalíngua de Clarissa Alcantara, continuamos a questão aplicando a esquizoeducação à política: “quefazer” com este saber? Termina então com um poema que reencontrei traduzido no corpo da rap afro-estadunidense, Nicki Minaj.

**Ainda assim eu me levanto – de Maya Angelou**

Você pode me riscar da História  
Com mentiras lançadas ao ar.  
Pode me jogar contra o chão de terra,  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Minha presença o incomoda?  
Por que meu brilho o intimida?  
Porque eu caminho como quem possui  
Riquezas dignas do grego Midas.

Como a lua e como o sol no céu,  
Com a certeza da onda no mar,  
Como a esperança emergindo na desgraça,  
Assim eu vou me levantar.

Você não queria me ver quebrada?  
Cabeça curvada e olhos para o chão?  
Ombros caídos como as lágrimas,  
Minh'alma enfraquecida pela solidão?

---

negra. Cf. SILVA, José Artur do Nascimento; MENDES, Tarcísio Moreira; DE OLIVEIRA, Julvan Moreira. DE ÁFRICA, NZINGA; DA DIÁSPORA, DANDARA: COSMOPERCEÇÃO DESCOLONIZANDO O CORPO NEGRO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 402-430, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/inde.../site/article/view/956>>. Acesso em: 20 out. 2020.

Meu orgulho o ofende?  
Tenho certeza que sim  
Porque eu rio como quem possui  
Ouros escondidos em mim.

Pode me atirar palavras afiadas,  
Dilacerar-me com seu olhar,  
Você pode me matar em nome do ódio,  
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade incomoda?  
Será que você se pergunta  
Porquê eu danço como se tivesse  
Um diamante onde as coxas se juntam?

Da favela, da humilhação imposta pela cor  
Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro, profundo na fé,  
Crescendo e expandindo-se como a maré.

Deixando para trás noites de terror e atrocidade  
Eu me levanto  
Em direção a um novo dia de intensa claridade  
Eu me levanto  
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,  
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.  
E assim, eu me levanto  
Eu me levanto  
Eu me levanto.